

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO**

JÚLIO CÉSAR DA ROSA

**ASSOCIATIVISMO NEGRO EM LAGUNA E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA:
Irmandade, Sociedades Musicais e Clubes Negros (1870 a 1950)**

São Leopoldo

2021

JÚLIO CÉSAR DA ROSA

**ASSOCIATIVISMO NEGRO EM LAGUNA E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA:
Irmandade, Sociedades Musicais e Clubes Negros (1870 a 1950)**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt
Moreira

Banca Examinadora

Profa. Dra. Fernanda Oliveira da Silva
UFRGS

Prof. Dr. Marcus Vinicius de Freitas Rosa
UFRGS

Profa. Dra. Miriam Steffen Vieira
UNISINOS

Prof. Dr. Petrônio Domingues
UFS

São Leopoldo

2021

R788a Rosa, Júlio César da.
Associativismo negro em Laguna e a construção
identitária : irmandade, sociedades musicais e clubes
negros 1870 a 1950 / por Júlio César da Rosa. – 2021.
337 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São
Leopoldo, RS, 2021.

“Orientador: Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira”.

1. Associativismo negro. 2. Pós-abolição.
3. Sociedade Recreativa União Operária. 4. Clube
Literário Cruz e Sousa. 5. Laguna (SC). I. Título.

CDU: 981.64(=96)

AGRADECIMENTOS

Finalizando mais uma etapa da minha trajetória acadêmica, chegou o momento de agradecer aos familiares, amigos e colegas que estiveram ao meu lado pessoal e virtualmente, e que, de alguma maneira, contribuíram direta e indiretamente para a conclusão de minha tese de doutorado. Ao Programa UNIEDU Pós-Graduação pelo suporte financeiro parcial para a realização do doutorado. Agradeço primeiramente aos meus amigos Karla Rascke e Willian Lucindo, pois ambos são responsáveis por eu dar continuidade a minha trajetória acadêmica. Em 2019, na Anpuh Nacional, em Recife, nos demos conta que nossa amizade já completava uma década, nos conhecemos em 2009, no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, na Universidade do Estado de Santa Catarina-NEAB/UDESC, onde éramos bolsistas. Mesmo a distância, mantínhamos contato e a trajetória acadêmica dos dois, bem como o incentivo para que eu entrasse no doutorado serviram de inspiração e apoio para que enfrentasse esse desafio. Sou muito grato a vocês por não me deixarem desistir e acreditarem em minha capacidade. Aos amigos e colegas que fiz no doutorado que, apesar da distância entre os dois estados, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o contato virtual e as trocas amenizaram a solidão das leituras e da escrita. Muito obrigado à Adriana Rolim, à Priscilla Almaleh, à Giane Flores, ao Vitor Costa, à Bruna Leticia, ao Mateus Batalha e à Marina Haack. Agradeço aos professores/as do PPGH da Unisinos: Maíra, Marluza, Marcos e, em especial, ao professor Paulo Staudt Moreira, meu orientador, que aceitou e acreditou em meu projeto. Com suas orientações sempre bem-humoradas, com indicação de leituras, sugestões e críticas muito pertinentes, contribuiu muito para meu amadurecimento e conclusão desta pesquisa. Agradeço também às professoras Débora Michels Mattos e Márcia Turatti que sempre acreditaram em meu trabalho e me incentivaram a dar continuidade aos estudos. Às minhas colegas professoras e demais funcionárias da Escola de Educação Básica Professora Lili Coelho, vocês fazem parte dessa conquista, pois foram sempre muito solícitas quando eu precisava me ausentar da escola para participar de eventos acadêmicos e por também se preocuparem com minha saúde. Sou muito grato a vocês: Mônica, Andréia, Tamires, Mariléia, Jackie, Géssica, Adriana, Salete, Marlei, Zaira e Marisa.

Não poderia deixar de agradecer aos professores Crislaine Serafim, Liliane Nicola e Leandro Sant'Anna no auxílio da elaboração das tabelas e gráficos.

Aos responsáveis pelos arquivos a que consegui ter acesso antes do isolamento social, meus agradecimentos. À Mirella Honorato e à Franciele Meurer, responsáveis pelo acervo do Arquivo Público Casa Candemil de Laguna, sem o apoio de ambas seria quase impossível acessar esse arquivo, pois o acervo estava em processo de restauração e, ainda assim, elas conseguiram liberá-lo para que pudesse pesquisar. À Jaqueline dos Santos do Amaral, chefe da Seção de Museu e Divisão de Documentação e Memória do Judiciário e aos demais estagiários, Vitória e Felipe, principalmente a Vitória que auxiliou na leitura e nas transcrições de alguns processos os quais foram fundamentais para a pesquisa.

Aos colegas que fiz na rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros que me possibilitaram conhecer diferentes pesquisas e apreender as diferentes narrativas sobre as populações de origem africana, contribuindo tanto para as reflexões dessa tese. E agradeço especialmente ao meu amigo Willian Lucindo que neste ano estreitamos mais ainda os laços de amizade uma vez que quase diariamente conversávamos sobre nossas pesquisas, referências bibliográficas e trocas de ideias que muito colaboraram para as análises deste trabalho.

Aos meus pais Silvino da Rosa e Maria Alba das Rosa que sempre estiveram ao meu lado, incentivando e comemorando as conquistas, a participação em eventos. Às minhas tias, Silvia e Maria Aparecida, aos meus irmãos, Jurandir e Tiago, e à minha irmã, Giovana, que sempre se preocupavam quando eu estava longe de casa; sem apoio de vocês tudo teria sido muito mais difícil. Ao meu amigo Marcel Lodetti Fábris, espero agora ter um pouco mais de tempo para podermos brincar com nossos filhos juntos.

E à minha esposa Ana Paula da Silva Lima da Rosa e ao meu filho Vicente da Silva Lima da Rosa. Ele nasceu no ano que ingressei no doutorado, hoje está com quatro anos e, nas últimas semanas para finalização da tese, ele estava carente, querendo minha atenção. Espero daqui em diante retribuir o tempo que não pude ficar com os dois, mas isso não significa que deixarei de fazer minha parte na luta antirracista. Meu compromisso é muito maior, pois quero um mundo melhor para mim e para eles. Amos vocês. Finalizo estas linhas dizendo que este ano foi terrível, principalmente não foi fácil terminar a tese em tempos de crise sanitária de proporção global, de recrudescimento da violência contra a população afro-brasileira, de violência racial escancarada em nosso país, de negação e de desvalorização da ciência por representantes públicos como a do atual presidente

do Brasil. Confesso que, diante de tudo isso, tive vontade de desistir. Foi quando lembrei que, em minha trajetória, nada veio de graça e sim com muita luta e dedicação ao que me propunha a fazer. Lendo teses e dissertações de pesquisadores que são minhas referências, pensava que não poderia desistir, “porque nossos passos vêm de longe” e é preciso fortalecer os caminhos que já foram abertos.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a fundação das Sociedades Recreativas Cruz e Sousa e União Operária, construídas por afrodescendentes em Laguna, Santa Catarina, no pós-Abolição, entre 1870 e 1950. Tal estudo pretende apreender as tensões entre sujeitos autodenominados *mulatos* e *pretos*, compreendendo essas identidades a partir do lugar social ocupado pelos membros de cada associação. Procuramos entender qual era o significado de ser “*mulato*” e de ser “*preto*” para aqueles homens e mulheres naquele contexto, e o que os levou a silenciar e/ou ocultar uma identidade étnico-racial. Compreendendo os embates e os problemas em relação à memória, acreditamos que ela pode evidenciar experiências de tempo que, evocadas pela mediação do entrevistador, trazem histórias de pessoas comuns que a historiografia tradicional invisibilizou e/ou ignorou no transcurso dos processos históricos. Deste modo, intentamos perceber a construção dessas identidades e como esta memória foi produzida e reforçada nestes espaços de sociabilidade. Intentamos ainda evidenciar a organização dos clubes recreativos visando a compreender suas dinâmicas, lugares estratégicos de associativismo, as possíveis redes de relações com outras agremiações, seus projetos coletivos e individuais, as aspirações e expectativas quanto à ascensão social, visibilidade e respeitabilidade na luta por cidadania em Laguna na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Associativismo negro, pós-Abolição, Sociedade Recreativa União Operária, Clube Literário Cruz e Sousa, Laguna.

ABSTRACT

This study has the objective of analyzing the foundation of the, Cruz e Sousa Recreative Society and Uniao Operaria, built by the afro-descendants diaspora in Laguna, Santa Catarina, in the post-abolition period between 1870 and 1950. Such study has the intention to learn about the tensions between the people self-proclaimed *Mulattos* and Blacks, understanding their identities from the social place occupied by each member of the two Associations. We aim to understand what meant to be a "*mulatto*" or a "black" for those men and women in that context, and what made them want to silence and/or to hide their racial-ethnicity. Understanding the confrontation and memory-related problems, we believe that, when summoned by the interviewer, it can put in evidence experiences of an era that brings up the history of common people which have been ostracized and/or ignored by traditional history in the course of historic processings. In this way, we intend to perceive the construction of these identities, and understand how this memory was generated and reinforced in such social spaces. We intend to evidenciate the organization of the recreational clubs in an attempt to comprehend its dynamics, strategical places of associativism, the possible relationship networks with other clubs, their individual and collective projects, their aspirations and expectations toward social ascension (climbing), visibility and respectability in the battle for citizenship in Laguna during the first half of the XX century.

Keywords: Black associativism, post-Abolition, Sociedade União Operária, Clube Literário Cruz e Sousa, Laguna.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do centro histórico de Laguna/SC	18
Figura 2 - Mapa dos principais núcleos portuários do litoral catarinense	47
Figura 3 - Laguna retratada pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret, c. 1824-1828	48
Figura 4 - Coroação de uma Rainha, Festa de Reis, Rio de Janeiro, 1776	95
Figura 5 - Anúncio da Irmandade de N. S. do Rosário	100
Figura 6 - Anúncio em devoção do Senhor Bom Jesus dos Passos	101
Figura 7 - Nota sobre a Banda União dos Artistas	116
Figura 8 - Nota sobre a Sociedade Musical Carlos Gomes.....	122
Figura 9 - Anúncio “Acaba de Chegar para Manoel Alano”	141
Figura 10 - Anúncio do Club Blondin sobre a chapa candidata à diretoria	144
Figura 11 - Anúncio do Club Blondin sobre o resultado da eleição para diretoria ...	146
Figura 12 - Termo de Encerramento do Livro de registro de casamento, 1918.	151
Figura 13 - Nota de resposta à manifestação racista	157
Figura 14 - Relação de profissões dos sócios contribuintes do União Operária 1922- 1955	180
Figura 15 - Propaganda da casa comercial de Sizino Antônio Machado & Filho	190
Figura 16 - Propaganda da casa comercial de Sizino Antônio Machado & Filho	190
Figura 17 - Possível Casa Comercial de Sizino Antônio Machado.....	193
Figura 18 - Julia Chrispina do Nascimento.....	196
Figura 19 - Pedro Jeronimo do Nascimento (primeiro da esquerda).....	197
Figura 20 - ARMAZÉM DE SECOS E MOLHADOS – Miguel Alano & Filhos	211
Figura 21 - Fundação do Club Literário Cruz e Sousa	222
Figura 22 - Primeira diretoria eleita do Cruz e Sousa.....	223
Figura 23 - Diretoria do Cruz e Sousa eleita em 1917	233
Figura 24 - Diretoria do União Operária eleita em 1917.....	233

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Vista da cidade de Laguna, com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário ao fundo	88
Fotografia 2 - Vista parcial de Laguna (1900)	88
Fotografia 3 - Vista panorâmica de Laguna - a estrutura mais alta é a Igreja do Rosário (1910).....	99
Fotografia 4 - Vista parcial da cidade de Laguna, com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário ao fundo	102
Fotografia 5 - Sociedade Musical União dos Artistas	117
Fotografia 6 - Sociedade Musical União dos Artistas	121
Fotografia 7 - Sociedade Musical União dos Artistas e Carlos Gomes	125
Fotografia 8 - Sociedade Musical Carlos Gomes, prédio restaurado no ano de 2020.	126
Fotografia 9 - Vista da esquina do ABC e Rua Raulino Horn, antiga Rua Direita na década de 1920.....	212
Fotografia 10 - Eugenio Vianna e Maria Isabel da Conceição	215
Fotografia 11 - Terceira Sede da Sociedade Literária Cruz e Sousa, Localizava-se na Rua Osvaldo Aranha	220
Fotografia 12 - Terceira Sede da Sociedade Literária Cruz e Sousa, Localizava-se na Rua Osvaldo Aranha	220
Fotografia 13 - Bento Antônio João	257

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População segundo a condição social, Província de Santa Catarina, 1796-1872	55
Tabela 2 - População da Vila de Laguna (1796)	57
Tabela 3 - Quadro geral da população de Santa Catarina (1796 a 1860).....	59
Tabela 4 - Resumo da população escravizada e liberta das Freguesias (1806 e 1810)	61
Tabela 5 - Resumo da população escravizada e liberta das Freguesias (1812-1813)	61
Tabela 6 - Resumo da população escravizada e liberta das Freguesias (1814 e 1819)	61
Tabela 7 - Lista dos bens de Mariana de Souza Viera	108
Tabela 8 - Pagamento ao herdeiro legatário FRANCISCO VIEIRA, preto forro	109
Tabela 9 - Pagamento ao herdeiro legatário ROSA DE SOUZA, preta forra	109
Tabela 10 - Pagamento ao herdeiro legatário FRANCISCO FERREIRA ALEXANDRINO.....	109
Tabela 11 - Presenças de Manoel Alano como testemunha e padrinho de casamentos e batismos.....	139
Tabela 12 - Acervo da biblioteca da Sociedade Recreativa União Operária.....	176

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição e avaliação dos bens do casal Jerônimo Antônio do Nascimento & Arminda Teixeira do Nascimento	200
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

LISTA DE SIGLAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
CLRCS	Clube Literário e Recreativo Cruz e Sousa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGSC	Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
PPGH/UDESC	Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina
PROMOP	Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação
SRUO	Sociedade Recreativa União Operária
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 HISTÓRIA E MEMÓRIA SILENCIADAS: AS POPULAÇÕES DE ORIGEM AFRICANA EM LAGUNA, SANTA CATARINA, NO SÉCULO XIX	45
2.1. A ocupação e os aspectos econômicos da Província de Santa Catarina e da Vila de Laguna	45
2.2. As populações africanas em Santa Catarina e a suposta invisibilidade ...	51
2.3 A construção da(s) identidade(s) em Santa Catarina	65
3 A IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS DE LAGUNA: EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS E DE SOCIABILIDADE NO SÉCULO XIX	77
3.1 A Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia de Santo Antônio dos Anjos da Vila de Laguna	87
3.2 Francisco (Vaga), nação Benguela, e Rosa, de Nação Conga: Irmãos do Rosário e herdeiros da senhora Mariana	105
4 AS ASSOCIAÇÕES MUSICAIS EM LAGUNA: REDES DE SOCIABILIDADES, SOLIDARIEDADE E COMPADRIO	114
4.1 Sociedade Musical União dos Artistas	114
4.2 Sociedade Musical Carlos Gomes	121
4.3 Relações de apadrinhamento e a construção de laços de sociabilidade ..	127
4.4 Manoel Alano Fernandes Lima: fragmentos de sociabilidades, mobilidade e ascensão social	136
5 EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS NO PÓS-ABOLIÇÃO E A FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE RECREATIVA UNIÃO OPERÁRIA (1903-1950)	161
5.1 “Esta operosa sociedade” – União Operária um clube de “mulatos”	161

5.2 Ascensão social dos sócios fundadores do Clube União Operária.....	180
6 CLUBE LITERÁRIO CRUZ E SOUSA: O CLUBE DOS <i>PRETOS</i> DE LAGUNA (1906-1950).....	219
6.1 Carnaval, saraus, retretas e atividades cívico religiosas	236
6.2 A identidade <i>preta</i> , memórias e disputas por narrativas	243
CONCLUSÃO	272
REFERÊNCIAS.....	280
ANEXOS	301
APÊNDICE.....	318

1 INTRODUÇÃO

Quando estava pensando no tema para meu Trabalho de Conclusão de Curso em História, na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), o professor de História do Brasil sugeriu que eu pesquisasse sobre o Clube União Operária da cidade de Criciúma, associação construída por afrodescendentes, na década de 1930. Concordando com a ideia, debrucei-me sobre livros referentes à temática, realizei entrevistas, analisei Atas de Reuniões do clube, assim, produzindo meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)¹.

No desenrolar desta pesquisa, tive certa desilusão ao entrevistar alguns depoentes sobre o funcionamento e o significado deste tipo de associativismo. Compreendo associativismo como as ações coletivas das populações de origem africana para a construção de espaços autônomos, mutualistas, instrutivos e de lazer para fazer frente ao racismo e à exclusão perpetrados desde os tempos da escravidão. São estes espaços de sociabilidade que fizeram parte das táticas utilizadas pelo grupo e que possibilitaram o fortalecimento identitário, a construção e a manutenção de laços familiares consanguíneos e fictícios os quais auxiliaram na sobrevivência em uma sociedade excludente e racista. Influenciado por uma visão militante e com a “preocupação em denunciar e desnudar a historiografia oficial, que identificava como sujeitos da história somente os grandes homens e invisibilizava outros agentes sociais”, minha intenção foi expor que aquelas pessoas sofreram com o preconceito e o racismo, deixando de lado suas experiências, como eram suas festas e suas relações afetivas; os laços de compadrio e familiares e o acesso aos bens materiais e culturais, ou seja, ignoraram todas as experiências vivenciadas por esses personagens que frequentavam o clube em questão. (ROSA, 2006, p. 36).

Quando decidi fazer mestrado, no ano de 2008, fui incentivado pela professora que me orientou no trabalho de conclusão da graduação, Débora Michels Mattos, a procurar outras sociedades recreativas construídas por afrodescendentes na região. Refletimos estas sociedades recreativas diferente das interpretações da Escola Sociológica de São Paulo, que compreendia estes espaços somente como lugares de comercialização de dança. Corroboramos com interpretações que analisam estes espaços para além do lúdico, ou seja, espaços que permitiram

¹ Intitulada “União Operária: Resistência e Manifestação Cultural Negra em Criciúma na Década de 1930”, a monografia foi defendida em 2006.

acesso a bens materiais e culturais para as populações de origem africana e também serviram como *locus* de formação moral de homens e mulheres bem como um espaço de reivindicação de direitos, inclusive, o direito à diversão. Compreendemos estas agremiações como espaços de lutas políticas. Assim, tomei conhecimento da existência de outra sociedade chamada Sociedade Recreativa União Operária, o que me fez investigar se essa agremiação possuía alguma ligação com aquela de Criciúma. Contatei seu secretário, Juvêncio Bento Filho, e, em nosso encontro, expliquei meu interesse de pesquisa. O senhor Juvêncio, nesse mesmo dia, levou-me à casa de um senhor muito simpático, com quase 90 anos de idade, e explicou-lhe o motivo de nossa visita.

O senhor Cacique², como era conhecido em Laguna, falou um pouco do clube, da profissão dos sócios, das condições para participar daquele universo; chamou-me a atenção, naquele momento, quando ele expôs a existência de outro clube, também construído por afrodescendentes.

Nessa investigação sobre o Clube União Operária, descobrimos que seus sócios eram considerados *mulatos* e que existia outro clube destinado aos *pretos*. Neste momento, percebi um problema a ser investigado: discutir quais motivos e interesses culminaram na existência de dois clubes de origem africana na mesma cidade, sendo estes identificados um como clube dos *pretos* e outro como clube dos *mulatos*. Pensamos em diversas possibilidades de experiências comuns e de interesses contraditórios que levaram estes sujeitos a construir tais identidades e formulamos algumas questões problematizadoras.

Assim, iniciei o desenvolvimento do projeto de mestrado, questionando a existência dessas duas sociedades de afrodescendentes, bem como suas formas de interação, fossem entre elas ou com a sociedade em geral. Esta pergunta me inquietava, eu tinha dificuldade em entender o porquê de sujeitos com uma mesma ascendência não frequentarem o mesmo espaço, portanto, procurei analisar quais fatores levaram estes sujeitos a criar espaços de sociabilidades distintos e, dessa maneira, compreender como foram construídas as identidades *preta* e *mulata* nestes espaços de sociabilidade em Laguna e se eram realmente formas de autorrepresentação ou funcionavam mais como signos fluídos e permeáveis de diferenciação cotidiana e dialógica.

² Antônio dos Reis, maestro da Banda União dos Artistas.

Após ser aprovado no mestrado e cursando a disciplina de Multiculturalismo, cotidiano e história, oferecida pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC), ministrada pelo professor Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso, na época meu orientador, passei a ter contato com uma bibliografia que me orientou a ver esses sujeitos da diáspora³ não como um bloco homogêneo, mas na sua singularidade e pluralidade.

No segundo semestre de 2009, fui contemplado com bolsa de estudos no processo seletivo do Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação (PROMOP), oferecida pela UDESC. Por conta disso, pude residir em Florianópolis e, atendendo às exigências desse programa, desenvolvi atividades no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UDESC), destacando minha participação no grupo de estudos “Experiências das Populações de Origem Africana em Santa Catarina no pós-Abolição”. Essa foi uma experiência singular que me possibilitou pensar teórica e metodologicamente conceitos já cristalizados, como a categoria negro, que é carregada de estereótipos e que homogeneiza homens e mulheres por partilharem de características físicas comuns, sendo vistos como um bloco monolítico, ou seja, enquanto indivíduos racializados. Diversos estudos historiográficos⁴ sobre raça, racialização e racismo sustentam a ideia de trabalhar com os termos da época e de seus informantes, sugerindo problematizar a construção das identidades raciais. Orientado pelo campo de estudos de pós-Abolição, ao historicizar identidades racializadas, como a identidade preta e mulata, nossa intenção é contribuir com o aprofundamento da historicidade da identidade negra. Não em oposição ao termo negro, mas sim porque compreendo o caráter político das construções dessas identidades forjadas em contextos específicos.

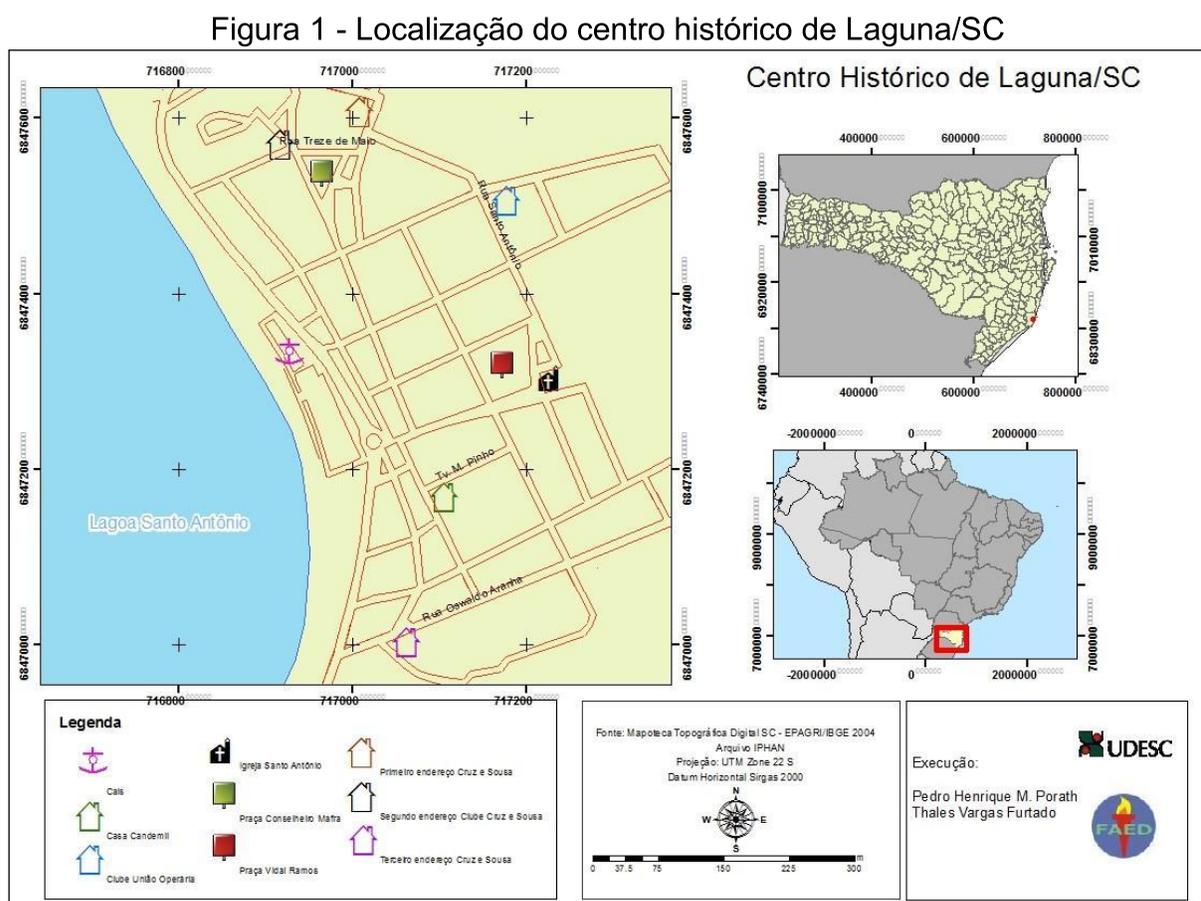
A pesquisa em questão, desenvolvida no PPGH/UDESC, teve como objetivo apreender os aspectos das experiências de afrodescendentes em espaços de sociabilidade no município de Laguna, no período que compreende os anos de 1903 a

³ Ver conceito de diáspora. REIS, Marilise Luísa Martins dos. **Diáspora como movimento social:** políticas de combate do racismo numa perspectiva transnacional. Florianópolis, 2012. 260 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PSOP0419-T.pdf>> Acesso em 20 set. 2020. BUTLER, Kim D; DOMINGUES, Petrônio. (Org). **Diásporas imaginadas:** atlântico negro e histórias afro-brasileiras. Coleção Estudos, 2020. 360p.

⁴ SIEGEL, Micol. Mães Pretas, Filhos Cidadãos. In. GOMES, Flávio dos Santos (Org); CUNHA, Olívia M. G. (Org.). **Quase-Cidadão.** Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

1950. São eles: a Sociedade Recreativa União Operária (SRUO), ainda em atividade, fundada em 9 de fevereiro de 1903, sediada primeiramente na Rua 1º de Março (O ALBOR, 31/12/1904) e o Clube Literário e Recreativo Cruz e Sousa (CLRCS), fundado um pouco mais tarde, no dia 29 de junho de 1906, situado inicialmente na Rua Voluntário João Firmiano⁵ e, posteriormente, no ano de 1906, transferido para a Praça Conselheiro Mafra, tendo sua última sede localizada na Rua Osvaldo Aranha. (O ALBOR, 5/8/1906).

A Figura 1 ilustra a localização do centro histórico de Laguna/SC, com destaque para os endereços dos referidos clubes:



Fonte: Porath e Furtado (2010).

Infelizmente, os registros documentais deixados, principalmente pela agremiação Cruz e Sousa, não foram suficientes para permitir a apreensão do seu

⁵ A rua homenageia um dos lagunenses que lutou na Guerra do Paraguai, era natural de Siqueiro, distrito de Pescaria Brava. Segundo os memorialistas de Laguna foi o primeiro lagunense a se apresentar como voluntário. ULYSSÉA, Nail. Três séculos na Matriz de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. In: **Santo Antônio dos Anjos da Laguna: seus valores históricos e humanos**. Publicação comemorativa da passagem do seu tricentenário de fundação. Florianópolis: IOESC, 1976. ULYSSEA, Ruben. Laguna: memória histórica. Brasília. Letra Ativa, 2004, p. 275.

cotidiano, pois fontes como os registros de Atas das Reuniões, entre outras, que pudessem dar máxima sustentação para nossa pesquisa, não foram encontradas. Com o encerramento das suas atividades, os documentos existentes se perderam, restando apenas os anúncios feitos no jornal O Albor, além do depoimento das poucas pessoas vivas, que conheciam a sua história e concordavam em contá-la.

Essas dificuldades encontradas, sobretudo a de conseguir quem conhecesse a história do Clube Cruz e Sousa, foi um dos grandes impedimentos para que eu avançasse a pesquisa em alguns aspectos. Aqueles que poderiam me ajudar nesse sentido, os afrodescendentes mais velhos de Laguna, mudaram-se da região, ou já não tinham saúde o suficiente e lucidez para responder a meus questionamentos.

Mesmo diante dessas dificuldades e com os vestígios deixados por essa agremiação, foi possível registrar e tirar do esquecimento esses sujeitos que vivenciaram diversas histórias da cidade de Laguna. Para além da ausência de fontes, o fator tempo também impossibilitou o aprofundamento de alguns pontos, mas o amadurecimento no decorrer da pesquisa me fez perceber possíveis caminhos que podem ser percorridos para responder as lacunas deixadas na investigação de mestrado⁶. A presente tese é, em parte, fruto dessa maturidade.

Dito isto, a tese tem como fio condutor a fundação, a manutenção e o funcionamento das Sociedades União Operária e do Clube Literário e Recreativo Cruz e Sousa, construídos por afrodescendentes em Laguna, Santa Catarina, no pós-Abolição, entre 1903 e 1950. Tal estudo pretende apreender as tensões entre sujeitos autodenominados ou autoidentificados *mulatos* e *pretos*, compreendendo essas identidades a partir dos lugares sociais ocupados pelos membros de cada associação. Procurei entender qual era o significado de ser *mulato* e de ser *preto* para homens e mulheres naquele contexto, ou seja, como manejavam suas identidades etnicorraciais. Como se definiam dialogicamente, para aqueles agentes sociais afrodescendentes em questão, as definições de *mulato* e de *preto*? Como essas referências de *cor* serviam como autorrepresentações ou representações do outro naquele contexto social e histórico específico? De que forma se conectavam essas noções com experiências socioeconômicas e profissionais e com o prestígio

⁶ A dissertação de mestrado defendida em 2011 intitulou-se: “Sociabilidades e Territorialidade: A Construção de Sociedades de Afrodescendentes no Sul de Santa Catarina (1903/1950)”. 2011, 105p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em História, Florianópolis, 2011. Publicada em livro sob o mesmo título: ROSA, Júlio César da. **Sociabilidades e territorialidade: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950)**. Curitiba: CRV, 2019. 148p.

social? Como alguns indivíduos e famílias transitavam entre um e outro associativismo? Como a sociedade *branca* percebia esse associativismo de origem africana e a sua dualidade?

Compreendendo os embates e os problemas em relação à memória, considero que ela pode evidenciar experiências de tempo que, evocadas pela mediação do entrevistador, trazem histórias de pessoas comuns que a historiografia tradicional invisibilizou ou ignorou no transcurso dos processos históricos. Desse modo, intentemos perceber a construção dessas identidades e como esta memória foi produzida e reforçada nestes espaços de sociabilidade.

Procuramos ainda evidenciar a organização dos clubes recreativos visando a compreender suas dinâmicas, lugares estratégicos de associativismo, as possíveis redes de relações com outros clubes, seus projetos⁷ coletivos e individuais, as aspirações e expectativas quanto à ascensão social, visibilidade, respeitabilidade⁸ e a luta por cidadania em Laguna, na primeira metade do século XX.

Depreendemos também que, para nos aproximarmos das experiências desses homens e mulheres imersos nesses dois espaços de sociabilidade, que nascem com a República, enfrentaríamos vários desafios. Ao analisarmos o corpus documental, à medida que nos familiarizávamos com as fontes e amadurecíamos nossas reflexões; ao cotejar estes diversos documentos, percebemos que sócios fundadores destas agremiações estavam presentes em outras instituições que nasceram no século XIX. Nesse sentido, entendemos que, para alcançarmos o associativismo dos afrodescendentes em Laguna, era imperativo retroceder para o século anterior, para analisar a possível rede de relações existente entre esta coletividade.

⁷ Consideramos a noção de projeto “como conduta organizada para atingir finalidades específicas. Embora o ator, em princípio, não seja necessariamente um indivíduo, podendo ser um grupo social, um partido, ou outra categoria, creio que toda a noção de projeto está indissolúvelmente imbricada à ideia de indivíduo-sujeito [...] o projeto é o instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos. Assim ele existe, fundamentalmente, como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo” (VELHO, 1994, p. 77). Como salienta Velho (1994, p.78-79), a ideia de projeto não é abstratamente racional, “mas é resultado de uma deliberação consciente a partir das circunstâncias, do campo de possibilidades em que está inserido o sujeito. Isso implica reconhecer limitações, constrangimentos de todos os tipos, mas a própria existência de projeto é a afirmação de uma crença no indivíduo-sujeito”, e na possibilidade de diferentes projetos sejam incorporados pelo grupo a partir de interesses comuns. VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Editora Zahar. 3ª Edição. 1994.

⁸ CARDOSO, 2012; MARIA, 1997.

Este retorno ao século XIX teve como objetivo perceber o entrelaçamento, entre os confrades da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna, a Sociedade Musical União dos Artistas e a Sociedade Musical Carlos Gomes, fundadas respectivamente em 1803, 1865 e 1882. A investigação dessas três agremiações e dos associados destas instituições nos permitiu apreendermos a rede de relações que os mesmos associados construíram, antes e depois da escravidão. Mediante os vestígios deixados por esta irmandade e as associações musicais nos periódicos locais, foi possível alcançar a atuação das mesmas entidades associativas na cidade de Laguna e absorver a extensa rede de vínculos sociais que os confrades estabeleceram com sócios das agremiações musicais. Assim, acompanhamos as relações de compadrio, ou seja, a constituição de parentescos espirituais, que possivelmente contribuíram para o fortalecimento de tais redes que, ao nosso ver, consolidaram-se com o trânsito desses indivíduos por estas diversas agremiações, resultando no entrelaçamento desse associativismo de matriz africana no sul do Brasil.

No bojo desses vestígios e rastros deixados por estes agentes sociais, foi possível analisar o associativismo afrodescendente aqui aventado. No que concerne à interpretação acerca das diferentes obras que abordam os associativismos afrodiáspóricos, alguns estudos mencionados na sequência desta pesquisa apontam que as identidades sociais e raciais são construídas culturalmente, sendo fluidas⁹, contraditórias, e que estas associações foram importantes espaços de sociabilidade, bem como um *lócus* para a construção de uma “identidade negra”. Construída politicamente, como assinala Monagreda (2017, p. 387), “essa identidade política negra ou afrodescendente funciona como um elemento unificador na procura de melhorias para a população negra” e também questiona a ideia de inferioridade, imposta pela noção de raça que ronda o imaginário e as representações coletivas da população “branca” (MUNANGA, 2003, p.11-12).

Joselina da Silva (2000, p. 63), analisando o Clube Renascença, fundado na cidade do Rio de Janeiro, em 17 de fevereiro de 1951, afirma “que ao se estabelecer como um clube e ao se organizarem em torno da construção de uma identidade negra, os cidadãos negros do Renascença estavam na verdade, fazendo ‘revolução dentro da ordem’, como diz Florestan Fernandes”. As diversas identidades

⁹ HALL (2019; 2018).

constituídas no Renascença nos serviram de referência para pensar as diferentes identidades que se manifestaram em um mesmo espaço geográfico e que se transformaram através dos tempos históricos e sociais.

A autora divide a história do clube em sua pesquisa em quatro fases¹⁰, mas o que nos interessa para essa investigação são as três primeiras fases. Segundo Silva (2000), a primeira fase inicia com a construção de uma identidade étnica que estava presente a partir da identificação dos seus membros por meio da classe social, do fortalecimento dos laços de família, da educação e da ascensão social. A segunda fase estava centrada na beleza negra feminina, com a participação das filhas dos membros e sócios do clube, em concursos de belezas como de misses e/ou rainhas. Período que creditou maior visibilidade ao clube quando ele passa a ser destacado pela imprensa do Rio de Janeiro como o espaço das *mulatas*. A terceira fase, segundo Silva (2000), estava diretamente ligada à construção de uma identidade étnica, com base em manifestações culturais, como o samba, o teatro e o Movimento Negro, elementos considerados pela autora como veículos propulsores de uma identidade político-ideológica.

Sônia Giacomini (2006, p. 28 e 44), ao investigar o mesmo espaço, o Renascença Clube, em sua tese de doutorado, percebe seus sócios a partir da mesma categoria, a “identidade negra”. A autora destaca as constantes transformação e negociação com que estas identidades fluíam em contextos distintos desde uma autorrepresentação que se elaborava a partir de uma perspectiva classista e se alternava com uma identidade racial, construída por meio de manifestações culturais como samba, *soul music*, o teatro e o Movimento Negro. As fontes que as autoras (Joselina da Silva e Sônia Giacomini) utilizaram foram relatos orais, documentos do clube e documentos pessoais de sócios e ex-sócios do Renascença, além de jornais impressos da época.

As autoras chegaram às mesmas conclusões de que, na primeira fase, do Renascença, entre anos de 1950, a identidade que se constrói com o surgimento do clube é uma identidade racial que valorizava e negociava com uma identidade que destacava o perfil de uma classe. As identidades de raça, classe e gênero foram constantemente negociadas neste clube, pois, como apontam os estudos sobre

¹⁰ Não destacamos aqui a quarta fase do clube estudado por Joselina da Silva por estar fora do recorte temporal de nossa pesquisa. A segunda a terceira fase foram citadas para compreendermos melhor como as identidades são fluidas e se constituem culturalmente em contextos sociopolíticos, não tendo relação alguma com questões biológicas, ou seja, essencialistas como a ideia de “raças”.

interseccionalidade¹¹ e o feminismo negro (*Black Feminisms*), essas identidades não são incompatíveis ou contraditórias. A interseccionalidade, segundo Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177), “traduz as várias formas como raça, gênero e classe interagem para moldar as múltiplas dimensões das experiências”. As identidades de (raça, gênero e classe) compreendem categorias “de análise fundamentais para nos ajudar a entender as bases estruturais de dominação e subordinação” (COLLINS, 2015, 15). Neste sentido, a convivência com estas diferentes identidades acionadas, negociadas ou fugidias se deram parcialmente por meio do diálogo com o “eu” e o “outros” nos diferentes contextos históricos do clube. Gostaríamos de chamar a atenção para um aspecto importante, e que não será abordado de maneira satisfatória nesta pesquisa por conta da limitação do tempo entre outras adversidades que impossibilitaram nossas investigações neste momento. Compreendemos a importância dos estudos de gênero e principalmente como as mulheres afrodescendentes foram essenciais para a manutenção do associativismo das populações de origem africana, contribuindo de diversas formas para que os objetivos desses espaços de sociabilidade fossem atingidos. Sabemos que as mulheres colaboraram com ações beneficentes dentro e fora daqueles espaços bem como atuaram objetivamente para desconstrução de estereótipos que recaíam sobre essas pessoas. Sua organização dentro desse associativismo era representada pelos grêmios femininos, que segundo Rosa:

Os grêmios femininos eram compostos na grande maioria por mulheres de sócios e dos membros da diretoria do clube, e por mais que reforçassem os papéis de gênero, no interior das sociedades recreativas e fora delas, as mulheres deram sua contribuição para que essa parcela de afrodescendentes que frequentavam esses espaços tivesse outra visão de mundo, como protagonistas de sua própria história e não como coadjuvantes, auxiliando na conquista de visibilidade e respeitabilidade dessas populações, cuidando da educação dos filhos, dando assistência ao orçamento familiar, visando romper com os estereótipos e o preconceito sobre esses homens e mulheres de descendência africana. (ROSA, 2019, p.52).

Conforme alertamos e reconhecemos neste momento, nossa abordagem estrutura-se com um recorte de raça e classe, e as abordagens interseccionais entre raça, classe e gênero serão desenvolvidas em investigações futuras e com a atenção que a temática gênero merece.

¹¹ Crenshaw (2002); Collins (2015); Davis (2016); Camargo & D’Oliveira (2013).

Feito tais considerações, mesmo sendo um espaço construído por e para afrodescendentes, as autoras acima enfatizam que, nesta fase inicial, seus fundadores e sócios procuravam fugir de estigmas e estereótipos que a maioria da população de origem africana carregava. Portanto, a identidade que surge no clube valorizava aspectos como ascensão social e educacional, devido a condições materiais e simbólicas que não atingiam, não só a população afro do Rio de Janeiro, mas também a de todo o Brasil.

Fernanda Silva (2011)¹² discute como associações negras construíram uma “identidade negra positiva” na cidade de Pelotas. A historiadora fez uso de registros de atas, depoimentos orais e jornais, e demonstrou diálogos entre associações recreativas como *Clube Depois da Chuva*, *Chove Não Molha*, *Fica Ahí P’ra Ir Dizendo*, *Está Tudo Certo* e *Quem Ri de Nós Tem Paixão*, com o jornal *O Alvorada*, controlado e direcionado às pessoas “negras”, considerado de cunho político. Ela destaca que a experiência de organização associativa, desde a época da escravidão, permitiu o surgimento e “a manutenção de associações que manifestavam abertamente a preocupação com uma identidade negra positiva”, pretendendo unificar a “raça”. Silva (2011, p. 132) percebe a possibilidade de conflitos no seio dessas sociedades e deixa evidente que os ideais defendidos pelos membros das sociedades talvez não fossem aceitos por todos os integrantes dessas agremiações¹³.

Ao dialogar com a Frente Negra Brasileira e a criação da Frente Negra Pelotense, somaram-se as experiências associativas anteriores ao pós-Abolição, fortalecendo, ao que parece, as identidades raciais dos envolvidos, individual e coletivamente. Estas vivências, como o trânsito de alguns membros do jornal *A Alvorada*, do movimento operário¹⁴ e clubes recreativos, intensificaram o debate racial e a luta contra as injustiças e discriminações que os afrodescendentes sofriam em Pelotas. Possivelmente, as pessoas imersas naquele universo social, passaram

¹² Os estudos incluem a dissertação de mestrado, “Os Negros, a Constituição de Espaço para o Seus e o Entrelaçamento desses Espaços: Associações e Identidades Negras em Pelotas (1820-1943)”, de 2011, e a tese de doutorado, “As Lutas Políticas nos Clubes Negros: Culturas Negras, Racialização e Cidadania na Fronteira Brasil-Uruguaí no Pós-Abolição (1870-1960)”, de 2017.

¹³ Cabe ainda mencionar que várias foram as *imagens de si* criadas pela população negra em sua interação com os preconceitos sociais e os discursos racistas, merecendo destaque os trabalhos que tem feito emergir autorrepresentações e memórias do cativo das populações negras rurais (maioria do contingente demográfico brasileiro até pelo menos a década de 1950). Ver, por exemplo, Rios e Mattos (2005), Fraga (2006) e Weimer (2013).

¹⁴ LONER, 1999.

a discutir mais sobre o tema, aumentando o nível de conscientização e as ações antirracistas que valorizavam a origem africana desses coletivos.

Este diálogo entre sociedades dançantes e os dirigentes da imprensa negra¹⁵, como sugere Silva (2011), nem sempre foi como estes homens letrados esperavam. Enquanto muitos sócios viam aquele ambiente como um espaço de divertimento, para estes militantes o lúdico era visto como algo de menor importância, pois, em sua visão, aquele ambiente deveria servir para conscientização, com o objetivo de atingir o maior número de homens e mulheres que padeciam com as agruras da herança da escravidão.

Fernanda Silva (2011) enfatiza que houve tensões, interesses comuns e contraditórios no seio desse associativismo negro de Pelotas, mas também identificou a constituição de uma identidade negra positiva. Essa identidade emergia há poucas décadas depois do fim da escravidão, sendo usada para reivindicar melhores condições de vida, como a instrução e, por conseguinte, a qualidade de cidadãos. Em sua tese de doutorado, defendida no ano de 2017, Fernanda Silva investigou os clubes criados entre as décadas de 1910 e 1940 do século XX, nas seguintes cidades e respectivos clubes: Jaguarão – *Club 24 de Agosto* (1918 – até hoje); Pelotas – *Fica Ahí Prá Ir Dizendo* (1921 - até hoje); Bagé – *Os Zingaros* (1936 - até hoje); *Palmeira* (1948–?); Melo – *Centro Uruguay* (1923 – até hoje). A autora pesquisou como os agentes sociais fundaram e se associaram naqueles espaços, acionando “a ideia de raça como um fator aglutinador para a existência das coletividades” e como a racialização foi operada para a construção de sociabilidades e solidariedades para “as pessoas que compartilhavam de uma mesma identidade racial”.

¹⁵ Imprensa Negra foi o conjunto de jornais elaborados por associações que atuavam como grêmios recreativos, clubes dançantes, esportivos, dramáticos, literários ou carnavalescos, com a intenção de tratar das questões dos negros e que denunciavam as discriminações raciais, e apontavam soluções para os problemas vividos pela população negra. Para saber mais sobre este fenômeno ver: BASTIDE, Roger. **A imprensa negra do Estado de São Paulo**, Boletim de Sociologia, n. 2, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1951, p. 50-78; FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**, São Paulo, FFLCH/USP, 1986; GONÇALVES, José Roberto. **O Getulino** – um jornal de carapinha: jornal editado por jovens negros em Campinas (1923/1926). Tese de Doutorado, PUCSP, Departamento de História: São Paulo, 2012. OLIVEIRA, Ângela Pereira. **A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935**. Dissertação. Mestrado em História, Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2017. SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da história**. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011. Tese (Doutorado em História). E, do mesmo autor, **Raiou a Alvorada: Intelectuais negros e imprensa**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária–UFPel, 2003.

Cabe destacar nas análises de Silva (2017), o caráter político atribuído a estes espaços de sociabilidade. A autora desvenda os significados da cidadania presente nestes espaços que a bibliografia clássica (muito inspirada na Escola Sociológica de São Paulo) interpretou como lugares apenas de “comercialização de dança”. Por meio de uma variedade de fontes documentais, ela percebeu que o lúdico e o político não eram ações indissociáveis nos clubes sociais negros. Ao mesmo tempo em que se ofertava o lazer, essas instituições estavam preocupadas em proporcionar a seus associados e suas famílias algum tipo de assistência material, moral e intelectual. Nas palavras da autora, o “potencial político” nestes espaços de sociabilidade, além do auxílio mútuo e lúdico, da valorização das datas cívicas que homenageavam afrodescendentes importantes como Monteiro Lopes e José do Patrocínio, não impediram que estes homens e mulheres negociassem sua identidade racial com a identidade nacional, seja a brasileira ou a uruguaia. Ao mesmo tempo em que forjavam uma identidade racial positivada, não deixaram de se sentir pertencentes à nação.

Regina Pahim Pinto (2013, p. 80), em seu livro sobre o movimento negro em São Paulo, tendo como fonte os jornais da imprensa negra nos anos de 1900 a 1937 e os depoimentos dos fundadores dos jornais dessa imprensa, junto a outros pesquisadores, percebe estas associações como espaços plurais, com finalidades e objetivos distintos, confirmando que as “associações negras, convergem para a formação de uma identidade negra, de um nós negro”.

As fontes utilizadas pela autora apontam para divergências quanto às ações que os clubes promoviam, não sendo as mesmas esperadas por essa imprensa negra. Estas também foram conclusões destacadas por Silva (2011). Mesmo discordando das atividades lúdicas e culturais promovidas por essas sociedades, essa imprensa se valia daqueles espaços para vender seus periódicos, arregimentar a massa da população negra paulista e divulgar seus projetos políticos, garantindo a sobrevivência dos jornais e vendendo-os entre os sócios desses clubes.

Pinto (2013, p. 254) também destaca em sua obra a construção de uma identidade negra a partir do estudo sobre a imprensa negra paulista e os clubes sociais existentes, evidenciando que, no período pesquisado, “mesmo entre a militância, considerava-se impróprio o uso do vocábulo ‘negro’ para designar a população de cor”. Qualquer veículo de comunicação do período, como a própria imprensa negra, ainda sentia a forte presença dos estigmas da escravização, sendo

adotado o termo *homens de cor*, como identificação, pois a palavra *negro* não era aceita e assumida amplamente ainda como autorrepresentação, já que o negro ou a cor negra era visto como feio ou mau. (PINTO, 2013, p. 254).

Uma vez que a própria imprensa negra, constituída por grupos letrados, rejeitava o termo *negro* antes de 1920, possivelmente os afrodescendentes no pós-emancipação, em algumas regiões, como Laguna, também o faziam, haja vista que, neste contexto, as identidades e identificações foram se constituindo entre identidades de classes pela cor da pele (*homens de cor*) ou mesmo por interesses comuns. Como demonstram algumas bibliografias, havia clubes que se identificavam a partir da cor ou da raça, e outros que não negavam a sua origem racial, mas não a explicitavam, e se o faziam era de forma tímida.¹⁶

Por exemplo, em minha dissertação de mestrado, as fontes às quais tive acesso, não apontaram indícios de uma reivindicação racial declarada, ou luta antirracista, no entanto, a não explicitação da cor ou da raça pode ter sido uma estratégia de ascensão social do associativismo dos afrodescendentes de Laguna – uma estratégia que silenciava conscientemente a origem etnicorracial e valorizava a condição social dos indivíduos na tentativa de se aproximar da cidadania e fugir de manifestações discriminatórias. Se a não explicitação da cor foi uma estratégia, à primeira vista, para conquistar inserção social, os vínculos com a herança africana eram evidentes, como a manutenção da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna. A própria escolha do nome da biblioteca do clube é significativa, pois homens e mulheres afrodescendentes batizaram-na com o nome de um dos mais aguerridos abolicionistas do século XIX, “José do Patrocínio”. A meu ver, eles não estavam somente homenageando, mas explicitando seus vínculos etnicorraciais com aquele *homem de cor* que lutou pela emancipação dos escravizados e por cidadania.

Ademais, temos que ponderar que esse associativismo tinha cor, era de origem africana e reconhecido pelos seus organizadores e pelos *outros* (a sociedade branca). A explicitação e visibilidade racial – portanto, o combate contra o racismo – eram dadas pela própria atividade associativa, afirmadas seja pela difícil manutenção dos clubes, pelo gerenciamento das diferenças dentro das próprias agremiações, etc, diferentemente do que indicaram as fontes de minha pesquisa de

¹⁶ Mirian (2002); Domingues (2004); Giacomini (2006); Escobar (2010); Magalhães (2010); Marcon (2010); Silva (2011; 2017); Romani (2013); Ribeiro (2016); Lucindo (2010; 2020).

mestrado, nas quais a reivindicação da cor/raça a meu ver foram estratégias sutis, se comparadas a outras experiências associativas já citadas. Petrônio Domingues expõe o contrário no artigo “Paladinos da liberdade: a experiência do Clube Negro de Cultura Social em São Paulo (1932-1938)”. Para esse autor, a presença de reivindicações raciais evidencia que a atuação deste clube pautou-se no desejo confesso de despertar no negro o orgulho racial, de modo que tal segmento da população pudesse assumir, na plenitude, a luta a favor dos “direitos que lhe são devidos como cidadãos”. (DOMINGUES, 2004, p. 75).

Dessa forma, identificamos experiências comuns que deram origem a estes clubes, ou seja, o racismo e a racialização das relações interditaram, por iniciativa dos “brancos”, o convívio entre estes e os afrodescendentes nos espaços de sociabilidades, provocando diferentes ações e respostas nas díspares regiões estudadas, como São Paulo, Rio Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais entre outras. Essas experiências comuns e as diferentes estratégias e reações adotadas por estes homens e mulheres aqui analisadas na presente tese diferem-se dos resultados de minha dissertação e dos/as autores/as, como Regina Pahim Pinto, Petrônio Domingues, Joselina da Silva e Sonia Maria Giacomini, entre outros/as. Esses autores analisam a construção da identidade negra pelo viés da interdição, ou seja, uma identidade forjada pela exclusão dos espaços ditos dos “brancos”, por causa do tom da pele, da matriz africana, das marcas da escravidão e, principalmente, porque eram vistos como pertencentes a uma raça supostamente inferior: a “raça negra”. Mesmo corroborando com a interpretação acima, nossa proposta é pensar uma interpretação para a construção da identidade negra para além da interdição, vislumbrando identidades construídas também a partir das tensões entre as identidades *mulata* e *preta*, que não foram construídas somente por meio da exclusão.

Mesmo considerando os afrodescendentes um grupo heterogêneo, a afirmação da existência de uma identidade negra, tendo como referência a herança da escravização e o racismo, a nosso ver, não é elemento suficiente para a conformação desta identidade. Pensamos que a construção das identidades, tanto a africana quanto uma identidade afrodiaspórica, se constroem culturalmente e politicamente e, neste sentido, corroboramos com Mbembe:

A identidade africana não existe como substância. Ela é constituída, de variantes formas, através de uma série de práticas, notavelmente as *práticas do self*. Tampouco as formas desta identidade e seus idiomas são sempre idênticos. E tais formas e idiomas são móveis, reversíveis e instáveis. Isto posto, elas não podem ser reduzidas a uma ordem puramente biológica baseada no sangue, na raça ou na geografia. Nem podem ser reduzidas à tradição, na medida em que o significado desta última está constantemente mudando. (MBEMBE, 2001, p. 199.)

Em perspectiva semelhante à de Mbembe, Munanga (2005, p. 5) afirma que “o não reconhecimento ou reconhecimento inadequado da identidade do ‘outro’ pode causar prejuízo ou uma deformação ao aprisionar num modo de ser falso e reduzido”, numa ideia de que africanos e afrodescendentes são iguais, portadores de características físicas e psicológicas comuns, contribuindo, deste modo, para a naturalização da ideia de “raças biológicas”.

Ao realizar o estudo sobre a construção das identidades pelo viés da dialógica tensão entre *pretos* e *mulatos*, nossa perspectiva é contribuir para que os conflitos existentes entre os afrodescendentes não sejam vistos como desunião de uma “raça”, conforme ainda é entendido no senso comum. Desejamos expor que não há *naturalmente* uma união ou coesão entre afrodescendentes, isso é construído a partir de seus interesses, e o fato de possuírem uma ancestralidade em comum não significa *naturalmente* adesão ou concordância.

A racialização das populações de origem africana dificulta que os outros grupos sociais, como os eurodescendentes, as vejam a partir de outros marcadores que não sejam o da “raça”, geralmente baseada em fenótipos e também associadas a um comportamento moral. Nesses casos, entende-se as tensões, conflitos e afastamentos como sinônimos de desunião e/ou desorganização, características inerentes a este grupo devido a sua genética.

Consideramos operacional pensar como estas alcunhas de *cor* foram instrumentalizadas pelos próprios indivíduos afrodescendentes, como forma orgânica de constituição do grupo. Lembremos que a manutenção e afirmação coletiva passa pela afirmação de alteridades/diferenças internas e externas e que cabe as lideranças justamente gerenciar essas (dis)paridades. Tratava-se, assim, do uso de um vocabulário racializado, digamos assim, na política cotidiana da militância afrodescendente associativa.

E para compreender como estas identidades foram construídas, pretendemos discorrer sobre a trajetória (através da prosopografia)¹⁷ dos integrantes dos clubes União Operária e Cruz e Sousa, no período que compreende os anos de 1870 até 1950. Este recorte temporal parece extenso, mas se faz necessário, pois para entendermos a composição dessa rede associativa era essencial retornar à década de 1870 e perseguir nossos protagonistas nos diferentes espaços de sociabilidade construídos no século XIX, bem como à constituição e à transição de nossos agentes sociais nos diferentes clubes sociais especificamente em Laguna, organizados na virada do século XX.

Os anos 1950 marcam os anos finais do clube Cruz e Sousa e a continuidade da interdição das populações de origem africana nos espaços de lazer em que “negros” e “não negros” continuavam segregados, em especial, quando trabalhamos com experiências de alguns estados do Sul e Sudeste. Ressaltamos que este recorte não é estático e que, para melhor compreender as ações dos nossos protagonistas, retrocedemos ou prosseguimos no tempo conforme apontaram as demandas investigativas.

O surgimento dos clubes e seus modos organizativos constituem elementos significativos para compreendermos as experiências de diferentes sujeitos históricos da cidade de Laguna naquele período, atentando para as tensões existentes entre os seus integrantes e possíveis motivos e disputas que conduziram a atuação destas duas agremiações de origem africana. Temos como pano de fundo inicialmente um conflito que irá cindir os associados em duas agremiações: uma nota de um ex-sócio do Clube União Operária, Pedro Victorino dos Santos, publicada no jornal *O Albor*, possivelmente explica os motivos que o levaram a se retirar daquela sociedade e o porquê da fundação de outra associação recreativa.

O antigo associado anunciou seu desligamento da agremiação por uma cobrança supostamente indevida, o que pode ter gerado o descontentamento de alguns membros e dado origem à fundação de outra sociedade recreativa em Laguna, também formada por afrodescendentes: o Clube Literário e Recreativo Cruz e Sousa. Esse clube ficou conhecido na cidade como o clube dos *pretos*, enquanto o União

¹⁷ “A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante”. (STONE, 2011, p. 115-116). Ver também CHARLE (2006).

Operária se destinava aos *mulatos*. A acusação da *apropriação indevida* de um lado (por parte do associado) e da *dívida legítima* de outro (por parte dos diretores da associação) nos faz perceber que as discussões também envolvem valores ligados à honra e ao prestígio social.

Nossas pistas indicam que talvez alguns fatores para além daquele conflito tenham gerado a separação em grupos distintos dos nossos protagonistas em Laguna. Os motivos que levaram à fundação do Cruz e Sousa e as memórias dos associados divergem em certa medida, mas estas memórias e as fontes escritas indicam que havia a circulação de *mulatos/morenos* como membros da diretoria do Cruz e Sousa, no entanto, o inverso ocorria em menor proporção. Os *pretos*, segundo as memórias, foram interditados de fazer parte da diretoria e frequentar aquele espaço a partir do momento em que houve a ruptura entre os membros do União Operária, dando origem ao Cruz e Sousa.

A partir da tensão entre estes afrodescendentes, possivelmente criou-se a necessidade de diferenciação, como forma de inclusão/exclusão e de gerenciamento do campo político-associativo negro local. A meu ver, as estratégias adotadas, de forma consciente ou inconsciente pelo grupo que permaneceu no União Operária, operaram por meio da distinção social. Além de não permitirem mais a entrada daqueles então identificados como *pretos* nesta sociedade, os *mulatos* passaram também a se identificar como um grupo de maior status social.

Esta proposta de estudo, pensa a construção da identidade negra pelo viés da tensão, desvinculada de um olhar único e monolítico, haja vista que geralmente as associações de afrodescendentes estudadas pensam a construção dessas identidades a partir da discriminação e da exclusão. Dessa forma, com esta pesquisa, tentaremos contribuir com os demais estudos já realizados, visando a perceber como as identidades são construídas no conflito, para além de uma ideia de militância e luta antirracista, fruto de novos debates já da década de 1970 os quais analisaram experiências anteriores pelo mesmo viés de identidade negra ou militância negra.

Dito isto, se as memórias desses depoentes afirmam que havia um clube para *pretos* e outro para *mulatos*, como explicar que somente estes (os *mulatos/morenos*) transitavam em ambas as agremiações? Como era feita a classificação entre esses sujeitos? E como classificavam quem era *preto* e quem era *mulato*? E por que os membros do Cruz e Sousa não ocupavam também a diretoria do União Operária?

Por que para essas pessoas (*mulatas*) havia a possibilidade de transitar e ocupar cargos nas duas associações? Em que medida os estigmas da escravidão contribuíram para esta provável diferenciação e consolidação de dois clubes de origem africana, mas com identidades distintas? O que esse vocabulário racializado – *pretos e mulatos* – nos diz dos gerenciamentos sócio-políticos cotidianos desses agentes afrodescendentes?

Dessa forma, procuraremos entender qual era o significado de ser *mulato* e de ser *preto* para esses homens e mulheres naquele contexto. Intentamos ainda compreender como as pessoas e os grupos viam a si próprios, não como *negros* e sim por meio de identidades que os afastassem dos vínculos que a antiga condição de escravizado significava. Investigaremos como essas múltiplas identidades e identificações, conforme apontam as fontes, possivelmente não se constituíram somente ligadas à “cor” nem davam maior complexidade ao quesito *cor*.

Para compreendermos o contexto social em que nossos protagonistas estavam envolvidos, utilizaremos como método a análise de trajetórias individuais ou de grupos, um exercício historiográfico que vem se consolidando cada vez mais nas análises preocupadas em compreender a organização dos grupos sociais e suas estruturas, bem como o estabelecimento de suas relações com outros grupos e a sociedade em geral. Esta proposta de análise do passado, como o estudo da trajetória dos protagonistas afrodescendentes de Laguna, serve como um “fio condutor para compreender o tecido social em que estavam envolvidos” os membros dessas agremiações. (VENDRAME, 2013, p. 15).

Também cabe destacar outra noção profícua e vantajosa para o estudo das trajetórias de coletividades, é a noção de “redes”, que nos auxilia a compreender a morfologia das sociedades e, em particular, as agremiações. Esse conceito permite-nos perceber a formalização das relações sociais, já que a possibilidade de construir a rede de relações de uma pessoa comporta perceber os diferentes níveis de intensidade em que se insere um indivíduo ou grupo social. Por meio da análise das redes de sociabilidades, também podemos compreender como se diferenciam as relações entre as pessoas e como se constroem tais redes, vislumbrando o lugar dos sujeitos no tecido social.¹⁸

¹⁸ Bertrand (2000); Bertrand; Guzzi-Heeb, Lemercier (2011); Cerutti (1998); Ginzburg; Poni (1989); Imizcoz (2001; 2004); Levi (2000); Moutoukias (1995; 2000).

A circulação destes atores sociais em ambientes distintos ajuda-nos a compreender como construíram relações sociais horizontais e verticais, e quais os diferentes graus de intensidade produzidos na constituição e manutenção de laços interpessoais. O surgimento dos clubes União Operária e Cruz e Sousa e seus modos organizativos constituem elementos significativos para compreendermos as experiências de diferentes sujeitos históricos da cidade de Laguna, no estado de Santa Catarina, por meio desta proposta teórica e metodológica.

Estes espaços nos possibilitaram compreender as identidades em constituição, bem como sua estrutura organizativa, suas dinâmicas, lugares estratégicos de associativismo, as possíveis redes de relações com outros clubes, seus projetos coletivos e individuais, as aspirações e expectativas quanto à ascensão social, visibilidade e respeitabilidade na luta por cidadania. Ao analisar as redes de relações, apreendemos conflitos, tensões, contradições, disputas, alianças e afastamentos entre os atores sociais. Diferente da suposta coerência e ausência de conflitos, problematizamos as diferentes ações de grupos ou de indivíduos em seus mais variados contextos. Nesse sentido, o estudo de trajetórias, sejam elas particulares ou coletivas, visibiliza aqueles que sempre foram alijados dos processos históricos.

Nesta perspectiva, a utilização do método microanalítico torna-se uma proposta de análise historiográfica de grande relevância, pois ventila possibilidades a que um estudo em perspectiva macro não responde. Esse método não pode ser comparado à história local, pois se trata de algo distinto, uma vez que a história local estuda uma localidade, já a micro-história possui “uma tarefa instrumental, como em um laboratório se busca com uma escala reduzida definir um problema geral”. (LEVI, 2011, p. 18).

Esta leitura crítica da sociedade sob o prisma da micro-história procura contrapor modelos explicativos homogeneizadores que anulam as ações dos homens em sociedade, pois interpretações macroestruturais são incapazes de apreender as experiências sociais em suas múltiplas dimensões. Aos indivíduos, ou sujeitos da história, restava quase ou nenhuma liberdade de escolha, sendo os atores sociais classificados em categorias rígidas. Para fugir desta concepção, a micro-história tentou construir uma conceituação mais fluida, uma classificação menos prejudicial do que constitui o social e o cultural, e um arcabouço de análise

que rejeita simplificações, hipóteses dualistas, polarizações, tipologias rígidas e a busca de características típicas. (LEVI, 1992, p. 160).

Diferente de outras interpretações as quais, no decorrer do texto, analisaremos, nosso diálogo com as diversas bibliografias sobre sociedades recreativas permitiu perceber como esta forma de organização desenvolveu-se juntamente com a nova ordem social que se estabelecia pós-Abolição, proporcionando a um determinado grupo de homens e mulheres afrodescendentes mobilidade social e acesso a bens materiais e culturais, contrariando pesquisas que apontavam para a desorganização e “anomia” destas populações.

Portanto, para analisar as aspirações e as expectativas destas pessoas, é necessário compreender o pós-Abolição enquanto um campo de estudos que sinaliza os anseios dos últimos libertos e a extensão dos direitos civis aos novos cidadãos. Os estudos do pós-emancipação têm contribuído para questionar a situação dos afrodescendentes como reflexo direto da escravidão, discutindo as ações e as variadas táticas daqueles sujeitos, relacionadas cada vez mais à dimensão dos direitos políticos e às novas condições sociais criadas naquele contexto (RIOS; MATTOS, 2004).

Entendemos também que, por meio do cotidiano¹⁹, a partir das experiências das populações de origem africana, dos vestígios deixados por homens e mulheres em determinadas fontes (como os assentamentos de batismos, registros de irmãos e irmãs de irmandades religiosas constituídas de africanos e afrodescendentes, registros de casamentos, inventários *post-mortem*, estatutos de sociedades recreativas, jornais, fontes orais, processos criminais, relatórios dos Presidentes da Província de Santa Catarina, e acervos particulares), podemos abordar conflitos, tramas, múltiplas vivências, não isentos de interesses e expectativas de diferentes olhares e formas de ver, ser e estar no mundo, pautados nas referências que cada sujeito ou grupo detinha, interpretando e construindo sentido à vida a sua maneira.

Para pensar a reelaboração de suas culturas, com base nos referenciais mais próximos a eles, as táticas²⁰ que frequentadores e membros das agremiações

¹⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea**. Projeto História. São Paulo, n.17, p. 223-258, nov.1998; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

²⁰ Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um lugar próprio. Então, nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso tem que jogar com o terreno que lhe é imposta tal como organiza a lei de uma força estranha. A tática é um movimento “dentro do campo de visão do inimigo, e no espaço por ele

utilizaram para resistir reforçam a tese de que, para ser respeitado, havia a necessidade de apropriar-se de alguns padrões culturais hegemônicos. Podemos considerar que a interpretação de Michel de Certeau sobre “usos” e “consumo” é adequada para essa situação, uma vez que os afrodescendentes sob coerção ou sedução, adotaram a cultura dominante, “para outros fins que não o dos conquistadores. Faziam com ela outras coisas: subvertiam-nas a partir de dentro, não as rejeitando ou transformando-as”. (CERTEAU, 2014, p. 88-89).

Outra noção para interpretar as sociedades recreativas, ainda dialogando com Certeau, é a ideia de “espaço praticado”, quando o autor define a diferença entre “espaços” e “lugares”. O lugar, para Certeau, configura “posições instantâneas, implica uma indicação de estabilidade”. Já o espaço “é o cruzamento de móveis”, animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobram. A circulação de homens e mulheres nesses espaços caracteriza-o não como um “lugar”, mas sim, como um ‘espaço praticado’, não isento de conflito, acomodações e alianças efetivadas por ações desses sujeitos históricos”. (CERTEAU, 2014, p. 88-89).

Sendo assim, com a análise das fontes, da participação desses atores sociais, homens e mulheres, que representaram o Clube Recreativo União Operária e o Clube Literário e Recreativo Cruz e Sousa, procuraremos romper com a história tradicional centrada nos “grandes feitos e nos grandes homens”. Pretendemos também utilizar registros orais, dialogando com Ecléa Bosi, Alessandro Portelli, Maurice Halbwachs, Beatriz Sarlo entre outros, autoras/es que usam a memória como fonte histórica, possibilitando o registro do cotidiano daqueles que fizeram parte das sociedades recreativas a serem pesquisadas. Essas memórias podem evidenciar experiências num tempo que, ao ser evocado pela mediação do entrevistador, traz à luz histórias de pessoas comuns, que a historiografia tradicional invisibilizou e/ou ignorou. Como salienta Chauí na introdução do livro de Ecléa Bosi,

controlado [...] Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvidas mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário”. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p.94-95.

A memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais, nem só porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição, mas porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos. (CHAUI, 2004, p. 19).

Nessa perspectiva, as memórias desses “vencidos” serão registradas tirando dos porões da história as múltiplas experiências de afrodescendentes que viveram naquele contexto, contribuindo para que outros atores da história entrem em cena.

E, compreendendo os embates e os problemas em relação à memória, além de sua subjetividade, a memória coletiva, como salienta Bosi (2004, p. 411), “se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo”. Continua ainda Bosi (2004, p. 411), “por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a quem tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum”.

É evidente que a memória constitui campo contraditório e de conflitos, pois as lembranças que foram passadas aos nossos entrevistados estão distantes daquelas experimentadas por nossos atores, como, por exemplo, quando nossos entrevistados afirmam que um clube era de afrodescendentes mais abastados, sendo o outro de pessoas mais humildes. Os discursos da memória, como enfatiza Sarlo (2007, p. 51), têm “a ambição da autodefesa; quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro; justamente por isso também é atribuído a ele um efeito reparador da subjetividade”. Como salienta Alistair Thomson, a História Oral, os relatos dessas memórias, mesmo com suas distorções e subjetividades, problemas bem conhecidos e enfrentados por pesquisadores que utilizam a memória como fonte histórica, destacam sua relevância e o seu uso político, “em que a reafirmação de histórias anteriormente silenciadas pode permitir a afirmação de indivíduos, grupos sociais ou sociedades inteiras”. E a “história oral tem se mostrado uma importante fonte” (THOMSON, 2000, p. 60) para dar visibilidade a grupos subalternizados, como as populações africanas e seus descendentes da diáspora.

Para discutir as tensões entre *mulatos* e *pretos*, corroborando com Micol Seigel, utilizaremos o termo afrodescendente como uma categoria analítica, não

como uma identidade reivindicada por esses grupos. Como aponta Seigel (2007, p. 320), é preciso reconhecer que, quando se escolhe uma categoria analítica, “qualquer opção por um único termo tem elementos de coerção, ocultando heterogeneidade no uso de outras categorias e seus respectivos significados”.

O uso do termo afrodescendente contemplará o conjunto de *pretos* e *mulatos*, mas não significa que eles se percebam como iguais, unidos por uma única cultura, história ou experiência. Entendemos que, procedendo dessa forma, acabamos “nomeando grupos e indivíduos que não se identificavam dessa maneira” (SIEGEL, 2007, p. 320), ou seja, o termo será um guarda-chuva para identificar pretos, pardos, mulatos, negros, raça negra, homens de cor e morenos – categorias presente nas fontes investigadas. Seguindo a ressalva de Larissa Viana (2007) em relação à terminologia e à forma de redação, também optamos por não usar entre aspas ou itálico as categorias pretas, pardos, mulatos, negros, raça negra, homens de cor e morenos devido a inúmeras vezes em que aparecem no texto. Como ela assinala, corroboramos com a compreensão da inexistência de naturalização e de que estes termos possuem um conteúdo hierarquizante em seus usos e significados. Nesse sentido, utilizaremos aspas ou itálico somente quando entendermos que seja necessário.

Cabe enfatizar que categorias como “africanos”, “negros” são tão abrangentes e homogeneizantes como as categorias “afrodescendente” e “populações de origem africana”. Sabemos que homens e mulheres sequestrados em África e trazidos para a América não se identificavam nestes termos. Segundo Mortari (2007, p. 85), “a *África*, o *africano*, as *nações* são construções modernas que se referem a uma multiplicidade de povos, com línguas e culturas diversas, cujo ponto de origem comum está no tráfico de escravos e na escravidão como condição jurídica”. Essas categorias devem ser analisadas dentro dos seus contextos para melhor compreender os seus usos e significados. As palavras não são desprovidas de sentidos e, neste caso, o termo “negro” era utilizado para indicar a condição jurídica, ou seja, a situação dessas pessoas em cativo. Com o fim da escravidão em 1888, este termo passou a ser sinônimo de escravizado. Com a emergência das teorias raciais no século XIX no Brasil, o termo “negro” passou a ser utilizado para identificar todas as pessoas do continente africano e seus descendentes. Já pelo termo africano, com o processo de colonização e escravidão moderna, diferentes

povos/grupos e nações (ioruba, nagô, zulu) foram homogeneizados e tratados como iguais.

Dito isto, compreendemos que há distinções no vocabulário racial entre os séculos XVIII e XIX no Brasil. Sendo assim, investigaremos como, nestas identificações raciais, os termos *preto* e *mulato* foram renovados e/ou atualizados no século XX. Para analisar esses nuances da cor e as hierarquias raciais, bem como suas rupturas e continuidades, dialogaremos com autores/as que investigaram a construção social da cor nestes contextos como as pesquisas de Larissa Vianna (2007); Sílvia Hunold Lara (2007); José D'Assunção Barros (2009) e Hebe Mattos (2013).

Para além de compreender os significados da cor, analisaremos como a raça foi acionada por estes indivíduos. Procuramos perceber se os termos *preto* e *mulato* estavam sendo utilizados marcando o distanciamento da categoria negro. Nesse sentido, dialogaremos com autores que discutem a questão das múltiplas identidades e identificações, como Stuart Hall e Paul Gilroy. As tensões geradas entre esses indivíduos nos permitirão abordar o mote de nosso trabalho que é a desnaturalização da ideia de “raça biológica”, permitindo-nos, dessa forma, perceber que “afrodescendente e negro não são sinônimos muito menos termos isentos” (CARDOSO, P., 1993, p. 63).

Como aporte teórico para trabalhar com o conceito de “raça”, utilizaremos Kabengele Munanga, Stuart Hall, Achille Mbembe, Karl Monsma entre outros autores que discutem esta temática e a analisam negando o seu conteúdo biológico, afirmando que este conceito tem eficácia somente no mundo social. Corroboramos com a perspectiva de que a categoria raça e a identidade negra são construções políticas, noções que foram ressignificadas por grupos “estigmatizados, oprimidos e excluídos com a tentativa de reconstruir um potencial emancipatório”, operando este conceito no sentido de organizar a luta e a resistência contra o racismo no Brasil (MONAGREDA, 2017, p. 390). Como ressalta Antônio Sergio Guimaraes, raça, “é também uma categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades no país, não são de classe, e sim efetivamente a partir de critérios de cor e raciais” (2012, p. 50). E que tais critérios foram, e são ainda, utilizados para se negar ou dar acesso à cidadania. Raça e identidade negra foram reinventadas para além de mobilizar as lutas antirracistas, permitir a construção de uma identidade positiva, que além de valorizar uma ancestralidade,

tem o potencial mobilizador em torno da reconstrução de memórias e histórias que visam a devolver a humanidade àqueles e àquelas que lhe foi rejeitada.

Como suporte para apreender essas múltiplas vivências e experiências, diferentes cientistas sociais e historiadores passaram a utilizar como fontes documentais para a pesquisa os assentamentos de batismos, registros de irmãos e irmãs de irmandades religiosas constituídas de africanos e afrodescendentes, registros eclesiásticos, certidões de casamentos, inventários *post-mortem*, estatutos dos clubes/sociedades recreativas e registros orais -, consolidando subsídios para uma nova forma de interpretar e pensar o cotidiano, as expectativas de cativos e forros com a liberdade, as suas associações familiares, os seus projetos de vida, seus espaços de sociabilidade e como esses sujeitos históricos interpretavam e viam o mundo. Além das fontes mencionadas, utilizamos bibliografias gerais sobre o tema das relações etnicorraciais e bibliografias específicas sobre a construção dos clubes/sociedades recreativas. Com a intenção de ampliar discussões realizadas em minha dissertação de mestrado.

Para alcançar nossos objetivos, lançamos mãos de jornais locais de Laguna, entre outros periódicos do Estado de Santa Catarina. Cabe destacar que esse era o principal veículo de divulgação de ideias, projetos e visões de mundo em Laguna, como em qualquer parte do mundo no contexto estudado. Como bem enfatizou José Roberto Gonçalves (2012, p. 19), era “através do periodismo que os indivíduos e grupos de poder tornavam públicos os seus posicionamentos; mostravam-se e indicavam suas prioridades, apresentando-se à cena pública como se viam e como viam o outro. Os projetos políticos e sociais eram, com efeito, debatidos através das páginas dos jornais”. E como poderemos perceber, os representantes da imprensa de Laguna atuaram para que suas aspirações políticas, culturais e econômicas fossem discutidas e incorporadas pelos seus leitores e também demonstraram seus anseios pela continuidade de privilégios e manutenção de hierarquias raciais.

Integram o nosso rol de fontes o periódico “O Albor”, de 1903 a 1950, encontrado no acervo do Arquivo Municipal Casa Candemil, em Laguna. Esse periódico foi fundado em 1901 por Adalberto Bessa e Manoel dos Passos Bessa (RUBEM ULYSSEA, 2004, p. 352). Após, foi comprado pelo primo de ambos, Antônio Bessa, quando ele tinha 24 anos de idade, no ano de 1904. O semanário teve uma vida longa, encerrando suas atividades em 1965. Bessa era atuante na política de Laguna e foi filiado ao Partido Republicano Catarinense (FERNANDES,

2017, p. 398). No ano de 1935, aparece como uma figura de destaque no núcleo municipal do Partido Integralista de Laguna (ZANELATTO, 2012, p. 282) e, segundo Silveira e Durieux (2000, p. 4), em 1945, filou-se à UDN, tornando-se o maior líder dessa agremiação política na região, com seu jornal sendo porta-voz dos candidatos e líderes do partido.

Além do “O Albor”, outros periódicos de Laguna e Santa Catarina, digitalizados na Hemeroteca Digital Catarinense e Hemeroteca da Biblioteca Nacional, ambos do período de 1870 a 1950, também fazem parte do nosso conjunto de fontes. Como “O Futuro - Órgão Republicano”, jornal lançado no dia 12 de julho de 1891, suspendendo suas atividades em novembro de 1900, era composto por redatores e colaboradores diversos, gerenciado por Antônio Machado da Rosa e com veiculação semanal. Já o “Pharol - Periódico Comercial e Noticioso” estreou na imprensa lagunense com publicação semanal e redação de Dácio Magalhães. Foi porta-voz do ideário federalista, o que motivou a suspensão das suas atividades por questões políticas, circulando de 10 de maio a julho de 1891. Reapareceu em 15 de maio de 1892 com um novo título, “Pharol Órgão Federalista”, agora sob gerência de José Johanny circulando ainda no ano de 1892.

O “União”, também órgão republicano, era publicado semanalmente sob gerência de H. Amaral e impresso em tipografia própria, localizada na travessa dos Navegantes, no bairro Magalhães, em Laguna, circulou de 19 de outubro de 1889 até 1901. “O Município”, jornal semanal lançado em 19 de setembro de 1878, tornou-se o segundo periódico da região – impresso na tipografia de propriedade de Presalindo Lery Santos, que exercia também a função de redator. Intitulava-se um órgão voltado ao comércio e à agricultura, entretanto, tinha vínculos políticos com o Partido Liberal. Suspendeu publicação em junho de 1881.

Também temos “A Verdade”, folha conservadora, literária, noticiosa e comercial, editada na cidade pelo Advogado Thomaz Argemiro Ferreira Chaves e impressa em tipografia própria. Circulava aos domingos e mais tarde foi dirigido por Thomaz Caldeira de Andrade. Com o falecimento de Thomaz Chaves, assumiu Francisco José Luiz Vianna. Ocorreram alterações no subtítulo do jornal, passando a denominar-se “órgão político, comercial, literário e noticioso”. Circulou de 06 de julho de 1879 a 27 de setembro de 1885.

A “Caturra - Periódico Humorístico e Noticioso”, de responsabilidade de Manoel J. Dias, circulou a partir de 1º de janeiro de 1884 e desapareceu em 25 de

março de 1884, após 12 edições. O “Echo Lagunense” intitulava-se um “órgão Imparcial”. Dizia-se periódico noticioso, recreativo e comercial; era publicado semanalmente a partir de 1º de janeiro de 1885. Era editado por Pedro Gonçalves de Oliveira; presume-se que tenha encerrado as atividades em 1888. Finalizando, temos o periódico Commercial, que circulou na cidade de Laguna, no período de 9 de abril de 1885 a novembro de 1886 e também o “Sol”, denominado “órgão da infância, litterario, noticioso, crítico e comercial”, possivelmente fundado em 1893, encerrando as suas atividades em 1901.

Destes últimos jornais, não identificamos as possíveis filiações políticas, somente a análise de título e subtítulo não comportam elementos suficientes para que pudéssemos afirmar ou negar qualquer vinculação político partidária. Porém, corroboramos com a interpretação de Arilton Teixeira, que analisou os periódicos de Laguna entre os anos de 1864 a 1900, a qual, “apesar de muitos deles afirmarem ser independentes de qualquer tipo de vínculo político-partidário, acabavam filiando-se aos mesmos para sobreviverem” (1991, p. 47). Em Laguna, sendo uma cidade pequena e com uma significativa quantidade de jornais que disputavam a atenção dos leitores, é bem provável que estas relações políticas/clientelistas fossem uma constante para manutenção e longevidade destes periódicos.

Em se tratando das fontes orais, utilizamos entrevistas transcritas dos netos, bisnetos, ex-sócios, sócios e membros da diretoria do clube União Operária, entrevistados entre os anos de 2009, 2010 e 2018; Atas de registro de fundação do clube União Operária; Atas de fundação da Sociedade Musical União dos Artistas e Sociedade Musical Carlos Gomes, localizadas no Cartório de Registro Civil de Laguna; Atas de reuniões dos anos de 1914 a 1950 pertencentes à Sociedade Recreativa União Operária.

Somando-se ao nosso conjunto de documentos, destacamos as certidões de casamento, nascimento e óbito, localizadas no Cartório de Registro Civil de Laguna e nos Registros Eclesiásticos, disponíveis no sítio de Registro Genealógico Family Search, entre os anos de 1865 a 1950. E completamos com os documentos Judiciários do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, principalmente inventários, arrolamentos, inquéritos policiais entre os meados do século XIX até 1950. Ainda para nos auxiliar a compreender a configuração social e urbana da cidade, utilizamos mapas da população de Santa Catarina e Laguna dos séculos

XIX, mapa do perímetro urbano de Laguna do século XX e fontes iconográficas do final século XIX e início do XX.

Esse conjunto de fontes nos permitiu uma outra interpretação sobre a História de Laguna, um fragmento possível do passado. Por meio destes documentos, foi possível vislumbrar como afrodescendentes se organizavam e se percebiam enquanto homens e mulheres também ligados àquela cidade. Por mais que as relações assimétricas produzidas pelo racismo afetassem suas vidas, ainda assim, as marcas da sua presença, suas aspirações e expectativas enquanto sujeitos sociais foram capturadas nesta pesquisa. Dito isso, a presente tese está dívida da seguinte forma:

No nosso primeiro capítulo, intitulado “História e Memória silenciadas: As populações de origem africana em Laguna, Santa Catarina no Século XIX”, analisaremos como as diversas pesquisas que abordaram a presença e/ou ausência das populações de origem africana em Santa Catarina, sobretudo em Laguna, construíram a imagem de uma província que não dependia do trabalho de escravizados, e, portanto, tendo em seu contingente um número “insignificante” de homens e mulheres de origem africana.

Estas interpretações, forjadas por viajantes europeus que passaram por Santa Catarina no século XIX, relatórios dos presidentes da província do mesmo período, censos populacionais, posteriormente foram corroboradas por intelectuais na academia, ganharam alento e espalharam para o imaginário dos brasileiros, uma representação de que o nosso Estado se assemelhava a uma Europa nos trópicos.

Intentamos com esse capítulo refletir sobre a imagem que se idealizou de Santa Catarina, como um lugar majoritariamente de imigrantes europeus e seus descendentes, afeitos ao “trabalho” e muito “industriosos”, e que, desde os primórdios da colonização, pouco se apropriaram do trabalho compulsório de africanos. Nesse sentido, avaliamos os reflexos que a invisibilidade histórica e ideológica promoveu o quase apagamento da História e Memória dos africanos e seus descendentes.

Com o segundo capítulo, “A Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Laguna: Experiências Associativas e de Sociabilidade no Século XIX”, objetivamos analisar a Irmandade de Laguna-SC, fundada possivelmente antes de 1828, percebendo o seu entrelaçamento com as sociedades musicais e recreativas de Laguna. Não se sabe ao certo o período que esta irmandade

encerrou suas atividades, porém, as experiências de seus confrades possibilitaram o surgimento de outras agremiações em Laguna, nos anos que se seguiram ao pós-Abolição.

Diante das dificuldades em encontrar fontes produzidas pela Irmandade, através dos escassos vestígios, às pistas e aos indícios investigados neste capítulo, somamos os esforços para retirar do esquecimento esta confraria e compreender seu modo de atuação. Para alcançar este objetivo, consultamos a bibliografia especializada e identificamos que a Irmandade de Laguna desenvolvia atividades muito semelhantes as suas coirmãs. Acreditamos também que, possivelmente, as práticas organizacionais apreendidas na irmandade abriram caminho para novas formas de sociabilidade e associativismo no pós-Abolição.

“As Associações Musicais em Laguna: redes de sociabilidades, solidariedade e compadrio” é o terceiro capítulo no qual investigaremos o entrelaçamento das associações Sociedade Musical União dos Artistas e Sociedade Musical Carlos Gomes, entre os confrades do Rosário e os clubes recreativos, percebendo a construção de redes sociofamiliares, relações de compadrio e o lugar desses sujeitos no tecido social. Nossas diligências, a partir das fontes consultadas, foram no sentido de averiguar as relações sociais entre estes indivíduos que formaram uma extensa rede associativa, percebendo como estes homens transitaram nesses diferentes espaços de sociabilidade os quais aventamos fazer parte do circuito associativo dos afrodescendentes de Laguna.

Ao investigar as ligações que os membros destas agremiações possuíam, outro aspecto desse capítulo é perceber a mobilidade social experimentada por alguns membros desses grupos. Para tanto, seguimos os vestígios, principalmente acessando certidões de nascimentos, casamentos e óbitos que apontam para extensas relações de compadrio que eles estabeleceram antes e depois da escravidão.

A proposta do quarto capítulo, intitulado “‘Abriu-se um Club de Negros’: Experiências Associativas no pós-Abolição e a Fundação da Sociedade Recreativa União Operária (1903-1950)”, terá como tema central a construção do clube que ocorre em 1903, com o recorte final o ano de 1950. Investigaremos, por meio do Estatuto, Livros Atas, registros eclesiásticos, fonte oral e periódicos locais, principalmente o jornal O Albor, a trajetória deste clube conhecido na cidade como clube dos *mulatos*.

A inquirição nas mais variadas fontes nos permitiu compreender a atuação deste espaço de sociabilidade em Laguna, na primeira metade do século XX, e o que ele representou para as populações de origem africana da cidade as quais faziam parte daquele universo. Intentamos compreender como este espaço de divertimento contribuiu para a construção da suposta identidade *mulata* e como as demandas desse grupo foram agenciadas para promoção de *status*, respeitabilidade e acesso a bens materiais e culturais, como a educação, objetivo que estava presente no estatuto da agremiação.

No quinto capítulo, investigaremos a construção do “Clube Literário e Recreativo Cruz e Sousa - O clube dos *pretos* de laguna (1906-1950)”. Diferente do Clube União Operária, o clube investigado encerrou suas atividades no final dos anos 1950, não se sabe exatamente a data. Infelizmente, não dispomos de farta documentação, como para o União Operária. Ao encerrar suas atividades, os documentos se perderam, restando somente os vestígios de sua presença nos periódicos locais e nas memórias de poucas pessoas que conheceram a sua história e estavam lúcidas e concordaram em contá-la.

A partir dos registros de memória, dos vestígios deixados nos periódicos locais e de documentos judiciais, entre outros, investigaremos a trajetória desse clube, conhecido na cidade, como clube dos *pretos*. No enalço de seus associados e de suas redes de relações com sócios do União Operária, vislumbramos compreender, como se deu, a construção da suposta identidade *preta* dos nossos protagonistas em Laguna. Ao que tudo indica, antes do surgimento da República, estes afrodescendentes estavam todos em circulação nos diferentes espaços associativos em Laguna, mas sem esta clivagem identitária. São estes aspectos que iremos abordar no capítulo em questão.

2 HISTÓRIA E MEMÓRIA SILENCIADAS: AS POPULAÇÕES DE ORIGEM AFRICANA EM LAGUNA, SANTA CATARINA, NO SÉCULO XIX

[...] não é, pois, de admirar, com a reduzida percentagem de cativos existentes em Santa Catarina, que nada ou quase nada tenha ficado em nossa literatura e em nossa história a seu respeito [...]. (CABRAL, 1939, p. 168).

[...] como se viu não foi muito expressiva, numericamente, a contribuição africana à população catarinense, sendo ela predominantemente urbana. (PIAZZA, 1983, p. 450).

2.1. A ocupação e os aspectos econômicos da Província de Santa Catarina e da Vila de Laguna

Estas epígrafes que tratam da ocupação da então província de Santa Catarina parecem estar deslocadas dos parágrafos que seguem. Estes epitáfios estão intimamente conectados com a ocupação do território do Brasil Meridional e com a introdução de africanos escravizados neste território. Os autores aí citados contribuíram para forjar uma imagem de Santa Catarina como uma província que foi ocupada majoritariamente por imigrantes europeus, racial e moralmente superiores aos grupos subalternizados, como africanos e indígenas. Ainda que europeus e seus descendentes formassem a maioria da população da província, não são eles os únicos responsáveis pelo seu desenvolvimento, como querem estes autores. Tais epígrafes, para além de dialogarem com este capítulo da tese, chamam-nos a refletir sobre as narrativas construídas sobre o passado, enquanto uns eram/são glorificados, aos *outros* se negou a história e retirou-lhes a humanidade. Com a impossibilidade de apagá-los fisicamente, tornaram estes homens e mulheres invisíveis simbólica e ideologicamente. Assim, as epígrafes apontam como a historiografia catarinense tratou de temas como a escravidão e a própria ocupação territorial da então província de Santa Catarina.

Desde as primeiras viagens ao Atlântico Sul, navegadores europeus reconheciam a importância estratégica dos portos de São Francisco, Desterro (na Ilha de Santa Catarina) e Laguna, regiões que faziam parte do domínio da Coroa Portuguesa. Esses portos eram considerados estratégicos para ter acesso ao Rio da Prata, ou o Pacífico, através do estreito de Magalhães, sendo que neste contexto o

Tratado de Tordesilhas (1494) não era respeitado pelas Coroas Ibéricas. (MAMIGONIAN; VIDAL, 2013).

As disputas entre Portugal e Espanha não eram somente em relação aos portos daquela região, mas sim, segundo Coelho (1977), Caruso e Caruso (2000) e Piazza (2003), uma estratégia de dominação da região do Rio do Prata pelos espanhóis, com objetivas intenções de conter os interesses portugueses naquela região. Com a dominação espanhola em Portugal, nos anos de 1580 a 1640 (a União Ibérica), os empenhos da Espanha voltaram-se mais ao sul do continente, chegando ao Paraná e Paraguai pelo Rio do Prata, em busca de metais preciosos e com pouco interesse em iniciar um processo de colonização naquela região.

Em 1640, quando é restaurada a monarquia portuguesa, dá-se início ao projeto de conquista no extremo Sul do Brasil. Como afirma Coelho (1977), havia uma nítida preocupação em se firmar uma posição no litoral Sul. Destaca ainda o autor que a ilha de Santa Catarina tornou-se local estratégico para finalidades de defesa, bem como uma região que deveria ser povoada, servindo de base e apoio logístico à atividade militar. Ocorre também neste quadro a fundação da Colônia de Sacramento, às margens do Rio da Prata e distante a 45km de Buenos Aires, em 1680, gerando constantes disputas entre as Coroas Ibéricas, para garantir a hegemonia na região do Prata que, segundo Lucena (1998), assegurava condições para a exploração de minérios pelo continente, e Portugal estava disposto a manter o domínio sobre a região a qualquer custo.

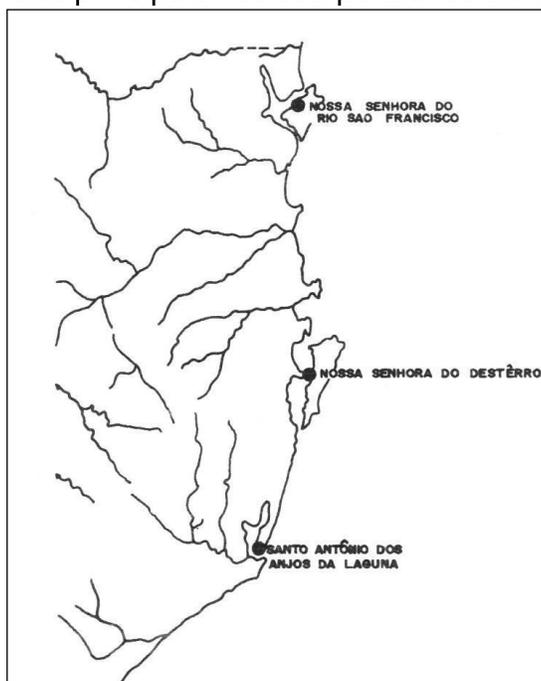
Cabral (1939) destaca que, somente a partir de 1658, começaram as expedições para povoamento e colonização da região Sul do Brasil, com a intenção de garantir domínio de território à Coroa Portuguesa. Além do povoado de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, surgiram primeiramente São Francisco (fundado por Manoel Lourenço de Andrade), em 1658¹, e Nossa Senhora do Desterro (Figura 2), por Francisco Dias Velho, na Ilha de Santa Catarina, entre os anos de 1673 e 1675². De

¹ São Francisco do Sul é a localidade mais antiga da província de Santa Catarina, sua ocupação remonta à época dos descobrimentos. Em 1658, Manoel Lourenço de Andrade, acompanhado por casais portugueses e paulistas, chegou a São Francisco com plenos poderes, concedidos pelo Marquez de Cascaes, para povoar a terra, repartindo-a entre a sua comitiva e os que fossem chegando. Já em 1660 obteve autonomia municipal, quando foi elevada a categoria de vila. Finalmente, em 1847, é elevada a categoria de cidade. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2019).

² Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, é elevada à categoria de vila a partir de seu desmembramento de Laguna. No século XIX, Desterro foi elevada à categoria de cidade, tornou-se Capital da Província de Santa Catarina em 1823 e inaugurou um período de prosperidade, com o investimento de recursos federais. Projetou-se a melhoria do porto e a construção de edifícios públicos, entre outras obras

acordo com Dall'Alba (1979), Laguna foi fundada em 1676, ou em 1684, pelo vicentista Domingos Brito Peixoto e seus dois filhos, com sua família de homens livres, indígenas e cativos africanos que o acompanhavam na aventura de estabelecer um povoado na costa Sul do Brasil. Sua fundação está ligada a uma estratégia de povoamento e proteção do Sul do Brasil meridional (CARUSO & CARUSO, 2000).

Figura 2 - Mapa dos principais núcleos portuários do litoral catarinense



Fonte: Adaptado de Piazza (1988, p. 30).

Seria ainda no início do século XVIII a continuidade da migração formada por paulistas, tanto militares quanto civis e posteriormente imigrantes açorianos e madeirenses, se instalando no litoral sul catarinense e extremo sul do Rio Grande do Sul, para o desenvolvimento da pecuária. Isso tudo devido às boas condições climáticas e físicas que a região possibilitava, fator que contribuiu para o surgimento de moradias, estâncias e o povoamento, como almejará a Coroa Lusitana.

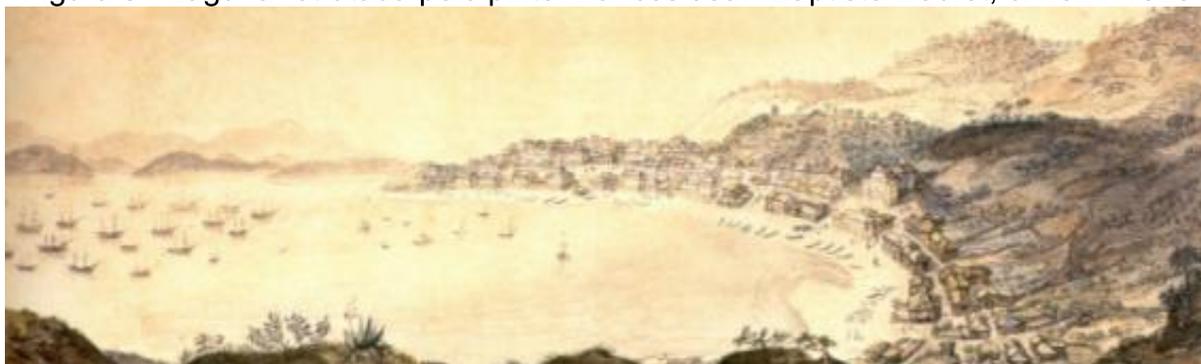
Dentre estas correntes migratórias para a Santa Catarina, destacaremos a vila de Laguna, a primeira tentativa com seu fundador Domingos de Brito Peixoto e posteriormente a chegada do contingente de imigrantes da Ilha dos Açores (1750). A partir das análises das tentativas de ocupação deste território, procuramos investigar como se deu a formação social da pequena vila e quais os grupos envolvidos na campanha pela ocupação e domínio da região à Metrópole Portuguesa. Conforme

Lucena (1998), Laguna foi visitada pelo capitão Manoel Gonçalves de Aguiar em 1714; neste mesmo ano, fora elevada à categoria de Vila e, segundo a autora, o capitão encontrou aproximadamente trinta casais, entre os juizes de Câmara, o genro de Brito Peixoto, João de Magalhães. O capitão, em seus relatos sobre a visita à Laguna, registra um contingente de gado e as intensas atividades portuárias (CABRAL, 1987, p. 44). Como podemos verificar, estas mesmas afirmações sobre as atividades e a importância do porto foram destacadas nos relatos de Saint-Hilaire em sua passagem por Laguna:

[...] o porto tem bastante movimento. É ali que ficam não só as lojas principais, mas também as mercearias, que em geral são muito bem sortidas. [...] A grande quantidade de produtos fornecidos pelos arredores de Laguna torna muito intenso o movimento comercial do porto. Os principais produtos exportados, em ordem de importância, são a farinha de mandioca, o feijão, o milho, as favas, e certa quantidade de taboas. O peixe salgado constitui na região um ramo de comércio importante. (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 230-231).

A intensa atividade portuária, destacada por Saint-Hilaire em sua viagem, evidencia que as cidades e vilas detentoras de portos passaram a serem pontos estratégicos não só para a circulação de mercadorias, mas tornaram-se espaços de pujança sociocultural. Como destaca Rosa (2019, p. 75), “as atividades portuárias estabeleciam contato com outros centros urbanos, obtendo, assim, com maior facilidade, as informações sobre as novas mudanças ocorridas nos padrões socioculturais e econômicos”. A Figura 3, abaixo, sugere que nossa interpretação converge com as informações descritas por Saint-Hilare. Como podemos perceber, há uma vila em desenvolvimento e com pequenas canoas à beira mar, além de embarcações de maior calado à espera de produtos e pessoas.

Figura 3 - Laguna retratada pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret, c. 1824-1828



Fonte: Capivara (apud JAMARILLO, 2016, p.136).

Saint-Hilaire também destaca as principais mercadorias que eram produzidas e o seu peso na economia da vila, conseqüentemente, no desenvolvimento da província, além de sua relevância no abastecimento do mercado interno. Santa Catarina estava integrada à economia colonial, e toda a produção que desembocava no porto de Laguna não teria somente Desterro como destino, mas ainda Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Esta conexão comercial revela uma província com atividades para além da autossustentação e com características muito complexas e dinâmicas (MAMIGONIAN, 2006). Como destaca Lenharo (apud CARDOSO, 2008, p. 29), a província de Santa Catarina estava ainda sob a administração Joanina, especializada em suprir as necessidades da nova Corte que se instalará em 1808, e sua produção econômica “estava articulada à “estrutura mercantil vinculada ao comércio atlântico.”

Em convergência com tais interpretações, Fragoso e Florentino (1993), abordaram a sociedade brasileira e sua economia a partir de características internas, sem desconsiderar o impacto das flutuações do mercado externo para compreender a produção e o abastecimento do mercado interno, bem como a estruturação da sociedade colonial Centro-Sul. Neste sentido, a província de Santa Catarina estava integrada à economia agroexportadora da colônia e posteriormente do Brasil Império, não podendo ser considerada uma simples província que se limitava à produção de subsistência.

Podemos considerar que sua inserção na economia colonial ocorre devido à crise econômica no nordeste brasileiro, causada pela seca e a conseqüente decadência da pecuária naquela região. Logo, tal crise deslocou o eixo econômico para o sul (PRADO JUNIOR, 1992 apud LUCENA, 1998, p. 87) e a pecuária em expansão abriu caminho para criação e comercialização do gado e seus derivados. Nesta conjuntura, Laguna terá um papel central para a distribuição da produção oriunda das capitâneas do Sul; segundo este mesmo autor, a vila se integrará na história político administrativa da colônia nos fins do século XVII e em meados do século XVIII.

A vila de Laguna era um dos caminhos de passagem do gado que vinha de São Pedro do Rio Grande do Sul, mas, por volta de 1728, surge uma nova alternativa, interferindo na passagem pelo litoral. Esse novo fluxo passava pelo rio Araranguá, chegando aos campos de Lages, seguindo para Curitiba e São Paulo. O novo caminho para a comercialização do gado para outras províncias, como

Sorocaba, São Paulo e regiões das Minas Gerais, devido ao ciclo do ouro, deu um duro golpe na economia da vila.

Para os paulistas, este novo caminho, representou a diminuição da distância percorrida, pois não necessitaria mais passar pelo litoral, nem pagar o frete marítimo e intermediários, obtendo, dessa maneira, maior lucro nas feiras. Posteriormente, este caminho também será substituído pelos campos de Vacaria, que alcançavam a futura vila de Lages. Enquanto Laguna escoava toda a produção econômica desde a colônia de Sacramento, seu desenvolvimento não vinha sendo interrompido, mas a situação logo se modificou, devido à alteração na rota de comercialização do gado. De acordo com Lucena,

[...] o desenvolvimento econômico que estava sendo alcançado na Vila de Laguna em torno do comércio do gado, uma nova ordem da Capitania veio frear todo o processo que se sucedia: a determinação em 1728, de abertura de um caminho que conduziria o gado do Sul para o planalto, evitando as terras litorâneas e o transporte marítimo, de nada agradou a população lagunense, fato este que marcou o início do seu primeiro declínio econômico. (LUCENA, 1998, p.19).

Apesar desses reveses, a pequena vila possuía os melhores caminhos para ligar-se a outros povoados por estradas litorâneas que davam acesso a Desterro, a Serra, São Paulo e, ao extremo sul, aos Campos de Vacaria. Aos poucos, Laguna vai retomando seu crescimento, aproveitando a circunstância de entreposto comercial mais importante da região sul da província de Santa Catarina. Além da intensa atividade econômica, para que os projetos da coroa portuguesa alcançassem sucesso, foram iniciadas correntes migratórias de caráter autônomo e patrocinadas pela coroa portuguesa, em meados do século XVIII, a fim de povoar a região que vinha sofrendo com a baixa densidade demográfica, devido à migração para o Rio Grande, com as amplas possibilidades de adquirir fortuna com o apresamento e a construção de estâncias para criação de gado xucro existente em abundância no extremo sul.

Alçada ao status de Vila em 1714, Laguna seguiria se desenvolvendo, atuando como núcleo receptor e escoador de mercadorias da região sul. Embora as atividades ligadas à pecuária tivessem um decréscimo significativo para a economia da vila, com a alteração da rota do gado, Laguna ainda se beneficiaria com as atividades agrícolas, a produção de carne salgada e o gado vindo de Araranguá, e o

seu intenso contato com outros portos, como Rio de Janeiro e São Paulo, além dos portos da região Sul, como de Desterro e São Francisco do Sul. Com esses apontamentos sobre a fundação de Laguna e outras freguesias e a economia da província de Santa Catarina, dialogando com estudos recentes, percebemos que esta província, considerada um território estratégico para dominação do Império de Portugal, apresentava relativa complexidade. Essas novas investigações, reinterpretando estudos clássicos da economia e da historiografia catarinense, compreenderam que Santa Catarina não era uma província de economia incipiente, pelo contrário, atendiam às demandas internas e era responsável por abastecer outras praças, inclusive a Corte. Como a historiografia tradicional criou uma imagem de uma província com características econômicas peculiares, esses mesmos intelectuais contribuíram para silenciar a memória da escravidão em Santa Catarina.

2.2. As populações africanas em Santa Catarina e a suposta invisibilidade

Por muito tempo, a historiografia não deu a devida importância para as experiências das classes subalternizadas. A visão elitista da história que se tinha impossibilitava os representantes dessas escolas, em perceber a atuação “dos de baixos” nos processos históricos. Assim, a História foi escrita a partir da mirada das elites. Essa mesma historiografia, quando falou sobre os povos africanos e seus descendentes, o fez de uma perspectiva que retirava toda a humanidade desses sujeitos. Ao coisificá-los, essas interpretações retiravam-lhes qualquer tipo de laços familiares; por vontade própria, eram apresentados como avessos ao trabalho, desregrados sexualmente, ou seja, representados como pessoas dotadas de patologia social, devido à vivência no cativeiro³.

Para além dessa abordagem carregada de preconceitos, as populações africanas e seus descendentes desapareceram da História com a abolição da escravidão. A resposta mais recorrente para esta ausência ou miopia acadêmica era a carência de fontes, e o desaparecimento da cor/raça nos documentos oficiais que impossibilitavam a captura desses indivíduos. Desde a segunda metade dos anos 1970 e principalmente com mais ênfase nos anos 1980, houve uma guinada

³ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e senzala**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil, formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 5. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1946. FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**, 2. vol., 3.ed. São Paulo: Ática, 1978.

historiográfica, centrada nas experiências dos últimos libertos e no pós-Abolição, bem como em uma revisão do ponto de vista das fontes, das interpretações; as perguntas feitas para os documentos deram vida a sujeitos que sempre estiveram presentes nas fontes, mas foram invisibilizados⁴. Neste processo, emergiram homens e mulheres que “tinham adquirido família, vida cultural e comunitária” (MATTOS, 2005, p. 26).

Continuando nossa investigação, esta pequena introdução foi um alerta para compreendermos como este processo de invisibilidade foi capaz, por um tempo, de negar a existência de pessoas que muito contribuíram para a formação econômica, social e cultural de Santa Catarina. Para desnudar tal perspectiva, inquirimos os relatos dos viajantes europeus que passaram pela província de Santa Catarina e, especialmente em Laguna, recenseamentos da época, mapas da população, inventários *post-mortem*, periódicos locais, imagens, mapas, bem como bibliografias sobre a história do Brasil e de Santa Catarina.

Dito isso, principiaremos a história de nossa vila com o relato de Auguste Santi-Hilaire (1820), viajante francês que aportou na província e no povoado de Laguna, nas primeiras décadas do século XIX. Prosseguiremos nossas análises com os registros de Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão, que assumiu como Promotor Público da Comarca de Laguna/SC em 1859. As impressões de outro viajante europeu que esteve em meados do século XIX pela então província catarinense e a vila de Laguna, Robert Avé-Lallemant (1858), também fazem parte de nossos estudos. Avaliaremos como a narrativa sobre a história de Laguna, sobretudo sua composição social e racial, foi construída pelos mesmos, se cristalizando como representações legítimas do passado e influenciando as análises de estudiosos do século vindouro. Durante a trajetória da pesquisa, dialogamos com a interpretação hegemônica sobre a história de Santa Catarina que, segundo Cardoso (2008), explicou o passado da província a partir de uma lógica econômica, assentada na subsistência ou dependência do mercado exportador, revelando-se uma província com características peculiares, na medida em que não teria havido a introdução

⁴ MATTOS, Hebe Maria; Rios, Ana Lugão. **Memórias do cativo: família, trabalho, e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. ANDREWS, George. **Negros e brancos em São Paulo, 1888-1988**. Bauru: EDUSC, 1998. COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. **Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

maciça de mão de obra escravizada, como ocorreu em outras regiões do Brasil (norte e nordeste).

Esta interpretação da província e suas demais vilas e freguesias, como afirma Cardoso (2008, p. 21), “minimizava a importância da escravidão africana, coisificava cativos e libertos, e tem contribuído para a invisibilidade das experiências africanas”. Na mesma perspectiva, Leite (1996) afirma que existia nesta bibliografia, nítida intenção de ocupar este vazio com um único sujeito - o imigrante europeu, sobretudo o alemão.

A produção acadêmica de Cabral (1968) e Piazza (1982) contribuiu para o desenvolvimento desta interpretação que pouco documentou sobre a população africana e seus descendentes. Quando o fez, segundo Wolff (2009), foi utilizando como fontes, principalmente relatos dos viajantes, relatórios oficiais, documentos, que foram analisados a partir de uma visão colonialista, eurocêntrica, preconceituosa e carregada de juízo de valor, que produziu e reproduziu uma narrativa que se tornou senso comum. A ideia de que em Santa Catarina as populações africanas e seus descendentes eram numericamente inexpressivos ou inexistentes foi ganhando fôlego ao longo dos tempos. A explicação para esta ausência estava no tipo peculiar de escravidão que se desenvolveu na província. Um sistema de subsistência com um pequeno número de propriedades que não dependiam de grandes escravarias. Construíram a imagem de uma província que não dependia do trabalho compulsório, tornando as populações escravizadas e mesmo livres e libertas invisíveis aos olhos de observadores desatentos.

Para além de invisibilizar as populações africanas e conseqüentemente diminuir a importância da participação dos africanos e seus descendentes no processo produtivo, forjou-se e reafirmou-se a imagem do europeu como laborioso, industrioso, superior, e único personagem responsável pelo desenvolvimento de Santa Catarina (CARDOSO & IANNI, 1960; LAGUNA, 1976; CABRAL, 1939; PIAZZA, 1983). Ao mesmo tempo em que a presença africana é destacada pelos viajantes que passaram pela província de Santa Catarina, e suas vilas e freguesias, os números que estes apresentaram e foram corroborados pela academia são falhos e contraditórios. Uma leitura atenta e minuciosa ventila outra interpretação, para além da inexpressividade que estes intelectuais, a partir de uma visão absorta e pouco crítica, construíram e colaboraram para cristalizar no imaginário e senso comum catarinense a ideia da quase total inexpressividade dessas pessoas em Santa

Catarina, construindo uma representação do Estado como se fosse uma Europa nos Trópicos.

Contrariando tais interpretações, Cardoso (2008, p. 84), ao analisar as populações de origem africana na Desterro oitocentista faz a seguinte advertência,

[...] gostaria de chamar a atenção apenas para as escolhas que o historiador realiza no processo de produção de uma representação/interpretação de uma dada realidade pretérita. No caso de Santa Catarina, elas tendem a organizar a documentação de modo a evidenciar uma ausência, a presença africana. (CARDOSO, 2008, p.84).

Segundo o mesmo autor, estas escolhas se tornam evidentes, quando se destaca a imagem da província com as impressões de alguns viajantes europeus como Saint-Hilaire, que destacou o Brasil como um país essencialmente agrícola e com imensas terras a distribuir entre camponeses europeus laboriosos.

Em sua estada em Santa Catarina, em 1803, dezessete anos antes de Saint-Hilaire, o Barão de Langsdorff (1990, p. 165) nos apresenta uma outra imagem da província de Santa Catarina. Segundo ele, “a quantidade de escravos negros de ambos os sexos que se veem aqui é estranha aos olhos desacostumados de um europeu qualquer”. Ainda assegura o autor (1990, p. 165), “que são principalmente estes infelizes que tratam da lavoura e executam os trabalhos mais pesados. A riqueza dos moradores daqui é avaliada, em geral, pelo número de escravos que possuem”.

Saint-Hilaire (1936, p. 47), ao afiançar que havia um escravizado para cada cinco homens brancos, estava comparando a província catarinense aos grandes centros exportadores, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo e, assim, justificando a relativa baixa densidade demográfica das populações de origem africana.

Ao mesmo tempo em que assegurava o pouco contingente de escravizados na província, destacava a importância desses nas mais variadas atividades, sobretudo na agricultura. Segundo o viajante (1936, p. 198-199), “o desejo dos lavradores era adquirir um número suficiente de cativos para satisfazer simultaneamente a sua vaidade e indolência”, ou seja, ao mesmo tempo em que ele estaria livre de trabalhar diretamente nas atividades agrícolas e manuais, estaria ele próprio em outra posição social. Com a aquisição de um número maior

de cativos, afirmaria sua condição de homem livre (MATTOS, 2013) e proprietário, reforçando as hierarquias sociais em que estavam inseridos o senhor e suas propriedades (BILÉSSIMO, 2008).

A Tabela 1 apresenta a população segundo a condição social na Província de Santa Catarina, entre 1796 e 1872:

Tabela 1 - População segundo a condição social, Província de Santa Catarina, 1796-1872

Ano	Livres			Escravos			Total	
	N	%	Cresc. Anual	N	%	Cresc. Anual	N	Cresc. Anual
1796	18674	78,25		5191	21,75		23865	
1811	24333	76,64	1,76	7417	23,36	2,38	31750	1,90
1828	39924	76,51	2,91	12256	23,49	2,95	52180	2,92
1836	48741	78,93	2,49	13012	21,07	0,75	61753	2,11
1849	67811	81,94	2,54	14946	18,06	1,07	82757	2,25
1866	104459	87,65	2,54	14722	12,35	-0,09	119181	2,15
1872	144818	90,36	5,44	15444	9,64	0,80	160262	4,94

Fonte: Botelho (1998, p. 87).

Analisando a tabela acima, juntamente com os relatos dos viajantes, cotejando-os aos documentos oficiais da província de Santa Catarina, constata-se uma população escravizada acima dos vinte por cento para quase todos os anos analisados, com exceção aos anos de 1849, 1866 e 1872. Tais anos apresentam um percentual abaixo de vinte por cento entre a população escravizada.

Esta redução da população cativa, possivelmente, se deu devido às leis de restrição ao tráfico de africanos a partir da Lei 07 de novembro de 1831 (Governo Feijó) e após com a Lei 581, de 1850 (Eusébio de Queiroz), proibindo o tráfico internacional de africanos (AMARAL, 2011). Acredito que não foi sem intenção o censo em 1872, pois, no ano anterior, foi sancionada a lei nº 2040 de 28.09.1871 – a chamada posteriormente Lei do Ventre Livre, que sinalizava o caminho gradual para a abolição da escravidão. A preocupação em conhecer o percentual de cativos demonstrado pela província de Santa Catarina revela a preocupação com sua manutenção e longevidade do sistema; possivelmente a imigração e a substituição de africanos e seus descendentes eram uma alternativa real e plausível.

Outras hipóteses seriam o tráfico intra e interprovincial com a restrição de africanos novos no país e o aumento da demanda na região sudeste por mão de obra. Talvez sobre este arrefecimento da população cativa nos anos que

precederam 1850, sejam essas as respostas. O ano de 1876 sugere que, com a crise do escravismo e as fugas, doações e conquistas de manumissões expliquem o pequeno número de cativos nos anos que antecederam a abolição da escravatura. Não existe um único fator que vá dar conta de explicar a diminuição do trabalho compulsório, tais desdobramentos foram parte de um processo que vinha ocorrendo também em outras localidades do país como bem assinalou Biléssimo (2008, p. 111).

Comparado ao total da população, estes dados não devem ser considerados números inexpressivos, pois se mantinham bem significativos. Inclusive, para não perder a força de trabalho, foi criada uma lei provincial (nº 340, de 3 de abril de 1852) que proibia as saídas de cativos da província, salvo com a presença de seu proprietário e ainda previa multa por seu descumprimento (PIAZZA, 1975).

Devido ao quadro econômico em que a província estava inserida e ao fato de que a mão de obra escravizada era a força motriz da produção e do abastecimento interno da praça do Rio de Janeiro, entre outros centros agroexportador (mesmo a população de origem africana não sendo a maioria na província de Santa Catarina), a criação de uma lei provincial, para restringir a venda de cativos para outras áreas, contradiz o argumento dos nossos viajantes e intelectuais, que tencionaram minimizar o trabalho compulsório na tentativa de forjar a imagem do imigrante como único empreendedor, laborioso e responsável pelo desenvolvimento de uma província com certas características peculiares como: a agricultura familiar com utilização mínima de pessoas na condição de escravizados/as.

É sintomático que nestas estatísticas aqui analisadas, confirmadas por relatos de viajantes, corroboradas por agentes governamentais e cristalizadas por historiadores do século XX, não foram considerados os africanos, crioulos livres e libertos nos recenseamentos; caso fossem contabilizados, possivelmente estes números de maneira alguma poderiam ser estimados como inexpressivos. Nas palavras de Biléssimo (2008, p. 53), “a historiografia catarinense costuma analisar a porcentagem de cativos na população observando os números totais, a relação entre cativos e livres, do mesmo modo utilizado ao olhar as grandes áreas exportadoras”.

Esta imagem que se forjou por estrangeiros, também foi corroborada por representantes da colônia, como Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão, que

assumiu o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Laguna, e permaneceu na função de 15 de dezembro de 1871 até o ano de 1886 (GALVÃO, 1884).

Ele escreveu sobre diversos aspectos da história de Laguna, sobretudo sua composição etnicorracial. Segundo o magistrado (1884, p. 14), Laguna era quase toda branca e descendia em sua maioria de açorianos que chegaram no ano de 1750. Conforme o administrador colonial, as populações indígenas carijós eram raras, e as que restaram não conservavam a pureza, pois haviam se misturado com o branco ou africano. Ele afirma que a população africana era pouca e, em sua maioria, escravizada. No último censo, possivelmente de meados do século XVIII, destaca o autor (1884, p. 15), a vila contava com 24.180 habitantes divididos pelas freguesias, conforme Tabela 2:

Tabela 2 - População da Vila de Laguna (1796)

Vila	Livres	%	Escravizados	%	Total
Laguna	6417	86,90	967	13,10	7384
Mirim	2685	92,29	224	7,70	2909
Vila Nova	1213	90,65	125	9,34	1338
Imaruí	4268	87,36	617	12,63	4885
Pesc. Brava	2015	79,23	528	20,76	2543
Araranguá	4831	94,17	299	5,82	5130
	21429		2760		24189

Fonte: Galvão (1884, p. 15).

O percentual das freguesias de Laguna sugere que, em Imaruí e Pescaria Brava, e a própria vila, com seu porto, estavam ali concentradas as principais atividades econômicas, como a produção do milho, fava, feijão, mandioca, a cana e algum café. É plausível que nestas regiões estivessem concentradas estas atividades por conta da elevada concentração de livres e escravizados. Galvão não relaciona em seu censo os forros ou libertos, sejam eles africanos ou crioulos. Presumimos que não foram registrados por opção do administrador, ou talvez por ser uma população escravizada recente, que não teria ainda oportunidades de conquistar suas manumissões.

Por não possuímos elementos suficientes para confirmar ou negar esta interpretação, neste sentido, o que pressupondo foram hipóteses as quais nos auxiliam a pensar que estas omissões dos administradores coloniais em relacionar a população de origem africana livre nos censos contribuíram para forjar a imagem de Santa Catarina como uma província que dependia muito mais do trabalho livre,

(associado à figura do imigrante açoriano), e tendo a escravidão pouca importância para o desenvolvimento econômico da província.

Podemos pensar, também, que as estatísticas populacionais estavam indicando um resultado que não agradaria as elites imperiais, visto que, nos recenseamentos, havia o predomínio da miscigenação dos povos indígenas, africanos e portugueses, e tal resultado culminou nos projetos imigrantistas com o objetivo de modificar a “essência racial da população” com a introdução de mais imigrantes europeus para acentuar o processo de ocupação e miscigenação com vistas ao branqueamento da província com esses povos considerados, “obedientes e que se adapta[vam] facilmente ao trabalho agrícola nas colônias pouco habitadas ao sul do Brasil”. (LEMONJE, 2013, p. 154).

Seguindo a interpretação dos viajantes europeus, utilizando relatórios dos administradores provinciais, mapas e censos populacionais do final do século XVIII, até os anos de 1872, último censo do Brasil Império, Cabral (1939), Piazza (1975) e Cardoso (2000) assinalaram a província de Santa Catarina, como uma região peculiar, como já foi destacado. Esta singularidade passa a ser explicada da seguinte maneira:

Na literatura barriga verde as referências ao negro não conduzem a qualquer conclusão e os clássicos de nossa história parecem olvidados completamente deste elemento, nada referido a respeito das suas origens, dos seus costumes, dos seus usos, da religião, nem mesmo da sua procedência, tornando sobremaneira difícil o estabelecimento das bases de um estado completo sobre a influência direta e indireta exercida pelos que foram escravos de nossos maiores nos usos e costumes locais. (CABRAL, 1939, p. 166).

De acordo com o autor acima, os africanos e seus descendentes não contribuíram com a formação seja cultural, social e econômica da província catarinense, e foram olvidados dos clássicos de nossa história, costume, religião, ou seja, desapareceram juntamente com a escravidão. Ainda segundo Cabral, a população no período da escravidão foi insignificante demograficamente, e o resultado destas interpretações foi quase o seu total apagamento da nossa literatura e história.

Como bem destacou Cardoso (2008), sobre as escolhas que o historiador faz para interpretar o passado, estes autores optaram por construir uma narrativa tradicional, esta explicada por Burke (1992) como a história dos vencedores, a partir de fontes que enalteciam a imigração europeia em Santa Catarina. Assim,

avigoravam uma suposta ausência de fontes documentais sobre a história das populações de origem africana no Brasil. Somando-se a uma visão eurocêntrica da História e seus processos, incluímos como resultando o silenciamento da história e da memória dos povos africanos e seus descendentes na então província de Santa Catarina.

Convergindo com Cabral (1939), Piazza em seus livros “O escravo em uma economia minifundiária” (1975) e “Santa Catarina: sua história” (1983), utiliza-se de argumentos semelhantes e dados estatísticos para reforçar a ideologia da inexpressividade e do suposto empreendimento europeu em detrimento da contribuição africana na construção de Santa Catarina. Conforme o autor (1983, p. 450), “não foi muito expressiva, numericamente, a contribuição africana à população catarinense, sendo ela predominantemente urbana”, ou seja, a escravidão nesta província teria sido *sui generis*, além de essencialmente urbana e doméstica, teve pouca relevância. Interpretação semelhante à de Piazza foi identificada por Oliven (1996, p. 26) no Rio Grande do Sul. Uma historiografia de caráter laudatório e tradicional reconhece a escravidão naquele estado, porém atribuía a ela irrelevância no processo de trabalho.

Valendo-se de uma “análise ligeira”, como diz o autor, para justificar a inexpressividade numérica de africanos e seus descendentes, utilizando censos de 1796 a 1886, afirmava Piazza (1975) que, o “elemento negro”, chegando à terra com o “povoador branco”, tem crescimento demográfico positivo até 1856, vindo a diminuir nos anos vindouros. Os dados utilizados pelo autor, a partir de uma leitura atenta e meticulosa, contrapõem os argumentos elaborados por ele que procuraram recusar a presença africana e de seus descendentes em Santa Catarina, como se observa na Tabela 3:

Tabela 3 - Quadro geral da população de Santa Catarina (1796 a 1860)

Ano	População Total	Brancos e Libertos	Escravizados	% de escravizados população total
1796	23.685	18.674	5.191	21,91
1803	17.843	13.628	4.215	23,62
1805	18.137	13.489	4.643	25,60
1810	30.339	23.146	7.203	24,00
1813	32.949	25.371	7.578	22,99
1818	44.041	34.869	9.172	21,00
1819	44.031	34.859	9.172	20,83
1820	40.040	30.106	9.783	24,43
1824	45.877	29.877	15.533	33,85

1829	53.883	39.908	12.620	23,42
1836	61.379	48.197	13.019	21,21
1838	63.624	49.966	13.658	21,46
1839	65.638	51.576	14.062	21,42
1840	67.218	54.638	12.580	18,71
1848	80.133	65.883	14.250	17,78
1849	74.727	60.785	13.942	18,65
1850	86.490	71.465	15.025	17,37
1855	105.604	88.485	17.119	16,21
1856	111.109	92.922	18.187	16,36
1857	122.833	104.425	18.408	14,98
1860	114.597	98.281	16.316	14,23

Fonte: Adaptado de Piazza (1975).

A tabela acima foi atualizada, alguns anos foram suprimidos⁵, havendo acréscimos, considerados relevantes para melhor compreensão de nossas análises e argumentações. O primeiro questionamento que surgiu a partir dessas tabelas foi por que brancos e libertos foram adicionados para calcular o percentual da população geral de Santa Catarina? Causa-nos estranheza pelo seguinte fato: em uma sociedade marcada fortemente por hierarquias baseadas na cor/raça, na condição sociojurídica, o liberto era um ex-escravizado, seja crioulo ou africano. Seria plausível que este fosse contabilizado como uma categoria à parte, mas o que verificamos é a soma dos brancos e libertos, sendo impossível ter uma estimativa da quantidade de africanos e crioulos livres nos anos recenseados.

Possivelmente, se tivéssemos estimativas da quantidade de brancos, cativos, libertos e a população indígena, separadamente para todos os anos, o quadro populacional que foi analisado tanto por viajantes nos séculos XIX quanto por historiadores no século XX, seria distinto. Seguindo nossa análise, entre os anos de 1796 a 1839, a população cativa na província oscilou em 20,83%, no de 1819, e 33,85%, em 1824; se os libertos e a população indígena estivessem neste conjunto, acreditamos que estes números não seriam analisados como inexpressivos.

Mesmo a população livre (branca) sendo maior em todos os períodos analisados, a tese de insignificância numérica seria ameaçada como suporte ideológico da superioridade europeia em relação às populações de origem africana. A imagem de uma província que se desenvolveu a partir da valorização do trabalho livre e da agricultura familiar, de matriz eurocêntrica, não se sustentaria.

⁵ Os anos de 1800,1821,1845,1853,1854,1858 foram suprimidos da tabela produzida por Piazza (1975), pois estavam incompletos e contabilizavam somente a população total. Já os anos de 1820, 1829 e 1836 foram extraídos de Botelho (1998) e inseridos em nossas análises devido aos dados estarem completos e contribuíram com nossas investigações.

As tabelas 4, 5 e 6 nos apresentam uma outra interpretação sobre a população da província e suas principais freguesias:

Tabela 4 - Resumo da população escravizada e liberta das Freguesias (1806 e 1810)

Freguesias	1806				1810			
	Cativos	Forros	Total	%	Cativos	Forros	Total	%
	População							
Capital	1.305	120	4.223	33,74	3.313	-	12.471	26,56
S. Francisco	888	215	5.485	20,10	623	-	4.788	13,02
Laguna	499	148	4.479	14,44	1377	-	6.383	21,54

Fonte: Cardoso, F. (2000, p. 130)

Tabela 5 - Resumo da população escravizada e liberta das Freguesias (1812-1813)

Freguesias	1812				1813			
	Cativos	Forros	Total	%	Cativos	Forros	Total	%
	população							
Capital	1.690	191	5.903	31,86	1689	149	4.962	37,04
S. Francisco	902	144	5.288	19,78	893	109	5.109	19,61
Laguna	1257	137	6.353	21,94	1.505	151	6.803	24,34

Fonte: Malavota (2007, p. 211)

Tabela 6 - Resumo da população escravizada e liberta das Freguesias (1814 e 1819)

Freguesias	1814				1819			
	Cativos	Forros	Total	%	Cativos	Forros	Total	%
	população							
Capital	1.467	120	4.721	33,61	1977	145	6.135	34,58
S. Francisco	953	119	5.260	20,38	1.098	161	6.052	20,80
Laguna	1.662	156	7.198	25,25	1.413	202	5.951	27,13

Fonte: Malavota (2007, p. 211).

Os dados analisados nas tabelas acima permitem inferir que, em Laguna, no ano de 1806 (Tabela 4), em uma população de 4.479 habitantes, 14,44% perfaziam os forros e cativos. Para o ano de 1810 foi considerado somente a população cativa em relação à população geral de 6.383 habitantes, sendo que os escravizados somavam 21,54%. No ano de 1812 (Tabela 5), a população liberta e cativa diminuiu, ainda assim, se mantinha crescendo em relação à população geral, que se estimava em 6.353 habitantes, com um contingente de pessoas de origem africana de 21,94%.

Analisando os anos de 1813 (Tabela 5) e 1814 (Tabela 6), conjecturamos que a diferença entre forros e cativos apontam para um crescimento muito célere de cativos em um intervalo de um ano, 1.505, no ano de 1813, e 1.662, no ano de 1814. Ventilamos que este aumento pode estar relacionado não somente à compra de escravizados, mas também ao crescimento demográfico natural. Acreditamos que

nossa interpretação sobre a entrada de africanos novos seja plausível devido aos estudos realizados por Mamigonian e Cardoso (2013) e Passos (2015).

Investigando as rotas de comércio de cativos, principalmente do Rio de Janeiro para Laguna, no início do século XIX, Passos (2015), ao analisar a periodicidade de batismos de africanos novos, constatou que, entre os anos de 1809 a 1830, todas as freguesias e paróquias registraram picos de batizados de africanos que entravam em Santa Catarina e na freguesia em destaque. Corroborando com nossa interpretação, o autor (2015, p. 32) assinala que um dos maiores proprietários de africanos escravizados da Vila, o Tenente José Antônio de Tavares, batiza, entre os anos de 1814 e 1816, a quantidade de quatorze africanos em idade produtivas que, após a compra, iriam desenvolver qualquer atividade econômica a qual seu proprietário necessitasse no momento que desembarcassem na vila.

Passos (2015, p. 47), a partir dos códices de envios e passaportes que se referiam aos despachos de cativos da Corte para Laguna, identificou 698 remessas, entre os anos de 1809 a 1833. Entre as mercadorias enviadas nos anos investigados, foram identificados 2539 africanos escravizados; dentre eles, estariam 1937 africanos novos, 337 ladinos e 265 sem informações sobre o lugar de origem.

Gostaríamos de ressaltar que precisar a quantidade de africanos destinados à Santa Catarina, e sobretudo à Laguna, é uma tarefa impossível de se confirmar, no entanto, cotejando as Tabelas 5 e 6, da página anterior, com a investigação de Passos e Mamigonian, nossos argumentos se tornam verossímeis e se confirma nossa defesa do aumento de cativos entre os anos de 1813 e 1814. O crescimento acelerado, apresentado neste curto período, corrobora com a interpretação dos autores, e, como afirma Barickman (2003), o tráfico atlântico enquanto durou, possibilitou aumentar e repor a escravaria rapidamente para suprir as demandas e, neste sentido, Laguna não apresentaria um comportamento diferente do restante do país, aproveitando-se da mão de obra escravizada, conforme as exigências do mercado.

Como destacamos acima, acreditamos que para além da entrada de africanos novos em Santa Catarina, sobretudo em Laguna, o crescimento demográfico entre a população cativa também foi significativo. Gomes (2017), analisando os mapas da população da província de Santa Catarina, entre os anos de 1787 e 1836, concluiu que a capitania teve um crescimento demográfico díspar de outras províncias como,

Na Bahia, a população cresceu a uma taxa de 3,1% entre 1774 e 1780, em grande medida devido à compra de cativos [...]. No Rio Grande do Sul, entre 1780 e 1802, com o desenvolvimento da triticultura, da pecuária e das charqueadas, a taxa de crescimento anual foi de 2,7% [...]. (GOMES, 2017, p.600).

Enquanto isso, a província catarinense crescia neste período 2,3%, uma taxa alta para a época. Segundo o referido autor (2017, p. 600), concluiu-se que é a partir da “segunda metade da década de 1810 que a capitania conheceu um crescimento, de fato, explosivo. De 1814 a 1820 e deste ano até 1829, as taxas foram de, respectivamente, 3,0% e 3,2% anuais”, e os mapas populacionais indicam que a população como um todo cresceu acima da média para o período, incluindo as populações de origem africana a qual, como destacamos, sempre estiveram acima de 20% ou muito próximas a esse percentual entre os anos de 1796 a 1839.

Para encerrarmos nossas análises populacionais, os números do ano de 1819, indicados na Tabela 6, apontam para possíveis interpretações - o número de cativos diminuiu, possivelmente, porque houve conquistas de alforrias, talvez o alto índice de mortalidade e o possível deslocamento de brancos e forros para outras regiões tenham contribuído para que neste ano o total da população tenha subtraído, e obviamente nossas conjecturas não anulam outras hipóteses explicativas para a análise desses dados.

Percebemos que o número de cativos e forros do ano de 1819, em relação ao ano de 1814, aparece perfazendo um total de 27,13%. Inferimos que este crescimento esteja indicando um aumento endógeno da população escravizada, com a formação de famílias⁶ e de relações sexo-afetivas, e também com o investimento dos próprios afrodescendentes na criação de parentelas e laços de solidariedade que lhes garantissem proteção, afeto e o mínimo de segurança dentro das possibilidades do regime escravista.

Nossa intenção nesta pesquisa não será analisar todos os recenseamentos⁷ realizados nos séculos XIX, e sim compreender como estes dados foram interpretados pelas ciências humanas e sociais e como tais interpretações foram eficientes em produzir uma narrativa que invisibilizou as populações de origem

⁶ Para saber mais sobre a bibliografia que trata sobre famílias em cativeiro em diferentes regiões do Brasil consultar: Castro (1995), Slenes (2011), Cardoso (2008), Malavota (2007), Mamigonian e Cardoso (2013).

⁷ Para saber sobre estudos dos recenseamentos ver Botelho (1998) e Saavedra (2011).

africana, não somente em Santa Catarina, como também em outros estados do Sul, como Rio Grande do Sul e Paraná⁸ (FELIPE, 2018; J, ROSA, 2019).

Para Leite (1996, p. 46) os pressupostos ideológicos que conformaram essa representação da insignificância das populações de origem africana estão fundamentados na inexistência de um sistema escravista de grande porte, voltado para a exportação, e a peculiaridade desse sistema acabou criando o modelo *sui generis*, ou seja, uma escravidão típica de Santa Catarina, na qual senhor e escravizado construíram relações “democráticas e igualitárias”, trabalhando ombreados nas mais variadas atividades econômicas.

Cardoso (2008, p. 21) afirma que a adesão acrítica de alguns marcos interpretativos da historiografia local tradicional⁹ contribuiu para a invisibilidade histórica das populações de origem africana em Santa Catarina, reforçando a imagem da província como “uma Europa incrustada no Brasil, de superioridade racial branca”, e estruturada a partir do desenvolvimento e do progresso”, empreendido essencialmente por estes indivíduos de origem europeia (LEITE, 1996, p. 38).

A consolidação das interpretações da província de Santa Catarina como uma economia minifundiária e de subsistência, e com uma escravidão tida como excepcional, auferiu corpo não mais por viajantes ou representantes do poder colonial, mas sim pela academia e agentes políticos, que estavam pensando a construção da identidade catarinense em consonância com a construção da identidade nacional. Além da ocupação portuguesa no litoral, ela seguiu pelo Planalto Serrano em decorrência do comércio do gado e posteriormente à chegada de açorianos e madeirenses. No século XIX, há a entrada e instalação de imigrantes alemães e italianos no vale do Itajaí e na região nordeste de Santa Catarina. A região sul contou também com um grande fluxo de imigração italiana e já, no final do século XIX, o processo de imigração e migração mirou a região oeste e centro-oeste do Estado, incorporando em seu território uma população cada vez mais plural etnicamente (SEYFERTH, 1992,1996, 2002, MACHADO, 2011; BITENCOURT, 2013, 2016; CORRÊA, 1999).

É, neste contexto do final do século XIX, a partir de 1880, que segundo a historiografia econômica catarinense (BITENCOURT, 2013, p, 114; 2016, p. 34) as

⁸ Ver especialmente o primeiro capítulo de cada obra.

⁹ Sobre o tema, ver Wolff (2009).

colônias de imigração teuta do vale do Itajaí e nordeste não só irrompem no cenário econômico da região, mas também alçaram o Estado a acompanhar o ritmo do desenvolvimento industrial brasileiro. Ainda segundo Bitencourt, esta visão de sucesso da região de imigração europeia, sobretudo alemã, estava em consonância com as teorias raciais em voga na época,

Essa transformação é creditada à “mentalidade dos alemães” que teria sido o elemento motor do observado avanço. Contrastando com as cidades do litoral, onde a economia manteve seu caráter agrícola com a produção de mandioca, sem haver grande evolução técnica no sistema de fabrico, as cidades das regiões de colonização germânica passaram da manufatura a efetivas indústrias com grande dinamismo. (BITENCOURT, 2013, p, 114).

Como veremos a seguir, a invisibilidade das populações de origem africana foi marcada pela suposta superioridade do imigrante europeu de origem lusitana, que terá sua identidade sobrepujada por outro europeu, o alemão, o qual passará a povoar a região do vale do Itajaí, e os imigrantes italianos mais ao Sul e adjacências. São estas identidades e projetos políticos em disputas que deram continuidade ao processo de apagamento da História e Memória das populações africanas e seus descendentes em Santa Catarina que passaremos a analisar.

2.3 A construção da(s) identidade(s) em Santa Catarina

Intelectuais e políticos catarinenses do final de século XIX, orientados por doutrinas raciais, o ideal de “progresso” e “civilização”, estavam em conformidade com o pensamento das elites nacionais. Era preciso construir uma imagem de Santa Catarina como um estado moderno, adepto dos valores burgueses. A população luso-brasileira litorânea não era vista como capaz de acompanhar a nova ordem que se estabelecia, ou seja, a valorização do trabalho e o progresso que o capitalismo exigia. As populações que viviam no litoral, conforme analisou Hermete Reis de Araújo (1989, p. 13), “tornaram-se alvo de um diversificado e amplo investimento de controle, que produziu uma imagem de indolência, atraso, incapacidade, doença etc.”. Continua o autor, as quais “em grande parte, [eram] descendentes dos imigrantes açorianos ali chegados por volta da metade do século XVIII”. Esta representação, principalmente da população pobre do litoral, se deu em um

momento que novas forças políticas se estabeleceram com a instituição da República.

As elites que emergem politicamente no estado de Santa Catarina eram vinculadas ao Partido Republicano Catarinense. Seus dois representantes de maior destaque “tinham fortes relações com as áreas de colonização alemã do vale do Itajaí e região nordeste do Estado.” (BITENCOURT, 2013, 113). Lauro Severiano Müller era natural de Itajaí, filho dos imigrantes alemães Peter Müller e Ana Michels Müller, e foi governador entre 1889 e 1890. Promovido a primeiro-tenente em janeiro de 1890, foi eleito em setembro de 1890 para a Assembleia Nacional Constituinte e para a primeira legislatura do Congresso Nacional. Em 12 de junho de 1891, foi eleito governador de Santa Catarina pelos constituintes estaduais. Chegou a assumir o governo, mas optou por exercer o mandato de deputado federal¹⁰.

Seu conterrâneo, Hercílio Pedro da Luz, nasceu em Desterro, atual Florianópolis, em 29 de maio de 1860, filho de Jacinto José da Luz, comerciante abastado, e de Joaquina Ananias Neves da Luz. Seu avô materno, Joaquim Xavier Neves, foi vice-presidente de Santa Catarina e, como tal, governou a província de agosto a novembro de 1869. Hercílio Luz, embora fosse natural de Desterro, desponta no cenário político a partir de Blumenau (BITENCOURT, 2016). Foi governador do estado pela primeira vez em 28 de setembro de 1894 a 28 de setembro de 1898. Exerceu o segundo mandato de 28 de setembro de 1918 a 31 de outubro de 1921, e retornou ao governo novamente em 28 de setembro de 1922 a 09 de maio de 1924, afastando-se em maio de 1924 por problemas de saúde¹¹. Será neste cenário de desenvolvimento econômico da região do vale do Itajaí e adjacências, juntamente com a ascensão política de representantes teuto-brasileiros, que a tese de “sucesso” das regiões de colonização germânica vai se avigorar, enquanto para as regiões litorâneas, de origem açoriana, será atribuído o “fracasso” em decorrência da ideia de raça e civilização que orientavam os olhares, e que interpretavam estas regiões como insalubres e suas populações como pobres pertencentes a uma “sub-raça” (BITENCOURT, 2016, p. 35; REIS, 1989).

¹⁰ Para saber mais sobre Lauro Severiano Müller acessar: Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/M%C3%9CLLER,%20Lauro.pdf>>. Acesso em 24 jun. 2020.

¹¹ Para saber mais sobre Hercílio Pedro da Luz ver: Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1194-Hercilio_Luz> Acesso em 24 jun. 2020.

Estas elites que permaneceram no poder por quase toda a Primeira República estavam pensando a identidade catarinense juntamente com a identidade nacional, e os luso-brasileiros¹² não atendiam a estas expectativas, como indica o relatório de Fúlvio Aducci, Secretário Geral dos Negócios do Estado no governo do Felipe Schmidt em 1915.

A quem tenha procurado desvendar as causas do nosso atraso, em relação a outros povos, não deve ter passado despercebida a insignificante capacidade de trabalho da nossa raça, atribuída geralmente a um fator fisiológico, isto é, a uma indolência nativa, e a um fator físico, isto é, a uberdade do nosso solo, de onde resulta a facilidade de obter os meios de subsistência, a desnecessidade de luta pela vida. Uma melhor observação dos fatos, porém, nos permitirá afirmar, com o testemunho e apoio da ciência, que a influência daquelas causas não tem tido o valor que lhes quer dar. Os modernos estudos de aplicação da higiene, a maior parte dos quais, para honra nossa, feitos e realizados em nossa pátria, por médicos brasileiros e em institutos e laboratórios nacionais, vieram demonstrar que o brasileiro, isto é, o homem dos nossos sítios e das pequenas cidades do litoral e interior, não é um vadio e sim um doente. (BITENCOURT, 2016, p. 37).

Nota-se que o relator compara o atraso de Santa Catarina com outros povos e regiões (provavelmente estava comparando com as regiões de origem teutas em desenvolvimento) devido aos problemas fisiológicos que ele chama de *indolência nativa*. Ele insiste e reforça o fator físico, ou seja, o corpo e o comportamento dele, identificados como preguiçoso, indolente e incapacitado moralmente; como diria Florestan Fernandes, “anômico socialmente”. Vejamos que ele não deixa de sublinhar que, mesmo existindo um problema de ordem fisiológica neste indivíduo do litoral/interior, ainda assim, o problema do atraso poderia ser resolvido, pois havia no “nosso solo, de onde resulta a facilidade de obter os meios de subsistência, a desnecessidade de luta pela vida”. A riqueza existia para ser explorada, mas havia

¹² “O pressuposto da superioridade branca, como argumento justificativo para um modelo de colonização com pequena propriedade familiar baseado na vinda de imigrantes europeus – portanto distinto da grande propriedade escravista – foi construído mais objetivamente a partir de meados do século XIX. [...] Surgiu de uma lógica geopolítica de povoamento, articulada à ocupação de terras públicas consideradas “vazias” – sem qualquer consideração pela população nativa, classificada como nômade e incivilizada. [...] A escolha do colono ideal, porém, teve seus determinantes biológicos articulados à pressuposição da superioridade europeia, e o sistema esteve associado à imigração pelo menos até meados do século XX, com participação extremamente limitada da população nacional. Nem o radicalismo nacionalista, contrário à imigração alemã, no início da república, abriu maior espaço para o assentamento de colonos nacionais”. SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n. 53, março/maio, 2002, p. 118-119. A autora, neste texto, problematiza quem era o imigrante europeu preferido, quem poderia ter acesso à terra, bem como aqueles que foram preteridos e indesejados como colonizador.

um problema, era preciso interferir no ambiente físico e moral daqueles que habitavam nossos “sítios e as pequenas cidades do litoral e interior”. (BITTENCOURT, 2016, p. 37).

É, neste sentido, que os preceitos racialistas, bem como médico-higienistas, foram adotados com o desejo de normatizar as condutas, esquadrihando práticas e atitudes de homens e mulheres. Com a reestruturação do espaço urbano, o surgimento e intervenção de instituições disciplinares, segundo a literatura especializada, buscava a reformulação das condutas e das sociabilidades, tornando-as mais adequada ao mundo moderno que se instituía (ARAÚJO, 1989; HOCHMANN, 2004; BITTENCOURT, 2007). Seriam estas as ações que elevariam o homem do litoral. A interdições profiláticas e eugênicas que trariam a “cura”/regeneração, dariam o impulso necessário para o desenvolvimento das regiões “atrasadas”, como o litoral.

Mas este quadro político, econômico e cultural, que se estabeleceu por quase toda a Primeira República, com a liderança do Partido Republicano Catarinense, irá se alterar em meados dos anos 1920. Segundo Bittencourt (2013; 2016), Lauro Severiano Müller controlava o partido na esfera federal, e Hercílio Pedro da Luz na estadual. A situação muda quando, em 1918, Hercílio Luz se torna governador do estado, e assume a presidência do partido, limitando a atuação de Lauro Müller. No ano de 1920, Hercílio Luz tentou impedir a candidatura de Nereu Ramos¹³, filho de Vidal Ramos, vice-presidente do partido, à Câmara Federal, causando, assim, uma ruptura no PRC (Partido Republicano Catarinense). Com esta cisão, Vidal Ramos, Nereu Ramos, entre outros políticos, formaram um grupo de oposição, criando o PLC (Partido Liberal Catarinense), tendo Nereu Ramos como seu primeiro presidente. Com a Revolução de 1930, e por divergências internas, Nereu se afasta da direção do partido, retornando para a agremiação em 1934. No ano seguinte, concorreu a eleição ao governo do estado contra o seu primo Aristiliano Ramos, vencendo o pleito, e sendo eleito pela Assembleia Legislativa. Com o golpe do Estado Novo, em 1937, Nereu Ramos permaneceu no poder como interventor federal até 1945, com fim do regime.

¹³ Para saber mais sobre Nereu Ramos: Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RAMOS,%20Nereu.pdf>> Acesso em 24 jun. 2020.

Deu-se, então, uma nova configuração no poder em Santa Catarina a qual terá desdobramentos em diversos aspectos de sua História. Como podemos verificar na citação abaixo, sobre essa nova configuração do poder no Estado.

Quando da Revolução de 30 os campos de poder político em Santa Catarina estavam, então, assim configurados: os Ramos eram oposição ao governo estadual de Fúlvio Coriolano Aducci, representante do Partido Republicano, agremiação controlada pelos Konder que detinham o governo desde o último mandato de Hercílio Luz. Deste modo, a Revolução de 30 surge em Santa Catarina como uma inversão de grupos políticos no comando do Estado, transformando um controle político que perdurara por boa parte da última década. É possível ler nessa inversão, os delineamentos de uma étnico-geografia do poder político estadual. (BITENCOURT, 2013, p. 116).

As novas forças que se estabelecem agora no campo político em Santa Catarina não estão entre os teuto-brasileiros. Os novos agentes políticos que assumem o poder com fortes ligações com o governo federal eram de ascendência lusitana e desenvolviam atividades econômicas na pecuária e extração de madeira no Planalto Serrano.

A Família Ramos instalada no poder não medirá esforços para integrar física e culturalmente o estado. Sua administração teve dois aspectos especialmente relevantes. O primeiro foi sua obra viária que na época dotou Santa Catarina das melhores e mais bem conservadas rodovias do país. O outro, no plano político, foi o conflito com ponderáveis parcelas da colônia alemã, simpatizantes do nazismo e do integralismo. Além disso, instalou diversos postos de saúde nos municípios e construiu o edifício do Departamento de Saúde Pública. Mas o que nos interessa para esse estudo é a participação do governo Ramos na formação da identidade catarinense, no investimento em forjar uma identidade homogênea, mas que ainda era orientada por uma matriz europeia, a luso-brasileiro.

A “étnico-geografia do poder político estadual” estava posta, enquanto as regiões de imigração alemã e italiana passavam por um processo de nacionalização, principalmente por meio da rede escolar oficial, com a intenção de inculcar nestes estrangeiros e seus descendentes referenciais de brasilidade com o propósito de forjar uma identidade homogênea para o país (CAMPOS, 2006). Novos atores políticos encontraram neste momento a possibilidade de construir uma nova imagem do luso-brasileiro, bem como a sua contribuição para a formação de Santa Catarina.

Se na Primeira República a representação do imigrante alemão e seus descendentes dava a tônica do desenvolvimento do estado, afirmando a sua superioridade, com a chegada dos anos 1930 e principalmente de 1935 a 1945, os discursos e representações terão como alvo o luso-brasileiro. Uma nova identidade estadual estava em disputa, pensada por aqueles que agora ocupavam o poder.

Como destaca Serpa (1996), foram os principais representantes desse projeto identitário - Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Fernando Piazza. Cabral nasceu em 11 de outubro de 1903, em Laguna/SC, médico, professor, escritor e militar, Deputado Constituinte de 1947 e Deputado Estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1951 a 1955). Autor de vasta obra, especialmente sobre a história catarinense. O outro expoente é Walter Fernando Piazza, que nasceu em Nova Trento, no estado de Santa Catarina, em 06 de novembro de 1925, cursou o bacharelado e a licenciatura em Geografia e História na Faculdade Catarinense de Filosofia, depois incorporada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tornou-se Doutor e Livre-Docente em História - História do Brasil pela mesma Universidade; era folclorista, também atuou como jornalista nos periódicos “Diário da Tarde” e “A Gazeta”.

Esta é uma pequena síntese da formação acadêmica dos dois mais influentes intelectuais de Santa Catarina no século XX, ambos fizeram parte de diversas instituições e associações; investigaremos, contudo, a participação de ambos no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC).

Criado no final do século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, conforme Serpa (1996, p. 64), “tem sua diretoria e demais membros compostos por agentes ligados ao poder ou muito próximos”. Ainda para o autor (1996, p. 65), os membros do IHGSC, ao que tudo indica, conheciam os discursos produzidos por outros institutos, como o de “São Paulo e Rio Grande do Sul, que propugnavam uma proposta marcadamente regional”. O instituto catarinense, articulado com discursos que se faziam sobre a identidade a nível nacional desde o século XIX, passa a elaborar uma narrativa acerca da memória e história de um determinado grupo no estado de Santa Catarina.

De acordo com Serpa (1996, p. 66), a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, que será responsável por produzir e difundir esta memória, passou por três fases: “a primeira de 1902 a 1920, a segunda de 1943 a 1944 e terceira que se inicia em 1979 até a presente data”. As três fases da revista

denotam um interesse em construir uma identidade catarinense. A primeira fase concentra seus esforços em biografias sobre “catarinenses ilustres”, e de origem luso-brasileiras, estabelecidos no litoral, outros grupos étnicos se esvaecem nessa proposta de constituição identitária.

A segunda fase da revista, ainda com o mesmo propósito de forjar uma identidade catarinense pelo passado luso-brasileiro, ganha novo fôlego em um contexto em que conservadores, tais como Nereu Ramos, governador e interventor de Santa Catarina, emergiram ao poder, alinhados à política nacionalista do então presidente Getúlio Vargas, “etnias como alemães e italianas sofreram com o processo de incorporação, àquilo que chamavam de cultura brasileira”, como explica Serpa (1996, p. 66).

Portanto, é a partir do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina que estes dois intelectuais, Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Fernando Piazza, produziram e orientaram trabalhos, que retiraram do esquecimento os açorianos. Estes eram vistos, na Primeira República, como “indolentes” e “pouco industriais”, quando comparados aos imigrantes alemães e italianos e ao suposto desenvolvimento da região do Vale do Itajaí, atingido após a imigração teuto-brasileira. Como avulta Serpa (1996), eles eram ligados ao poder ou muito próximos a ele, e as principais Instituições de Ensino Superior de Santa Catarina.

Neste contexto, destaca-se Oswaldo Rodrigues Cabral, que em 1948 foi um dos idealizadores do I Congresso Catarinense de História, sediado em Florianópolis, de iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, do qual era Presidente. Este congresso, que vinha sendo divulgado desde o Estado Novo, balizava a nova imagem do colono açoriano no Estado. Corroboramos com Serpa sobre a ligação desses intelectuais com o poder político de que eles próprios faziam parte. Ficam evidentes tais constatações, pois à época do I Congresso de História, Oswaldo Rodrigues Cabral era Deputado Estadual, Nereu Ramos, que também apoiou o evento, exercia a vice-presidência da República. Enquanto Aderbal Ramos da Silva, seu sobrinho, governava Santa Catarina. Walter Fernando Piazza participou deste congresso e passou a integrar a Comissão Catarinense de Folclore, tendo sido inclusive diretor e editor do Boletim da Comissão Catarinense de Folclore. Foi vice-presidente e presidente (1974-1996) do IHGSC, fazendo ressurgir a revista daquela instituição.

Além de comprometidos com a construção de uma identidade que exaltasse o passado luso-brasileiro, sobretudo de origem açoriana e madeirense, estes autores passaram a evidenciar as primeiras povoações de Santa Catarina, Nossa Senhora das Graças do Rio São Francisco, Nossa Senhora do Desterro e Santo Antônio dos Anjos da Laguna. Ao destacar estas povoações, desenvolveram suas teses de inexpressividade das populações de origem africana, minimizaram a importância do trabalho compulsório para o desenvolvimento destas regiões e da província, transferindo todos os méritos e créditos para as populações europeias, sendo o açoriano o responsável por essa “epopeia”. (PIAZZA, 1994, p. 38). Neste movimento para soerguer as regiões litorâneas, devido à imagem negativa construída no final do século XIX e início da Primeira República, novas interpretações foram sendo elaboradas para sustentar e valorizar a açorianidade. Em uma das teses, Cabral explica que o fracasso do açoriano se deu devido a ele não possuir aptidão para a agricultura, porém aqueles que seguiram outras atividades, como profissionais liberais, na política, no comércio e nas artes, tiveram sucesso. Mas o papel dos açorianos, segundo o autor, foi assegurar o padrão moral luso, bem como garantir a predominância da cultura lusa devido ao mosaico étnico que era composta Santa Catarina (CABRAL, 1941; 1971).

Ao afiançar estas ideias, ao escolher uma identidade homogênea e hegemônica para a formação da identidade catarinense, em detrimento da exclusão de outros grupos etnicorraciais, Cabral e Piazza advogam de maneira explícita, em consonância com projetos de legitimação de poder e hierarquias¹⁴ raciais, muito em voga na primeira metade do século XX. Rosa (2019), em seu livro, se preocupou em investigar os significados atribuídos à “raça” de forma implícita ou explícita, por meio de distinções de “origens”, “qualidades” e nacionalidades. Segundo o autor,

[...] os processos de colonização, imigração e substituição jamais foram neutros; as referências diretas à cor e à raça poderiam estar presentes, mas também poderiam ser dispensadas nos casos em que a nacionalidade, o continente de proveniência e certas peculiaridades distintivas, abonadoras ou depreciativas cumpriam a função de identificador racial. (ROSA, 2019, p.41).

Seguindo as sendas abertas por Rosa (2019), inferimos que nossos dois intelectuais, ora utilizavam o termo “raça” para estabelecer diferenças entre europeus,

¹⁴ Sobre o tema, ver Cardoso, Sbravati e Tamelusa (2004).

africanos e indígenas, ora se valiam da nacionalidade, ou origem como forma de qualificar e inferiorizar determinados grupos, principalmente, se tratando das populações indígenas e africanas, como sugere Rosa (2019, p. 41), “ao tratar com menosprezo ou de forma depreciativa” e até mesmo negar sua existência, a “contribuição de sangue não europeu” para a formação do estado do Rio Grande do Sul. Encontro semelhanças na conformação da identidade catarinense, quando os autores aqui analisados pressupõem não só a ideia de “pureza racial”, mas também a intenção de apagar da história a presença de outros grupos étnicos que não fossem de matriz europeia, ou seja, os povos indígenas, africanos, entre outros.

Cabral (1968, p. 56), ao destacar a influência açoriana na formação da identidade catarinense, afirma que não foi somente o aumento demográfico a sua contribuição, mas sim “emprestaram à terra os caracteres básicos da sua cultura, dando à gente catarinense uma feição inconfundível”. Ainda continua o autor (1968, p. 59), afirmando que, para além do contingente demográfico, a população açoriana deu “linhas definitivas à sua organização social e firmou as tradições lusitanas da nossa terra, no idioma, na religião, nos costumes, ainda hoje dominantes nos sentimentos mais caros à nossa nacionalidade”.

Analisando outros grupos étnicos europeus, como belgas e franceses, que “desapareceram da nossa formação cultural”, o autor (1971, p. 39) afirma que a cultura “lusa” seria um “solvente”, e que estes outros povos acabaram “fracassados” e se “diluíram” no seio da população lusa, que vem atuando como um solvente de quantas etnias entraram em nossa composição, “impondo nas trocas dos valores um sentido maior”. Após afirmar este caráter impositivo e superior, Cabral (1971) relativiza a força da cultura lusa, tratando-a não mais como impositiva e sim como uma cultura que “integra”, que é “recíproca” e “aglutina” ao invés de “diluir”.

“Raça” e “etnia” são acionadas por Cabral (1971, p. 51) ao que tudo indica como sinônimos e com o objetivo de afirmar que, mesmo sendo considerada “pobre” e/ou “incompreendida”, a “cultura lusitana”, ou seja, europeia, era “a garantia de nossa sobrevivência como povo e como nação fiel, as suas raízes culturais”. A contribuição cultural indígena e africana é desprezada, e quando mencionada, é interpretada como escassa ou inexistente na formação de Santa Catarina, reforçando a invisibilidade ideológica e simbólica desses homens e mulheres no Sul do Brasil Meridional.

Na obra “O escravo numa economia minifundiária”, Piazza (1975) trata primeiramente da origem dos povos africanos trazidos para o Brasil, tendo como referências os estudos de Nina Rodrigues (1982) e Arthur Ramos (1979), concluindo, a partir desses referenciais, que em Santa Catarina predominou o grupo étnico dos bantos.

Piazza (1975, p. 58), no subtítulo do livro intitulado “Características somáticas e aberrações físicas”, descreve “que a contribuição negra, à configuração antropológica do Homem Catarinense tem de ser visto, como vários outros, única e exclusivamente, através dos anúncios de fuga dos escravos, ocasião em que melhor se retratava o negro ressaltando-lhe, especialmente, os defeitos ou aberrações físicas”. Ele analisa as populações de origem africana, a partir de uma hierarquização que incide em atributos estéticos, intelectuais, físicos, morais e de organização social. Estes pressupostos relacionados pelo autor estão presentes nas doutrinas raciais do século XIX que, segundo com a “versão poligenista, o fortalecimento de uma interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos que passam crescentemente a ser encaradas como resultado imediato de leis biológicas e naturais”. (SCHWARCZ, 1993, p. 65).

Estas desigualdades e hierarquias, segundo o autor, estavam relacionadas ao ambiente em que viviam. Percebe-se com esta afirmativa que a interpretação de Piazza, sobre africanos e seus descendentes, estava de acordo com uma das escolas que se desenvolveu juntamente com o evolucionismo social, a *escola determinista geográfica*. Com seus representantes Ratzel e Buckle, a tese dessa escola afirmava que o desenvolvimento cultural de uma nação seria totalmente condicionado pelo meio, pelas condições físicas, ou seja, “dá-me o clima e o solo que lhe direi de que nação se fala”. (SCHWARCZ, 1993, p. 76). A teoria da inferioridade do continente africano, e de seus habitantes, era também pensada por intelectuais de Santa Catarina, como podemos averiguar nos usos dos termos e como homens e mulheres foram adjetivados/as por estes estudiosos.

A diversidade dos grupos étnicos do próprio continente africano é interpretada por Piazza (1975) como desigualdade, e se explicaria pelo “cruzamento” a que se entregaram as tribos. Gostaríamos aqui de chamar a atenção para o termo utilizado, *cruzamento*, que, segundo o Dicionário Michaelis (2011, p. 101), significa, “BIOL. processo de acasalamento entre indivíduos de raças e variedades diferentes ou espécies não pertencentes ao mesmo gênero”. O autor, ao se referir aos africanos

com este termo, reforçava a interpretação de que existiam “raças” “inferiores e superiores”, e que povos africanos, na sua visão, eram “superiores” e “inferiores”, “adiantados e atrasados” devido à miscigenação a quem se entregaram.

Acreditamos que este intelectual, ao fazer referência de que as “desigualdades” estavam relacionadas à miscigenação entre os diversos grupos étnicos na África, estava considerando que, mesmo entre as “raças” consideradas inferiores, a mestiçagem também produziria “degeneração”, e esta interpretação fica evidente à medida que o autor hierarquiza os diversos grupos africanos, apontando o que os caracterizava como “superiores ou inferiores”. Segundo Piazza (1975, p. 59), os “fantis” eram dotados de força física; os “ashantis” demonstravam sua superioridade em termos de inteligência, em suas organizações sociais; já os “minas”, situados na região do Dahomey e Benin, era um tipo negro primitivo e horrendo.

Piazza e Cabral estavam de acordo com os “modelos evolucionistas” e em “especial o darwinismo social”. Ao afirmar a singularidade da colonização europeia em Santa Catarina e negar ou invisibilizar a contribuição africana e de seus descendentes na história da província, estavam assumindo uma postura racista, avalizando somente as populações europeias, como responsáveis pelo desenvolvimento da região sul do Brasil.

As populações de origem africana e seus descendentes tiveram suas histórias e memórias negligenciadas por conta de um racismo institucional e estrutural que, de forma sutil ou escancarada, negou a presença dessas pessoas e sua importância na construção econômica, social e cultural de Santa Catarina, omitindo a influência africana na formação da identidade catarinense.

No entanto, novas abordagens¹⁵ sobre a história de Santa Catarina vêm preenchendo algumas lacunas e situando a província, suas freguesias e vilas em um contexto para além da produção econômica voltada para subsistência¹⁶, e que concentrava o protagonismo somente em uma figura, o imigrante europeu, interpretação que se avigorou por muito tempo na academia. Esses novos estudos, tem contribuído para contar uma outra história do sul catarinense. Estas inovações

¹⁵ Ver alguns trabalhos de pesquisa que registram estas experiências: Biléssimo (2008), Crispim, (2001), Dauwe (2001), Dias (1998) Guimarães (2006), Rascke (2009), Rosa (2019) e Simão (2006).

¹⁶ Estes autores, apesar da contribuição que deram para a História de Santa Catarina, suas obras seguem esta interpretação, de uma província voltada para a subsistência e com pouca contribuição para a economia colonial: Cabral (1987), Cabral (1939), Cardoso (2000) e Piazza (1994).

interpretativas se distanciam da abordagem laudatória e se preocupam em registrar e tirar do esquecimento homens e mulheres comuns que a historiografia tradicional, seja em nível local, regional ou nacional, invisibilizou e/ou negou sua participação nos processos históricos por muito tempo.

Neste sentido, a intenção desse capítulo foi contribuir para o debate historiográfico que trata da história de Santa Catarina. Dialogando com bibliografias e fontes diversas que possibilitaram problematizar a ideia de Santa Catarina como um Estado majoritariamente branco, foi possível apontar um caminho contrário e deduzir que as populações africanas e seus descendentes estavam presentes nos mais variados espaços, e atividades como trabalhadores escravizados, livres e libertos, contrariando as abordagens que asseguravam sua ausência. Dito isto, este estudo fara coro com outras pesquisas que dão ouvidos às “vozes vinda das margens”, ou seja, a presença física, as experiências e vivências dos afrodescendentes em Santa Catarina, rompendo com o apagamento ideológico das experiências das populações de origem africana e produzindo documentação que permita historicizar a presença destes homens e mulheres, colaborando para o desenvolvimento de outros estudos com ênfase na diversidade cultural catarinense, mirando à preservação da história e memória de diferentes grupos sociais que formaram e formam a sociedade catarinense.

O caminho que percorreremos daqui em diante não terá mais como objetivo principal reforçar que pessoas de origem africana existiram e existem em Santa Catarina. Nossos esforços a partir deste momento serão em retirar das “malhas do esquecimento” pessoas de carne e ossos, com nome, sobrenome, endereço e família. Homens e mulheres que construíram laços familiares que vão além da consanguinidade que lhes davam segurança e proteção. O convívio com pessoas identificadas como seus pares fortalecia tais laços e produzia um horizonte de expectativas entre aqueles/as que se encontravam naquele ambiente. Estamos nos referindo à Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna, pois será neste espaço primeiramente, e entre outros, que nossos agentes históricos deixarão os sinais de sua presença inquestionável em Laguna.

3 A IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS DE LAGUNA: EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS E DE SOCIABILIDADE NO SÉCULO XIX

Histórias têm sido usadas para expropriar e ressaltar o mal. Mas, histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida. (ADICHIE, 2005, p.5).

Seguiremos nossos estudos a partir da análise da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, fundada possivelmente antes de 1828, percebendo o seu entrelaçamento com as sociedades musicais e recreativas de Laguna. Não se sabe ao certo o período que esta irmandade encerrou suas atividades, porém acreditamos que as experiências de seus confrades possibilitaram o surgimento de outras agremiações em Laguna nos anos que se seguiram ao pós-Abolição.

A história da Irmandade do Rosário e das populações de origem africana em Santa Catarina, sobretudo em Laguna, reflete como história e memória de africanos e seus descendentes foi negligenciada e invisibilizada. Por muito tempo, se contou uma única história sobre escravidão, sobre homens e mulheres livres, libertos e em cativeiro. Por muito tempo, a história produzida desumanizou e tornou invisível gente de carne e osso, que diante das vicissitudes, procuravam viver a vida da melhor maneira possível. Retirar a história da Irmandade do esquecimento é devolver dignidade às populações afrodescendentes no passado e no presente. Esperamos que os registros desses fragmentos do passado de Laguna contribuam para "um equilíbrio de histórias", como diz o escritor nigeriano Chinua Achebe, e reparem a dignidade retirada de homens e mulheres, como assinala Chimamanda Ngozi Adichie.

Dialogando com uma bibliografia já consolidada¹ e novos estudos² sobre Irmandades Negras no Brasil, e em especial, Santa Catarina, intentamos construir parte da história deste espaço de devoção e sociabilidade, vislumbrando compreender suas dinâmicas organizacionais, quem eram seus membros, em que medida as experiências dos seus fundadores contribuíram para dar continuidade ou

¹ Boschi (1986), Quintão (2002), Reginaldo (2011), Scarano (1976) e Viana (2007).

² Grigio (2016), Muller (2013), Rascke (2016), Simão (2008) e Stakonski (2008).

irromper com projetos pensados a partir da confraria e como tais projetos foram incorporados e/ou esquecidos por estas novas instituições republicanas.

No ano de 2016, ocorreu o Seminário Revisitar Laguna: O Sul do Brasil na História Atlântica, promovido pelo Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Laguna, SC, nos dias 12 e 13 de novembro. O evento foi organizado pelos pesquisadores Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC) e Thiago Juliano Sayão (UFSC), nas dependências da Sociedade Recreativa União Operária, na Rua Santo Antônio, no centro de Laguna.

Como o nome do evento explicita, diversos pesquisadores abordaram sobre os mais variados aspectos, temas e problemas históricos como colonização, conquistas, elites locais, escravidão e temas mais recentes, como a história das populações de origem africana no pós-Abolição. Tais temas foram revisitados a partir de uma perspectiva que marcava a presença africana em Santa Catarina, sobretudo em Laguna.

Foram dois dias de intensas trocas, diálogos e muito aprendizado. Eu estava no primeiro ano do doutoramento e apresentei neste encontro os resultados de um dos capítulos de minha pesquisa de mestrado, na qual analisei a fundação dessa agremiação, União Operária. Entre o público acadêmico e não acadêmico, estavam presentes sócios descendentes de antigos sócios do clube, membros da diretoria da época e a comunidade em geral. As intervenções nos debates feitas por pessoas que conheciam a história do clube, ou tinham frequentado aquele espaço, corroboraram com as análises e os resultados de minha pesquisa que estava sendo apresentada.

Destaco um casal que participou ativamente dos debates, Antônio Luiz dos Reis e Izabel Martins Reis. Advogado e procurador do município, o senhor Antônio é filho de Antônio Pacheco dos Reis, o Cacique, mencionado na introdução, e Petronilha Lucinda de Jesus. A esposa, Izabel Martins, dona de casa, é filha de outro associado já citado, Saturnino Martins e Marina Viana da Silva. Além de sócio do Clube Recreativo União Operária, Cacique foi maestro da Banda União dos Artistas por muitos anos, enquanto exercia a profissão de portuário/marítimo. Já Saturnino Martins era artista (artífice), de acordo com o Livro de Registro de Matrícula dos Sócios do Clube União Operária (1914-1952).

Antônio Pacheco dos Reis e Saturnino Martins entraram para o clube em épocas distantes: o primeiro no ano de 1941; o segundo em 1924, quase duas

décadas de diferença. Possivelmente, Saturnino Martins frequentava aqueles espaços de sociabilidade, como a Irmandade, e posteriormente participou do clube social, onde as relações de compadrio foram construídas e fortalecidas.

Provavelmente, foram nestes espaços que pais e filhos transitaram, fortaleceram e construíram relações, que atravessaram gerações e nos proporcionaram conhecer e investigar o associativismo dos afrodescendentes em Laguna, Santa Catarina. Aventamos que nossa interpretação seja verossímil, pois o casal que pediu a palavra no seminário nos relatou com certo saudosismo e orgulho o convívio naquele espaço, destacando que sua relação, que culminou no casamento, teve início nos encontros de que participava com seus pais e demais familiares naquela agremiação. A exemplo do matrimônio deste casal, Antônio Luiz dos Reis e Izabel Martins Reis, possivelmente se conheceram no clube após diversos encontros, trocas de olhares, galanteios, sob o olhar atento dos pais, que estavam presentes nas mais variadas atividades realizadas pela agremiação. Os resultados daquele encontro para mim foram satisfatórios, pois as falas dos participantes corroboravam com minha pesquisa de mestrado e robusteceram as novas perspectivas, ventiladas na presente tese.

Dito isto, nossos esforços serão hercúleos em dissertar sobre esta agremiação, ou seja, a Irmandade do Rosário, pois ela não deixou documentos próprios (ou pelo menos não foram preservados ou ainda localizados) que nos permitam inferir maior conhecimento sobre seu período de existência. Seguindo os vestígios, as pistas escassas em periódicos de Santa Catarina do final do século XIX e as primeiras décadas do período republicano, fotografias da época, relatos de viajantes do século XIX, relatórios de visitas dos párcos, entre outras fontes, “através de um esforço minucioso de decodificação e contextualização de documentos”, pretendemos “ter acesso a dada determinada realidade” (CHALHOUB, 2011, p. 16-17), ou seja, juntamos fragmentos do passado dessa instituição que foi quase apagada da história da Laguna.

Mesmo com a insuficiência de fontes, a bibliografia especializada nos ajudou a refletir sobre o funcionamento dessa irmandade leiga. As reflexões aqui expostas devido ao que foi já averiguado, ou seja, a ausência de fontes documentais produzidas pela própria instituição não nos autorizará a longas discussões, e sim conjecturas e interpretações plausíveis. Por meio da intersecção com as poucas e

variadas fontes de que dispomos, juntamente com o estudo desta bibliografia, as conclusões serão evidenciadas em nossa narrativa.

Acompanharemos os caminhos apontados por Davis (1987) e Ginzburg (1987), quando as fontes forem insuficientes ou ambíguas recorreremos ao uso dos “talvez”, “possivelmente”, “pode ser”, sem comprometer o rigor acadêmico da pesquisa. E, como assinala Chalhoub (2011, p. 18), valendo-nos da “imaginação controlada característica da disciplina de história”, intentamos construir fragmentos verossímeis desse passado, possibilidades históricas dessa agremiação que foi apagada fisicamente da cidade, mas que sobrevive ainda no subterrâneo das memórias dos lagunenses.

Seguindo o caminho de Cardoso (2008, p. 20), realizaremos um “estudo de combate pela memória, para retirar das garras do esquecimento ideológico as marcas da presença africana” através da história da irmandade de Laguna. Faremos como Zadig (CHALHOUB, 2011; GINZBURG, 1989, 1991), “partindo de documentos inicialmente opacos”, “pistas”, “vestígios”, “indícios” que nos amparem a compreender as singularidades e semelhanças entre a irmandade de Laguna e as demais existentes no mesmo período. Assim, não incorreremos em análises anacrônicas e abstratas sobre aquele espaço de sociabilidade, devoção e auxílio mútuo, que foi a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna.

Como mencionamos anteriormente, este não é um estudo específico sobre a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna. No entanto, para abranger a história e a complexidade dos protagonistas da presente tese, à medida que nos familiarizávamos com as novas fontes para a pesquisa, amadurecíamos as leituras das bibliografias, as reuniões de orientação, a reanálise das fontes que já dispúnhamos. Entendemos que, para dar conta dos objetivos iniciais e outros que foram surgindo pelo caminho, era imperativo um olhar meticuloso (mesmo que fragmentado) para a irmandade, seus irmãos e suas irmãs. Feitas tais considerações, principiaremos nossos diálogos com bibliografias e fontes que cotejamos, para nos aproximar das possíveis experiências da Irmandade do Rosário de Laguna a partir da análise de suas coirmãs, das diferentes regiões do país.

As irmandades leigas, segunda bibliografia especializada, são “originárias das antigas corporações de ofício medievais, e seja na metrópole, África ou Brasil, as Irmandades e Ordens Terceiras disseminaram-se pelos vastos territórios do Império Português”. (SIMÃO, 2008, p. 24). De acordo com esta mesma tradição

historiográfica, a primeira dessas confrarias, denominada Irmandade do Rosário, surgiu no Brasil, em Recife, no ano de 1552; no intervalo de seis anos, aparecia sua coirmã em Olinda. Contudo, é, “entre os anos de 1750 e 1850, em que estas associações religiosas viveram seu grande apogeu, encontramos distribuídas pelo país mais de uma centena de irmandades de cativos, forros e livres, fossem eles negros, mulatos ou pardos”. (MULLER, 2013, p. 27). Ainda segundo Rascke (2016, p. 91), havia irmandades formada apenas por “mulheres de origem afros, como a Irmandade da Boa Morte, com grande tradição na Bahia, por exemplo”.

Ao tornarem-se objetos de estudos entre os historiadores, os debates em torno das irmandades negras foram permeados de interpretações heterogêneas, entre aqueles/as que as consideravam um *locus* de controle (BOSCHI, 1986; QUINTÃO, 2002; SCARANO, 1976) das populações africanas e de seus descendentes, e aqueles/as que as viam como um espaço de autonomia (MALAVOTA, 2007; REGINALDO, 2011; RASCHE, 2016) no interior de um sistema opressor escravista.

Cardoso (2008, p. 261) interpreta estas confrarias como um espaço ambíguo, que oscilava entre o controle e a autonomia. Nas palavras do historiador, “as irmandades foram concebidas como lugar normativo, de assimilação de valores culturais da sociedade colonial, estes lugares de exercícios de um catolicismo leigo e popular, também foram transformados em espaços de sociabilidade e de invenção de visões de liberdade”.

É muito provável que houvesse a intenção de controlar estas instituições por parte da Coroa Portuguesa e da Igreja Católica, haja vista a imposição de normas rígidas implementadas e definidas com a intenção de cercear a ampliação de atuação das irmandades e seus membros. Se existia o controle por parte da Coroa e do clero, havia também a possibilidade de alargar a margens de autonomia dentro do sistema escravista. “Ao aprender a dominar a parte institucional da Irmandade, os negros criaram condições para, por meio dela, propor estratégias no sentido de preservar e ampliar os seus direitos” (MULLER, 2013, p. 19).

Neste sentido, dialogando com Certeau (2014, p. 95), podemos dizer que os africanos e seus descendentes, ao se apropriarem da cultura letrada, da burocracia imposta, das exigências organizacionais para a irmandade, compreenderam as regras do jogo, “da vigilância, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder próprio proprietário”. O investimento na educação formal, no domínio da escrita, acreditamos ter sido uma tática utilizada por estes homens e

mulheres para aumentar o horizonte de expectativas, principalmente em relação à conquista de liberdade, aproveitando-se das fissuras existentes nas relações de poder, entre senhor e escravizado, e, assim, construir condições de negociar melhores oportunidades de trabalho e de vida. Corroboramos ainda com o autor (2014, p. 94) que essa ação, a busca pelo domínio da escrita, foi uma “ação calculada, uma tática, [...] a tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso tem que jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha. A tática é um movimento dentro do campo de visão do inimigo”.

Pensamos que o agenciamento da educação, por estar presente na maioria dos compromissos das irmandades analisadas, e posteriormente nos estatutos das agremiações de afrodescendentes no pós-Abolição, possibilitariam a ampliação de melhores condições materiais, conseqüentemente de sobrevivência, dentro dos limites das hierarquias sociais que delineavam a sociedade brasileira escravocrata e também que se anunciariam com o advento da República. Além disso, o letramento era condição essencial para que reivindicações por direitos diversos fossem acionadas, como requerimentos para as autoridades a respeito de festividades religiosas, ações de liberdade, etc.

Estas instituições leigas e cristãs se alinhavam em torno de um santo de devoção que escolhiam e, a partir deste momento, atuavam congregadas em um espaço físico próprio ou concedido. “Produziam elaboradas manifestações externas de fé, funerais grandiosos e procissões cheias de alegrias”. (SIMÃO, 2008, p. 24). Segundo Rascke (2016, p. 113), estas associações de africanos e seus descendentes seguiam regras estatutárias muito semelhantes a outras associações brancas, o que as diferenciava “estava nas vivências, nos desejos e cuidados, presentes nas sociabilidades entre associados e associadas”.

Simão (2010), ao analisar as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os Africanos no Brasil do século XVIII, nos deu uma importante contribuição para compreender a organização das confrarias, e assim vislumbrar as possibilidades de nos aproximarmos das experiências organizativas da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna. Este trabalho foi essencial para nossa pesquisa, pois, em sua investigação, a autora (2010, p. 16) produziu um quadro das “singularidades, diferenças e semelhanças, identificando a presença e importância dessas devoções na diáspora”.

Ainda com Simão (2010), salientamos a variedade de documentos que estas instituições possuíam, mas que, ao longo do tempo, desapareceram juntamente com as irmandades.

Sabemos que as pesquisas sobre irmandades no período colonial, salvo raras exceções, deparam-se com dificuldades decorrentes da dispersão, dada a quantidade elevada de Irmandades e uma certa exiguidade das fontes documentais. Além do compromisso e de uma extensa documentação composta pela correspondência enviada e recebida de autoridades civis e eclesiásticas, as irmandades costumavam possuir vários livros para registro de natureza diversa. Esta documentação com alguma variação, geralmente compunha-se de uma brochura que servia de ata das reuniões ordinárias e extraordinárias, do livro de assento das entradas de irmãos, de um livro para balanço das eleições, um outro para inventário dos bens e finalmente um livro de receita e despesas. Apesar do grande número de livros acumulados no decorrer da existência de uma confraria, é raríssimo, nos dias de hoje, ter-se em mãos alguns desses manuscritos. (SIMÃO, 2010, p. 23).

Como relata a autora (2010), a quantidade de documentos que as irmandades possuíam certamente nos auxiliaria a compreender as demandas de homens e mulheres em seu período de existência. Com o seu apagamento físico e de suas documentações em algumas regiões do Brasil, as raríssimas documentações que permitem analisá-las são os compromissos, documentos que autorizavam as suas atividades em todo território de domínio português.

As confrarias remetiam seus compromissos para Lisboa e aguardavam a sua aprovação pela Coroa, devido à demora na resposta de aprovação, já que o documento passava pela aceitação direta do Rei de Portugal. Conforme Simão (2010, p. 60), a demora na autorização do compromisso “não deixava de ter efeitos nocivos à atuação da agremiação. Não só pelo desânimo de aguardar anos pela confirmação, mas também por estarem assim impedidas de participarem de cerimônias e atos públicos”.

Além desses impedimentos citados, estavam outras ações como esmolar para conseguir recursos financeiros para a construção de um espaço próprio, comprar alforrias e demais auxílios que estavam previstos em seus estatutos, por exemplo, o amparo em momentos de infortúnio quando doenças e a morte atingiam seus confrades. Conforme Scarano (1976 apud STAKONSKI, 2008, p. 51), as

irmandades configuravam associações leigas que se encarregavam de aspectos assistenciais e espirituais.

Para além das questões temporais e espirituais, as irmandades negras, dedicavam boa parte de sua vida às festividades de cunho religioso, como “festas, procissões e práticas típicas de um catolicismo, em que os leigos eram os principais protagonistas” (STAKONSKI, 2008, p. 96). Corroboramos com Rascke, que compreende as festividades:

[...] não como um momento efêmero, ocorrido anualmente na irmandade, e cujo objetivo é apenas a alegria. Festejar significava mais. A ‘festa negra’ é o encontro de sociabilidades, experiências de vida, representando momentos de diálogos, conexões culturais, dissabores e amores. (RASCKE, 2016, p.22).

Possivelmente nos festejos realizados nestas agremiações, as relações de compadrio e os laços de sociabilidades possibilitavam a construção e o fortalecimento de redes de solidariedade e amparo. Esses laços e redes tecidas nesse associativismo religioso podem aqui ser interpretados como uma forma autônoma que os afrodescendentes buscaram para gerir suas necessidades, expandir suas atuações na tentativa de ascenderem socialmente, tornarem-se livre, ou distinguirem-se da grande maioria dos descendentes de africanos, em situação de miséria e/ou cativo, já que não compartilhavam dos mesmos valores desse pequeno grupo que estava presente nestas instituições, fossem eles cativos ou libertos.

Cabe destacar que estas ações estabelecidas, as relações verticais e horizontais, podem ser compreendidas a partir da noção de “rede” a qual nos permite interpretar a morfologia das sociedades, aqui em particular, as irmandades negras e agremiações recreativas, haja vista que a segunda instituição, foi criada por associados que estavam presentes na Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna e também nas associações musicais.

Neste sentido, este conceito nos auxilia a perceber a formalização das relações sociais, as possibilidades de erigir redes de relações entre indivíduos ou grupos e, assim, apreender os diferentes níveis de intensidade em que eles/as estavam inseridos/as. Por meio da análise das redes, ambicionamos alcançar como se diferenciavam as relações entre estas pessoas e como construíram tais laços, a fim de vislumbrar o lugar e a importância desses sujeitos no tecido social.

Ao investigar o comportamento desses homens e mulheres, no interior das irmandades negras, acreditamos que eles/as passaram a elaborar novos significados às distinções sociais, a ressignificar os padrões hegemônicos vigentes nesses espaços de sociabilidade que estavam restritos àqueles/as inseridos nestas redes, sendo admissível que passassem a interpretar o mundo de acordo com referenciais culturais mais próximos a eles. Estando de acordo com Rascke (2016, p. 163), estes atores sociais, ao incorporarem e utilizarem “elementos de outros grupos culturais ou étnicos, reinterpretando” e apropriando-se “de modo a satisfazer demandas culturais e práticas que as selecionaram”, criavam experiências e vivências na diáspora.

Retomando a análise dos compromissos, Simão (2010) nos indica que estes documentos “parecem ter tido uma base única, desde a fundação da primeira irmandade”, o que os diferenciava eram suas demandas e prioridades. Segundo a autora (2010, p. 78), estes documentos seguiam um padrão e, “daí em diante, apenas acrescentavam, retirando ou reescrevendo capítulos, de acordo com suas necessidades” e adaptados para cada Irmandade.

Em nossa proposta de investigação, identificamos que nos compromissos analisados por estas/es pesquisadoras/es, a educação pode ser explicada como uma prioridade para estas corporações. Ao averiguar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, Muller (2013, p. 36) argumenta que, após inaugurar a igreja em 1828, a agremiação passa a colocar em prática o que estava previsto em seu compromisso, “a devoção do Rosário, São Domingos e São Benedito; a educação dos órfãos de Irmãos sem posses; a libertação dos cativos; e culto à alma dos mortos”. A autora também destaca que a iniciativa em promover a cultura letrada entre as populações de origem africana extrapolou o espaço da irmandade e passaram a fazer parte dos objetivos das instituições civis no início da República, tendo em vista que alguns fundadores destes novos espaços de sociabilidade tinham ligação com a Irmandade do Rosário. Neste sentido, a educação prevista no compromisso da instituição dos tempos imperiais também se faz presente na instituição republicana.

De acordo com Simão (2008, p. 46), pesquisando a Irmandade do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro, nos anos de 1860 a 1880, o compromisso da confraria tinha sido firmado no ano de 1842 e, segundo o documento, estava previsto: “prestar devoto culto a Maria Santíssima do Rosário,

sepultar os Irmãos Defuntos e sufragar as suas almas, cuidar na educação dos filhos Legítimos dos Irmãos que morrerem em indignência e libertar da escravidão aos Irmãos Cativos”.

Tendo como objeto de estudo a mesma Irmandade, compreendendo o final do século XIX e as primeiras décadas século XX, Rascke (2016, p. 108), além de ratificar o que foi constatado por Simão, destaca que, no ano de 1859, a associação promoveu um curso destinado aos filhos dos confrades, onde eles aprenderiam “a ler, escrever, e as funções básicas de matemática”. Assim como Muller (2013), a autora identificou na reforma do estatuto, ocorrida em 1905, que a educação continuou sendo “uma das preocupações marcantes na virada do século era o conhecimento da escrita e da leitura”.

Por mais que estes objetivos encontrassem barreiras, não foram ações efêmeras, percebemos que a educação foi valorizada e perseguida como uma maneira de ascender socialmente entre aqueles que estavam no interior das irmandades religiosas, a fim de se destacar daqueles afrodescendentes na condição de livres ou cativos, que não estavam naqueles espaços e/ou não participavam dos mesmos anseios e objetivos compreendidos como o domínio a cultura letrada. É compreensível o investimento na educação como instrumento de ascensão e a mesma como uma atitude de aperfeiçoamento da apreensão do mundo em que estavam inseridos.

Como a educação foi interdita ou dificultada por legislações provinciais, em Santa Catarina (BOFF, 2015; SEBRÃO, 2015), e nas demais províncias (FONSECA; BARROS, 2016; ROMÃO, 2005), estes homens e mulheres assentaram parte dos seus esforços para apreender a visão de mundo dos europeus. Entendemos que, ao apropriar-se da cultura letrada, faziam parte dos seus objetivos o domínio destes códigos, “compreendendo as possibilidades que o acesso à instrução poderia oferecer” (SEBRÃO, 2015, p. 241), como a distinção social, uma maior proximidade com as elites letradas, e por fim, abrir possíveis caminhos para a conquista da liberdade e a superação dos desafios impostos pela escravidão.

Não possuímos elementos suficientes para descrever quais foram as prioridades da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna. Porém, como foi averiguado por Maristela Simão, se as confrarias seguiam uma base única (ou semelhante) regimental desde suas origens, é plausível que esta agremiação do Sul da então Província de Santa Catarina, tenha investido na educação também como

uma prioridade a ser alcançada entre os demais objetivos previstos em seu compromisso como parte das ações para com os seus confrades.

Após as reflexões sobre como operavam estas instituições e o que tinham como prioridades, tentaremos inserir nossa agremiação no conjunto das corporações existentes na história do Brasil. Mesmo com os problemas relacionados à exiguidade de fontes, os vestígios que seguiremos nos auxiliaram a compreender um pouco, não só a história da Irmandade, mas também a história de Laguna nas últimas décadas do século XIX e primeira metade do século XX.

3.1 A Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia de Santo Antônio dos Anjos da Vila de Laguna

Um dos raros documentos existentes que legitimam a existência dessa agremiação é um requerimento, solicitando autorização ao rei de Portugal, para construir a sua capela. Devido à importância deste documento, e seu significado, o reproduziremos na íntegra, atendendo a um dos objetivos desta pesquisa que é auxiliar a superar narrativas da inexistência de africanos e seus descendentes em Santa Catarina e dar visibilidade para aqueles que foram apagados da historiografia catarinense por uma pretensa história dita oficial.

Os confrades da Irmandade, juntamente com o seu procurador, em agosto de 1803, fazem o seguinte pedido,

Dizem o Juiz e mais Irmãos da mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, dos homens Pretos da Freguesia de Santo Antônio dos Anjos da Vila de Laguna, Comarca da Ilha de Santa Catarina, do Bispado do Rio de Janeiro, que eles suplicantes humildemente recorrem a proteção e amparo de Vossa Alteza Real, para que por Sua Real benignidade lhe conceda licença para erigir uma Capela a Nossa Senhora em a mesma Vila, sobre um monte plano, alegre e próprio para a dita Capela, tudo para maior aumento dos fiéis, honra e Glória de Deus, e por isso Pede a Vossa Alteza Real a mercê de lhe conceder a Licença que os Suplicantes imploram na forma que suplicam
Esperam Receber Mercê
Como procurador [assinado] **João Neto** (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - AHU - Rio de Janeiro, cx. 208, doc, 45. AHU_ACL_CU_003, Cx.35, D. 2838).

A seguir, a Fotografia 1 ilustra a vista da cidade de Laguna, com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário ao fundo:

Fotografia 1 - Vista da cidade de Laguna, com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário ao fundo



Fonte: Lucena (1998, p. 84).

Fotografia 2 - Vista parcial de Laguna (1900)



Vista parcial de Laguna, em 1900. Foto: John Hookham. Cortesia: Margot Forteyn

Fonte: Tavares (apud ABREU, 2015, p. 1).

Como destaca o documento acima, e ilustram as fotografias 1 e 2, a igreja ficava em um monte plano, e pela sua localização, acabava destacando-se na geografia da cidade. Estas imagens do final do século XIX e início do XX corroboram parcialmente com as impressões que viajantes e párocos tinham sobre a construção, que se erguia aos olhos de quem chegasse à cidade.

As fotografias serão utilizadas como potencializadoras de histórias silenciadas, ou seja, confirmar a presença africana e de seus descendentes que as narrativas ou a ausência delas tentaram minimizar e/ou apagar. Estas imagens³ não são meros ornatos para a pesquisa, elas nos auxiliaram a compreender como se deram os processos de apagamento da memória e história de povos subalternizados como os africanos e seus descendentes no mundo atlântico.

O requerimento feito pelos irmãos *pretos* do Rosário de Laguna, em 1803, mostra como aquele coletivo de afrodescendentes agenciara de modo a possuir recursos próprios para a construção de seu templo. Possuir um local próprio de oração era uma distinção entre as associações católicas leigas, garantindo autonomia aos seus membros e projetando-os junto à Coroa e à Igreja, já que erigiam um símbolo do poder colonial português. A concretização daqueles planos, ainda mais em um local nada discreto e que era impossível que ficasse oculto aos moradores e visitantes da cidade, e mesmo para as embarcações que ali paravam ou passavam ao largo, nos deixa estarecidos o esforço necessário para apagar este coletivo da história local e regional.

Como podemos ver na transcrição do requerimento dos Pretos do Rosário de Laguna acima, o documento não tem a data em que foi redigido, o que era absolutamente corriqueiro em papéis deste teor. Entretanto, podemos pressupor a data em que o procurador João Neto, em nome daquela coletividade de devotos do Rosário, escreveu o requerimento para a Coroa Portuguesa, pelos encaminhamentos dados pelas autoridades, através das anotações feitas nas suas margens. O primeiro encaminhamento não tem data, e ordena que o requerimento fosse feito “em conformidade do Alvará de 11 de Outubro de 1786”. Depois, em 6 de agosto de 1803, uma nova anotação na margem superior do documento, ordenava que se pedisse *vista* ao Procurador da Fazenda. Ao lado dessa observação, também na margem superior do requerimento, foi anotado – “Requeira na conformidade da

³ Sobre o tema, ver Kossoy (2012) e Mauad (1996).

resposta do Desembargador Procurador da Fazenda. Laguna, 9 de agosto de 1803”. Infelizmente as assinaturas das anotações nas margens do requerimento dos membros da diretoria da Irmandade do Rosário de Laguna estão ilegíveis e, em função da pandemia vigente no momento da escrita dessa tese, não conseguimos mais informações sobre elas e o Alvará de 1786, que investigaremos em pesquisas futuras. Mas o que este documento comprova é que os *pretos* de Laguna, devotos de Nossa Senhora do Rosário, já estavam em atividade nos primeiros anos do século XIX. Sua associação já estava organizada, mesmo que talvez ainda não tivessem seu compromisso aprovado, uma mesa – composta de Juiz, Procurador e mais mesários – atuava em representação daquele coletivo de origem africana em devoção.

No ano de 1811 encontramos outra referência sobre a confraria no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (2020): o pároco Agostinho José Mendes dos Reis, em visita à Vila de Laguna, faz referência à Irmandade e ao seu compromisso, que até o momento não foi localizado, se é que ele ainda existe. Conforme o documento apresentado acima, inferimos que a irmandade devia existir antes, ocupando espaço dentro de outra Igreja, possivelmente a Igreja Matriz Santo Antônio dos Anjos da Laguna, fundada em 1696. (ULYSSEA, 1976).

Segundo consta na documentação do Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis (2020), aos três dias do mês de março do ano de 1828, o terreno fora averbado à Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna. Os irmãos e as irmãs tornaram-se proprietários, pagando anualmente a quantia de 720 mil-réis de foro da propriedade, local onde seria construído o seu santuário. Se os irmãos do Rosário, como sugerem as fontes, solicitaram um requerimento no ano de 1803 e em 1828 estavam averbando a posse do terreno, propusemos que as obras não principiaram somente em 1845, como afirmavam os memorialistas. (DALL’ALBA, 1976).

Assim sendo, na tentativa de nos aproximarmos de uma fração do passado, ao investigar os periódicos da cidade de Laguna, nos deparamos com uma informação valiosíssima sobre a irmandade. No periódico local, O Albor, de 11 de junho de 1939, encontramos um texto de um memorialista local, chamado Saul Ulyssea, em que o autor nos informa nome, sobrenome, condição jurídica, entre outros dados daqueles que formaram a suposta primeira mesa eleitoral no ano de 1836 a qual conduziria a confraria nos anos vindouros.

Transcrevemos abaixo a ata da primeira eleição da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, atualizando a respectiva ortografia. “Termo da Mesa para se proceder nova eleição. Aos vinte e cinco dias do mês de dezembro de 1836 em mesa da Irmandade N. Senhora do Rosário do Ano de mil oitocentos e trinta e cinco, com a Presidência do Reverendo Vigário Francisco Vilela de Araújo, em Consistório da Matriz de Santo Antônio do Anjos da Laguna ao quais sendo todos juntos concordaram em se proceder a eleição dos irmãos que hão servir este ano de mil oitocentos e trinta e sete o que se pratique na forma seguinte. (Assinado: vigário Francisco Vilela de Araújo e Fidelis José Fraga, sacerdote).

Rei – Francisco Vaga, Preto forro; Rainha – Josefa, escrava de José M. (ilegível) Lourenço; juiz – Mateus, Preto forro; Juíza da Vara - Rita, escrava de Ana Joaquina; Juíza de Ramalhete – Alexandra, escrava de Fidelis Jose Fraga; Capitão de Mesa – Domingos, escravo de Floriano José de Andrada; Mordomo – Paulo, escravo de José Francisco Coelho; 20ª Ba(ilegível) – Joaquim, escravo de Angélica Maria; Procurador geral – Bonifácio Teixeira Machado; Andador – João, escravo de Manoel dos Santos Lima;

Irmãos de Mesa

Gregório, escravo de Polucena da Tal; Matheus, escravo de José Prudêncio dos Rey; Antônio, escravo de Francisco dos Santos; Antônio, escravo de Maria de Tal; João, escravo de João Eufrazio; Ambrósio, escravo de Ana Maria de Jesus.

Irmãs de Mesa

Maria, escrava de Manoel Francisco Teixeira; Rita, escrava de José Pinto de Magalhães; Supriana, escrava de Hena da Sá; Francisca, escrava de Francisco Ferreira; Rosa Maria de Jesus, Preta forra.

Procuradores

Pescaria brava – Teodósio, escravo de Antônio Machado; Tubarão – Joaquim, escravo de José Alves Lourenço; Areias – Manuel, escravo de Florentino Quaresma; Tesoureiro – Fidelis José Fraga; Escrivão – Manoel dos Santos Lima. E por esta forma houvera Reverendo, Vigário, Rei, juiz e mais oficiais e irmãos mesários e a eleição por finda e acabada a qual foi publicada na estação da missa conventual do dia de hoje e para constar mandaram fazer este termo, eu José Carlos de Cunha, escrivão que escrevi e assinei. (ULYSSEA, S., 1939, p. 2).

Segundo o autor (1939), esta foi a primeira mesa administrativa da Irmandade. Percebemos que, entre os membros da confraria, somente três são libertos/forros, os demais ainda eram escravizados. Ou seja, conjecturamos que possivelmente esta era uma Irmandade de africanos. Como não dispomos de evidências suficientes, algumas pistas insinuam a presença de africanos/as na

Irmandade. Pizarro e Araújo⁴ referem-se à mesma como uma “Irmandade de Pretos” e que teria seu compromisso aprovado em 1745. Caso conseguíssemos comprovar esta afirmação, a Irmandade do Rosário de Laguna seria cinco anos mais velha que sua coirmã fundada em Desterro, no ano de 1750. Esta confraria era composta por pretos, pardos e crioulos, e por ser o centro administrativo e o primeiro núcleo de povoamento da Província, muito provável que tenha se constituído uma população de origem africana mais diversa a qual reproduziu as relações de poder e hierarquias raciais em que estavam inseridos. Isso culminou em um conflito entre os irmãos do Rosário de Desterro que durou anos e foi muito bem analisado por diversas autoras⁵.

Segundo Mamigonian (2011, p.14) e Mortari (2007, p.90), na Ilha de Santa Catarina, e bem provavelmente nas regiões litorâneas, havia africanos de diversas “nações”, como “Angolas”, “Benguelas” e “Congos”, principalmente (da África Central Atlântica) e também um pequeno grupo de “Minas”. Averiguamos na citação acima, que, entre os irmãos e irmãs da confraria de Laguna, três foram identificados como pretos forros e os demais como escravizados. Ao investigar os inventários a que tivemos acesso e se relacionavam com escravizados, observamos que os cativos arrolados foram registrados como benguelas, cassanjes e congos, sendo plausível que o litoral da província mais ao sul também tenha recebido africanos escravizados desses mesmos grupos de procedência (MORTARI, 2007). Sobre as possíveis divisões ou distinções com base na cor, não dispomos de evidências que dividiram os irmãos do Rosário de Laguna, entretanto, cabe destacar que entre os confrades da Irmandade existiam dois grupos, conforme o documento: os “pretos forros” e “escravizados”. Neste sentido, cabe analisar estas categorias para compreender se esta era uma confraria de africanos e/ou crioulos.

Ao longo dos séculos, os termos preto, pardo e mulato tiveram determinados significados, ou seja, o vocabulário racial no Brasil Império teve diferentes interpretações. No entendimento de Hebe Maria Mattos⁶ e Paulino de Jesus F.

⁴ ARAUJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI.** Rio de Janeiro: Na Imprensa Regia, 1820-1822.

⁵ MORTARI, 2007, 2011; RASCKE, 2016; STAKONSKI, 2008; SIMÃO, 2008; MAMIGONIAN, 2011.

⁶ MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.30.

Cardoso,⁷ analisando estas categorias no século XIX, mulato era a pessoa de origem africana de pele clara; o termo pardo significava o escravo descendente de homem livre (branco) ou nascido livre, mas com as marcas da ascendência africana; preto designava a origem africana do escravo; crioulo era o escravo nascido no Brasil. Considero que a partir da reflexão desses autores, a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna era uma confraria fundada por africanos, já que preto, além de remeter à cor, também indicava a procedência africana. Como os significados da cor variavam conforme a situação, região e contexto, possivelmente os confrades escravizados já nascidos em Laguna não foram identificados como crioulos, talvez porque esta variável da classificação racial não tivesse sido incorporada ainda no vocabulário da vila. Diante do exposto e dos poucos indícios, inferimos que a confraria de Laguna era composta, pelo menos, até a primeira metade do século XIX por africanos e seus descendentes, ou seja, uma Irmandade de africanos e crioulos, que possivelmente incorporou homens e mulheres de origem africana com diferentes tons de pele ao longo do século.

Como já mencionamos, a ausência de documentos nos impossibilitaria de concluir algumas análises. Entretanto, estes vestígios nos possibilitaram perceber que, entre estes africanos e/ou crioulos, também encontramos homens livres ocupando alguns cargos específicos, a exemplo de Fidelis José Fraga, que ocupava a função de tesoureiro, e sua cativa Alexandra, que foi Juíza de Ramalhete da confraria. A presença do sacerdote na mesa diretora da irmandade indica que o compromisso da associação leiga permitia a possibilidade de estarem ali por dominarem a cultura letrada e talvez acompanharem de perto o que os irmãos do Rosário pretendiam com a criação daquele espaço. Ulyssea (1939), um memorialista que possivelmente teve contato com o compromisso da irmandade, também destaca que, no ano de 1836, fora organizada a primeira festa da agremiação e que, em 1840, os confrades resolveram construir o templo e somente em 1845 que as obras iniciaram e foram concluídas tão-somente em 1870.

Ao se referir à festa realizada pelos irmãos em 1836, Nail Ulysséa a descreve da seguinte forma:

⁷ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro**: as experiências das populações de Desterro na segunda metade do século XIX. Tese de Doutorado, PUC/SP, 2004.

Esta irmandade teve a sua época áurea no tempo da escravidão. Fazia a festa da Padroeira, de grande fama, em cuja festa se podia sentir em todo o ritual, o sabor das coisas africanas. Nela figurava um rei e uma rainha, com respectivos vassallos, todos escravos, vestidos de cores espalhafatosas. O rei, vestido a caráter, com coroa à cabeça e a rainha de cabeça enfeitada com extravagância e tudo com cores berrantes. Com estas vestimentas grotescas, vinham à igreja, assistiam a missa e a procissão. Acabada a parte religiosa, entregavam-se a danças trazidas da África, que duravam até altas horas da noite. O rei da primeira festa realizada em 1836, foi o preto forro Francisco Vaga [Vieira] e a primeira rainha foi Josefa, escrava de José Lourenço. Esta primeira festa foi oficiada pelo vigário Francisco Vilela, que, em 1839, foi morto pelos farrapos. (ULYSSEÁ, 1976, p.182).

A narrativa que o autor nos apresenta nos fornece alguns detalhes das festividades de um momento solene para estes homens e mulheres de origem africana, porém expressa a visão depreciativa do autor sobre a cerimônia. Ainda que ele considere que este momento festivo-religioso rememora “o sabor das coisas africanas”, suas impressões estão permeadas por uma visão eurocêntrica. As muitas “cores, movimentos, performances, musicalidade e ritmos” (RASCHE, 2016, p. 159) são vistas pelo memorialista como “espalhafatosas”, “extravagantes” e “grotescas”. Ao reproduzir este ritual como algo exótico, além de apresentar suas percepções, ele reforça as representações sobre as festividades e irmandades negras descritas por viajantes que passaram pelo Brasil entre os séculos XVIII e XIX (RASCHE, 2016). Esta descrição da coroação da festividade da Irmandade é um outro indício de que a confraria de Laguna desenvolvia seus festejos em homenagem a sua padroeira, como as demais irmandades existentes no Brasil.

Em virtude da insuficiência de documentos que permitam esmiuçar os detalhes das festividades, ainda assim, o seu relato nos incita a perceber a grandiosidade que esse ritual possuía. As cores “espalhafatosas”, rei e rainha com coroas enfeitadas de forma “extravagantes”. Cores fortes, “berrantes” e vestimentas “grotescas”, muito ornamentadas, informam a importância e o significado das festas na vida dessas associações de africanos e seus descendentes. A pompa e a opulência presentes nestes rituais festivo-religiosos indicam a importância do rei, rainha e seus vassallos, já muito documentado pelos estudiosos das irmandades. Diversas sociedades africanas antes do contato com o europeu organizavam-se em estruturas sociais, com a presença de uma realeza. A realização da coroação do rei

e rainha não era estranha a esses grupos a partir de suas experiências em África as quais passaram por ressignificações no mundo atlântico.

Figura 4 - Coroação de uma Rainha, Festa de Reis, Rio de Janeiro, 1776



Fonte: Julião (1960, p. 36).

Em relação às datas de construção da associação leiga, encontramos algumas contradições. Nos registros do memorialista Saul Ulyssea, ao coligirmos com nossas fontes, ele inferiu que a confraria teria surgido antes de 1828, não especificando uma data para a sua formação. E sugeriu que a construção do templo, deu-se entre os anos de 1840 e 1845. Como destacamos anteriormente, a escassez de fontes sobre a Irmandade seria uma das dificuldades que encontraríamos para preencher algumas lacunas sobre a história dessa confraria. Talvez a data de início de suas obras seja um desses hiatos que não daremos conta nesta pesquisa, mas que pode vir a ser concluído em pesquisas futuras.

Em relação à primeira mesa eleita da Irmandade do Homens Pretos de Laguna, segundo Ulyssea, é datada de 1836, porém, nossos documentos revelam uma outra data, muito anterior a que foi sugerida pelo memorialista. A existência da Irmandade, bem como da primeira mesa diretora, conforme o requerimento feito à Metrópole, data de 1803, ou seja, no início do século XIX. A confraria já se fazia presente em Laguna, com uma mesa eleita, conforme explicitado no documento citado acima. Porém, outras fontes nos sugerem que a criação da Irmandade teria ocorrido em meados do século XVIII.

Na obra “Memórias históricas do Rio de Janeiro”⁸, o autor, ao se referir à fundação de Laguna e à construção da Igreja Santo Antônio dos Anjos da Laguna, faz referência a uma igreja tão antiga quanto aquela. Pizarro e Araújo destaca que esta confraria havia sido citada no livro sobre a Capitania de São Vicente, em que foi tratada pela “Provisão de 4 de Outubro de 1745, que confirmou os Capítulos do Compromisso da Irmandade de Pretos aí criada” (PIZARRO & ARAÚJO, 1820, p. 82).

Talvez com o compromisso da confraria, conseguiríamos avançar em algumas análises, ainda assim, algumas considerações podem ser realizadas. Acreditamos que, em 1803, possivelmente, os confrades já possuíam recursos financeiros para construção do próprio templo, já que se dirigiram à Coroa como Irmandade. Caso contrário, se não tivessem sido aprovados, inclusive o seu compromisso, e não possuíssem recursos, eles não se apresentariam ao Estado, conforme o requerimento acima.

Aventamos que esta interpretação seja plausível, pois, se a Irmandade existia desde 1745 e com compromisso aprovado, conforme Pizarro e Araújo, possivelmente as populações de origem africana quando solicitaram a construção do templo no ano de 1803, no alto do morro, já dispunham de um coletivo atuante e de uma hierarquia funcional capaz de agenciar a obtenção e acúmulo de recursos financeiros suficientes para dar início às obras de seu edifício.

Embora careçam subsídios suficientes para algumas conclusões, estes vestígios nos possibilitaram refletir sobre os esforços desses africanos e de seus descendentes livres, libertos e cativos em agenciar demandas coletivas, como um espaço que garantisse melhores condições de sobrevivência no interior do sistema escravista. Inferimos que é muito provável que esta experiência tenha sido o catalizador para outras formas associativas do grupo pesquisado.

Mesmo com o problema das fontes e a divergências de datas, estes indícios disponíveis nos apontam para duas evidências. A primeira trata da dificuldade financeira pela qual a Irmandade deve ter passado. Entretanto, se ela existia desde 1745 e solicita a construção de seu templo apenas em 1803, sendo o terreno averbado em 1828, e as obras desta confraria iniciadas, pensamos, entre os anos

⁸ ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI.** Rio de Janeiro: Na Impressão Regia, 1820-1822.

de 1803 e 1828, que outros impedimentos, além daqueles de ordem financeira, evitaram a edificação do templo? Esta é uma pergunta que não temos resposta.

A segunda evidência nos permitiu perceber que as dificuldades existiram, contudo, foram organizadas diferentes estratégias para consolidar aquele espaço. Segundo Ulyssea (1939), a construção continuou em andamento após 1845 e, por meio uma apólice “federal adquirida pela irmandade com o legado de D. Luiza Joaquina de Jesus e algumas esmolas”, no ano de 1880, contrataram um marceneiro para terminar o altar-mor. Nosso memorialista também descreve que a condição de cativo e a pobreza dificultaram a finalização da capela, porém tais condições não impediram que esse grupo atuasse de diversas formas para atingir os seus objetivos e a materialização do seu projeto coletivo.

A importância desta irmandade e como ela já ocupava um lugar privilegiado na paisagem da vila, é assinalado por nosso outro interlocutor, o viajante francês Robert Avé-Lallement⁹. Em sua visita pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, no ano de 1858, o viajante nos fornece elementos de como estes homens europeus interpretavam o mundo que os cercava.¹⁰ Acreditamos que a descrição que ele faz não estava isenta de juízos de valor e preconceitos, pois as imagens que ele anuncia em sua descrição indicam adjetivações que podem ser interpretadas como sendo uma visão do que era civilizado e moderno, conforme os padrões da época e ao que não atendia aquelas exigências, tendo como referencial o ideal de beleza europeu. Ao chegar à vila, Avé-Lallement (1980, p. 35), relata que:

Laguna não apresenta grandeza arquitetônica. Numa grande praça verde, a igreja bonita e limpa, de agradável aspecto. Pertinho, um teatro inacabado; numa eminência, no extremo da pequena cidade, eleva-se para céu uma igreja meio construída; são edifícios de arquitetura indeterminada, que desgostam qualquer entendido. (AVÉ-LALLEMENT, 1980, p. 35).

⁹ Nasceu em 25 de julho de 1812, em Lübeck, na Alemanha. Filho dos professores de música Jacob Heinrich Avé-Lallemant e de Friederike Marie Canier. Irmão do criminalista Friedrich Christian Avé-Lallemant e do crítico musical Theodor Avé-Lallemant. Iniciou o curso de medicina em Berlim, mudando em seguida para Heidelberg. Após um semestre de estudos em Paris, completou seus estudos e obteve o doutoramento em medicina na Universidade de Kiel, Alemanha, em 1837. Em Lübeck teve contato com Alexander von Humboldt, que o convidou para participar da expedição Novara para o Brasil. Avé-Lallemant abandonou a expedição no Rio de Janeiro, iniciando então a viajar sozinho pelo Brasil. Estas expedições foram apoiadas pessoalmente por D. Pedro II. Estabeleceu-se no Brasil, como médico no Rio de Janeiro. Avé-Lallemant não foi conhecido somente por suas viagens exploratórias pelo Brasil, mas também por ter influenciado o sistema de saúde brasileiro. (ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA – ANM, 2019).

¹⁰ Sobre os viajantes e as representações presentes em seus escritos, ver: Kury (2008), Leite, I. (1996), Leite, M. (1997), Pratt (1999) e Sússekind (1990).

Nosso viajante era formado em medicina, porém sentia-se à vontade em avaliar a estética da pequena vila em construção. Presumivelmente ao caminhar pela cidade explorando os lugares, dialogando com as pessoas e fazendo registros em seu diário, ao deparar-se com uma construção, no alto de um morro, que deve ter chamado sua atenção no momento de sua chegada, é bem provável que explicaram a ele de que se tratava de uma igreja de homens e mulheres de origem africana, em sua maioria, na condição de escravizados.

Podemos inferir que, mesmo não tendo a vila *grandeza arquitetônica*, o viajante vê beleza, limpeza e um aspecto agradável, ainda que com uma obra inacabada, como o teatro, mas, ao referir-se possivelmente ao templo em construção, nos deparamos com outra visão, que qualifica o edifício como uma arquitetura genérica, que não seria apreciada por especialista algum.

Neste sentido, compreendemos que, quando não há o apagamento da cultura material e imaterial das populações de origem africana da história e da memória, emergiram narrativas e representações estereotipadas, visões etnocêntricas que desumanizam homens e mulheres, tornando-os seres a-históricos, ou com histórias incompletas. Coligindo as fontes iconográficas disponíveis que tornaram visível a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna, mesmo estando inacabada e não atendendo aos anseios estéticos do nosso viajante, a sua presença ventila outras narrativas que assentam o protagonismo das populações de origem africana.

Do alto do morro do Rosário, como é conhecida a região atualmente, estes agentes sociais elaboraram projetos coletivos, festejaram a sua santa de devoção, cuidavam de seus mortos e possivelmente despertaram olhares de reprovação daqueles que não viam com bons olhos as expressões de um catolicismo com elementos afrodiaspóricos percorrendo as ruas da cidade.

A Fotografia 3 ilustra uma vista panorâmica de Laguna, em 1910, com a Igreja do Rosário destacando-se como a estrutura mais alta:

Fotografia 3 - Vista panorâmica de Laguna - a estrutura mais alta é a Igreja do Rosário (1910)



Fonte: Faísca (1910).

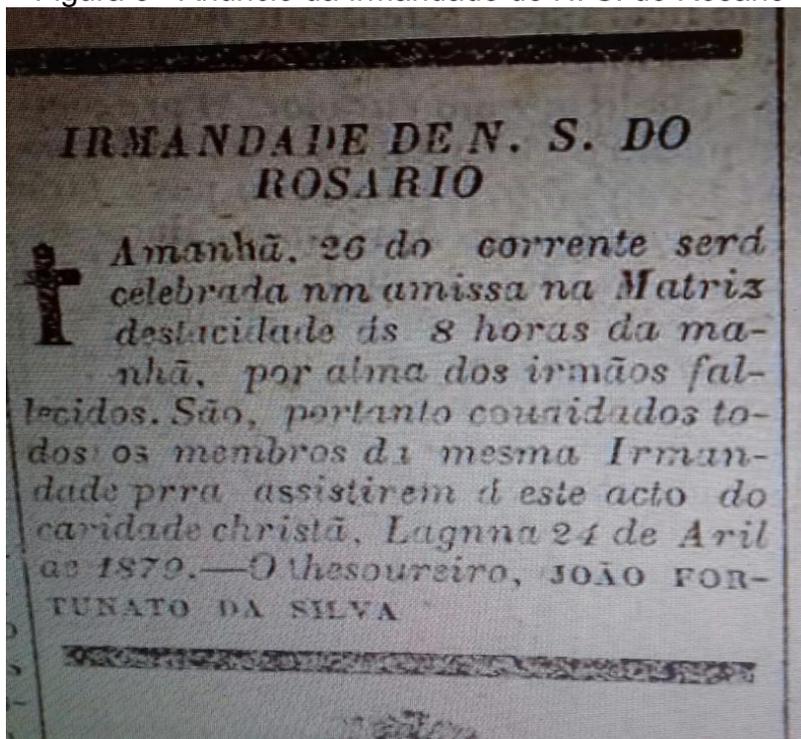
A imponência de uma igreja de escravizados erigida no alto de um morro pode ter causado incômodo às elites de Laguna, uma vez que se destacava mais que a Igreja matriz (Santo Antônio dos Anjos da Laguna), que ficava no centro da cidade. Mesmo passando por dificuldades financeiras, como afirmou o memorialista Saul Ulyssea, os irmãos do Rosário representados pelo seu tesoureiro, o cidadão Fortunato José da Silva, receberam a quantia de 500 mil-réis para ser utilizada nas obras da capela em construção. (O MUNICÍPIO, 1/4/1879).

O interessante é que a doação da verba foi autorizada pela Lei nº 830 de 03 de maio de 1877¹¹. A doação pode ter ocorrido por inúmeros motivos, quiçá com o passar dos anos e o aumento da conquista de liberdade e autonomia, tenha aproximado irmãos e irmãs de pessoas influentes, que apoiavam a sua causa. Especulamos que as redes de relações verticais estabelecidas, direta ou indiretamente, com dirigentes locais e provinciais, trouxe-lhes benefícios, como esta doação prevista em lei a qual contribuiu para dar continuidade às obras da capela. Os vestígios deixados por esta irmandade nos permitiram apreender a sua importância e quais foram suas formas de atuação junto aos seus confrades. É o que podemos perceber na Figura 5, corroborando com a bibliografia consultada que

¹¹ Esta Lei nº 830 de 03 de maio de 1877, possivelmente tratava do Orçamento Provincial, conforme verificamos do Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, de 2 de janeiro de 1877. Nesse documento, há um item denominado “Culto Público”, em que ele relata o mau estado dos templos da província, carecendo quase todos de reparação. Ele destacou que contra a sua vontade não foi possível prestar quaisquer auxílios para reparação ou aquisição de paramentos, embora essa despesa houvesse sido marcada em Lei do Orçamento. Ele ainda destaca que em Laguna as obras da Igreja aguardavam qualquer auxílio da Fazenda Provincial, mas não fica claro se seria a Igreja Matriz ou a Irmandade do Rosário (Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, o Dr. Hermínio Francisco do Espírito Santo, 1º vice-presidente, ao passar a administração da província ao Dr. Alfredo d’Escragolle Taunay, em 2 de janeiro de 1877, p. 55).

uma das preocupações das irmandades era o cuidado com os seus mortos e a garantia de uma boa morte, daí o convite para que todos comparecessem neste ato de caridade cristã.

Figura 5 - Anúncio da Irmandade de N. S. do Rosário



Fonte: O Município (22/4/1879, p. 4).

IRMANDADE DE N. S. DO ROSÁRIO

Amanhã, 26 do corrente, será celebrada uma missa na Matriz desta cidade, às 8 horas da manhã, por alma dos irmãos falecidos. São, portanto, convidados todos os membros da mesma irmandade para assistirem à este ato de caridade cristã. Laguna, 24 de abril de 1879 – O tesoureiro, João Fortunato da Silva.

O pequeno anúncio acima nos confirma que um dos compromissos basilares da irmandade era assegurar uma boa morte aos seus irmãos. Tendo sempre presente que se referia a uma associação de *pretos*, percebemos que essa ânsia individual e familiar por uma morte digna era realçada no caso coletivo com todos os irmãos ajudando a celebrar e a (re)lembrar as almas dos irmãos de devoção já falecidos. Ao rezarem pela alma dos irmãos mortos, os devotos do Rosário afirmavam a ancestralidade de sua coletividade e visibilizavam a presença africana e de seus descendentes no centro da cidade. O anúncio nos deixa entrever também que, em 1879, o templo do Rosário ainda não estava terminado e que os devotos

pretos instrumentalizavam a Igreja Matriz para seus cultos e demonstrações de fé daquela coletividade.¹²

Além de sufragar as almas dos seus confrades, acreditamos que o templo da irmandade era um importante *lócus* para a realização dos cultos cristãos, fossem eles organizados pela própria agremiação ou por outras confrarias. Quer dizer, o templo do Rosário dos pretos se entrelaçava com outras Igrejas, se congraçando e auxiliando no esplendor dos cultos católicos, com isso, se apresentando e positivando a coletividade afrodescendente da cidade. Que é o que se percebe no anúncio abaixo (Figura 5).

Figura 6 - Anúncio em devoção do Senhor Bom Jesus dos Passos

<p style="text-align: center;">ANNUNCIOS</p> <p style="text-align: center;">✠</p> <p style="text-align: center;">DEVOÇÃO DO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS</p> <p>Tendo-se de solemuizar este anno a Commemoração da Paixão do Senhor Bom Jezus dos Passos no dia 3 de Abril proximo futuro, com trasladação da sagrada imagem do mesmo Senhor na vespera as 7 horas da noite, da capella do Rosario para a egreja matriz, e no dia missa e procissão com os costumados sermões do encontro e do Calvario na entrada da referida procissão; roga-se a todos os devotos para que expontaneamente, sem constrangimento, compareção a esses actos de</p>	<p>nossa Santa religião, não só para tomarem suas opas afim de não se dificultar a saída da procissão e trasladação nas horas marcadas, como também auxiliarem em tudo mais que for mister, para que haja sempre o maior esplendor e decencia em uma tão importante solemnidade. Outro sim também roga-se aos habitantes das ruas por onde deve passar a trasladação para illuminarem a frente de seus edificios; e as pessoas que tiverem de cumprir suas promessas, hajão de fazer no acto da trasladação por tornar-se isso muitissimo conveniente a Devoção.</p> <p>Laguna, 18 de Março de 1881 O secretario da Devoção <i>Dominus Thoma Prunzo.</i></p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: A Verdade (20/3/1881, p. 4).

ANÚNCIOS

DEVOÇÃO DO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS.

Tendo-se de solenizar este ano a Comemoração da Paixão do senhor Bom Jesus dos Passos no dia 3 de abril próximo futuro, com a trasladação da sagrada imagem do mesmo Senhor na véspera, às 7 horas da noite, da Capela do Rosário para a Igreja Matriz, e no mesmo dia missa e procissão com os costumados sermões do encontro e do Calvário na entrada da referida procissão; roga-se a todos os devotos para que espontaneamente, sem constrangimento, compareçam a esses atos de nossa Santa religião, não só para tomarem suas opas afim de não se dificultar a saída da procissão e trasladação nas horas marcadas, como também auxiliarem em tudo mais que for mister, para que haja sempre o maior esplendor e decência em uma tão importante solenidade. Outrossim, também roga-se aos habitantes das ruas por onde deve passar a trasladação, para iluminarem a frente de seus edificios; e as pessoas que tiverem

¹² Sobre a morte nos oitocentos, ver Reis (1991).

de cumprir suas promessas, haja de fazer no ato da trasladação, por tornar-se isso muitíssimo conveniente a Devoção.

Laguna, 18 de março de 1881.

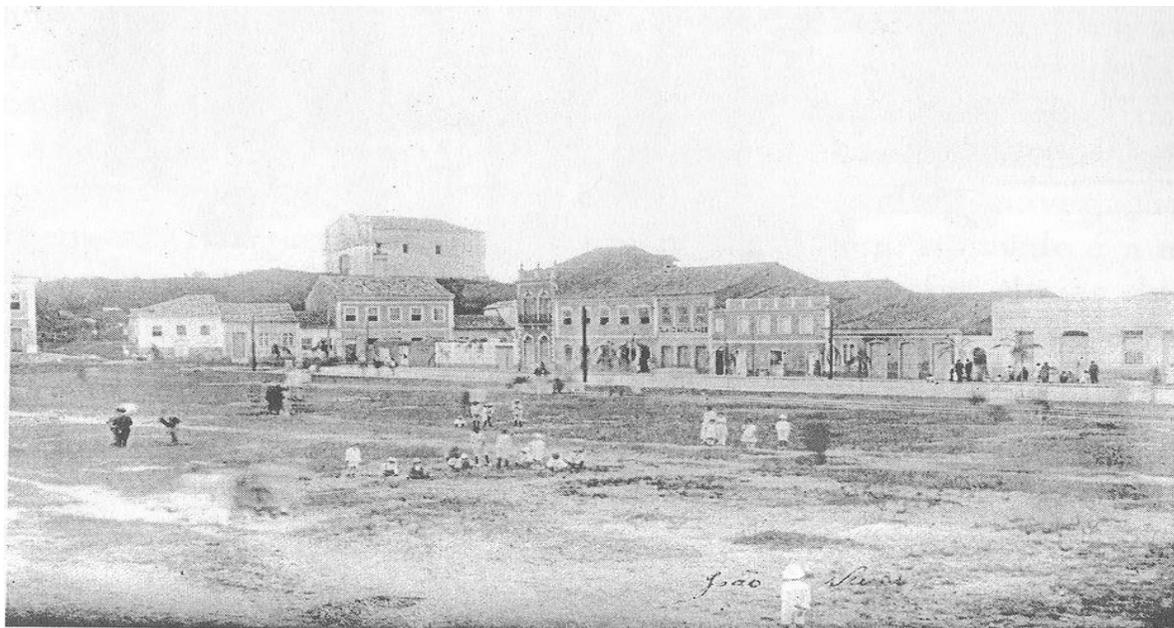
O Secretário da devoção

Domingos Thomas Fragoso

O secretário da devoção do Bom Jesus, Domingos Tomás Fragoso, no texto de sua autoria, publicado em 1881, convocava os devotos para – *espontaneamente e sem constrangimento* – pegarem as suas opas e engrossarem a procissão que mudará o local de custódia da imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos, da Capela do Rosário para a Igreja Matriz. Assim, a devoção dos pretos do Rosário insere-se na cartografia católica local, sendo um lugar de partida de uma importante procissão, naquela páscoa de 1881.

Coligindo os documentos de 1879 e de 1881, pensamos que o templo do Rosário (Fotografia 4) deve ter ficado finalmente pronto entre estas duas datas.

Fotografia 4 - Vista parcial da cidade de Laguna, com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário ao fundo



Fonte: Ulysséa (2004, p. 316).

Como foi deduzido pelos documentos acima, a Capela do Rosário atuava no cenário urbano como um local para a abertura de alguns dos rituais sagrados do catolicismo. Em 1899, a Irmandade Nossa Senhora do Parto anunciava, no hebdomadário O Futuro (24/12/1899), a trasladação da “Gloriosa Virgem do Parto”,

da Capela do Rosário para a igreja Matriz, “realizando a sua festa com missa cantada, procissão e novena”.

Acreditamos também que, para além do *locus* de manifestações religiosas, a Igreja da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna tenha abrigado em seu altar algumas devoções, como as de Nossa Senhora do Parto e Nossa Senhora da Conceição, haja vista a proximidade que estes membros mantinham entre si, e com as agremiações que destacamos. Outra evidência sobre a existência e atuação dessas irmandades está presente nos registros de memórias de Saul Ulysséa (1943, p. 54), pois ele nos relata que, próximo ao Largo da Carioca, hoje Praça Lauro Muller, residia um “um preto de nome Antônio Wanzeller, preto da Costa, que aos domingos, de calças brancas e enormes sapatos esmolava para a Irmandade de N. S. do Parto. E também trabalha como cozinheiro do patacho Wanzeller”.

Os indícios que sustentam nosso argumento de entrelaçamento das agremiações, ou seja, a proximidade que estes atores sociais mantinham, podem ser evidenciados no anúncio publicado no periódico O Futuro (3/12/1899), sobre a festa de Nossa Senhora da Conceição, que ocorreria no dia 08 do mês corrente, “na matriz d’esta cidade com missa cantada, e procissão a tarde. A noite será queimado um lindo e esplendido fogo de artifício preparado a capricho”.

Como indicam nossas fontes, o tesoureiro que assina o anúncio, Miguel Alano de Bittencourt (1861-1939), era irmão do Rosário, se tornará sócio do União Operária. Ele solicitava o comparecimento de todos os devotos “da Gloriosa Virgem para maior realce e brilhantismo da festa”. Apontamos que a confraria do Rosário, alguns anos antes da abolição da escravatura, tenha deixado de ser o *locus* de peregrinação das devoções da cidade, não podemos afirmar que a mudança da trajetória de transladação e das procissões tenha sido uma ação planejada, mas a deliberação dos devotos do Senhor Bom Jesus dos Passos, com a autorização do Bispo Diocesano, e a comemoração festejada no jornal A Verdade (2/8/1885) indicam que já havia a vontade dessa mudança por parte das lideranças religiosas locais.

Com a mudança do traslado, o novo trajeto iniciaria dia 06 de agosto de 1885. O cortejo sairia da Igreja Matriz Santo Antônio dos Anjos da Laguna e seguiria pelas seguintes ruas - Conselheiro Jerônimo, Praia, Voluntário Benevides e Voluntário Carpes, e seguiria para a capela do novo Hospital de Caridade da cidade que levava o nome da devoção. Além da comemoração com esta mudança, era solicitado aos

fiéis que iluminassem a frente de suas casas, e o edifício estaria aberto para visitação pública¹³.

Alguns anos mais tarde, o que era somente uma vontade, passa a ser um projeto das elites locais, o apagamento físico da capela deveria ser finalizado ou ela extirpada de uma vez. Agora que o templo do Rosário não era mais o ponto de referência para as comemorações religiosas, não faltaram críticas aos irmãos e ao estado da capela. Uma das primeiras críticas que posteriormente se multiplicou em ações e críticas sistemáticas nos periódicos locais foi a que encontramos em 1901. Um articulista no jornal chamado O Sol (1901), escrevendo em uma coluna denominada “Preciosidades”, passa a destacar as associações musicais locais e as dificuldades que eram superadas através da força de vontade dos músicos: os colégios que iluminavam o espírito da mocidade da cidade, o hospital que mesmo com pouca renda estaria concluindo suas obras, e findando ele diz: “o que dizer de nossas sociedades recreativas? Nada, para não emitirmos suspeitas”.

Em tons elogiosos, o articulista possivelmente estava mencionando os clubes recreativos das elites locais, ou seja, as agremiações Blondin e Congresso¹⁴. Ele lamentava pelo estado de pobreza do teatro e suas atividades que, segundo ele, em mais ou menos dias, entraria em ruínas. Comparando o estado do teatro com os templos da cidade, o autor cita as reformas que estavam sendo feitas na igreja matriz, não menciona outros templos, e sublinha que sobre a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna: “que então aprazível local se construiu, mas que jaz no esquecimento” (O SOL, 1901, p. 2).

Acreditamos que, com a entrada do novo século, a mudança das trasladações das festividades religiosas, que agora partiam da igreja matriz, permitiu as primeiras

¹³ O movimento para criação de um hospital em Laguna começou em meados do século XIX. Os primeiros documentos datam de 1855, demonstrando intensa atividade de pessoas influentes, com o objetivo de dotarem a cidade de uma casa de saúde. O fruto deste trabalho surge oficialmente em 03/04/1855, quando o Presidente da Província de Santa Catarina sancionou lei autorizando a criação do primeiro hospital do Sul do Estado, denominado São Francisco de Assis. O termo de abertura do primeiro livro de atas data de 28/09/1855. Os membros da primeira comissão eram: Pedro Francisco da Silva (provedor), Jerônimo Coelho Neto, Antônio José da Silva, João Pacheco dos Reis (mordomo), João José da Silva Guimarães, José Francisco da Silva Pinto, José Antônio Fernandes Viana e Joaquim José Mendes Braga. Disponível em: <<https://www.hospitallaguna.com.br/hcsbjp/historico> Acessado dia 14/09/2020> Acesso em 16 set. 2020. Fala que o presidente da província de Santa Catharina, dr. João José Coutinho, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no ato da abertura de sua sessão ordinária em o 1.o de março de 1857, verificamos que neste ano o Hospital ainda não tinha iniciado a construção do novo prédio e ainda passava por dificuldades em angariar fundos. Disponível em: <http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000517&m=4379&n=rpescatarina1857> Acesso em 16 set. 2020.

¹⁴ Estes dois clubes eram os clubes frequentados pelas elites lagunenses.

iniciativas contra aquele espaço. Nota-se que o tom da crítica aqui exposta ainda era tímido, ao mesmo tempo em que se destacava o morro onde a capela foi construída como um lugar “aprazível”, afirmava-se o estado de abandono dela. Mas o que verificaremos adiante será o recrudescimento das críticas em todo período de existência da Irmandade, deixando de ser reservadas e passando a ser declaradas, objetivas e sistemáticas nos periódicos da cidade. Agora a Irmandade do Rosário era parte de um passado que deveria ser esquecido.

3.2 Francisco (Vaga), nação Benguela, e Rosa, de Nação Conga: Irmãos do Rosário e herdeiros da senhora Mariana

Ao continuarmos a investigação sobre a Irmandade e seus confrades, recorreremos ao acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, consultando um total de 20 inventários *post-mortem* que envolviam arrolamentos de cativos, entre o início do século XIX e os últimos anos que antecederam a abolição da escravidão. Obtivemos resultados qualitativos entre estes documentos judiciais que nos permitiram inferir, mesmo que minimamente, como se deram as relações entre escravizados e senhores nesta pequena freguesia da Província de Santa Catarina. Em meio a estes documentos, com escritas sofríveis de ler, não só pela caligrafia da época, mas pelo péssimo estado de preservação de alguns documentos, encontramos no Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o testamento e inventário de Mariana de Souza Vieira, iniciado em novembro de 1847.¹⁵

Mariana era natural de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, foi batizada na Igreja Matriz de Santa Ana e era residente na freguesia de Imaruí. Mariana era analfabeta, filha de Manoel de Souza Maciel e Eugenia Vieira (já falecidos quando do inventário). Foi casada com Caetano Francisco (já falecido) com quem teve um filho, João, que faleceu na condição de solteiro. Mariana não tinha herdeiros legítimos. Instituiu como primeiro testamenteiro o Tenente Francisco Ferreira Alexandrino, como segundo Bernardino Antônio Soares Simas e como terceiro, Antônio José de Freitas. Consta em seu testamento que foi sepultada na Igreja de São João de Imaruí.

¹⁵ Ver anexo B.

Entre os seus bens inventariados, estavam um casal de escravizados da Costa: Francisco, de nação Benguela, e Rosa, de nação Congo. O casal de cativos teve 13 filhos, entre mortos e vivos: Custódia, Maria, Angélica, José, Ana, Joana, Maria, Leandro, João, Prudência, João, Maria e Leandra.

O casal de escravizados Francisco benguela e Rosa congo foram alforriados com a morte de Mariana, no entanto, os dois já tinham em posse as cartas de alforria desde 10 de fevereiro 1835. Tratava-se, portanto, de alforrias condicionais, vinculadas à morte de sua senhora. Os oitos filhos vivos de Francisco e Rosa também foram alforriados com a morte da senhora. Segundo Mariana, as alforrias foram dadas em retribuição ao “amor, caridade, zelo e cuidado” que os escravizados lhe deram. Ou seja, era um núcleo familiar escravizado que se tornara essencial à sobrevivência senhorial, por isso a senhora negociara com esses indivíduos a liberdade de todos. Além de os escravizados citados acima, Mariana possuía mais um escravizado chamado Pedro, de nação cassanje, descrito no inventário como “velho”.

A senhora, segundo seu testamento, casou três das filhas de Rosa e Francisco: Custódia, Maria e Angélica, que receberam a carta de liberdade ao se casarem, mas o ano do casamento e da concessão das manumissões não foram informados. Mariana, como expressão de seu sentimento católico e demonstrativo dos associativismos nos quais se imiscuía, deixou 4 mil-réis de esmola ao Santíssimo Sacramento da Igreja do Imaruhi, sua freguesia, e iguais quantias para a Irmandade do Rosário e Igreja de São Miguel. Deixou ainda 10 mil-réis para as Igrejas Matriz de Santo Antônio dos Anjos da Laguna e à Santa Casa da Caridade dos Pobres, por fim, mais 4 mil-réis para Nossa Senhora Santa Ana de Vila Nova.

Mariana declarou que, no inventário dos pais, o seu irmão, José de Souza Vieira, sonegou bens. Os pais deixaram de herança aos filhos uma escravizada de nome Feliciano, de nação conga, e seus três filhos: Domingos, Luiz e Rufino. No arrolamento dos bens dos finados pais, José de Souza Vieira, que atuou como inventariante, não incluiu Domingos, Luiz e Rufino na avaliação dos bens. O escravizado Domingos foi herdado pela irmã falecida de Mariana, identificada somente pelo primeiro nome, Ana. Quando José de Souza Vieira faleceu, deixou forros os escravizados Domingo, Luiz e Rufino, mas estes não eram legalmente seus, portanto, Mariana questionava a alforria que lhes fora dada.

Mariana então abriu uma ação judicial para tomar posse dos bens, ou seja, dos três crioulos, Domingos, Luiz e Rufino. Ao procurador e seu testamenteiro, o Tenente Francisco Ferreira Alexandrino, ela declara em seu testamento que, se aqueles *bens semoventes* retornassem a sua posse, o testamenteiro deveria vendê-los e uma parte do dinheiro, um total de 38.400 mil-réis, deveriam ser ofertados à Nossa Senhora do Rosário, como esmola. Mariana constituiu como herdeiros o casal de ex-escravizados, Francisco e Rosa, e o testamenteiro Francisco Ferreira Alexandrino.

No inventário da falecida Mariana, o escravizado Pedro, de nação cassanje, não foi alforriado, aparece na avaliação dos bens sendo calculado por 400\$000 mil-réis. O inventariante Francisco F. Alexandrino declarou que havia bens para sobrepilha: os três escravizados crioulos, Domingos, Luiz e Rufino. Estes estavam em poder de Feliciano, sua mãe, identificada como preta e casada com o preto forro João Cardoso. Mariana vence a ação judicial e Feliciano perde seus filhos, que são re-escravizados e vendidos.

Ou seja, as benesses senhoriais foram distribuídas, neste inventário, de forma desigual, mostrando como aquela escravaria tinha diferentes relações com a senhora. O casal de africanos Francisco benguela e Rosa congo, alforriados segundo a verba do testamento da senhora, passaram a se chamar Francisco Vieira e Rosa de Souza. Esse documento é significativo, pois indica que Francisco e Rosa viviam como libertandos, estando de posse de suas cartas de alforria desde 10 de fevereiro de 1835, sendo que as suas liberdades efetivas ocorreriam apenas quando da morte da senhora, a qual neles confiava piamente (ao ponto, por exemplo, de não cogitar que eles colocassem em risco a sua existência, assim apressando o cumprimento das cláusulas dos seus documentos de liberdade) e provavelmente dependia de seus cuidados e trabalhos. Não tivemos acesso a estes documentos de liberdade, mas possivelmente estavam condicionados¹⁶ a manter os dois trabalhando para a sua senhora até sua morte, e assim o fizeram, para garantir os bens que viriam a ser herdados.

Nota-se que, entre os anos de 1835 até a morte da senhora, no início de 1848, passou-se mais de uma década, tempo suficiente para que qualquer

¹⁶ Sobre o tema, ver Cardoso (2008) e Moreira (2003).

comportamento visto como impróprio pela proprietária pudesse acabar com as possibilidades de receber algum pecúlio, herança e a tão desejada liberdade¹⁷.

Os bens de Mariana foram devidamente arrolados e avaliados por peritos, sendo os abaixo indicados:

Tabela 7 - Lista dos bens de Mariana de Souza Viera

BENS	Valor (réis)
50 braças de terra frente, citas na Freguesia de São João de Imaruhi, que fazem frente ao mar, com 900 braças de fundos, pouco mais ou menos, confrontando por um lado com terras do falecido José de Souza Vieira, e pelo outro lado com terras que foram do falecido Sebastião Alves	700\$000
Uma morada de casas velhas cobertas de telhas	20\$000
Engenho de farinha com seus pertences	40\$000
Casa coberta de telha no mesmo engenho de farinha	7\$000
Forno de cobre	12\$000
Junta de bois de serviço	45\$000
Um carro velho	3\$000
Escravo velho de nome Pedro, Cassanje	400\$000

Fonte: Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Os bens de Mariana constituíram, assim, um monte-mor de 1:127\$000 réis, mas 4 quantias deveriam ser deduzidas deste montante, a saber: as despesas com o seu funeral (44\$350), as custas do inventário (15\$), as disposições testamentárias (40\$) e a taxa de heranças e legados (102\$665). Como podemos verificar na tabela acima, Francisco Vieira e Rosa de Souza não foram arrolados e nem avaliados como mercadorias, como seu parceiro cassanje, Pedro. A morte da senhora efetivou a liberdade condicional que haviam conquistado, e eles passaram de *coisas* a herdeiros legatários. Óbvio que a justiça da *terra dos brancos* não poderia deixá-los sem uma identificação racializada, sempre que o nome deles apareceu no inventário, o escrivão alcunhou-os com as suas respectivas qualidades e condições – *pretos e forros*. Esses *pretos forros*, além de serem arrimos essenciais para a sobrevivência de sua senhora, provavelmente tratando-a quando velha e doente, ainda acumularam dinheiro suficiente para pagar as despesas do inventário, assim

¹⁷ Abundam as referências sobre alforrias, assim, citamos apenas Castro (1995), Chalhoub (1996) e Grinberg (1994).

evitando o leilão de bens. Cada um dos bens acima era parte orgânica de uma unidade produtiva, cujo funcionamento e permanência seriam seriamente prejudicados se seus equipamentos fossem desmembrados do conjunto. Assim, o *preto forro* Francisco Vieira pagou *em dinheiro* o gasto com o funeral de sua falecida senhora e mais as disposições testamentárias; e a *preta forra* Rosa de Souza pagou *em dinheiro* as custas do inventário e a taxa de heranças e legados. O monte-menor caiu, então, para 923\$985 mil-réis, ficando cada legatário com a quantia de 307\$995 mil-réis, assim distribuídos:

Tabela 8 - Pagamento ao herdeiro legatário FRANCISCO VIEIRA, preto forro

BENS	Valor (réis)
25 braças de terra (parte das)	350\$000
Uma morada de casas coberta de telhas	20\$000
Casa de engenho	7\$000
Forno de cobre	12\$000
Junta de Bois	45\$000
O escravizado Pedro	112\$345
Total	546\$345

Tabela 9 - Pagamento ao herdeiro legatário ROSA DE SOUZA, preta forra

BENS	Valor (réis)
25 braças de terra (parte das)	350\$000
Um engenho de farinha	40\$000
Carro velho	3\$000
Escravizado Pedro (parte do)	187\$655
Total	580\$655

Tabela 10 - Pagamento ao herdeiro legatário FRANCISCO FERREIRA ALEXANDRINO

BENS	Valor (réis)
Em dinheiro corrente da herdeira Rosa de Souza, preta forra, "por ter levado demais em seu pagamento".	153\$995
Em dinheiro corrente do herdeiro Francisco Vieira, preto forro, "por ter levado demais em seu pagamento";	154\$000
Total	307\$995

Fonte: Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Notem-se as habilidades (intelectuais, gerenciais e relacionais) daquele casal de *pretos*, agora finalmente *forros*. Eles indenizaram *em dinheiro* (o que era raro naquela sociedade pouco capitalizada) os gastos do inventário e o legado do terceiro herdeiro e com isso mantiveram para si aquela unidade produtiva intacta e ainda o parceiro, o velho africano Pedro. Não estamos negando que Francisco e Rosa se tornavam, agora, *forros* e *escravistas*, com uma escravaria de um cativo apenas. Mas, procurando densificar a análise numa perspectiva diaspórica, cogitamos que o benguela Francisco, a congo Rosa e o cassanje Pedro são todos provenientes da África Central Atlântica, bem que podiam (e deviam) conversar em dialetos do tronco linguístico banto, conformando uma experiência social do cativo algo diferenciada, mesmo que tenhamos poucos indícios para descrevê-la.

Este documento nos possibilitou perceber como poderiam se estabelecer as relações entre senhores e seus escravizados. Enquanto para alguns havia a possibilidade de liberdade e bens materiais; a outros, a liberdade lhe era interdita, como o caso de Pedro cassanje, o escravizado identificado como velho, no inventário de Mariana e da escravizada Feliciano, que possivelmente presenciou seus filhos sendo re-escravizados e vendidos. O destino de Francisco e Rosa, agora como pessoas livres, com a morte de sua ex-senhora, será celebrar a liberdade, mas também auxiliar seus pares em cativo e que faziam parte da Irmandade do Rosário.

Conjecturamos que o rei eleito pela irmandade em 1836, Francisco Vaga e a Irmã de mesa, Rosa Maria de Jesus, ambos identificados como *pretos forros*, fossem eles o casal de *pretos forros* do inventário de 1847. Lembremos que, desde o ano anterior, 1835, eles já estavam de posse das cartas de alforria condicionais a morte da senhora Mariana e provavelmente já eram considerados como *forros* em sua comunidade de devotos de origem africana. Francisco aparece no inventário com o sobrenome *Souza* e Rosa com o sobrenome *Vieira*, mas talvez esses fossem os seus nomes de *papel*, sendo comunitariamente conhecidos por outras alcunhas. Lembremos que a senhora, cujos bens foram inventariados, em 1847, Mariana, tinha o sobrenome *Souza Vieira*, sendo prática comum dos egressos do cativo assumirem como seus nomes de *papel* (não necessariamente comunitários) as alcunhas senhoriais. Tratava-se não necessariamente da continuação de uma subordinação explícita e consentida, mas da apropriação do sobrenome senhorial como forma de localização social.

Destacamos que a alforria efetivada no inventário de Mariana foi, como já dissemos, condicional. As cartas de alforria já tinham sido passadas, estando os localizados na situação de libertandos, na espera da concretização de uma liberdade atrelada à determinada cláusula. Por isso, apareceram na ata da irmandade, já em 1836, como forros. O sobrenome Jesus, que a irmã da mesa Rosa ostentava, era uma alcunha que a vinculava a um afro-catolicismo, sendo que, após a liberdade definitiva, ela se assumiu como *de Souza*. Claro que estes sobrenomes, Vieira e Souza, devem ter sido acionados por esses africanos de maneira a facilitar os trâmites burocráticos naquela sociedade branca; nas suas comunidades étnicas e afetivo-devocionais podiam ser conhecidos por outras denominações.

O Rei Francisco, de nação benguela, e a irmã de mesa Rosa, de nação congo, eram ambos de grupo de procedência congo-angola e traziam da África visões políticas calcadas na importância social da realeza. (REGINALDO, 2005; SOARES, 2000; SOUZA, 2002). O uso das coroas e dos mantos deveriam ter sentidos especiais para aqueles africanos, e a proeminência que tinham nos cultos religiosos certamente alimentava (ressignificando) a memória dos seus ancestrais e mesmo as tristes recordações da diáspora transatlântica.

Além disso, o que nos chamou a atenção no testamento desta senhora de Laguna foi a doação de esmolas para a irmandade e a herança para os escravizados. Parece-me que “o amor, caridade, zelo e cuidado” de Francisco e Rosa para com sua senhora garantiu além da sua liberdade e de seus filhos; possibilitou condições materiais que os colocaram em situação de vantagem após o cativeiro se comparado à situação da grande maioria das pessoas de origem africana que conquistava a liberdade, ainda assim, encontravam inúmeras barreiras que dificultavam a aquisição e o acúmulo de bens materiais e o acesso à terra, por exemplo.

Possivelmente, a senhora de Rosa e Francisco, permitia e incentivava a participação de seus cativos na Irmandade dos pretos de Laguna, e tocada por seu espírito judaico-cristão no leito de morte, deixa em seu testamento a esmola de 4 mil-réis para a confraria. Mais uma vez investida por esse sentimento religioso, ela entra na justiça para reaver os escravizados sonegados no testamento do seu pai, com esta ação, ela re-escraviza Domingos, Luiz e Rufino e solicita ao testamenteiro a venda dos cativos, sendo parte desse valor, um total de 38 mil e 400 réis, doado à Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna. Não é um sentimento religioso

contraditório que se percebe aí, já que o catolicismo conviveu e apoiou a escravidão praticamente durante toda a sua vigência, mas o diálogo entre crença e pragmatismo senhorial.

Como já foi salientado, as fontes judiciais analisadas não nos permitiram avançar e conhecer o cotidiano desses confrades. A ausência de documentos e pesquisas sobre a escravidão em Santa Catarina, sobretudo em Laguna, torna problemático compreender a vida dessas pessoas e como foi o cativeiro nessa vila. Sobre Desterro, temos uma produção acadêmica considerável¹⁸, principalmente a partir da segunda metade do século XIX e os últimos anos que precederam a abolição da escravatura.

Esperamos que esse quadro se altere e que outros períodos da História da província, principalmente os séculos XVIII e início do século XIX, sejam bem mais estudados e documentados, para apreendermos sobre o nosso passado a partir da perspectiva daqueles que foram subalternizados. Mesmo com essa assimetria acadêmica, que se concentra em um período específico e regiões específicas, compreendemos também que isto ocorra devido às demandas, ao acesso e à conservação das fontes que muito contribuem para que estas pesquisas prosperassem.

Como consideramos esta pesquisa um trabalho qualitativo, e não quantitativo, as fontes de que dispomos nos ofereceram uma outra história sobre o passado de Laguna, e aqui nos referimos à rica informação presente no inventário de Mariana de Souza Vieira, que deixa um montante de 42 mil e 400 reis para a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna. A partir desses registros, podemos inferir que, após adquirir o terreno e averbar em seu nome, possivelmente os confrades do Rosário tenham utilizado os recursos disponíveis nas obras da construção de sua capela, cujo início data antes de 1845, diferente do que inferiu Saul Ulysea em nota no jornal *O Albor* (11/6/1939).

Muitas lacunas ainda não foram preenchidas sobre a história da Irmandade dos Rosários dos Homens Pretos de Laguna, porém, os indícios e vestígios investigados podem indicar caminhos a serem percorridos para continuar documentando a história da confraria, mantendo o equilíbrio das narrativas

¹⁸ Ver alguns trabalhos de pesquisa que registram estas experiências: Amaral (2008), Biléssimo (2008), Cardoso, P. (2008), Dauwe (2001), Mamigonian (2017), Mamigonian e Vidal (2013), Mortari (2000), Rascke (2009), Simão (2006), Scheffer (2012) e Zimmermann (2011).

históricas, dando voz àqueles que foram subalternizados e silenciados por uma história que se pretendia hegemônica e homogênea. Como sugeriram algumas fontes, a Irmandade de Laguna, cumpria funções essenciais como sufragar os mortos como as demais confrarias investigadas. Os irmãos envolviam-se na cartografia religiosa da cidade, organizando as festividades religiosas ou imiscuindo-se em devoções como a Festa da Devoção do Senhor Bom Jesus dos Passos, que iniciaria sua procissão saindo da Igreja do Rosário.

É muito provável que sua atuação tenha sido mais intensa na cidade e entre os seus confrades. Os vestígios deixados nos periódicos locais e os relatos de memorialistas indicam como aquela confraria se colocava para a sociedade com suas cerimônias e festejos. Possivelmente, esta Irmandade também possuía como objetivo o auxílio mútuo aos seus confrades nos momentos de infortúnio. Suspeitamos que a educação tenha sido perseguida e muito valorizada pelos irmãos e irmãs do Rosário como uma tática de distinção e ainda compreensão da cultura letrada para usá-la a seu favor. Como boa parte das Irmandades já investigadas tinha como objetivo a instrução de seus pares, é muito provável que o compromisso da confraria de Laguna primasse igualmente pela cultura letrada. Como veremos no próximo capítulo, os irmãos do Rosário que fundaram, frequentaram e transitaram neste e em outros espaços associativos não deixaram de se preocupar com a instrução. Estas experiências, ao que nos parece, serão valorizadas e almejadas nestes novos espaços de sociabilidade.

4 AS ASSOCIAÇÕES MUSICAIS EM LAGUNA: REDES DE SOCIABILIDADES, SOLIDARIEDADE E COMPADRIO

No capítulo anterior, apresentamos, com os documentos de que dispomos, alguns fragmentos da história da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna. Continuaremos nossas investigações, perseguindo as afinidades dos confrades do Rosário com as sociedades Musical União dos Artistas e Musical Carlos Gomes. Intentamos a partir das fontes, como atas de fundação das duas sociedades musicais, fontes iconográficas, além dos registros nos periódicos locais, entre outras fontes, concentrar nossos esforços na tese de entrelaçamento dos irmãos do Rosário com as sociedades musicais e, posteriormente, com as agremiações recreativas, tentando compreender o trânsito desses homens e seus descendentes nestes diferentes espaços que entendemos fazer parte do associativismo afrodescendente de Laguna.

Ao discutir as ligações que os membros destas agremiações possuíam, um dos objetivos dessa pesquisa é traçar a matriz afrodiaspórica dos associados, devido ao fato de que, nos documentos produzidos por estas agremiações a que tivemos acesso, são poucas as vezes em que eles declararam a origem africana ou a afrodescendência. Neste sentido, investimos na busca por documentos que indicassem a origem africana do grupo investigado, principalmente certidões de nascimentos, casamentos e óbitos, em que tais homens e mulheres anunciavam (ou tem anunciada¹) sua cor, endereço, idade, filiação e as relações de compadrio que estabeleceram antes e depois da escravidão.

4.1 Sociedade Musical União dos Artistas

Como já foi revelado, não foi possível acompanhar as ações da Irmandade do Rosário durante toda sua existência, no entanto, os vestígios nos periódicos locais indicam que os membros das associações musicais, anunciados nos periódicos, em sua maioria, estavam presentes também na Irmandade do Rosário. Ao coligirmos as fontes e identificarmos esta rede de relações entre a

¹ O historiador Weimer (2013), em sua tese, considera que os documentos civis não atestam autorrepresentações, mas exo-representações, mas preferimos considerar o caráter potencialmente dialógico destas fontes.

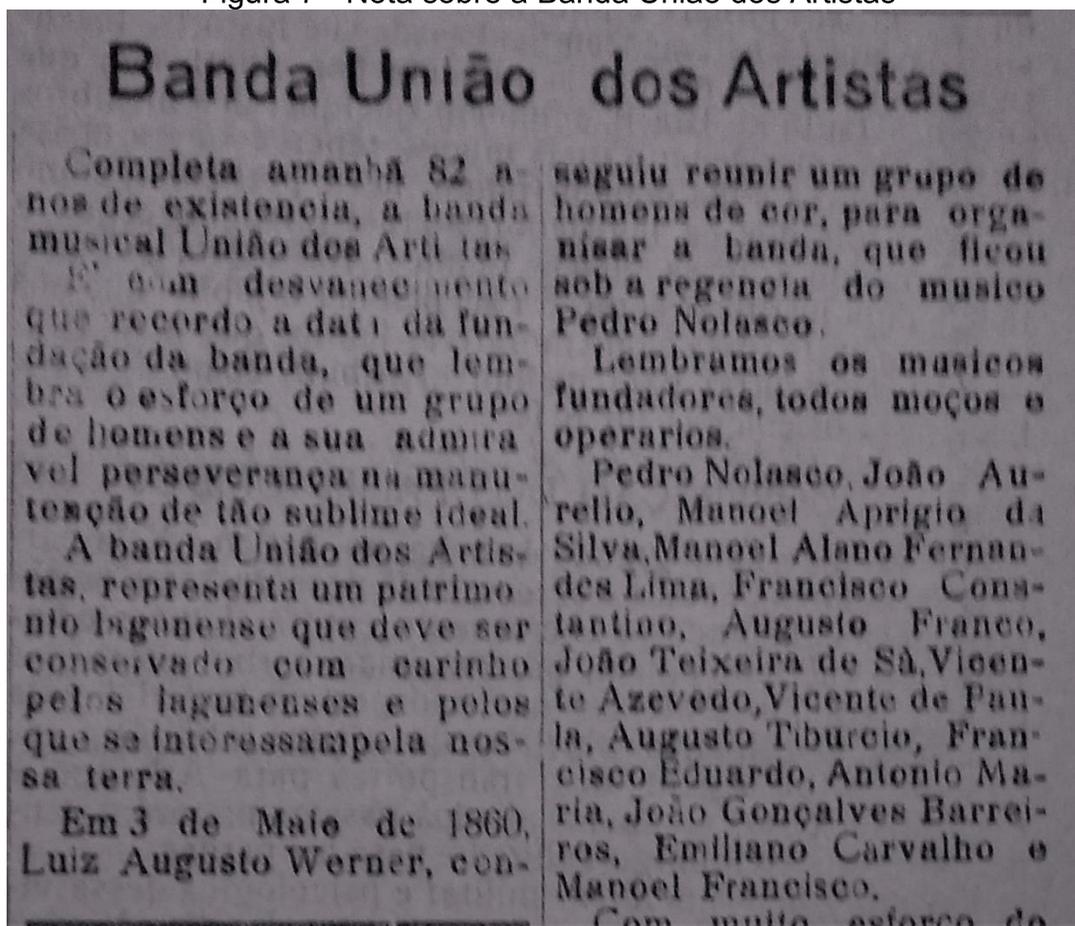
irmandade e as associações musicais, confirmamos que fizemos a escolha teórica e metodológica mais adequada. Para nos aproximarmos dos nossos objetivos, nos serviremos do método onomástico, seguindo o nome como o fio condutor para nossas análises. Nas palavras de Ginzburg (1989, p. 173-174), “se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos”.

As reflexões a partir da micro-história e a utilização do método onomástico permitem pensar sobre temas e pessoas que a história tradicional invisibilizou ou ignorou, como as experiências e as vivências dos “de baixo”, aspectos do cotidiano que, em uma escala macrodimensionada, não são perceptíveis. (BURKE, 1992, p. 41). Nesse sentido, através do estudo da formação de um grupo ou de um sujeito histórico a partir do nome, por meio de uma abordagem microscópica, podemos entender processos históricos mais amplos. Como destaca Weimer,

[...] ao percorrer a documentação no encalço de determinado sujeito social, o historiador teria acesso, por exemplo, aos seus ambientes de circulação, aos seus comportamentos, às suas práticas matrimoniais, de compadrio e apadrinhamento, a suas alianças sociais, a suas estratégias de ascensão ou suas solidariedades. (WEIMER, 2013, p. 191).

A análise de trajetórias individuais ou de grupos vem se consolidando como um exercício historiográfico cada vez mais presente em pesquisas preocupadas em conhecer e compreender a organização dos grupos sociais e suas dinâmicas internas, bem como o estabelecimento de relações com outros grupos. Neste sentido, acreditamos que esta abordagem teórica e metodológica tornará possível o objetivo desta tese, ou seja, compreender as dinâmicas empreendidas por este associativismo de afrodescendente que ousamos em investigar.

Figura 7 - Nota sobre a Banda União dos Artistas



Fonte: O Albor (1/5/1942, p. 1).

Banda União dos Artistas

Completa amanhã 82 anos de existência, a banda União dos Artistas.

E com desvanecimento que recorro a data da fundação da banda, que lembra o esforço de um grupo de homens e sua admirável perseverança na manutenção de tão sublime ideal. A banda União dos Artistas, representa um patrimônio lagunense que deve ser conservado com carinho pelos lagunenses e pelos que se interessam pela nossa terra. Em 3 de maio de 1860, Luiz Augusto Werner, conseguiu reunir um grupo de homens de cor, para organizar a banda, que ficou sob a regência do músico Pedro Nolasco. Lembramos os músicos fundadores, todos operários. Pedro Nolasco, João Aurélio, Manoel Aprígio da Silva, Manoel Alano Fernandes Lima, Francisco Constantino, Augusto Franco, João Teixeira de Sá, Vicente de Azevedo, Vicente de Paula, Augusto Tibúrcio, Francisco Eduardo, Antônio Maria, João Gonçalves Barreiros, Emiliano Carvalho e Manoel Francisco. Com muito esforço do Maestro Pedro Nolasco e boa vontade dos músicos, pois muitos deles não conheciam música, estava a banda apenas quatro meses, pronta para ser ouvida pelo público. Em 02 de dezembro de 1860, estreava a banda, no teatro Sete de Setembro. Realizava-se então um espetáculo de amadores em homenagem a data natalícia de D Pedro

II. A primeira música executada pela banda União dos Artistas em público, foi o Hino Nacional. Foram seus regentes neste longo período, Pedro Nolasco, Manoel Aprígio da Silva, Joaquim Benedito da Assunção, Alberto Richter, Felipe Rosa, Antônio Libânio Figueiró, atual regente. Pela data aniversária, sendo muito afetuosamente ao seu esforçado regente, aos músicos da banda e a sua diretoria. S.U.

A nota acima, publicada no jornal O Albor, em 1º de maio de 1942, é uma homenagem aos 82 anos da Sociedade Musical União dos Artistas, com sua sede social na Rua Voluntário João Firmiano, mesmo endereço onde foi fundada a primeira sede do Cruz e Sousa, em 1906, onde havia um coletivo de pessoas de origem africana. A associação musical investigada foi fundada em 03 de maio de 1860 (Fotografia 5), por Luiz Augusto Werner². A nota menciona que os primeiros músicos da associação eram homens de cor e, por se referir aos futuros músicos como operários, conjecturamos que eles eram trabalhadores manuais especializados (artífices), homens livres e libertos a época de criação da associação musical.

Fotografia 5 - Sociedade Musical União dos Artistas



Fonte: Acervo particular, Bruno Mendes Espindola, 2020.

² Encontramos as certidões de óbito de Estelita Augusto Werner e Fausto Augusto Werner no *Family Search*, porém não encontramos as certidões de nascimento, casamento e óbito de Luiz Augusto Werner que indicassem sua cor, mas averiguamos os documentos dos seus filhos indicando a cor como brancos e ocupando funções que lhes davam certamente prestígio social, Estelita Tenente do Exército e Fausto Oficial. Ao que tudo indica, Luiz Werner também ocupava ofício de fiscal no porto de Laguna. (O Município, 23/05/1879).

Entre os primeiros músicos mencionados neste anúncio, estão Manoel Alano Fernandes Lima e Manoel Aprígio da Silva, o primeiro está entre os membros da comissão para arrecadar fundos para a reforma da capela do Rosário, no ano de 1905, como veremos no decorrer do capítulo. Manoel Alano possivelmente estaria com 15 anos de idade quando a banda foi fundada, e Manoel Aprígio, em sua certidão de casamento,³ tem como suas testemunhas o possível idealizador da sociedade musical Luiz Augusto Werner e o Capitão Manoel Monteiro Cabral, nascido em Portugal, comerciante, armador e exportador, proprietário da casa Comercial Manoel Monteiro Cabral & Filho. Este residia na única rua calçada da cidade e era um homem influente no Partido Conservador (ULYSSEA, 1943, p. 31).

Estas relações entre as populações de origem africana, como instar homens brancos e da elite como testemunhas de casamento, sugerem relações de compadrio construídas com a finalidade de obter algum tipo de auxílio em momentos de dificuldade, bem como garantir proteção em contextos de incertezas. Conforme diversas pesquisas têm evidenciando, abundaram as estratégias de compadrio empreendidas por escravizados, livres e libertos, que buscavam alianças espirituais por meio do batismo e do casamento, dentro e fora do seu grupo etnicorracial.

Estas estratégias de apadrinhamento não se restringiam a relações endógenas, o parentesco espiritual com pessoas das classes dominantes, possivelmente foram alianças feitas com a intenção de alargar suas redes de relações para além de cativo e, por conseguinte, tal estratégia possibilitava a estes homens e mulheres maiores chances de inserção social em uma sociedade marcada por relações hierárquicas baseadas na cor e na raça.

Diante do exposto, ao analisar o estatuto da sociedade União dos Artistas, percebemos a ausência de outras pessoas na fundação da associação, constando somente Luiz Augusto Werner como promotor da associação. Os músicos que contribuíram com a formação desta sociedade não figuram entre os idealizadores. Porém, acreditamos que nenhuma associação é fundada apenas por um sujeito. Concentrar a responsabilidade da constituição destes espaços em apenas um indivíduo e de ascendência europeia retira o protagonismo e a autonomia além de negar a ação de outras pessoas, principalmente de matrizes etnicorraciais não-brancas.

³ Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio Family Search.

Mesmo que o documento de fundação da agremiação disponha de um caráter personalista, outras pistas nos induzem a constatar a participação dos músicos na sua fundação, como aventa a nota do periódico acima. O articulista Saul Ulysea destaca que o maestro Luiz Augusto Werner se reuniu com um grupo de “homens de cor”, “os músicos fundadores, e operários”, divergindo, assim, do que apresenta o estatuto, que destaca a iniciativa de uma única pessoa. Nosso articulista veio a público homenagear a trajetória de uma associação de músicos, em sua maioria de origem africana, a qual estava completando 82 anos de existência e, presumivelmente, não teria uma vida longa caso sua permanência resultasse da ação um único agente histórico. Mesmo sendo supostamente criada pela iniciativa de um homem, que possuía sobrenome de origem europeia, é bem provável que as experiências organizativas obtidas na irmandade foram colocadas em práticas em outros espaços que eles frequentavam o que possibilitou maiores níveis de autonomia. As associações musicais aqui destacadas, e que ainda permanecem em atividade no município de Laguna, possivelmente quando foram fundadas proporcionaram alguma margem de liberdade e autonomia para estes homens que buscavam, por meio do associativismo musical, prestígio, ascensão social, respeitabilidade e inserção social. Podemos interpretar que, assim como as irmandades, as associações musicais, tendo a participação de homens de origem europeia em sua formação, era uma estratégia destes controlar a participação e as intenções de escravizados e libertos nestas agremiações musicais. Na inserção desses homens nestes espaços, mesmo havendo certo nível de controle e autonomia, verificamos em seus estatutos que demandas foram pautadas por projetos próprios com “o desejo de bancar o próprio jogo”, como destacou o historiador Flavio Gomes (2005).

Como podemos observar no estatuto da agremiação musical, ela possuía uma estrutura organizativa bem definida, conforme indica o Artigo 4º, Parágrafo Único, do Estatuto da Sociedade Musical União dos Artistas (1941, p. 1). Esta agremiação musical estruturava-se da seguinte forma: “Presidente, Vice-Presidente, 1º Primeiro Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, Orador, 1º Fiscal e 2º Fiscal”. Conforme o Artigo 5º, o regente (maestro) era selecionado pela diretoria, não podendo tomar parte em reuniões, ficando sob sua responsabilidade apenas a batuta da orquestra musical, não tendo espaço, conforme o estatuto, inclusive, para manifestar-se em assuntos da diretoria.

Os objetivos da União dos Artistas estavam muito próximos daqueles perseguidos pelas irmandades negras estudadas. O artigo 3º do Estatuto da Sociedade Musical União dos Artistas (1955, p. 1) consigna que: “a S. M. União dos Artistas tem por objetivo a formação e o aperfeiçoamento de músicos, combater o analfabetismo, promover festividades em sua sede social, quando convidada ou contratada”. Ou seja, a sociedade também tinha como fundamento, além do exercício e aperfeiçoamento da arte da música, a educação mais ampla dos músicos, incluindo a garantia de acesso deles ao mundo da escrita e da leitura.

Como a nota sobre a Banda União dos Artistas (Figura 6), o jornal alude que a maioria dos músicos que participou desde o princípio não conhecia música, mas com “esforço do maestro” e “boa vontade dos músicos”, após quatro meses de existência, a associação estava fazendo sua primeira apresentação. Ventilamos que, mesmo não conhecendo música, mas com o auxílio de um maestro e o domínio da leitura e escrita, talvez estes indivíduos tenham percebido que aquela associação musical poderia ser mais um espaço que lhes conferisse distinção social. Daí o empenho em se tornarem musicistas.

Imaginemos que a participação em um espaço de sociabilidade, desenvolvendo uma atividade como a música, e a compreensão por meio dela dos significados da cultura letrada, para o bom desempenho e destaque naquela associação, talvez fossem motivos para que o domínio das letras tenha sido valorizado pelos integrantes que transitavam em ambos os espaços (a irmandade e as sociedades musicais) e enfatizassem em seus estatutos a educação. Eles haviam aprendido que este seria um objetivo a ser alcançado, o mais célere possível, o qual proporcionaria, de certa maneira, o distanciamento daqueles que não dominavam a escrita. Assim, os objetivos apreendidos nos diferentes espaços frequentados por irmãos e músicos foram incorporados em suas vivências e experimentados em novos espaços de sociabilidade e auxílio mútuo.

Fotografia 6 - Sociedade Musical União dos Artistas

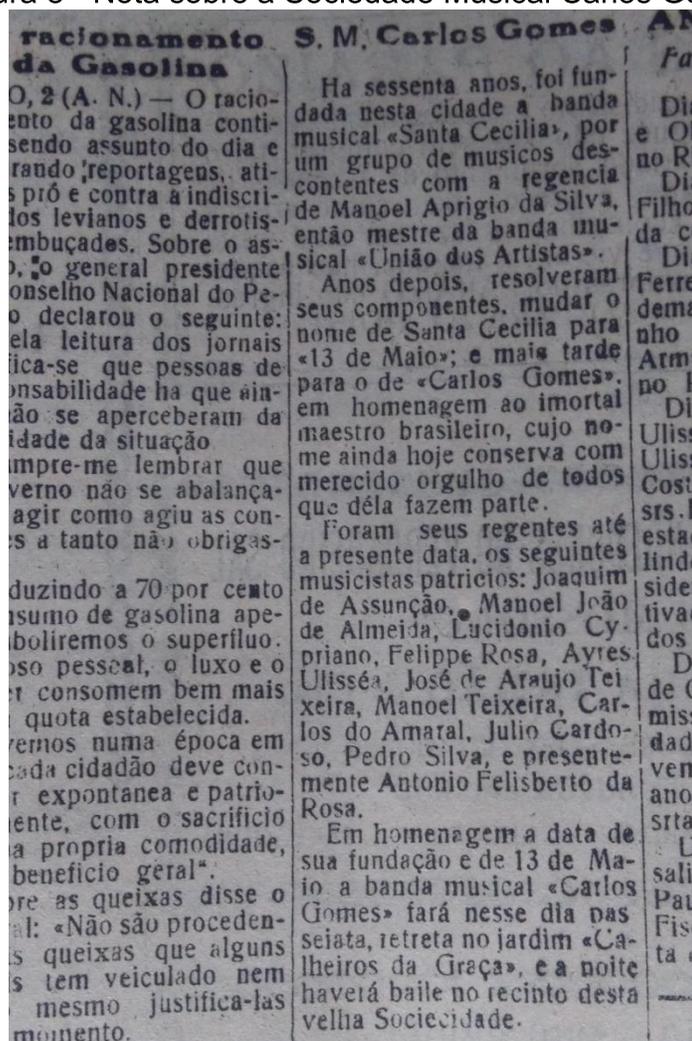


Fonte: Acervo particular. Foto Bacha, sem data.

4.2 Sociedade Musical Carlos Gomes

Convergindo com os objetivos propostos no estatuto de sua coirmã, o “amparo social e a instrução” também estavam presentes no Estatuto da Sociedade Musical Carlos Gomes (1941, p. 1), “fundada em 08 de abril de 1882, primeiramente com o nome de Santa Cecília, 13 de Maio e Carlos Gomes”. Parece-me que os fundadores desta agremiação musical acionaram diferentes identidades, como uma identidade sociorreligiosa, ao batizar a sociedade homenageando a santa padroeira dos músicos e da música sacra. Ainda no período imperial, com a abolição da escravidão, ao rebatizarem a sociedade com a data da assinatura da Lei Áurea, estariam negociando com uma identidade de cunho racial. Parece-nos que estariam em diálogo com a identidade nacional quando alteraram mais uma vez o nome da associação para Carlos Gomes, denominação que permanece até hoje. O seu nascimento está envolvido em um conflito interno na Sociedade Musical União dos Artistas (como explicita nota na Figura 7), que ocorreu entre o regente na época, Manoel Aprígio da Silva, e os demais músicos, que não estavam satisfeitos com como ele vinha conduzindo a associação.

Figura 8 - Nota sobre a Sociedade Musical Carlos Gomes



Fonte: O Albor (9/5/1942, p. 3).

S. M. CARLOS GOMES

Há sessenta anos, foi fundada nesta cidade a banda musical Santa Cecília, por um grupo de músicos descontentes com a regência de Manoel Aprígio da Silva, então mestre da banda musical União dos Artistas. Anos depois, resolveram seus componentes, mudar o nome de Santa Cecília para Treze de Maio; e mais tarde Carlos Gomes, em homenagem ao imortal maestro brasileiro, cujo nome ainda hoje conserva com merecido orgulho de todos que dela fazem parte. Foram seus regentes até a presente data, os seguintes musicistas patrícos: Joaquim de Assunção, Manoel João de Almeida, Lucidonio Vicente Cipriano, Felipe Rosa, Ayres Ulysséa, José de Araújo Teixeira, Carlos Amaral, Júlio Cardoso, Pedro Silva e presentemente Antônio Felisberto da Rosa. Em homenagem a data de sua fundação e de 13 de Maio a banda musical «Carlos Gomes» fará nesse dia passeata, retreta no Jardim Calheiros da Graça e a noite haverá baile no recinto desta velha Sociedade.

Além dos músicos citados acima, a associação tinha como fundadores, Domingos Henrique Dias, Pedro Felisberto, Manoel Jerônimo, Manoel Luiz da Silva,

Cesário Miranda, Manoel Leocádio, Franklin Nascimento e José Alano de Bittencourt. Cabe ressaltar que, dentre alguns músicos presentes como fundadores na nota comemorativa de 60 anos da sociedade, estão Antônio Felisberto da Rosa, Lucidonio Vicente Cipriano, Franklin Nascimento e José Alano de Bittencourt. Conforme o Livro de Registro de Matrículas dos Sócios do União Operária (1914-1950), todos eram irmãos do Rosário e conviveram nos clubes União Operária e Cruz e Sousa, posteriormente ocupando cargos na diretoria e como sócios contribuintes.

A transição entre as agremiações, bem como a presença desses agentes sociais nestes diferentes espaços de sociabilidade, nos faz acreditar que possivelmente interesses comuns e contraditórios fomentaram embates, momentos de tensões e discórdias, que ocasionaram a ruptura e a formação de um novo grupo. Não dispomos de elementos suficientes para analisar o conflito ocorrido na sociedade União dos Artistas, o qual culminou com a saída de uns associados e posteriormente o surgimento de outra sociedade musical. Entretanto, compreendemos que, entre eles, devido às experiências de circulação em diferentes espaços de sociabilidade, foram construídas visões de mundo e talvez projetos individuais e coletivos que, em determinado momento, entraram em embate. A ruptura, quem sabe, foi a solução, haja vista que estamos analisando experiências sociais de um grupo de homens que se diferenciavam em idade, muito provável em posicionamento político e possivelmente em níveis econômicos e culturais distintos. Tendo eles em comum a ascendência africana e, em certa medida, a experiência do cativo, não pensamos em uma homogeneidade absoluta de comportamentos e de posicionamentos de diversos tipos. Neste sentido, interpretá-los como grupo coeso, e sem contradições, ou seja, um bloco monolítico, nos faria incorrer em análises essencialistas, que reforçam a ideia de identidades fixas e homogêneas, simplificando processos muito complexos, como as relações sociais estabelecidas por estes agentes sociais, pois ascendência e experiências comuns não isentam a existência de conflitos em qualquer grupo social, independentemente de sua origem etnicorracial.

Retomando a fundação da associação musical, percebemos que o estatuto da Sociedade Musical Carlos Gomes (1941, p. 1) indica que sua estrutura organizativa se assemelhava a da sua coirmã. Segundo o “Art. 8º - A diretoria é composta de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Diretor regente, Diretor de

Ensaio, Orador, 1º Secretário, 2º Secretário, 3º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, 1º Fiscal, 2º Fiscal e Procurador”. Além de promover festividades, o objetivo principal da associação, presente no artigo 2º do seu estatuto, assinala que:

Esta sociedade tem como objetivo promover festividades em sua sede social, e abrilhantar, quando convidada ou contratada, as solenidades religiosas, patrióticas e as demais, promovidas pelas sociedades locais. Promover educação e desenvolver cultura, bem como o amparo social da coletividade, ministrando ensinamentos musicais. (GOMES, 1941, p.1).

A promoção de festividades, entre outros objetivos, faz com que esta associação musical se aproxime dos clubes sociais que nasceram no início do século XX, onde as atividades recreativas, cívicas e a manutenção de algum auxílio foram ações prestigiadas e, juntamente com as propostas educacionais, faziam parte de um repertório que visava retirar essas pessoas do abandono, proporcionando aos associados algum tipo de auxílio material e cultural como iremos analisar. Percebe-se que “educação”, “cultura” não foram deixadas de lado por esta agremiação, pois suas atividades lúdicas talvez tivessem conteúdos pedagógicos e moralizantes, com a intenção de instruir seus associados. Como estas associações musicais explicitaram que levariam educação por meio da música, possivelmente este era o caminho para a conquista de certo grau de autonomia, proporcionado pelo amparo social, ou seja, o lúdico tornou-se uma estratégia política, como a busca do direito ao lazer, à instrução e à moralização dos comportamentos como uma forma de acessar a cidadania, como bem destacaram Gomes (2005), Silva (2017) e Lucindo (2020).

Como podemos averiguar nas diferentes irmandades negras estudadas, além da instrução, havia a preocupação com o auxílio às famílias necessitadas dos sócios. Conforme inquirimos nos documentos das sociedades musicais, e comparando com o artigo 29º do Estatuto da Sociedade Musical União dos Artistas (1955, p. 2), “a sociedade prestará auxílio pecuniário as famílias necessitadas dos sócios músicos”. Analisamos que estas mesmas ações foram incorporadas por estas duas sociedades musicais. As experiências pretéritas, como os antigos objetivos citados sobre o auxílio mútuo e a instrução que possivelmente estavam presentes na Irmandade do Rosário, foram acionadas em diferentes contextos por estes indivíduos presentes neste circuito associativo em Laguna.

É interessante pensar que aqueles afrodescendentes que estavam desassistidos, por não fazerem parte da Irmandade do Rosário, mas se vinculavam a uma associação de músicos, teriam seu auxílio. Mas aqueles que estavam presentes em uma das associações de músicos e na Irmandade, supostamente, tinham ainda maiores possibilidades de ampliação do horizonte assistencial, como previsto nos estatutos destas agremiações. Já para os africanos e seus descendentes, que não estavam em nenhum desses espaços, acreditamos que as situações de insegurança eram uma constante.

Fotografia 7 - Sociedade Musical União dos Artistas e Carlos Gomes



Fonte: Associações Musicais, União dos Artistas (uniforme escuro) e Carlos Gomes (uniforme branco). Anos 1950. Acerco particular. Foto Bacha, sem data.

Compreendemos estes espaços de sociabilidade como lugares permeados por solidariedades, mas não isentos de tensões e rivalidades, as quais não impediram a consolidação de uma rede associativa entre as populações de origem africana e mesmo a circulação entre estas instituições (Fotografia 8), bem como a formação de vínculos sociais que pretendemos analisar.

Fotografia 8 - Sociedade Musical Carlos Gomes, prédio restaurado no ano de 2020.



Fonte: Acervo Sociedade Musical Carlos Gomes, 2020.

Estas redes de relações associativas que investigamos entrelaçavam indivíduos e famílias que também estabeleceram entre si conexões de diversos tipos, como, por exemplo, vínculos sociais de compadrio. Esses vínculos podem ser identificados nos registros de batismos e casamentos, tecidos alguns anos antes e depois da abolição da escravidão, porém, como já indicaram diversas bibliografias⁴, estas relações de compadrio entre africanos, livres, libertos e senhores e ex-senhores, efetivaram-se durante todo o período de vigência da escravidão. Como sugerem nossas fontes, houve a continuidade e a formação de novos laços sociais e afetivos com esses parentes espirituais inseridos nestas associações de Laguna.

⁴ Gudeman e Schwartz (1988), Guedes (2008), Matheus (2019), Souza (2012).

4.3 Relações de apadrinhamento e a construção de laços de sociabilidade

Após dois anos da criação da associação musical Carlos Gomes, aos 26 de dezembro de 1884, na paróquia Santo Antônio dos Anjos da Laguna, Frankelino ou (Franklin) Felisberto do Nascimento⁵, filho da escravizada Felisberta, casou-se com Maria Victoria do Nascimento. O noivo foi identificado no registro matrimonial como *pardo claro* e era comunitariamente conhecido, pois tocava oficleidi⁶ na associação União dos Artistas e gaita nas domingueiras, como se chamavam as reuniões lúdicas, recreativas e desportivas que aconteciam aos domingos, nas quais estes músicos eram solicitados (ULYSSEA, 1943, p. 70). Esse casal teve como testemunha de seu casamento Manoel Alano Fernandes Lima, que era músico e integrante da União dos Artistas, alfaiate e comerciante. Manoel Alano e o afilhado Franklin eram irmãos do Rosário, segundo o termo de eleição dos novos irmãos de 1911 (anexo A). Ambos também fizeram parte do clube União Operária, conforme as atas de reuniões dos períodos de 1914 a 1950, eles também estavam presentes nas associações musicais.

O filho do noivo acima, Frankelino ou (Franklin) Felisberto do Nascimento, Eliseo Franklin Nascimento, no dia 18 de fevereiro de 1938, na cidade de Laguna, às 17h, no Largo do Rosário, nº 11, casou-se com Nair André de Freitas, filha legítima de Thomaz Norberto de Freitas e Jesmina Máxima de Freitas. Foram testemunhas desse matrimônio Izaias Mauricio e Antônio Felisberto da Rosa. Conforme nossos registros, Antônio Felisberto da Rosa, Thomaz Norberto, e Izaias Maurício circularam pelo menos em três das quatro agremiações.

Antônio Felisberto foi irmão do Rosário e presidente de ambos os clubes, União Operária e Cruz e Sousa (A IDEIA, 1905; O ALBOR, 23/6/1905, 18/6/1911)⁷ e regente da Carlos Gomes (O ALBOR, 9/5/1942); Thomaz Norberto foi irmão do Rosário e presidente do Cruz e Sousa (A IDEIA, 1905; O ALBOR, 23/6/1905)⁸. Izaias Mauricio, conforme anotações no Livro de Registro de Matrícula dos Sócios do União Operária (1914-1950), ocupou por diversos anos diferentes cargos no Clube União Operária.

⁵ Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio *Family Search*.

⁶ Conhecido popularmente como fígale, é um instrumento musical de sopro da família dos metais.

⁷ Também pode ser observado no Termo de eleição dos novos Irmãos do Rosário, de 1911, em anexo.

⁸ Lista de Membros do Clube Cruz e Sousa. Esta lista foi desenvolvida pelo autor com base na formação das diretorias encontradas nos registros dos periódicos ao longo da pesquisa, juntamente com o cruzamento de fontes, como Livro de Registro de Matrículas e Livros Atas do Clube União Operária.

Cabe ressaltar que o endereço onde ocorreu o casamento, a residência da noiva, sugere proximidade com o templo da Irmandade. O matrimônio não ocorreu na igreja, mas muito próximo a ela, pois a confraria localizava-se também no Largo do Rosário.

Em novembro de 1915, exatamente no dia 30, na praça Conselheiro Mafra, casa número 42, residência de dona Francelina Luiza da Costa, às 16h da tarde, casaram os pardos solteiros, naturais e moradores de Laguna Antônio Felisberto da Rosa (34 anos de idade, negociante, filho legítimo do já falecido Felisberto João da Rosa e Joana Emília da Rosa) e Cida Costa (35 anos filha natural de Eva da Costa, profissão serviços domésticos). Foram testemunhas do casório o negociante Bonifácio Deoclésio Gil e Maria Nascimento Gil, o artífice Hipólito Alves Ferreira, Ladislau Domingos Cavalheiro, Vigília Pinto Ferreira, Francisco Alves de Souza, e Isaura Mattos, todos residentes em Laguna.

Uma das testemunhas do matrimônio acima, Bonifácio Deoclésio Gil, era irmão do Rosário e foi associado ao Clube União Operária o qual frequentava desde 1903, ocupando por diversas vezes na diretoria o cargo de 1º Procurador e zelador⁹. Segundo o Estatuto (1941, p. 2) da sociedade Musical Carlos Gomes e a nota do periódico O Albor (26/5/1935), Bonifácio Gil também ocupou a função de regente e contramestre daquela agremiação. Já Ladislau Domingos Cavalheiro, Vigília Pinto Ferreira e Isaura Mattos, não os encontramos em nenhuma das fontes consultadas. Francisco Alves de Souza era sócio do União Operária desde 1917, e Hipólito Alves Ferreira era agremiado desde 1916¹⁰ e ocupou a função de tesoureiro na associação União dos Artistas¹¹.

No ano de 1935, Hipólito foi representante legal de Maria Ignez Cipriano, irmã de Lucidonio Vicente Cipriano, que tinha 63 anos, viúvo e identificado como *preto*, conforme inventário localizado no Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Como a sua irmã era a única herdeira e residia na capital, Rio de Janeiro, Hipólito foi nomeado para representá-la como inventariante do finado tesoureiro da Irmandade. A designação de Hipólito como representante daquela família indica relações de proximidade e confiança entre ambos. Lucidonio foi tesoureiro na Irmandade (ver Termo de Eleição, em anexo); no União Operária, desde 1903, atuou como 1º

⁹ Livro de Registro de Matrícula dos Sócios do União Operária (1919-1952) e Termo de Eleição dos Novos Irmãos do Rosário, publicado no jornal O Albor (18/6/1911).

¹⁰ Livro de Registro de Matrícula dos Sócios do União Operária (1919-1952).

¹¹ O Albor (27/11/1910).

procurador e tesoureiro¹² em algumas diretorias eleitas; já na sociedade Carlos Gomes, participou como regente, conforme O Albor (9/5/1942).

Conjecturamos que a cisão que ocorreu na agremiação União dos Artistas, culminando com o surgimento da Carlos Gomes, ao que parece, não interferiu significativamente nas relações de solidariedade entre estes atores sociais, quando, por exemplo, observamos Hipólito sendo acionado pela irmã de Lucidonio para representá-la como seu inventariante. Infelizmente, não capturamos todos os associados dessas agremiações, no entanto, ao seguir o nome dos nossos protagonistas como fios condutores, acreditamos que um dos nossos objetivos será atingindo, ou seja, compreender as redes de sociabilidade e solidariedade, constituídas a partir do parentesco espiritual, o batismo e o casamento.

Dito isto, daremos continuidade à inquirição dos nomes, como do já conhecido Antônio Felisberto da Rosa. A primeira esposa de Antônio Felisberto, Cida da Costa Rosa¹³, faleceu em Laguna às 8 horas da manhã do dia 14 de dezembro de 1918, identificada como *parda* e com 41 anos de idade. No dia 29 de janeiro de 1933, às 13 horas, Antônio Felisberto casou, em segundas núpcias, com Maria Rita, natural de Laguna, solteira, doméstica, 34 anos, cor parda, filha natural de Rita Ana de Jesus. O casório ocorreu na casa da família da noiva, na rua 15 de Abril, no arrabalde Magalhães.

As testemunhas deste segundo casamento de Antônio Felisberto foram Afonso Sabino e João Sérgio Quaresma, maiores de idade, casados, domiciliados e residentes em Laguna. Nos registros do seu segundo matrimônio, Antônio Felisberto da Rosa foi identificado como sendo negociante, de cor parda, com 41 anos de idade, filho legítimo de Felisberto João da Rosa e de Joana Felisberto da Rosa (já falecidos na ocasião).

João Sérgio Quaresma e Marcela Maria Rosa, sua segunda esposa, casados em 5 de fevereiro de 1935, foram identificados, como ele sendo pardo¹⁴, e ela como branca. Ele era sócio contribuinte desde 1910, segundo o Livro de Registro de Matrícula dos Sócios do União Operária (1914-1950).

¹² Quadro das diretorias entre os anos de 1903 a 1950. Elaborado pelo autor conforme os Livros de Atas e publicações das diretorias do clube eleitas no periódico O Albor. Livro de Registro de Matrícula dos Sócios do União Operária 1919-1952.

¹³ Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio *Family Search*.

¹⁴ Idem.

A cor de Afonso Sabino¹⁵ e sua esposa Ana Sabino não foram explicitadas nos registros civis.¹⁶ Mas é interessante cotejar o dinamismo das cores nas memórias de indivíduos que conviveram com os agentes sociais que nos interessam. O senhor João Manoel Vicente¹⁷ tinha 79 anos de idade quando foi entrevistado por nós, no ano de 2010, ele se identificou como branco e de ascendência europeia. Ele explicou que, na sua opinião, o preconceito em Laguna, nos espaços de sociabilidade, não era baseado na discriminação de cor e sim social, pois para ele existiam brancos pobres como ele, que não frequentavam os espaços das elites de Laguna. Sendo assim, na visão do senhor Vicente, os afrodescendentes não estavam sendo interditados nestes espaços por terem outra origem racial, e sim porque eram de outra classe. Para ele, Afonso, sócio das duas agremiações investigadas, era um *mulato* gordo e também, músico.

Porém, as memórias são díspares. Marina Vianna da Silva¹⁸, que tinha 97 anos na época em que foi entrevistada por Marilise Luize dos Reis, se declarou como *mulata* e associada à União Operária. Essa depoente, explicando a divisão entre os clubes de pretos e mulatos, nos revelou que “cada um tinha o seu clube, né. Tinha o Cruz e Sousa e a União Operária! A União Operária era dos mulatos. Mulatos! Da minha cor, né¹⁹?!”. Marina identificou Afonso Sabino como *preto*. As lembranças dos nossos depoentes divergem quanto à cor de Afonso Sabino, possivelmente porque ambos, João Manoel Vicente e Marina Vianna da Silva, o identificavam a partir dos seus referências etnicorraciais, de suas lembranças e de vivências de maior ou menor intimidade que entretiveram com ele.

Entretanto, em relação ao seu local de residência, as memórias dos depoentes convergiram com as fontes, pois, no dia 25 de fevereiro de 1950, era anunciado no jornal O Albor o falecimento de Afonso Sabino, indicando o seu endereço no bairro Magalhães, sendo corroborado com as memórias dos entrevistados João Vicente e Marina Vianna. Ele ocupou a função de vice-presidente e tesoureiro por diversas vezes do clube Cruz e Sousa²⁰, era irmão do Rosário (O

¹⁵ Ver Rosa (2019).

¹⁶ Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio *Family Search*.

¹⁷ Em entrevista concedida ao autor.

¹⁸ Em entrevista concedida a Marilise Luiza Martins dos Reis.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ Quadro dos membros do Clube Cruz e Sousa entre os anos 1903 a 1950. Elaborado pelo autor, com base na formação das diretorias encontradas nos registros publicados do periódico O Albor.

ALBOR, 18/6/1911)²¹ e sócio do União Operária, conforme o Livro de Registro de Matrícula dos Sócios do União Operária (1914-1950), desde 1903.

Ao perceber que os documentos analisados acima eram do segundo casamento de João Sérgio Quaresma, investigamos a data do seu primeiro matrimônio, ocorrido no dia 29 de dezembro de 1917, na cidade de Laguna, com Estefânia Custódia de Jesus. A cerimônia foi realizada na Praça Conselheiro Mafra, casa de número 25, na residência do cidadão Nicolau Christiano Reming. As testemunhas foram Antônio Felisberto da Rosa, 36 anos, negociante, o próprio dono da casa, Nicolau Christiano Reming, de 45 anos, artífice, e Alfredo Mathias de Souza, de 25 anos.

João Sérgio Quaresma foi identificado como *pardo*, era sapateiro, nasceu em sete de outubro de 1893, estava com 24 anos de idade em seu primeiro casamento. Era filho natural de Honorata Jacinta de Jesus. Estephânia Custodia de Jesus, sua primeira esposa, foi também identificada como tendo a cor *parda*, solteira, profissão doméstica, nascida em três de janeiro de 1895, tinha 23 anos de idade, filha natural de Custódia Polucena de Jesus, já falecida.

Cabe evidenciar que, nos registros do segundo casamento de João Sérgio Quaresma, em 5 de fevereiro de 1935, uma das testemunhas era Jorge Savas Parascuevas, casado, negociante, que foi vice-presidente em 1940 e tesoureiro em 1942/43, do clube União Operária, onde era sócio contribuinte desde 1933²². A outra testemunha do casamento foi José Thomaz de Oliveira, que ocupou os cargos de fiscal e presidente no Cruz Sousa²³. Como podemos perceber, nem todos estes agentes históricos transitaram por mais de uma agremiação ao mesmo tempo, como sugere os casos de João Sérgio Quaresma, Jorge Savas Parascuevas e José Thomaz de Oliveira. Mas isso não significa ausência de vínculos sociais com aqueles que transitavam por mais de uma agremiação.

José Thomaz de Oliveira²⁴ se casou em 1901 com Virgínia Francisca de Jesus, e as testemunhas/padrinhos deste matrimônio foram Manoel Fidelis Sobrinho e Joaquim Luiz Adriano. A ausência de documentos sobre José Thomaz e suas

²¹ Também pode ser observado no Termo de eleição dos novos Irmão do Rosário, em anexo.

²² Quadro das diretorias entre os anos de 1903 a 1950. Elaborado pelo autor conforme os Livros os Livros Atas, e publicações das diretorias do clube eleita no periódico *O Albor*. Livro de Registro de Matrícula dos Sócios do União Operária 1919-1952.

²³ Quadro dos membros do Clube Cruz e Sousa entre os anos 1903 a 1950. Elaborado pelo autor, com base na formação das diretorias encontradas nos registros publicados do periódico *O Albor*.

²⁴ Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio *Family Search*.

testemunhas nos impossibilitou de tecer maiores reflexões sobre a sua atuação no clube Cruz e Sousa e em outras agremiações, bem como suas possíveis relações de compadrio. Com poucos vestígios na documentação, pensamos em algumas proposições, que talvez contribuam para o desaparecimento destas pessoas das fontes e, conseqüentemente, das agremiações. Por exemplo, a mobilidade espacial, o deslocamento para outras regiões, seria um fator para a ausência destes agentes históricos nos registros produzidos por estas instituições. Outra possibilidade seria o afastamento do grupo, o enfraquecimento de antigas alianças, como destacou Souza:

O parentesco espiritual estabelecido era, portanto, uma estratégia de construção de sociabilidades que visava trocar ajuda pessoal, através de uma relação de dependência mantida entre compadres e comadres, embora isso não significasse redução das distâncias sociais existentes. (SOUZA, 2012, p. 167).

Aventamos que possíveis tensões tenham provocado o enfraquecimento dessas uniões e, por conseguinte, o afastamento por algum tempo ou definitivamente do grupo – mas isso são suposições.

Enquanto alguns de nossos protagonistas desaparecem das fontes, outros deixaram vestígios significativos de suas redes, como o regente Antônio de Figueiró²⁵, nascido em 6 de novembro de 1881, em Laguna, filho legítimo de Manoel Antônio de Figueiró e Ana Maria da Conceição, avô paterno incógnito e avó Maria Luiza de Jesus, a Avó materna era Maria Isidora Esperança.

Antes de descrevermos os padrinhos de batismo de Antônio de Figueiró, cabe evidenciar os registros de casamento dos seus pais. Em 31 de janeiro de 1880, na matriz de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, foi realizado o casamento entre Manoel Antônio de Figueiró (filho natural de Maria Luiza, ex-escravizada de Francisco Antônio de Figueiró) e Ana Maria da Conceição (filha natural de Maria Esperança Isidoro), ambos nascidos e batizados nesta cidade. Como testemunhas assinaram Manoel Carneiro Pinto e Bernardo Alves dos Santos.

Regressando aos padrinhos de Antônio de Figueiró, se os registros de casamento de seus pais assinalam a antiga condição jurídica do seu pai e de sua avó paterna, como ex-cativos, o registro de batismo de Antônio indica o

²⁵ Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio *Family Search*.

entrelaçamento entre os indivíduos da Irmandade do Rosário, das associações musicais e das sociedades recreativas. Seus padrinhos de batismo foram Manoel Aprígio da Silva e sua esposa Roza Maria da Conceição. Manoel Aprígio, segundo as fontes, foi o pivô da ruptura da associação musical União dos Artistas, que culminou com o surgimento da sociedade também musical Carlos Gomes. Manoel Aprígio se casou em 6 de junho de 1868, era filho de Maria Esperança, e sua esposa Roza era filha de Maria Antônia. Como já mencionamos, foram testemunhas/padrinhos Luiz Augusto Werner e Manoel Monteiro Cabral²⁶. Monteiro Cabral era Capitão e influente comerciante na cidade, nasceu em Portugal, presidiu a Comissão Construtora do Hospital de Caridade de Laguna e, segundo Lima (1976, p. 305), foi um dos iniciadores dessa obra. Faleceu em 07 de junho de 1889²⁷.

Além de ser seu padrinho de batismo, Manoel Aprígio da Silva figura entre as testemunhas de casamento de seu afilhado Antônio Libânio Figueiró. Exatamente no dia 3 de junho de 1902, Libânio se casa com Izolina dos Reis Figueiró, filha de Minelvina Gonçalves. Sua segunda testemunha foi Antônio Gonçalves Barreiros. Antônio Libânio Figueiró era irmão do Rosário e foi regente na Banda União dos Artistas. Em 21 de maio de 1922, foi comemorado os 62 anos da associação musical, estando ele ainda na regência da sociedade.²⁸ No ano de 1951, o periódico de Laguna anunciava uma homenagem ao maestro Antônio Libânio Figueiró. A nota afirmava que um antigo maestro da associação, chamado Felipe Rosa, que deixara a cidade de Laguna e residia em Joinville, homenageara o antigo colega da associação e compusera “um bem instrumentado dobrado, intitulado ‘Antônio Figueiró’. É um gesto que muito bem diz o seu autor, porquanto vem demonstrar que Felipe Rosa não esqueceu o seu velho companheiro Antônio Figueiró de sua saudosa memória”.²⁹ Neste ano, a agremiação completaria 91 anos de existência, quando Felipe Rosa fez a homenagem a Antônio Libânio Figueiró.

Já havia se passado quatro meses da abolição da escravidão, no dia 23 de setembro de 1888, quando se casaram José Alano de Bittencourt e Benta Aurélia da Assumpção³⁰. Às cinco horas da tarde, juntamente com as testemunhas João Alano de Bittencourt e João Fortunato José da Silva, concretizou-se a cerimônia de

²⁶ Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio *Family Search*.

²⁷ Jornal do Comércio, Desterro, 07 de junho de 1889. N. 86. Ano X. p. 2.

²⁸ O ALBOR, 18/6/1911 e 21/5/1922. Também pode ser observado no Termo de eleição dos novos Irmãos do Rosário, em anexo.

²⁹ O ALBOR, 21/4/1951.

³⁰ Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio *Family Search*.

casamento. José Alano era filho natural da crioula, ex-cativa, Eva Cipriano de Jesus e de pai incógnito. Sua futura esposa, Benta Aurélia da Assumpção, era filha de Maria Benta, crioula liberta, e também de pai incógnito.

Um dos parentes espirituais, João Fortunato José da Silva, foi também tesoureiro da confraria do Rosário, e, através dele, os irmãos foram convidados para celebrar uma missa para as almas dos irmãos falecidos, em 1879³¹. No dia 01 de abril do mesmo ano, ele estava sendo comunicado sobre doação de verbas para a Irmandade. O outro padrinho, João Alano de Bittencourt, era irmão do noivo José Alano.³²

Continuando as investigações sobre parentescos espirituais, aos 28 de dezembro de 1884, na matriz de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, assinaram Manoel Alano Fernandes Lima e Jerônimo Vitor Maria como testemunhas do casório realizado entre pardo Honorato Alano de Bitencourt³³ (filho natural da crioula Eva Cipriano de Jesus, ex-escravizada de José Sebastião de Souza Alano), com Leopoldina Bernardina (livre).

Honorato nasceu e foi batizado na freguesia de Imaruí, era escravizado do Tenente Coronel Luiz Pedro da Silva. A noiva parda, Leopoldina Maria Bernardina, liberta, era filha de Maria Joana da Conceição, escravizada de Pedro Florentino de Aguiar. Segundo os registros, ao que tudo indica, este foi o último filho de Eva Cipriano de Jesus a tornar-se livre. Como podemos perceber, Manoel Alano estava presente como testemunha no casamento do seu irmão, que ainda vivia em cativeiro, Honorato Alano de Bittencourt.

A família Alano de Bittencourt teve certa proeminência social em Laguna, fato que trataremos no próximo capítulo. Cabe evidenciar, neste momento, a sua participação nestes espaços de sociabilidade e suas relações de parentesco espiritual. Miguel Alano de Bittencourt, em seu registro de óbito, em 1939, foi identificado como *pardo* e com 68 anos de idade.³⁴

Miguel Alano foi tesoureiro da festa de Nossa Senhora da Conceição, conforme publicado em *O Futuro* (4/12/1898) e era sócio contribuinte do União

³¹ O MUNICÍPIO, 25/4/1879.

³² O MUNICÍPIO, 1/4/1879; Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio *Family Search*.

³³ Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio *Family Search*.

³⁴ Certidão de registro de óbitos pesquisada nos registros genealógicos do sítio *Family Search*.

Operária desde 1922³⁵, porém acreditamos que ele devia frequentar aquele espaço antes dessa data. Manoel Alano Fernandes Lima, segundo Sayão (2015), também foi identificado como *pardo*, porém não há identificação da cor nos registros a que tivemos acesso, como a certidão de óbito e o inventário³⁶. Ele faleceu dia 11 de junho de 1923, com 77 anos. Manoel Alano estava presente na irmandade do Rosário e na Sociedade Musical União dos Artistas.

José Alano de Bittencourt participou da irmandade do Rosário e, segundo os registros do clube União Operária, sua entrada se deu em 1921, tendo também atuado como vice-presidente da mesma agremiação³⁷. Sobre o seu irmão, Honorato Alano de Bittencourt, não encontramos registros nas agremiações musicais ou na Irmandade, contudo, sabemos que foi um dos fundadores do Clube Recreativo e Literário Cruz e Sousa³⁸.

Com esta digressão extensa, mas necessária, foi possível apreender os vínculos constituídos antes da abolição da escravidão e muitos vínculos no pós-Abolição. Como estas relações de apadrinhamento, ao que parece, assumiram um papel estratégico de construção de sociabilidades. Essa extensa rede de relações estabelecida entre a Irmandade e as associações musicais, e que se desdobra nas sociedades recreativas, nos permitiram acompanhar as trajetórias desses atores sociais que, desde a fundação da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna, vinham demarcando seus espaços na cidade e estreitando suas redes de relações de parentesco espiritual e sociabilidade.

Mesmo com a tentativa de apagamento da História e memória das populações afrodiáspórica de Laguna, através dos vestígios deixados por estes homens e mulheres, mesmo que fragmentários, foi possível vislumbrar a teia social em que estavam envolvidos e as redes de relações que construíram nos diversos espaços de sociabilidades nos últimos anos da escravidão e com a abolição que se apresentava. Os documentos indicam as relações estabelecidas, bem como o

³⁵ Livro de Registo de Matrícula dos sócios do União Operária (1919-1952).

³⁶ Certidão de registro de óbitos pesquisada nos registros genealógicos do sítio *Family Search*. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

³⁷ O ALBOR, 18/6/1911. Também pode ser observado no Termo de eleição dos novos Irmãos do Rosário, em anexo. Quadro das diretorias do Clube União Operária eleitas entre os anos de 1903 a 1950. Elaborado pelo autor conforme os Livros Atas, e publicações das diretorias do clube eleita no periódico O Albor. Livro de Registro de Matrícula dos Sócios do União Operária 1914-1952.

³⁸ O ALBOR, 5/8/1906. Quadro dos membros do Clube Cruz e Sousa entre os anos 1903 a 1950. Elaborado pelo autor, com base na formação das diretorias encontradas nos registros publicados do periódico O Albor.

trânsito desses personagens em diferentes agremiações de Laguna construídas na segunda metade do século XIX e no século XX. Apreendemos que essas relações perpassaram as instituições de que faziam parte e se consolidaram no ambiente privado, ou seja, essa teia de relações compartilhada a partir das relações de apadrinhamento, vínculos que garantiam, além de proteção, um sentimento de pertencimento ao grupo analisado, robusteceram nossa tese de entrelaçamento das populações de afrodescendentes no pós-emancipação e pós-Abolição no Brasil Meridional.

4.4 Manoel Alano Fernandes Lima: fragmentos de sociabilidades, mobilidade e ascensão social

Como mencionamos no decorrer da pesquisa, este não é um estudo biográfico, e sim da trajetória de um grupo de afrodescendentes na cidade de Laguna. Cabe destacar que a opção em analisar especificamente a trajetória de Manoel Alano Fernandes Lima foi devido a sua visibilidade indicada nas fontes consultadas. Este foi um dos motivos que nos seduziu a escrever um subcapítulo, um fragmento de sua inserção nas agremiações de afrodescendentes em Laguna. Outro aspecto que causou inquietação foi encontrá-lo fazendo parte das sociedades brancas de Laguna, o que nos fez refletir, por que e como este indivíduo e outros afrodescendentes foram aceitos nestes espaços como indicam as fontes. São estas e outras indagações que nos levaram a tal opção e que serão analisadas a seguir.

Como já citamos anteriormente, Manoel Alano Fernandes Lima foi um dos músicos da banda União dos Artistas, confrade da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna e sócio do clube União Operária, o qual teve certa proeminência na cidade, antes mesmo da abolição da escravidão. Nossa intenção não será realizar um estudo biográfico deste indivíduo afrodescendente, mas sim, empreender uma investigação que nos possibilite perceber as relações estabelecidas por Manoel Alano, bem como a sua inserção social em Laguna, isto é, de que forma ele conseguiu se destacar social e economicamente naquela cidade.

Como sugere Weimer (2013), seguindo no “encaço de um sujeito” por meio do nome, identificamos Manoel Alano Fernandes Lima apadrinhando em casamentos e batismo, construindo relações de parentesco espiritual entre seus familiares e com pessoas do seu convívio social. Situação que vinha ocorrendo

desde antes da abolição da escravidão. Segundo o seu registro de óbito, Alano nasceu em 1845, em Aratingaúba, município de Imaruí, não sabemos se na condição de cativo ou liberto. Segundo Sayão (2015), ele e sua mãe, a crioula ex-escravizada Eva Cipriano de Jesus, foram escravizados em uma fazenda nesta localidade. Seu pai era Luciano Alano de Bittencourt. Não encontramos registros sobre sua vida durante a infância e/ou adolescência. O que as evidências indicaram é que Alano, se não foi cativo, teve proximidade com a experiência da escravidão, pois seu irmão Honorato Alano, quando casou, ainda era um escravizado. Mesmo diante dessas lacunas de sua trajetória, percebemos que Manoel Alano, além de possivelmente ter conquistado algum capital financeiro, como veremos adiante, também obteve capital simbólico e *status* na Vila de Laguna, devido a sua intensa participação como testemunha de casamentos e padrinho de batismos.

Em 1884, ele Manoel Alano atuou como testemunha de casamento de seu irmão, Honorato Alano. O registro de casamento não indica sua cor, entretanto, a condição jurídica de Honorato foi destacada, ou seja, a época de seu casório ainda era escravizado. Sua mãe, Eva Cipriano de Jesus, é descrita como crioula e ex-escravizada. A esposa, Leopoldina Bernardina, foi registrada como livre, e sua mãe Maria Joana, escravizada.

Em outra aliança, também em 1884, Manoel Alano também estava presente como padrinho, e o noivo era o crioulo Frankelino Felisberto, filho de Felisberta, escravizada. A respeito da noiva Maria Vitoria e sua mãe, Ana Leocadia, não há informações, seja sobre sua condição jurídica ou cor. Já em 1885, os parentes espirituais de Manoel Alano foram o crioulo escravizado Bonifácio Marcelino Coelho, filho da ex-escravizada, a crioula Ignácia. A noiva se chamava Minervina Ana de Jesus, filha legítima de Candido Manoel Francisco e Ana Maria de Jesus, possivelmente uma família de libertos.

Em relação ao apadrinhamento por meio de batismo, Manoel Alano Fernandes Lima compareceu sete vezes como pai espiritual. No dia 7 de setembro de 1878, na matriz de Santo Antônio dos Anjos da cidade de Laguna, foi batizado com os “santos óleos” o inocente Laudonio, nascido a 30 de julho, filho legítimo de Felisberto João da Rosa e Joanna Emília de Jesus, irmão do já citado Antônio Felisberto da Rosa. A avó paterna era Angélica Maria de Jesus e a materna Felisbina Maria de Jesus. Em 31 de junho de 1880, Alano torna-se protetor de seu sobrinho Isaac (que presumimos que tivesse apenas uma irmã), filho natural de

Roza Eva de Jesus. Em 07 de agosto de 1881, ele batiza o *pardo* Antônio do Nascimento, e no ano seguinte, em 10 de setembro 1882, é batizado Pedro Jerônimo do Nascimento, filhos de Jerônimo Antônio do Nascimento e de Arminda de Sá Teixeira. No ano de 1884, no dia 21 de setembro, Manoel Alano visitou a pia batismal com os seus então compadre e comadre Jerônimo Antônio do Nascimento e Arminda de Sá Teixeira, para assumir o compromisso com mais um afilhado, o inocente Paulino. Em 20 de março de 1887, ele apadrinhou também Edith, sua sobrinha, filha de José Alano de Bittencourt e Benta Aurélia de Bittencourt.

Maria de Bittencourt era filha legítima de João Alano de Bittencourt e Carlota Clemência de Jesus e aos 30 de dezembro de 1889, aos ares da nascente República, seu tio Alano tornava-se seu pai espiritual, portanto, seu protetor. Aquele que lhe daria auxílio em momentos de dificuldades, afeto e carinho, mas sem deixar de ter certa autoridade sobre a afilhada, que também era sua sobrinha. Existia aí um duplo parentesco, o consanguíneo e o espiritual, vínculos que nosso protagonista vinha construindo desde os tempos do cativo.

Na Tabela 7, na sequência, inferimos a importância de nosso agente histórico entre as populações de origem africana em Laguna, já que ele construiu uma rede de vínculos sociais por meio das relações de compadrio. Como já salientamos, não estamos ambicionando construir uma biografia individual, e sim esboçar a trajetória coletiva de um grupo de homens e mulheres de origem africana, e o uso do método onomástico nos possibilitou encontrar nossos protagonistas em distintos contextos e situações variadas como o caso aqui apresentado.

É importante evidenciar que, entre seus apadrinhados de casamento, a cor desapareceu na maioria dos registros, constando apenas em alguns casos a antiga condição jurídica de escravizado/a ou ex-escravido/a e a designação *crioulo/a*. Nas certidões de batismo, encontramos um casal e o filho identificados como *pardos*; nos demais registros, persiste a ausência da cor. Mesmo com o silêncio da cor, inferimos que estamos diante de homens, mulheres e crianças de origem africana, que de diversas maneiras construíram e fortaleceram seus vínculos pessoais e de convivência por meio de relações de compadrio, as quais fizeram parte das estratégias de vivências, empreendidas nos diversos espaços de sociabilidades em que estes indivíduos estavam presentes.

Tabela 11 - Presenças de Manoel Alano como testemunha e padrinho de casamentos e batismos

Padrinho de Casamento		Padrinho de batismo	
Ano	Nº	Ano	Nº
1880	1	1868	1
1884	2	1880	1
1885	1	1881	1
1887	1	1882	1
1888	1	1884	1
1891	1	1887	1
1900	2	1889	1

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos registros de casamento e batismo consultados no sítio Registro Genealógico Family Search.

Como um dos motes de nossa tese é o estudo das noções de cor, cabe destacar que o aprofundamento desse objetivo será desenvolvido a posteriori. Dito isto, faz-se necessário destacar que um dos problemas em nossa pesquisa foi não encontrar algumas das pessoas investigadas que faziam parte das agremiações pesquisadas. Este é um problema confrontado por nós historiadores que nos propomos a escrever uma história ao “rés do chão”. Indicamos como outra dificuldade enfrentada por pesquisadores a ausência da cor nos documentos, um problema que historiadores que analisam este tema conhecem muito bem. Como assinalou Mattos:

O sumiço do registro da cor consiste num dos processos mais intrigantes e irritantes no século XIX, do ponto de vista do pesquisador. Todos que tentaram trabalhar com a história do negro, após o fim do cativo, já se decepcionaram com a quase impossibilidade de alcançá-los, seja trabalhando com processos crimes e até mesmo com registros civis. (MATTOS, 2013, p.105).

Se a ausência de alguns indivíduos das fontes foi um dos problemas que enfrentamos no decorrer da pesquisa, diferente da investigação de Mattos que lidou com o sumiço da cor, em nossas análises, cor e condição jurídica de boa parte de nossos protagonistas estavam presentes nos diversos documentos civis e eclesiásticos a que tivemos acesso, confirmando a origem afrodiáspórica dessas pessoas que circulavam entre esses espaços de associativismos de Laguna. A averiguação em uma variedade de documentos para os estudos das trajetórias de coletividades e suas redes sociais mostrou-se um caminho profícuo e vantajoso para tais investigações. A circulação desses atores sociais em ambientes distintos ajudamos a compreender como construíram suas relações sociais horizontais e verticais e

quais os diferentes graus de intensidade produzidos na construção e manutenção desses laços interpessoais.

Ao analisar as redes de relações, percebemos conflitos, tensões, contradições, disputas, alianças e afastamentos entre os atores sociais. A suposta coerência e ausência de conflitos cria espaço a uma abordagem que procura problematizar as diferentes ações de grupos ou de indivíduos em seus mais variados contextos. Neste sentido, o estudo de trajetórias, seja ela particular ou grupal, permite-nos visibilizar aqueles que sempre foram alijados dos processos históricos. É o que podemos perceber com a trajetória de Manoel Alano Fernandes Lima e outros protagonistas investigados na presente tese.

Um dos aspectos deste estudo é perceber a ascensão social deste grupo ou de alguns indivíduos. Prosseguiremos, analisando a trajetória de Manoel Alano. Os vestígios inquiridos sugerem ascensão por meio do comércio e sua inserção social com a participação no ambiente político-partidário e em espaços de sociabilidade que eram interditados para a maioria das populações de origem africana de Laguna.

Não dispomos de informações que expliquem em que condições ele conquistou sua liberdade ou se já nasceu livre, entretanto, os indícios nos jornais inferem como tenha iniciado suas atividades comerciais em Laguna. Não sabemos como e qual era a estrutura de seu negócio, porém, em 15 de abril de 1879 no hebdomadário O Município, indicava na “casa de negócio a venda de cera e chapéus para meninos e meninas”. Tratava-se de um anúncio acanhado e com mercadorias também muito modestas. Ao examinar outros periódicos que circularam na cidade, no ano de 1880, nos deparamos com um anúncio no jornal A Verdade, destacando os produtos agora não tão modestos que ele passava a comercializar. No anúncio intitulado “Acaba de Chegar para Manoel Alano”, o jornal A Verdade (8/2/1880) comunicava ao público que a casa de negócio daquele comerciante recebera:

Um lindo sortimento de chapéus de lebre, pretos para homens, forma imperial.

Chapéus a *Camargo* para homens e meninos.

Chapéus de sol de merino para senhora.

Chapéus de sol de seda de duas cores para homens.

Paletós de diagonal, o que há de bom e barato.

Calça de casimira de cor e preta.

Cera a 1:900 o quilo.

Destaca-se deste anúncio, reproduzido na Figura 8, a seguir, duas questões que advogam a fama daquela casa de negócio e, conseqüentemente, de seu proprietário: primeiro, a forma direta e pessoal como o anúncio é divulgado, trazendo o nome do comerciante, indicando ser ele bastante popular; segundo, e que aponta também nesta direção da popularidade, é o anúncio não trazer o endereço do estabelecimento, mostrando como aquele ex-escravizado Manoel Alano era mesmo conhecido por todos (até mesmo os de fora da cidade). Os produtos oferecidos, desde os de *seda* até os *bons e baratos*, mostra que a freguesia não se limitava a um específico estrato social, mas que o consumismo alimentado por Alano se espalhava por díspares segmentos socioeconômicos.

Figura 9 - Anúncio "Acaba de Chegar para Manoel Alano"

<p>Chama-se a atenção do sr. dr. juiz de orphãos para uma desgraçada creança, filho da infeliz Ricarda, já fallecida, confiada aos cuidados de um barba-pelo seu tutor que diariamente o maltracta de modo tal que causa dô vel-o soffrer.</p> <p><i>A vizinhança indignada</i></p> <hr/> <p>ANNUNCIOS</p> <p>ACABA DE CHEGAR</p> <p>PARA</p> <p>MANOEL</p> <p>ALANO</p> <p>Um lindo sortimento de chapéus de lebre, pretos para homens, forma imperial.</p> <p>Chapéus a <i>Camarço</i> para homens e meniús.</p> <p>Chapéus de sol de merinó para senhora.</p> <p>Chapéus de sol de seda de duas côres para homens.</p> <p>Paletots de diagonal, o qua ha de bom e barato.</p> <p>Calça de cazemira de côr e preta.</p> <p>Cera a 1:900 o kilo.</p> <hr/> <p>VENDE-SE</p> <p>uma carroça prompta para carregar agua, com um macho manso e com todos os pertences para o mesmo; tudo em muito perfeito estado.</p> <p>Quem pretender comprar os dirija-se á rua do</p> <p>Conselheiro Jeronimo n. 1.</p>	<p>Acaba de chegar para o armario de Bento Cabral, no patacho <i>Gentil Laguncense</i>, um variado sortimento de artigos para seo negocio, como sejam:</p> <p>Luvas de pellica branca canhão comprido de 3 e 5 botões para senhora.</p> <p>Bouquet de flôres francezas para cabelo, alta novidade!</p> <p>Fichús de merinó preto, bordados, rica fazenda!</p> <p>Leques de osso, alta novidade!</p> <p>Pentes de celluloid para tranças.</p> <p>Pulseiras de celluloid.</p> <p>Brincos, alta novidade!</p> <p>Paletots brancos bordados para senhora, alta novidade!</p> <p>Vestidinhos de Nauzuk o fustão bordado, alta novidade para creança</p> <p>Chapéus e toucas de setim para baptisado, rica fazenda.</p> <p>Vestidos bordados para baptisado, o que há de lindo nesse genero.</p> <p>Travessas de borracha, novidade.</p> <p>Sapatos de fustão cano alto, enfeitados, rica fazenda, para creança.</p> <p>Chapéus de fustão branco, enfeitados, para senhora, fazenda moderna.</p> <p>Ricas bonecas vestidas, proprias para festas.</p> <p>Fronhas de crochet grandes e pequenas.</p> <p>Um variado sortimento de chapéus para homens e creanças.</p> <p>Grande sortimento de calçado e chapéus de sol.</p> <p>Corram, andem, venham ver, Oh! Freguezes sem egual, As novidades que temos Para o GORDO escarval!</p> <p>41. RUA DA PRAIA 41.</p>	<p>zelo e por modico preço de todos os negocios concernentes á su profissão.</p> <hr/> <p>CHARUTOS SUPERIORES</p> <p>DA</p> <p>BAHIA</p> <hr/> <p>EM CASA</p> <hr/> <p>DE</p> <p>BENTO</p> <hr/> <p>CABRAL</p> <hr/> <p>COLLEGIO FLUMINENSE</p> <hr/> <p>DIRECTOR</p> <p>AFONSO HERCULANO DE LIMA</p> <p>55 RUA BARÃO DE ITAPAGIPE 55</p> <p>(ANTIGA BELLA-VISTA)</p> <p>ENTRE O RIO COMPRIDO E O ENGENHO VELHO</p> <p>FIM DA TRAVESSA DE S. SALVADOR</p> <p>(Bonds da Tijuca ou da fabrica das chitas</p> <hr/> <p>RIO DE JANEIRO.</p> <hr/> <p>DR. CAJUBEIRO</p> <p>MEDICO</p> <p>RUA PRIMEIRO DE MARÇO</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: A Verdade (8/2/1880, p. 4).

No ano de 1882, em uma sessão do mesmo periódico acima, denominada "Indústria", podemos perceber a diversidade das atividades econômicas que Laguna possuía. O jornal A Verdade (22/10/1882) declara que "existem nesse município

oficinas de sapataria, alfaiataria, ourives, latoeiros, marcenaria, ferrarias, charutarias, olarias, fabricas de pilar arroz, de cervejas etc.". O articulista ainda infere que os sapatos produzidos em Laguna se igualavam, em termos de qualidade, aos importados, que eram comercializados no município. O jornal ainda destaca as alfaiatarias da cidade, "uma do lagunense Manoel Alano Fernandes Lima, na rua Direita", citando também seus concorrentes e seus endereços. Já no ano de 1886, no diário Commercial (28/2/1886), Alano anunciava a chegada de seus produtos para festejar o carnaval.

CARNAVAL! CARNAVAL!

MANOEL A. F. LIMA

Acabo de receber da Corte um sortimento completo de objetos para o Carnaval:

Máscaras de papelão, arame e seda. Lindos capacetes de papelão.

Luvas de pelica. Grandes e vistosos limões de borracha. dúzia 600.

Bisnagas francesas, grandes e pequenas de 210 e 1\$000 cada uma.

Pistolas de 10, 11, 12 e 16 tiros.

Cetim de todas as cores.

Fazenda branca com enfeites bordados próprios para fantasias.

Ricos e deslumbrados objetos de luxo asiático, exclusivamente para presentear-se as senhoras (é de causar surpresa).

Admiráveis e maravilhosos Friquets-doré sur tranche, próprio para bailes carnavalescos (É o que há de chic).

ETC. ETC. ETC

(É bom saber-se – Qualquer um desses objetos para o carnaval só se vende A DINHEIRO a vista.

Como destacamos, através da forma direta e pessoal com que Manoel Alano anunciava e divulgava suas atividades comerciais, acreditamos que indica sua popularidade e o bom desempenho econômico de sua casa comercial, trazendo mercadorias da corte para os foliões de Laguna. Alano, ao divulgar seus "sortimentos completos" no periódico, ocupando quase uma página inteira do jornal, mostra que seus negócios estavam lhe proporcionando bons dividendos. Aventamos que esta seja uma interpretação plausível, pois Manoel Alano continuava oferecendo aos seus consumidores uma variedade de produtos, inclusive para festas específicas, como o carnaval.

A maneira como foi divulgado seu anúncio denota uma intenção, ou seja, que sua casa comercial ampliasse ainda mais a sua visibilidade e suas vendas. Como todo anunciante, Alano pagava adiantado ao hebdomadário, e é muito provável que proporcionalmente pelo espaço que gostaria de ocupar nas páginas do periódico. Com a divulgação de suas novas mercadorias com maior destaque, ventilamos que

estava almejando ser visto como um comerciante respeitável na cidade. Além de ser conhecido como um comerciante em Laguna, Alano também desempenhava outro ofício, o de alfaiate, que lhe conferia ainda mais importância.

Acreditamos que este duplo ofício (comerciante e alfaiate), conferiu ainda maior *status* ao nosso músico/confrade. Cotejando os diversos vestígios encontrados, com os registros deixados por um memorialista de Laguna, algumas impressões tornaram-se mais nítidas para nós. No livro Laguna de 1880, Ulyssea, além de confirmar a Rua Direita como o endereço do alfaiate Manoel Alano, ele afirma que este foi o único afrodescendente da cidade que venceu o preconceito:

Manoel Alano era alfaiate da moda e vestia-se bem. Baixo, forte, de fisionomia simpática. Foi o único homem de cor que conseguiu vencer o preconceito da época contra os descendentes da raça negra, devido ao seu caráter, insinuação e delicadeza. Frequentava a melhor sociedade. (ULYSSEA, 1943, p. 42).

As impressões de Ulyssea são sintomáticas, ele afirma que Manoel Alano foi o único afrodescendente que rompeu com o preconceito da época, ou seja, a existência de conflitos raciais era uma situação presente. Se na leitura do memorialista somente um teria “vencido” as barreiras raciais, isto significa que as demais pessoas de origem africana permaneciam sofrendo com as agruras do racismo naquela cidade, fosse ele declarado ou velado. Ainda chama atenção as qualidades acionadas por nosso memorialista, aprofundando seu caráter excepcional.

Esses predicados apontados pelo autor estão de acordo com os pressupostos de Fernandes (1965), corroborados por nosso memorialista, os quais estavam ausentes nas populações afrodiáspóricas, interpretadas como sujeitos embrutecidos, analfabetos, propensos à criminalidade, conforme análise de Andrews (2005), e sem laços familiares, ou seja, viviam em completa “anomia social”.

A afirmação do nosso memorialista, de que ele “frequentou a melhor sociedade”, sugere talvez que ambos tenham em alguns momentos participado dos mesmos espaços de sociabilidade, algo que acreditamos ser bem provável, pois Saul Ulyssea era membro de uma família abastada de Laguna, estando presente nos espaços de sociabilidade organizados pelas elites da cidade. Ao sinalizar que Manoel Alano frequentava a melhor sociedade, acredito que Ulyssea estava falando de si e de seu grupo, pessoas de *status*, os dirigentes das elites locais, brancos ou assim socialmente considerados.

Mesmo que Alano se vestisse bem e se *insinuasse* pelos meandros daquela sociedade preconceituosa, notamos, na tabela dos seus apadrinhamentos, que ele não se relacionava apenas com a *sociedade branca*, mas mantinha um duplo pertencimento social e racial. Vestindo-se bem e na moda, e abastecendo o consumismo das madames, Alano mantinha fortes raízes e laços nas comunidades afrodescendentes locais, sendo de lá, provavelmente, que saíam suas relações mais íntimas e seus afetos.

A Figura 9, na sequência, mostra os sócios da Chapa de Ouro, candidatos à eleição para diretoria do Club Blondin, com Manoel Alano dentre eles:

Figura 10 - Anúncio do Club Blondin sobre a chapa candidata à diretoria

Este sympathico club, sempre incansavel em proporcionar aos seus associados as mais variadas diversões, realisa hoje uma esplendida domingueira, na qual segundo nos consta, está reservada aos socios uma agradável surpresa.

Estão promovidos, nas vagas a no exercito :
 general de divisão o general de brigada Frederico Solon Sampaio Ribeiro ;
 A general de brigada o coronel Rocha Calado.

Dos Srs. C. Gomes & C., estabelecidos á rua senador Raulino Horn, recebemos varios maços de cigarros de papel de sua excellente marca 1900.
 Gratos pela gentileza.

HOSPEDES E VIAJANTES
 —Seguiram para Florianopolis a tomar parte na Convenção do Partido Republicano que se deve reunir hoje, os nossos medicados correligionarios major José Monteiro Cabral, Manoel Luciano da Silva e Horacio Vieirade Sá.
 —Chegou da capital federal Sr. Frederico Verthim

suavissimo, repassado de infinita melancholia, como se fosse a saudade dos amantes que alli estivesse soluçando. Assim foi que o sabiã começou a cantar.

LUCIO DE MENDONÇA.

A PEDIDO

CLUB BLONDIN

CHAPA DE OURO

Presidente
 João Monteiro Cabral.

Vice-Presidente
 José F. Monte Claro.

Secretario
 Arno Berendt.

Thesoureiro
 Francisco Martins Cabral.

Procurador
 Antonio Bessa.

Orador
 Dr. Corrêa d'Oliveira.

Fiscaes
 Manoel Alano F. Lima
 Jeronymo Mesquita Cabral
 Arthur Teixeira.

Diversos socios.

Dr. Laurino Muller
 Chegou á capital do Estado a 6 do p. passado, o eminente cidadão Dr. Laurino Muller, chefe supremo do nosso pujante partido.
 S. Ex. teve estrondosa e brilhante recepção, sendo muito cumprimentado pelos seus correligionarios, que são a grande maioria do eleitorado cathariense.
 Affectuosas e respeitosas saudações.

CONVENÇÃO REPUBLICANA
 Reune-se hoje em Florianopolis a Convenção do Partido

Fonte: O Futuro (1/10/1899, p. 2).

A PEDIDO
CLUB BLONDIN
CHAPA DE OURO
Presidente Joao Monteiro Cabral
Vice-Presidente José F. Monte Claro
Secretário Arno Berendt
Tesoureiro Francisco Martins Cabral
Procurador Antônio Bessa
Orador Dr. Correa D'Oliveira
Fiscais Manoel Alano Fernandes Lima
Jeronimo Mesquita Cabral
Arthur Teixeira
Diversos sócios
[Grifo nosso]

O anúncio acima indica que Manoel Alano frequentava os espaços de sociabilidade dos não afrodescendentes de Laguna, ou seja, das populações de ascendência europeia, como está presente na fonte. Esta era a diretoria que iria concorrer à eleição no ano de 1899, e entre os seus associados estava este homem de origem africana, que conheceu ou teve proximidade com a experiência do cativo. A Figura 10, a seguir, confirma a eleição da Chapa Ouro, como eles se denominavam. Alano iria ocupar a função de fiscal, com a posse da nova diretoria no dia 19 de novembro de 1899.

Figura 11 - Anúncio do Club Blondin sobre o resultado da eleição para diretoria

<h1>O FUTURO</h1>			
<h2>ORGAM REPUBLICANO</h2>			
REDACTORES E COLLABORADORES DIVERSOS			
IX	PUBLICAÇÃO SEMANAL	ESTADO DE SANTA CATHARINA	ASSIGNATURA
(Antiga da Praia)	(Antiga da Praia)	Laquna, 12 de Novembro 1899	N. 304
			Semestre. 4\$000 Pelo correio 5\$000 Pagamento adiantado

Boletim	VARIOLA	CLUB BLONDIN	13 DE NOVEMBRO
<p>venção do Partido no Catharinense com os seus concidadãos, hoje procedida, agnados para representado, como candida- gos abaixo menciona- proximas eleições do omingo do mez de do corrente anno, os cidadãos:</p> <p>RA SENADOR ro Severiano Muller</p> <p>A DEPUTADOS rcilio Pedro da Luz torino de Paula Ramos thur Boiteux</p> <p>DISPUTAR A MINORIA ite-Coronel Francisco Vieira de Souza</p> <p>OS DA COMMISSÃO DIRECTORA rcilio Pedro da Luz nencencio Campinã l Firmino Lopes Rego raulino Horn</p>	<p>Falleceu em Magalhães o menino atacado de variola, que se achava em tratamento no hospital de isolamento.</p> <p style="text-align: center;">VILLA-NOVA</p> <p>Deve effectuar-se a 19 do corrente, em Villa Nova, a festividade da Senhora Sant'Anna, gloriosa padroeira daquella antiga freguezia.</p> <p style="text-align: center;">SUL-AMERICANO</p> <p>Em Florianopolis, surgiu á luz da publicidade no dia primeiro do corrente, um novo jornal, o — <i>Sul-Americano</i>.</p> <p>Saudando ao novo collega pelo seu bellissimo programma, desejamos que o possa cumprir com a maior galhardia, colhendo os mais virentes louros no rude mourejar da imprensa.</p> <p style="text-align: center;">INSTITUTO MUNICIPAL DE INSTRUCCAO</p> <p>O Sr. Antonio Florindo da Cunha e sua exma. esposa, D. Adã Fonseca da Cunha, profes-</p>	<p>Esta prospera sociedade realizou a 5 do corrente a eleição da sua nova directoria.</p> <p>Esteve presente á reunião avultado numero de socios, sahindo eleitos por grande maioria os distinctos cavalheiros seguintes:</p> <p>Presidente—João Monteiro Cabral (reeleito) Vice-presidente—José Fernandes Monte Claro (reeleito). Secretario — Francisco Martins Cabral. Thesoureiro— Domingos Dias (reeleito). Procurador—Antonio Bessa. Orador — Dr. Correa d'Oliveira (reeleito). Fiscaes — Manoel Alano Fernandes Lima, Jeronymo Mesquita Cabral e Arthur Teixeira.</p> <p style="text-align: center;">GRUPO DRAMATICO</p> <p>Presidente — José F. Monte Claro. Secretario — Jeronymo Mesquita Cabral. Procurador — Arlindo Paulo Cordeiro. A nova directoria deve tomar posse a 19 do corrente.</p>	<p>Com a nota de <i>urgente</i>, recebemos ante-hontem a noite o seguinte despacho telegraphico, que nos foi enviado pela estação desta cidade e que distribuimos em boletim hontem de manhã:</p> <p>«Rio, 5 horas da tarde.</p> <p>A's estações telegraphicas de Santa Catharina</p> <p>Pelos calculos a que acaba de proceder o Director do Observatorio do Rio de Janeiro, está provado que é materialment- impossivel o encontro da Terra com o cometa Biela, que a 13 do corrente achar-se-ha a mais de quatrocentos milhões de kilometros distante da Terra. A prophacia de Falb não tem razão de ser.</p> <p><i>Severino Vieira</i> Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.</p> <p>Está publicada a lei que autorisa o poder executivo estadual a aposentar o guarda de numero da mesa de rendas desta cidade, Candido Leocadio da Silva Bezerra, de accordo com a lei n. 365 de 1898.</p>

Fonte: O Futuro (12/11/1899, p. 1).

CLUB BLONDIN

Esta prospera sociedade realizou a dia 5 do corrente a eleição da sua nova diretoria. Esteve presente à reunião avultado número de sócios, saindo eleitos por grande maioria os distintos cavalheiros seguintes:

Presidente Joao Monteiro Cabral (reeleito)

Vice-Presidente José F. Monte Claro (reeleito)

Secretário Arno Berendt

Tesoureiro Francisco Martins Cabral (reeleito)

Procurador Antônio Bessa

Orador Dr. Correa D'Oliveira (reeleito)

Fiscaes Manoel Alano Fernandes Lima

Jeronymo Mesquita Cabral

Arthur Teixeira

Diversos sócios

GRUPO DRAMÁTICO

Presidente – José F. Monte Claro

Vice-Presidente – Jeronimo Mesquita Cabral

Procurador – Arlindo Paulo Cordeiro

A nova diretoria deve tomar posse a 19 do corrente.

[Grifo nosso]

A participação de um homem de ascendência africana em um clube de elite branca, como indicam as fontes acima, sendo interpretada como ruptura contra o racismo, é a mais legítima expressão da democracia racial que era, e ainda é, propalada no país. Ou seja, com a inserção ou ascensão social de um indivíduo ou membros de um grupo, considera-se o suficiente para argumentar que no Brasil não existiu e não existe racismo e, portanto, “somos todos iguais”. Trata-se de uma retórica fruto da ideia do mito da democracia racial, que ainda hoje dificulta os avanços do debate sobre raça e suas implicações na vida das populações afrodescendentes do país.

Nosso agente histórico Manoel Alano Fernandes Lima fez parte de um dos clubes da elite branca, o Blondin, como verificamos na página anterior. Ele também se relacionou em outro espaço dessa mesma elite, o clube Congresso Lagunense. No ano de 1900, Manoel Alano seria fiscal de corrida na praia do Mar Grosso, em uma atividade esportiva que aconteceria no dia 11 de março, desenvolvida pelo Congresso Lagunense, que foi divulgada no jornal União (10/3/1900). Não possuímos elementos suficientes para afirmar se ele também fez parte como sócio dessa agremiação, porém deduzimos que a sua posição de destaque, antes e depois da abolição da escravatura, seja como comerciante, alfaiate e correligionário do Partido Republicano de Santa Catarina, como indicam as fontes, tenha permitindo sua inserção em espaços de sociabilidades fora do seu grupo racial.

Pensamos que os vínculos sociais construídos ao longo de sua vida permitiram-lhe maiores possibilidades de inserção que outros homens de origem africana de Laguna. Afinal, além de comerciante, ele era alfaiate e muito provavelmente, além de vender seus produtos oriundos da Corte, vestia com seus ternos sob medida os homens da elite que circulavam nos clubes Blondin e Congresso. Provavelmente estas condições possibilitaram a Alano maior contato com estas elites, chegando a frequentar os seus espaços de sociabilidade. Acrescendo à nossa interpretação, uma importante contribuição dos estudos das relações raciais no Brasil – chave para compreender a inserção de Manoel Alano.

No texto clássico de Oracy Nogueira, “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre as relações raciais no Brasil” publicado em 1954, analisando a aceitação ou interdição dos afrodescendentes em espaço de sociabilidade, ou seja, um clube, Nogueira nos aproxima de uma interpretação

verossímil e da experiência aqui analisada. Segundo ele (1954, p. 293), “se indivíduo de cor contrabalançar a desvantagem da cor por uma superioridade inegável, em inteligência ou instrução, em educação, profissão e condição econômica, ou ser hábil, ambicioso e perseverante, poderá levar o clube a lhe dar acesso”. Ele ainda destaca que o “preconceito varia em proporção direta aos traços negroides, e tal preconceito não é incompatível com mais fortes laços de amizade ou com manifestações incontestáveis de solidariedade e simpatia” (1954, p. 296). O racismo e a interdição dos espaços de sociabilidade da maioria dos afrodescendentes de Laguna não eram conflitantes com a aceitação de Alano. O preconceito racial de marca “abriu uma exceção” para um indivíduo, porém não esteve disposto a conceder o mesmo espaço para as coletividades de afrodescendentes aqui estudadas.

Nossas fontes indicam que havia outros afrodescendentes da cidade que faziam parte dos vínculos sociais de Alano; como sugerem os vestígios, talvez possuindo até maior capital financeiro, mas não dispendo aos olhos dos brancos o mesmo capital simbólico, como nosso protagonista. Conjecturamos que, ao não possuir, supostamente, alguns desses símbolos de distinção social que Manoel Alano usufruía, foram vedadas aos demais afrodescendentes da cidade oportunidades de convivência nos espaços de sociabilidade da classe dirigente, auto identificada como *branca*. Ainda que outros afrodescendentes possuíssem esses sinais de distinção, em uma sociedade marcada pela hierarquização baseada na raça e na condição econômica, a exclusão era certa, como ocorreu no Renascença Clube do Rio de Janeiro, quando afrodescendentes das camadas médias foram impedidos de participar dos espaços de sociabilidade da elite branca naquele Estado (SILVA, 2000; GIACOMINI, 2006).

Ulyssea, ao se referir a Manoel Alano, identifica-o como “negro”, utilizando uma categoria que possivelmente nosso personagem não se identificaria. Segundo Sayão (2015, p. 153), ele e sua mãe, Eva Cipriano, foram identificados como “pardos”, segundo os registros de óbito ou batismo. Mas o que verificamos em seu atestado de óbito e em seu inventário, disponível no Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi a ausência da sua cor.

O caso do nosso agente histórico não é uma situação incomum durante a escravidão. Nos últimos anos antes da abolição, há casos de afrodescendentes que ascenderam socialmente. Segundo George Reid Andrews (1998, p. 203), as

restrições raciais eram explicitamente ilegais ou caíam em desuso, o que possibilitou que alguns afrodescendentes tivessem mobilidade social:

[...] que uma porção visível de pretos e pardos livres experimentassem uma importante mobilidade ascendente na sociedade brasileira. Os observadores estrangeiros, em particular, ficaram impressionados com a aparente liberdade dos negros para ascender até o ponto onde seus talentos os levassem. (ANDREWS, 1998, p. 203).

A própria existência de clubes específicos para negros e brancos indica que as restrições com base na cor e na raça ainda persistiam. Mesmo havendo casos de ascensão social, as interdições das populações afrodescendentes antes e depois da abolição são fatos incontestáveis. A partir dos registros de sua mãe, identificada como crioula, ou seja, uma mulher descendente de africanos nascida no Brasil, e seus irmãos, identificados como pardos, e ele mesmo sendo integrante de uma Irmandade tradicionalmente vinculada à população africana e afrodescendente, acreditamos que sua ascensão social e destaque em Laguna estão possivelmente relacionados à tonalidade de sua cor da pele. Não podemos afirmar se sua pele era escura ou mais clara, mas Alano foi um afrodescendente que conquistou status social. Sabemos que a condição econômica poderia ser um fator para que, aos olhos dos brancos, homens e mulheres de ascendência africana fossem aceitos em seus espaços até certo ponto, não deixando de ser racializados. Mesmo permitindo presença no caso de Manoel Alano em seus espaços de sociabilidade, a racialização demarcaria os limites de sua inserção.

A trajetória de Manoel Alano Fernandes Lima (1845-1923), obviamente, não se compara a de algumas personalidades afrodescendentes que tomei como referência. Em que pese as diferenças das trajetórias de José Ferreira de Menezes (1841-1881), Luiz Gama (1830-1882), José do Patrocínio (1853-1905) e Machado de Assis (1839-1908), averiguadas por Ana Flávia Magalhaes Pinto (2018), Elciene Azevedo (1999) também investigou fragmentos da vida de Luiz Gama e Paulo Roberto Staudt Moreira (2011, 2014) e analisou a trajetória de Aurélio Virissimo de Bittencourt (1849-1919). A trajetória desses homens das letras, desenvolvendo ofícios como advogados, jornalistas, escritores e funcionários públicos que transitaram entre as elites de São Paulo, da Corte e do Rio Grande do Sul, contribuiu para refletir sobre as inserções sociais de Alano em Laguna. Embora

estes homens tenham conquistado proeminência no campo da política, no meio jornalístico e das letras, nem por isso deixaram de ser discriminados, de ter sua habilidade intelectual questionada, tendo seu campo de atuação limitado devido a sua cor/raça. Podemos inferir que os vínculos que Manoel Alano construiu, com tais literatos e funcionários públicos, tenham interferido para que ele fosse aceito em outros espaços que não fosse o do seu grupo, mas isso também não significa que ele não veio a sofrer discriminação ou resistência por parte de pessoas brancas que muito provável acreditavam que aqueles ambientes em que Alano almejava se inserir não eram o seu lugar.

Os vestígios acima indicam que, uma vez inserido nestes espaços dos grupos abastados de Laguna, Alano teve suas pretensões limitadas, pois ambos os clubes possibilitaram a ele a função de fiscal. Aceitaram-no naqueles ambientes não como um presidente, tesoureiro ou vice-presidente, cargos que denotavam certo *status* entre aqueles que faziam parte das agremiações. Alano era um comerciante, um alfaiate, possivelmente aprendeu a lidar com situações de preconceito racial, tinha traquejo e acreditamos que tenha aprendido os caminhos possíveis para romper com determinadas barreiras. Se a inserção nos clubes das elites foi uma estratégia, a política para o exercício da cidadania, talvez esse caminho tenha sido vislumbrado por ele. No ano de 1906, ele se candidata a juiz de paz da cidade, não sendo eleito, mas ficando em quarto lugar (O ALBOR, 16/12/1906).

Conhecido em Laguna por ser um homem de negócios, somente esta condição não foi o suficiente para que ele garantisse sua vaga de juiz de paz. Na primavera de 1910, em 27 de novembro daquele ano, o Partido Republicano Catarinense veio a público “apresentar os seguintes nomes de ilustres correligionários para serem sufragados” (O ALBOR, 27/11/1910); entre eles, estava Manoel Alano. Durante as comemorações natalinas, o semanário publica que “O Conselho Municipal da Laguna procedeu no dia 17 de dezembro, a apuração da eleição municipal efetuada a 4 do mês corrente”, e neste pleito Alano ficou em terceiro lugar entre os candidatos a juiz de paz (O ALBOR, 25/12/1910). Passaram alguns anos, e em agosto de 1914, o Partido Republicano Conservador apresentou aos cidadãos de Laguna os candidatos ao Conselho Municipal, à Superintendência e a Juizes de Paz, previamente escolhidos por seus correligionários. E novamente Alano estava entre os candidatos (O ALBOR, 2/8/1914). Para nossa surpresa e decepção, os desdobramentos da eleição foram frustrantes, pois justamente os

resultados das eleições se perderam junto com os demais semanários do periódico O Albor, deixando uma lacuna entre os anos de 1914 e 1915 no acervo do arquivo histórico de Laguna. Alano poderia ter se consagrado juiz de paz, ou novamente amargado a condição de suplente. Ao continuar as investigações sobre este e outros personagens de Laguna, e experimentando os dissabores da pesquisa, percorremos os registros genealógicos do sítio Family Search, onde passamos a perscrutar os documentos. Finalmente estava confrontando a minha lista de nomes e obtendo resultados positivos com a pesquisa. Já estava me familiarizando com a letra do escrivão e conseguindo decifrar aqueles códigos quando finalizei o livro de registros matrimoniais de 1914. Ao iniciar a leitura do livro de 1915, encontrei Manoel Alano sendo citado pelo escrivão, assinando como juiz de paz daquele ano até 1918.

Figura 12 - Termo de Encerramento do Livro de registro de casamento, 1918.

Termo de encerramento.
 Ao primeiro dia do mez de
 Janeiro do anno de mil e no-
 vcentos e dezanove, nesta cidade
 da Laguna, Estado de Santa Catha-
 rina, em cumprimento ao que
 dispõe a Lei referente ao Casam-
 ento Civil, faço o encerra-
 mento da escripturação nes-
 te livro com referencia ao
 anno findo de 1918 - em
 que foram feitos vinte e cinco
 casamentos, sem que houvesse
 nullificação alguma. Para con-
 tar faço este termo assinando
 o Juiz de Paz cidadão Manoel
 Alano de Sousa Lima, quan-
 to mim Beacantim Barreto, es-
 crivão o escrevi e assyso.
 Beacantim Barreto.
 Manoel Alano F. Lima

Fonte: Livro de registros genealógicos do sítio Family Search.

Sua estratégia ao que parece deu certo, a inserção em um partido político possibilitou sua eleição como Juiz de Paz da cidade. Essa narrativa quase em tom anedótica, mas que faz parte de minha experiência de pesquisa, possibilitou perceber que as redes associativas, os vínculos com as elites locais, possibilitaram

prestígio, ascensão por meio do comércio e, posteriormente, o ingresso no mundo da política. Foram estas as possibilidades que Alano encontrou e tornou disponíveis para superar as barreiras impostas pelo racismo em Laguna. Evidentemente esses caminhos não foram fáceis; é muito provável que não eram os únicos.

Vimos que nosso protagonista teve um certo destaque na cidade como comerciante, atuando em diversas redes, bem como inserindo-se no mundo da política. Como assinalou L. A. Costa Pinto, qualquer tentativa de romper com as hierarquias sociais estabelecidas acirrava as tensões raciais, seja no mundo urbano ou no mundo rural. Diversas pesquisas³⁹ têm apontado que tais conflitos e tensões raciais, seja antes ou depois da abolição da escravidão, ocorreram quando indivíduos principalmente homens e mulheres de origem africana tentaram adentrar o mundo dito dos brancos, seja entre as elites ou mesmo entre a arraia miúda. Não sabemos se Alano nutria maiores intenções na política quando inicia como juiz de paz, e se houve qualquer tensão racial a partir de suas pretensões. Está entre outras lacunas que não conseguiremos preencher neste momento sobre a trajetória desse nosso personagem.

Como indicam as fontes, ele transitava entre a arraia miúda e os abastados. As evidências de sua história rompem com uma historiografia, como salienta Ana Flávia Magalhães Pinto (2018, p. 181), que tem uma imensa “dificuldade ou incapacidade de pensar a presença” e experiência “negra a partir do lugar da liberdade”. Seria muita ingenuidade pensar que este homem afrodescendente, no período em que viveu, não tenha passado por momentos constrangedores por conta do racismo e das suas pretensões como cidadão. A ascensão social de Alano corrobora em certa medida com algumas interpretações de L. A. Costa Pinto. Ao estudar as relações raciais no Rio de Janeiro, nos anos de 1952, Pinto (1998) fornece uma interpretação que ainda permanece atual. A posição econômica minimiza algumas barreiras raciais, *embranquecendo* o indivíduo de origem africana, tornando-o socialmente aceitável (tolerável) para estar entre os não “afrodescendentes”, ou seja, os “brancos”.

³⁹ Rosa (2019), Pinto (2018), Azevedo(1999).

Numa sociedade em que as posições de classe e de etnia tão nitidamente se identificaram, e por tanto tempo, quanto mais branco, ou menos preto, o indivíduo, maiores são as oportunidades de transpor as barreiras à ascensão social, que depende diretamente da cor de outros traços étnicos aparentes. Essa vantagem do mulato sobre o negro como que é compensada pelo fato de, em consequência dela, o mulato estar sempre mais próximo do que o negro de cruzar a linha social de cor, o que faz com que sobre ele particularmente incidam os estereótipos que visam definir sua posição. (PINTO, 1998, p. 200).

Acreditamos que nossa interpretação seja plausível, pois, ao ser embranquecido socialmente, este homem de origem africana cruzou a linha de cor, devido ao seu status social e por talvez portar características físicas que o aproximavam dessa elite autodeclarada “branca”. Ao mesmo tempo em que ele era aceito, manifestações nitidamente racistas eram exteriorizadas por membros daquela sociedade contra as suas tentativas de experimentar a condição de cidadão.

Outrossim, quando dizemos que indivíduos como Alano *cruzaram a linha de cor*⁴⁰, não queremos pronunciar, de forma alguma, que seu objetivo era o embranquecimento. Diferente do que interpreta L. A Costa Pinto (1998) e Oracy Nogueira (1954), de que ao ascender socialmente um afrodescendente não “manifesta solidariedade ou coesão” com o grupo racial por conta do embranquecimento, a experiência do nosso agente histórico indica o contrário - embora aceito entre o grupo racial branco, nossas fontes indicam que seus apadrinhamentos, a sua participação como tesoureiro na Irmandade do Rosário, sua associação com a Banda União dos Artistas e Sociedade Recreativa União Operária, mostram sua persistente presença e proximidade com as comunidades afrodescendentes locais. Por outro lado, ainda que não sendo interdita sua presença nos espaços de lazer das elites locais, a afirmação do memorialista evidencia que a sua cor/raça nunca foi esquecida, mas, ao contrário, sua racialização era permanentemente demarcada.

Analisaremos esta outra experiência associativa de Alano, a qual dialoga com as expectativas de liberdade e cidadania. No ano de 1884, em um periódico denominado *Caturra* (4/3/1884), o nosso protagonista anunciava que naquele dia, 04 de março, ocorreria uma sessão extraordinária para admissão de sócios no

⁴⁰ Ver Moreira (2014) e Leticia (2017).

Club Porvir Lagunense e solicitava o comparecimento dos demais associados. Encontramos Alano participando em mais um espaço associativo. Outra iniciativa que marcava sua presença em um espaço de sociabilidade, ocupando o cargo de diretor do clube. Na divulgação da sociedade, ele pedia o comparecimento dos sócios na reunião extraordinária, que trataria da admissão dos novos sócios.

A falta de documentos sobre este clube não nos permitiu prosseguir em algumas análises, porém a presença de Manoel Alano como diretor desse novo espaço de sociabilidade avigora que a sua inserção, atuação e trânsito por diferentes espaços associativos contribuíram para assegurar o seu capital econômico e simbólico, pois participar de associações era uma forma de se qualificar socialmente e construir redes, conseqüentemente seu trânsito nestes diferentes espaços presumimos que refletia em seu comércio, aumentando suas vendas, bem como a sua situação de referência social.

A exiguidade de vestígios sobre mais esta experiência associativa das populações de origem africana em Laguna limitou nossas análises em alguns aspectos, principalmente em conhecer quem eram os associados e por quanto tempo existiu; quais eram as finalidades do clube e se seus sócios tinham alguma ligação com as demais associações afrodescendentes da cidade. Não dispomos de respostas para essas indagações, mas elas nos auxiliaram a pensar algumas possibilidades no horizonte dos fundadores do *Club Porvir Lagunense*.

Interpretamos que a escolha do nome Club Porvir Lagunense, tenha a ver com o contexto, ou seja, os últimos anos antes da abolição da escravidão. O clube foi fundado em 1884, quatro anos antes do fim da escravidão. Possivelmente, as expectativas com a conquista da liberdade e a crise da escravidão podem ter influenciado na escolha do nome do clube: “porvir” é uma palavra composta que significava “futuro”.

Como possuímos elementos insuficientes para analisar esta experiência associativa dos afrodescendentes de Laguna antes da escravidão, ainda assim, temos indícios de que o fim da escravidão e a liberdade das populações de origem africana nesta cidade, como em outras regiões⁴¹ do Brasil, não foram bem recebidos. Como destacou Andrews (1998, p. 82), “com a chegada da liberdade desses ex-

⁴¹ Ver Andrews (1998), Chalhoub (1996), Cooper, Holt e Scott (2005) e Rios e Mattos (2005).

cativos, havia uma profunda inquietação, e uma forte sensação de desconforto dos ex-proprietários de escravizados, com relação às mudanças que ela traria”.

Não cabe aqui analisar os debates em torno da visão que a imprensa de Santa Catarina, sobretudo de Laguna, possuía da abolição da escravidão, mas ao analisar o periódico A Verdade (ligado ao Partido Conservador), entre os anos de 1884 e 1885, é nítida a contrariedade do Jornal à liberdade dos escravizados, entretanto, não é este o aspecto que queremos analisar. Na edição do dia 23 de setembro, o editorial do A Verdade (23/9/1884) explicita qual a visão que se tinha a respeito da liberdade e da condição de cidadãos de tais homens e mulheres e assinala que “era preciso adoptar-se medidas que ponham a sociedade a salvo dessa malta de vagabundos que formam-se desses que saem da escravidão e não procuram emprego em que ocupar-se, porque tratam, somente, de gozar de sua liberdade”.

A visão que essa elite alimentava dos egressos do cativo converge com a nota publicada no periódico A Verdade. O exercício da liberdade era o problema posto por aqueles indivíduos que viam estes atores sociais organizando suas vidas como indivíduos livres e não mais sob o julgo do açoite. O “viver sobre si” (CHALHOURB, 1996), para usar a expressão da época, possibilitou certa autonomia para cativos, e estes, mesmo dentro dos limites do sistema escravista e excludente, conseguiram margens de negociação, barganhando por melhores condições de vida e trabalho.

Ao tornar-se livre e não aceitando trabalhos que lembrassem a escravidão, possivelmente estas atitudes foram interpretadas como vadiagem e/ou indolência. Com o fim do cativo e a ideia de igualdade de todos perante a lei, inclusive o direito à diversão passaria a fazer parte das novas experiências desses cidadãos. Ao mesmo tempo em que a liberdade e a cidadania estavam sendo vivenciadas, observamos em uma nota publicada em um periódico local, no ano de 1901, treze anos após a abolição da escravidão, as transformações com a nova condição de cidadão sendo colocadas em prática. O exercício da cidadania, ou seja, a liberdade, formada por aspirações em viver a vida da melhor maneira possível, pelo visto, ainda causava estranheza na sociedade de Laguna. Passado mais de uma década, no pós-Abolição, a mentalidade escravista persistia e se fazia presente entre os lagunenses. No jornal O Sol (3/3/1901), encontramos a seguinte nota: “CLUB

TEMPORADA, abriu-se um club de negros na Travessa do Potreiro. Queira Deus que o chicote não faça de alguém pandeiro”.

Cabe aqui destacar que a Travessa do Potreiro era o mesmo local onde estava o templo da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna. Não sabemos quem eram os “negros” que estavam iniciando este clube recreativo, porém, tudo indica que podem ser os próprios irmãos do Rosário ou membros das associações musicais, enfim, as populações de origem africana aqui estudadas. A experiência da liberdade, da possibilidade de controlar o próprio tempo de trabalho, de negociar melhores condições de salários e o direito de transitar pela cidade livremente e de se divertir, são transformações que, nessa sociedade pós-Abolição, não foram encaradas com tranquilidade, pelo contrário, as novas condições foram compreendidas pela população “branca” como desordem e atraso.

Chamamos a atenção de que a notícia acima usa no mesmo trecho as palavras *negros* e *chicote*, forçando uma sintonia entre a presença negra e a escravidão. Provavelmente a mentalidade racista da época se ressentia de não poder mais controlar os indivíduos não-brancos através dos instrumentos de controle social usuais do escravismo. Outra interpretação para este fragmento é possível - seria a associação entre violência e desordem que as populações de origem africana poderiam causar; caso isso ocorresse, haveria motivos para ações enérgicas por parte dos poderes públicos (forças policiais) que usariam de violência para conter e controlar as festividades desses grupos vistos como indesejáveis.

Interpretamos que, ao vislumbrar e querer experimentar novas formas de sociabilidade, a expressão utilizada “Queira Deus que o chicote não faça de alguém pandeiro” foi uma resposta dessas elites à ousadia desses homens e mulheres que festejavam a vida e a liberdade em novos espaços de sociabilidade que não estavam mais sob o domínio desses grupos dirigentes. O medo era ainda maior quando se tratava de um coletivo de origem africana, e isso é o que estava ali presente, sendo alcunhado de *club* pelos periodistas. Manifestações preconceituosas não eram bem-vindas por aquelas comunidades afrodiaspóricas, e não raras respostas lhes eram dadas.

Figura 13 - Nota de resposta à manifestação racista

APEDIDO

Senhor Thomaz barbeiro
 Com amigos corriqueiro
 Dizem querer fazer
 Das costas d'algue[m] pandei
 Senhores não sejam maus
 Deixem de ser assim
 Talvez suas costas sirvão
 Para este mesmo fim.
 Senhores deixem-se d'isto
 Acho melhor trabalhar
 Si continuarem assim
 A onde é que vão parar?
 O' senhor Thomaz Barbei
 Cuide em trabalhar
 Acho bom que o sr. deix
 De tanto nos embrulhar.
Zig Zag

Fonte: O Sol (1/4/1901, p. 4)

Senhor Thomaz, barbeiro
 Com amigos corriqueiros
 Dizem querer fazer
 Das costas d'algue[m] pandeiro

Senhores não sejam maus
 Deixem de ser assim
 Talvez suas costas sirvam
 Para este mesmo fim.

Senhores deixem-se d'isto
 Acho melhor trabalhar
 Se continuarem assim
 A onde é que vai parar?

O senhor Thomaz Barbeiro
 Cuide em trabalhar
 Acho bom que o sr. deixe
 De tanto nos embrulhar
 Zig Zag

Após a manifestação racista, os envolvidos no *Club de negros na Travessa do Potreiro* enviaram a resposta acima ao jornal, pois, ao que parece, sabiam quem era o autor da nota. Além do nome, eles citam o ofício do agressor, e em tom cortês,

pedem para que não “sejam maus”, que “cuidem do seu trabalho”, e advertem que as costas de Thomaz barbeiro e seus amigos poderiam servir também de pandeiro. Neste trecho citado, a cordialidade é deixada de lado e adota-se um tom de enfrentamento para com atitudes racistas e preconceituosas.

Este comportamento por parte das elites, e até mesmo de alguns extratos brancos das camadas populares, em relação às populações de origem africana, foi muito bem documentado pelos estudos clássicos⁴² que trataram das relações raciais e da situação dos afrodescendentes com o fim da escravidão; sua “integração” ao mundo urbano e industrializado no pós-Abolição. O diálogo com essa bibliografia foi fundamental para compreender a complexidade do racismo e seus desdobramentos na atualidade. Mesmo sendo obras datadas historicamente, portanto, possuindo limitações como qualquer pesquisa acadêmica, devido às escolhas teóricas e metodológicas do seu tempo, ainda assim, estas obras possuem algumas interpretações muito atuais.

Sendo assim, nos atemos à obra já citada de L. A Pinto (1998), quando o autor desenvolveu uma análise que converge em certos aspectos com os novos estudos do pós-Abolição. As tensões raciais que emergem neste período estão relacionadas às expectativas e às aspirações dessas camadas que saíram da escravidão, e agora se viam como cidadãos de uma República. Essas aspirações em exercitar a cidadania de indivíduo livre, em acessar bens materiais e culturais, bem como conquistar “posições superiores”, segundo Pinto, L. A. (1998, p. 280), mesmo sendo somente “aspirações”, desejos (de melhoria de vida que na maioria das vezes não se concretizaram), foram o bastante para que barreiras se impusessem para estes indivíduos. O autor (1998, p. 272) ainda afirma que estas “tensões (raciais) não se despejam sobre uma sociedade, vindas de fora, de longe, do céu ou das nuvens; elas se formam dentro das estruturas sociais e são produtos de seu funcionamento histórico”.

Vimos que a insistência de Alano em se tornar juiz de paz teve êxito. Mas será que ele conseguiria sem se tornar correligionário de um partido político? Temos dúvidas quanto a esta possibilidade, mas temos a certeza de que a mentalidade racista, herança de mais de trezentos anos de escravidão, não se eliminaria somente com a assinatura de uma Lei Áurea. Como vimos, a ofensiva, a

⁴² Ver Cardoso e Ianni (1960), Fernandes (1965), Moura (1988) e Pinto (1953).

possibilidade de criação de um clube recreativo, para esses homens e essas mulheres, foi vista como uma ameaça, pois agora pessoas de origem africana, saíam da condição de subalternidade, podendo exigir os mesmos direitos, inclusive em termos de sociabilidades, como qualquer brasileiro, pelo menos era o que se acreditava.

Infelizmente, sabemos que a cidadania para os afrodescendentes era somente uma condição jurídica, porque, na prática, ela não se materializava. A ausência de leis segregacionistas não impediu que estratégias de exclusão fossem criadas para limitar a estas pessoas uma série de direitos e oportunidades. Andrews (1998) afirma que, devido à ausência de leis discriminatórias rígidas e inflexíveis, o racismo, dependendo da vontade dos indivíduos, se tornava mais difícil de combater. Foi este o ambiente que as populações de origem africana encontraram no pós-Abolição.

Tal prática discriminatória não era apenas por parte dos indivíduos, havia a política de imigração europeia financiada pelo Estado, as reformas urbanas, que expurgaram as pessoas de origem africana dos centros das cidades para as periferias, a preferência do empregador pelo imigrante europeu em detrimento do trabalhador/a brasileiro/a e afrodescendente. Às dificuldades impostas ao acesso à terra e à instrução formal, acrescentam-se ainda as teorias raciais que inferiorizavam homens e mulheres como uma sub-raça, contribuíram para colocá-los na marginalidade e na condição de um quase-cidadão⁴³.

Podemos averiguar com este capítulo que a trajetória das populações afrodescendente da Laguna, Santa Catarina, e suas experiências associativas não se limitaram à Irmandade do Rosário dos Homens Pretos. As sociedades musicais União dos Artistas e Carlos Gomes vivificam os fluxos desses homens na tentativa de inserção e ascensão social. Essas instituições foram espaços autônomos privilegiados e com objetivos específicos, como o auxílio mútuo e a instrução, seja ela musical ou em caráter mais amplo. Os documentos investigados possibilitaram perceber a rede de relações tecidas por esses sujeitos durante a escravidão a qual se estendeu no pós-abolição, conforme inferimos com a trajetória de Manoel Alano. Estas redes construídas a partir das relações de compadrio avigoraram nossa tese de entrelaçamentos entre os Irmãos do Rosário, as associações musicais e as

⁴³CUNHA, Olívia Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Quase-cidadão**: Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

sociedades recreativas do século seguinte. Além dos laços construídos nestas instituições, que se fortaleceram com os afetos por meio dos apadrinhamentos e do casamento, foi possível perceber também os dissabores entre estes homens quando ocorreu a cisão entre os membros da União dos Artistas, surgindo a Sociedade Musical Carlos Gomes.

Além do entrelaçamento, analisamos as tensões entre estes indivíduos. Intentamos explicitar que as populações de origem africana não são um bloco coeso e homogêneo, como foram analisadas pela Escola Sociológica de São Paulo e as Ciências Humanas até os anos 1980. A inserção e a ascensão de Manoel Alano Fernandes Lima, bem como sua trajetória fragmentada, nos permitiram minimamente depreender como ele ascendeu, suas relações com seu grupo etnicorracial e com o grupo racial branco, e como para ele foi possível transitar no meio social que excluía os seus pares. Deduzimos que possivelmente sua pele clara e *status*, entre outros aspectos, proporcionaram sua participação nos clubes das elites de origem europeia. Para Alano, esta barreira foi ultrapassada, no entanto, não havia incompatibilidade para o grupo racial branco negar o mesmo ingresso para as demais pessoas de origem africana. Ademais, são características do racismo brasileiro manifestações discriminatórias com afrodescendentes em geral e, ao mesmo tempo, manter relações de proximidade e até amizade com um indivíduo de origem africana em particular.

Ainda existem muitas lacunas a serem investigadas sobre o capítulo aqui pesquisado, como a participação feminina nas associações musicais. Nas fontes a que tivemos acesso, principalmente das associações musicais, as mulheres estão ausentes. No entanto, os documentos nos permitiram tirar da invisibilidade estes protagonistas que, desde o século XIX, dentro e fora de seus espaços associativos, construíram laços de solidariedade, mas também desafetos que não foram o suficiente para findar as experiências associativas desse coletivo de afrodescendente que se prologou até os dias atuais. Novas pesquisas poderão contribuir e lançar luzes sobre estes hiatos, e, assim, a história do protagonismo das populações de origem africana será mais bem documentada, contribuindo, dessa maneira, para que a ideologia da invisibilidade dessas pessoas seja definitivamente implodida por essa variedade de novas e pesquisas já existentes, comprometidas politicamente em contar a história, dar nome, sobrenome e endereço àqueles que foram sempre colocados à margem dos processos históricos.

5 EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS NO PÓS-ABOLIÇÃO E A FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE RECREATIVA UNIÃO OPERÁRIA (1903-1950)

5.1 “Esta operosa sociedade” – União Operária um clube de “mulatos”

Segundo a sua Ata de Fundação, registrada em cartório local, o clube Sociedade Recreativa União Operária¹ foi fundado no dia 09 de fevereiro de 1903. Segundo as memórias do senhor Juvêncio Bento Filho, de 67 anos, aposentado pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), foi em uma reunião que surgiu o interesse de criar uma sociedade recreativa e, neste dia, “a convite do senhor Manoel Leocádio e Bonifácio Alves, reuniram-se na oficina de José Cravo (José Augusto de Carvalho) para fundarem uma sociedade denominada União Operária. Participaram também da reunião os senhores Lucas Viana e Adolpho Campos”².

Nosso entrevistado nos relatou os primeiros passos para a criação desta nova agremiação, a qual foi divulgada pelos periódicos aos lagunenses. No dia 19 de novembro de 1903 foi anunciada no jornal O Albor (19/11/1903) a fundação de uma agremiação, dando-se destaque para os seus objetivos:

Do primeiro secretário desta associação s.r., Adolpho Campos, recebemos delicado ofício comunicando-nos a fundação nesta cidade, em 09 de fevereiro da Sociedade União Operária, cujo **objetivo é difundir a instrução entre seus associados e promover diversões**. Grato pela amabilidade da participação auguramos a União Operária longa e profícua existência. (Grifos nossos).

Como podemos perceber, um dos objetivos do clube, “a instrução”, também estava presente nos estatutos das associações musicais União do Artistas e Carlos Gomes, e este possivelmente era um dos objetivos da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna. Não temos como sustentar se este objetivo estava presente na Irmandade por conta da ausência de fontes, mas como este era uma das finalidades das diversas confrarias negras já investigadas, é uma hipótese plausível que a coirmã de Laguna também tivesse a instrução como um intuito a

¹ Estatuto da Sociedade Recreativa União Operária. Cartório de Registro Civil, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documento da Comarca de Laguna, 1903.

² Entrevista concedida ao autor, em 2018.

alcançar, já que uma parcela dos integrantes das bandas também estava presente na congregação de Laguna.

Para além da instrução, o clube também tinha como objetivos, conforme o artigo 2º do Estatuto da Sociedade Recreativa União Operária (1903)³:

- a) Proporcionar reuniões dançantes ou quaisquer outras festas em que se reúnam amistosamente os sócios e suas famílias;
- b) Criar seção de leitura variada e instrutiva para seus sócios fazendo aquisição de jornais, livros e revistas boas;
- c) **Intensificar e desenvolver-se por todos os meios ao seu alcance serviços de assistência sociais;**
- d) Estabelecer jogos primitivos em sociedade para recreio de seus sócios. (Grifos nossos).

Mesmo sendo um espaço também de recreação, estas instituições não podem ser compreendidas somente nestes termos. Este não era o único fim das agremiações. Como assinala o estatuto, a “assistência social” também era uma preocupação entre os associados deste clube, como também já foi apontado por outros autores como Petrônio (2004, 2009, 2010, 2011); Ribeiro (2016); Silva (2017) Lucindo (2020). Este artigo do estatuto, ao nosso ver, sustenta a interpretação de que as experiências associativas anteriores foram colocadas em prática no pós-Abolição com a intenção de romper com o desamparo a que estavam sujeitos antes do fim da escravidão. Ao perceber que a República não estava cumprindo com o seu papel, como a extensão da cidadania, o direito à instrução, ao trabalho e ao acesso à terra, essas coletividades trataram de criar associações com espírito de socorro mútuo⁴. Tais objetivos foram acionados para possibilitar melhores condições intelectuais e materiais para os afrodescendentes que estavam nestas associações, e assim conseguir competir em pé de igualdade, por melhores condições de trabalho e sobrevivência.

Dito isto, apresentaremos os “*iniciadores*”, para usar a expressão de como os sócios fundadores eram identificados nos livros ata da agremiação. Foram eles que colocaram o projeto do clube recreativo e instrutivo em prol das

³ Estatuto da Sociedade Recreativa União Operária. Cartório de Registro Civil, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documento da Comarca de Laguna, 1903, p. 4.

⁴ NOMEINI, Paula Christina Bin. **Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Departamento de História: Campinas-SP, 2007.

_____. **Mutualismo em Campinas no início do século XX**: possibilidades para o estudo dos trabalhadores. Revista Mundos do Trabalho, v. 02, 2010, p. 143-173.

populações afrodescendentes de Laguna em 1903. Esta mesma diretoria continuou conduzindo o clube ano seguinte, conforme o jornal O Albor (13/5/1904):

João Augusto; presidente **reeleito**; Bonifácio Soares, vice-presidente **reeleito**; Adolpho Campos, 1 secretário **reeleito**; Nilo Pinto 2 secretários; Sizino Antônio Machado, tesoureiro, **reeleito**; Cypriano Victor Modesto, 1 procurador **reeleito**; José Pacheco, 2 procuradores; Bonifácio Alves, 1 fiscal **reeleito**; Jose Thomaz de Oliveira, 2 fiscal; Lucas Vianna, bibliotecário, **reeleito**; Antão Veríssimo, zelador. À noite o Club abriu os seus salões para um esplendido baile. (Grifos nossos).

Ao verificarmos o livro de registro dos sócios, identificamos a variedade de ofícios que eles ocupavam. Como Laguna nunca foi, e não é, um polo industrial, nos chamou a atenção o nome dado ao clube. Não sabemos de fato como chegaram ao nome da associação, se existia alguma ligação com as atividades econômicas que desenvolviam. Entretanto, conforme a literatura investigada, as agremiações fundadas pelas populações de origem africana tinham na escolha do nome fortes significados para o grupo.

Seus nomes eram tirados de cidades de origem de seus fundadores ou, como em boa parte, referiam-se a datas e nomes históricos, sendo que muitos estavam vinculados à história da população negra. Assim, o Clube Recreativo Defensores da Pátria recebeu a denominação em homenagem aos negros que lutaram na Guerra do Paraguai. Já os Clubes XV de Novembro, 13 de Maio e 28 de Setembro homenageavam, respectivamente, a Proclamação da República, a Abolição da escravidão e a Lei do Ventre livre. Em alguns casos, os extratos superiores da população negra, no desejo de se afirmar enquanto “nata”, nomearam determinadas agremiações de forma “aristocrática”. (CARDOSO, 2012, p. 54-55).

Andrews (1998, p. 220) apresenta uma interpretação que converge com Cardoso (2012). O autor assinala que os nomes dados aos clubes “indicam como eles se enxergavam, ou desejavam se enxergar: a elite, o grupo inteligente. Mas ao mesmo tempo, eram o grupo sistematicamente excluído da sociedade mais ampla da qual ele fazia parte”. O clube aqui estudado, ao nosso ver, estava construindo uma imagem ligada ao trabalho, por isso, a escolha do nome que valorizasse qualquer atividade laboral. Acreditamos que esta é uma hipótese plausível, pois o hino do clube enaltecia o trabalho e baliza como eles se viam e gostariam de ser

vistos. Mesmo o hino sendo extenso, cabe aqui a sua reprodução completa, para que nossas reflexões sejam mais bem compreendidas⁵.

União é a nossa divisa,
O – Trabalho – o nosso pendão,
é por ela que vencemos,
é por ela que temos ação.

Sacra flama nos inspire,
e possa ser legendaria,
pelo querer de seus filhos,
a – União – Operária

- Instrução – do nosso farol,
Que, brilhante, nos guia e conduz,
Será ela que nos erga o espírito
e nos leve as paragens da luz.

Sacra flama nos inspire,
e possa ser legendaria,
pelo querer de seus filhos,
a – União – Operária

O – Recreio, - que é alma da vida,
e é vida silente orvalho,
o – Recreio – é uma divisa
que posemos a par do – Trabalho –

Sacra flama nos inspire,
e possa ser legendaria,
pelo querer de seus filhos,
a – União – Operária

Trabalho, - Instrução – e – Recreio,
trilogia redimem-te de um povo,
ser-nos-ão sempre vivo apanágio,
dar-nos-ão um vigor sempre novo,
Sacra flama nos inspire,
e possa ser legendaria,
pelo querer de seus filhos,
a – União – Operária. (O ALBOR, 9/2/1907).

A valorização das atividades laborais cumpria a tarefa de construir uma imagem que fosse desassociada do afrodescendente vagabundo e indolente, que queria somente aproveitar a liberdade e viver no ócio. Interpretamos que construção e divulgação de um hino, que valorizava os princípios norteadores da agremiação, como “Trabalho, Instrução e Recreio”, não foram ao acaso. Consideramos uma ação

⁵ A letra do hino e composição da música são de autoria de Ezequiel e Dr. Moreira Gomes. O ALBOR, 09/02/1907.

que objetivava tornar público os anseios da sociedade, em forjar uma imagem positiva daquele espaço, principalmente valorizando o trabalho, e, desse modo, afastar as possíveis e existentes representações depreciativas em relação às populações de origem africana, como também analisou Magna Lima Magalhaes, ao investigar o Clube Cruzeiro do Sul de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul (2017).

Em sua análise sobre o Centro Cívico Cruz e Sousa de Lages, fundado em 1918, Marcon (2010, p. 114-115) interpreta que os “princípios morais conclamados pelo hino eram o civismo, a humildade, o trabalho e a educação dos costumes”. Porém, o autor conclui que “o Centro Cívico passou a ser um instrumento civilizador, aculturador, e ‘abrasileirador’ de um grupo de negros. Se isto era impossível, pelo estigma da ‘cor’, seria possível pelo ‘civilizar-se’”. Nesta linha interpretativa, podemos afirmar que a Sociedade União Operária teve atitude muito semelhante com seu hino e mirava a desconstrução de estereótipos.

No entanto, não compreendemos essas ações como um comportamento “aculturador” e “abrasileirador”, ou que o clube foi um espaço para civilizá-los, como afirma Marcon. A agremiação investigada foi fundada 30 anos depois da abolição da escravidão, e tais pessoas de origem africana não estavam passando por um processo de aculturação, e sim procurando se esquivar de representações impostas, como a imagem de um grupo racial inferior. Neste sentido, a inculcação de valores e práticas oriundas de países europeus e da ideia de modernização foram reapropriadas nestes espaços recreativos como uma maneira de sofrer menos discriminação. Eram tentativas de aceitação em uma sociedade que acreditava que eles eram portadores de culturas bárbaras e incapazes por terem origem africana e o passado como “escravizado”⁶. Todavia, a apropriação da cultura dos grupos hegemônicos não significou a eliminação das experiências sociais e culturais dessas pessoas como um todo. Como bem assinalou Flavio Gomes (2005, p. 37), valores e visões de mundo das elites brancas e das classes dominantes não determinaram a ausência de um projeto específico das ‘classes de cor’; “indica, sobretudo, que um tipo de diálogo esteve em curso e qualificá-lo de ‘embraquecido’ ou mesmo ter reproduzido ‘valores importados’ revela pressupostos analíticos evidentemente parciais”.

⁶ Cabe ressaltar que apesar da grande maioria dos negros já se encontrar em liberdade quando assinada a abolição da escravatura, foi comum se referir genericamente a essa população como “liberta”.

Nem sempre estes indivíduos estavam sendo vigiados em seus espaços privados. Possivelmente, em momentos entre os seus pares, praticavam ações ligadas às culturas de origem africana, que em público seriam discriminadas, mas nestes ambientes talvez fossem lembradas e ressignificadas.

É importante destacar que, embora adotassem hábitos e costumes das populações brancas dirigentes, as estratégias de controle de seus associados e os objetivos perseguidos registrados em seus estatutos, a elaboração de símbolos de distinção, como hino e estandarte, foram iniciativas dos próprios grupos, sem a tutela dos brancos, ou seja, estavam pautando suas estratégias e alternativas de sobrevivência. Além da vigilância e controle da conduta dos seus agremiados, a valorização do trabalho fazia parte das táticas de desconstrução de estigmas que constituíam parte de um conjunto de ações e imposições feitas por estas associações com a nítida intenção de possibilitar acesso à cidadania e à conquista de prestígio social àqueles/as que concordavam em seguir as normas estabelecidas. O exemplo da respeitabilidade⁷, fora e dentro do clube, era condições essenciais para ser aceito e prosseguir fazendo parte do grupo. Conforme o Art. 7º do Estatuto da Sociedade Recreativa União Operária (1903), os sócios tinham os seguintes deveres:

- b) Guardar e fazer guardar toda decência no recinto social tratando com polidez as pessoas presentes, bem como não usar de palavras ou gestos indecentes ou irritantes, nem fazer algazarras que perturbe os que se divertem em outros compartimentos;
- c) Guardar toda reserva e não divulgar qualquer ocorrência e incidente desagradável ou quaisquer outros fatos que por ventura se passarem no recinto da sociedade.⁸

Este artigo, juntamente com outras imposições, faz parte de um conjunto de ações de caráter moralizante que a agremiação pretendia inculcar em seus associados, promovendo um comportamento “decente” e “polido”, ou seja, regras gerais e as deles próprias que primavam por uma conduta ilibada, pois qualquer desvio da norma não era somente o indivíduo que teria sua imagem maculada, mas também a de todas as pessoas que estavam ligadas à agremiação, sendo

⁷ Para saber mais sobre conteúdo moralizante e respeitabilidade nos clubes negros ver: Carvalho (2001), Maria (1997), Orsi (1999), Rosa, J. (2019), Magalhães (2017) e Silveira (2000).

⁸ Estatuto da Sociedade Recreativa União Operária. Cartório de Registro Civil, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documento da Comarca de Laguna, 1903, p. 2.

generalizados tais comportamentos indevidos aos demais afrodescendentes da cidade. Como código da agremiação, estava também a resolução de conflitos. As contendas entre associados deveriam ser resolvidas no interior do clube, isto é, tensões e desarmonias não seriam expostas para toda a sociedade, que interpretariam como desunião de uma “raça”. Compreendemos que estas normas estatutárias visavam deslocar não somente a ideia de desunião de uma raça, mas também contribuir que comportamentos vistos como inapropriados não fossem atribuídos somente às pessoas de origem africana. Neste sentido, é compreensível a vigilância fora e dentro do clube, pois eles estavam valorizando um comportamento que produzisse uma imagem positiva do grupo e da agremiação.

Estas ações, como vigilância, investimento em indumentárias etc., foram vistas pela Escola Paulista de Sociologia, como embranquecimento e/ou mimetismo. Discordamos dessa interpretação, pois como bem destacou Domingues,

[...] refinamento das maneiras, na vida de famílias e na distinção social [...] por que pensar que esses padrões de comportamento social, cultural e moral eram prerrogativas exclusiva dos brancos? Estratos da população negra também podia se comportar como quaisquer outros cidadãos. (DOMINGUES, 2011, p.122).

Estes descendentes de africanos, como todas as outras pessoas, no início do século XX, estavam se adequando aos novos tempos, e a incorporação desses valores e símbolos de distinção não constituía em negar sua origem racial, mas sim uma tática de sofrer menos discriminação e, por conseguinte, ser aceito pela sociedade e ser visto como um cidadão. Avançaremos no tempo para podermos perceber como o investimento em um comportamento ordeiro estava vinculado à ideia de cidadania para os membros do União Operária. No dia 26 de abril de 1942, um sócio se “envolveu em um escandaloso pugilato, fato este que foi levado a conhecimento das autoridades policiais”. Dois dias depois, em 28 do mês corrente, o sócio foi comunicado⁹ da sua eliminação da agremiação. De acordo com o “Artigo 18 – Será eliminado perdendo todos os direitos de sócio, não mais podendo ser proposto: Letra C – O que pelo seu mau comportamento como sócio e cidadão se tornou indigno de continuar a pertencer à sociedade”. Esta desavença ocorrida no interior do clube, que se tornou uma ocorrência policial, feriu o Art. 7º do Estatuto da Sociedade Recreativa União Operária, Letra F- “Guardar toda reserva e não divulgar

⁹ Pasta avulsa com 25 ofícios expedidos aos sócios entre os anos de 1939 a 1945.

qualquer ocorrência e incidente desagradável ou quaisquer outros fatos que por ventura se passarem no recinto da sociedade”¹⁰.

Ao tornar a peleja pública, e com o envolvimento da polícia, o ex-sócio não só maculou a sua imagem como também a do clube. Comportamentos desabonadores não eram bem-vindos naquele espaço. Assim, compreendemos que a cidadania estava sendo acionada por estes indivíduos por meio da boa índole, do trabalho. Estas condutas e imagens os distinguiam daqueles que não estavam dispostos a seguir as mesmas normas. A elevação moral como acesso à cidadania era um dos objetivos a ser alcançado para minimizar os impactos do racismo. Um aspecto importante a perceber é como o estatuto de cidadão é acionado nas atas¹¹ das assembleias da sociedade pelos seus sócios. Corroboramos com Lucindo (2020) que “não era mero estilo literário” e sim o anseio de marcar a condição de cidadão por fazer parte de um grupo que se colocava como tal entre seus pares e perante a sociedade. A presença do nome cidadão antepondo o nome é um indício de que o estatuto da cidadania estava sendo reivindicado por aquela coletividade seja por meio da utilização do próprio termo ou participando de atividades civis que fortalecessem a identidade do grupo como lagunenses e brasileiros. Como podemos observar, no dia 15 de agosto, estava reunida a comissão de festejos e ornamentação composta por, 1º Secretária Nair Freitas, 2º Secretária Normélia Freitas e a Diretoria. O presidente Sizino Antônio Machado abriu a sessão explicitando que o fim da reunião “era dar solução ao ofício do sr. Mario Mattos, Secretário das festas comemorativas ao 1º Centenário da Independência Nacional”¹², ficando resolvido que as citadas comissões ficariam responsáveis para a ornamentação do prédio social.

Dialogando com a identidade regional, os sócios do clube se envolviam com os festejos civis homenageando vultos de Laguna. No dia 11 de junho de 1926, o presidente José Alano de Bittencourt abriu a sessão explicando a sua finalidade¹³. O secretário Emanuel Alano leu um ofício assinado por uma comissão de diretores (acreditamos que era uma comissão de presidentes de clubes recreativos da cidade) que incumbia à sociedade a confecção de uma herma em homenagem ao

¹⁰ Estatuto da Sociedade Recreativa União Operária. Cartório de Registro Civil, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documento da Comarca de Laguna, 1903, p. 3.

¹¹ Idem.

¹² Idem, p. 57.

¹³ Idem, p. 5-7.

Conselheiro Jerônimo Coelho¹⁴. Na ocasião, os associados ficaram de decidir sobre este assunto na primeira oportunidade; infelizmente, os documentos do clube não indicam qual a decisão que foi tomada sobre a herma para Jerônimo Coelho. Além dessas festividades citadas, outro momento para enaltecer a condição de cidadão laborioso, como afirma o hino da sociedade, era a participação das comemorações do dia 1º de Maio. Na segunda-feira do dia 25 de abril de 1927, com toda diretoria reunida, o presidente José Alano iniciou a sessão que trataria da organização e dos orçamentos da festa que ocorreria no dia 1º de maio. Foi decidido que haveria “retreta a tarde animada pela associação musical Carlos Gomes e foguetes e sessão solene. A noite continuaria com bebidas (ilegível) e terminando com baile”. O tesoureiro no momento da reunião disse que não opinaria em relação à festa, mas sugeriu que fossem presenteadas aos associados pequenas cópias do estatuto da agremiação para que todos conhecessem os seus direitos¹⁵.

Podemos observar que, ao participar das comemorações da independência do Brasil, ao que parece ainda, estavam cedendo o espaço da agremiação. O clube estava dialogando com a identidade nacional, bem como participando da confecção da herma para Jerônimo Coelho que infelizmente não encontramos indícios da decisão que foi tomada. A festa do dia 1º de maio de 1927 foi significativa porque eles estavam comemorando a posse de uma nova diretoria, homenageando os demais trabalhadores e a si próprios, reforçando o caráter político da festa por meio de uma lembrança que incutiria nos associados os valores perseguidos pela agremiação como o estatuto de cidadão. Outro valor caro às populações afrodescendentes foi a instrução como um outro signo de distinção que se conservou por estes agentes históricos como uma ferramenta que os conduziria à “luz” e ao soerguimento do “espírito”, conforme analisaremos no Art. 2º, Letra C, do Estatuto da Sociedade Recreativa União Operária (1903)¹⁶: “C) criar

¹⁴ Jerônimo Francisco Coelho foi Deputado Geral, Ministro de Guerra, Presidente de diversas províncias, jornalista e iniciador da imprensa em Santa Catarina, onde fundou e dirigiu o “O Catarinense”. Nasceu em 30 de setembro de 1806, em Laguna/SC. Filho de Antônio Francisco Coelho (Juiz Ordinário da Câmara de Laguna) e de Francisca Lina do Espírito Santo Coelho. **SANTO ANTÔNIO DOS ANJOS DA LAGUNA**: seus valores históricos e humanos. Florianópolis: IOESC, 1976. p. 279.

¹⁵ Estatuto da Sociedade Recreativa União Operária. Cartório de Registro Civil, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documento da Comarca de Laguna, 1927, p. 12-13.

¹⁶ Estatuto da Sociedade Recreativa União Operária. Cartório de Registro Civil, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documento da Comarca de Laguna, 1903, p. 2.

uma seção de leituras variadas e instrutiva para seus sócios fazendo aquisições de jornais, livros e revistas boas”. Esta não foi uma iniciativa isolada, as pesquisas aqui citadas averiguaram que a maioria das sociedades recreativas tinha em seus projetos a intenção de construir suas próprias escolas, bibliotecas, ter os seus próprios professores, oferecer cursos profissionalizantes para os associados e suas famílias.¹⁷ Foram poucas as associações que conseguiram levar à frente esses projetos a longo prazo, alguns nunca saíram do papel e infelizmente estas iniciativas foram ações efêmeras, mas, enquanto existiram, tiveram um papel central, retirando do analfabetismo homens, mulheres e crianças que o Estado excluiu da educação. Como a grande maioria dessas agremiações priorizava as atividades lúdicas, como bailes, saraus e piqueniques, acabavam recebendo duras críticas, principalmente nas regiões onde existiu uma imprensa negra atuante, como São Paulo e Rio Grande do Sul.

Dos membros da imprensa negra dessas regiões muitos também eram ligados aos clubes e passaram a exigir junto aos seus pares maior investimento em instrução conforme salienta Lucindo (2010), Silva (2011) e Guirro (2013). Não obstante as bibliografias apontassem que havia dificuldades para executar as propostas educacionais, o recreativo muitas vezes foi visto com desvalorização por parte de dirigentes dos jornais. Estudos recentes têm apontado outra perspectiva. As atividades recreativas ganharam um caráter de luta política como apontam Fernanda Silva (2017) e Willian Lucindo (2020). Faz-se necessário uma maior investigação para aprofundar os estudos sobre estas propostas educacionais e quais os motivos que as tornaram efêmeras. Por mais que estas agremiações tenham encontrado dificuldades para colocar em prática este projeto, os vestígios encontrados indicam que as tentativas existiram, mesmo diante das adversidades.

Em novembro de 1903, ou seja, no mesmo ano de fundação da agremiação, a sociedade lagunense teria conhecimento das aulas noturnas que iniciaram no clube: “Dos 30 alunos matriculados nas aulas noturnas do *Clube União Operária* frequentaram-nas durante a semana passada: na segunda-feira 21; na terça-feira 23; na quarta-feira 23; na quinta-feira 24; na sexta-feira 19; no sábado 17” (O ALBOR, 19/11/1903). Já no ano seguinte, foi anunciada na segunda-feira uma frequência de 18 alunos; terça-feira 17; quarta-feira 21 e quinta-feira 11 alunos (O

¹⁷Aguiar (1998), Carvalho (2001), Jesus (2005), Loner e Gill (2009), Lucindo (2020), Ribeiro (2016), Rosa (2019) e Silva (2017).

ALBOR, 28/10/1904). Como constatamos, o estatuto do clube União Operária não menciona a criação de uma escola, e sim uma seção de leituras e a aquisição de “livros e revistas boas”. No entanto, jornais anunciaram a sua existência, destacando os dias que ocorreram e a quantidade de alunos que participaram das aulas. Como insinua o hino do clube, a “instrução” era um dos valores e pilares para os fundadores da agremiação.

“Instrução do nosso farol”/ “Que brilhante, nos guia e conduz”/ “Será ela que nos erga o espírito”/ “e nos leve as paragens da luz”. Estes versos do hino do clube apresentam a visão que estes fundadores da agremiação possuíam da instrução e de como o letramento poderia tirá-los da marginalidade, possibilitando, por exemplo, o acesso ao voto, já que uma das condições para exercer os direitos políticos era ser alfabetizado e, além do exercício do direito ao voto, o letramento era um prestígio social (NOMELINI, 2010, p.155), percebendo que as restrições limitariam o poder de atuação do grupo perante as elites locais nos momentos eleitorais e as oportunidades de emprego que exigissem conhecimento em leitura e escrita. Diante deste quadro, eles procuraram dar continuidade ao projeto que eles compreendiam como o caminho para exercício da cidadania, ou seja, a instrução. Esta valorização da instrução foi identificada pelos pesquisadores Lucindo (2010) e Guirro (2013) indicando a intelectualidade; por meio dos jornais da imprensa negra, elegiam a instrução como um dos caminhos da superação da discriminação e elevação social.

Infelizmente, não possuímos maiores informações sobre a proposta educacional do clube, bem como quem eram os professores/as; quem eram sócios da agremiação que a frequentavam; além de aula noturna será que existiram aulas em outros períodos para crianças e adolescentes? Estas questões ficarão sem respostas, porque não temos fontes que deem conta dessas indagações. Se a escola não deu continuidade às suas atividades, tudo indica que os associados continuaram frequentando a biblioteca, pois seria uma forma de acessar a instrução com o auxílio de um/a letrado/a e ter o aprimoramento intelectual e cultural entre os associados. Inquirindo os documentos da agremiação, encontramos o registro de que, no dia 17 de junho do ano de 1917, em uma Assembleia Extraordinária para tratar da renúncia do presidente Ismael Sousa, o responsável pela biblioteca era o sócio Plínio Geraldo. Na assembleia geral, realizada em 9 de julho de 1922, o presidente em exercício, Sizino Antônio Machado, iniciou a sessão, dizendo que o fim da reunião era para aprovação do novo estatuto e lembrou da necessidade de

reformatar a biblioteca. Sugeriu uma comissão que ficasse responsável por organizar “algumas comédias ou dramas, no recinto social, a fim de angariar fundos em benefício da reforma”¹⁸ do espaço.

Passaram os anos e pelos documentos a que tivemos acesso, a biblioteca não foi mais mencionada. Entretanto, em 1938, aconteceu uma solenidade anunciada no jornal, destacando que “esteve bem concorrida a sessão cívica levada a efeito no dia 1º de Maio corrente no salão principal da Sociedade R. União Operária, em honra a José do Patrocínio”, o abolicionista afrodescendente e “patrono da biblioteca daquela sociedade. Fizeram-se ouvir vários oradores”. (O ALBOR, 8/5/1938). Esta nota no jornal nos levou a crer que esta foi uma comemoração de grande importância para a sociedade, e nossa percepção confirmou-se ao encontrar no livro ata daquele ano os detalhes da solenidade.

Ao 1º maio primeiro domingo do mês do ano de 1938 reunida a diretoria como forma organizada de apresentar uma festa em homenagem ao Patrono da nossa biblioteca o ilustre Brasilico José Patrocínio, fez 85 anos com a fundação desta Biblioteca e 33 anos de morte do Patrono. Vem esta prestar hoje, dia do trabalho esta festa dedicada ao seu Patrono. E sr. Presidente mandou que constasse em ata o resumo da ata fundadora da biblioteca que fora nomeado o sr. Lucas Vianna bibliotecário naquela época. “Aos 14 dias de março de 1903 reunidos no Edifício social a rua Tenente Bessa, foi então aberta a sessão e feita chamada dos sócios presentes constou 25 sócios para aprovação dos Estatutos da Sociedade, que foi aprovado foi designado pelo sr. Presidente o sr. Lucas Vianna Bibliotecário que tomou posse a maio de 1903 – que foi encerrada aquela sessão por nada mais haver a tratar.” Este resume a histórica ata, no mais o sr. Presidente mandou que fossem convidados destas autoridades e sociedades para as quais devem ser feitos convites. E nada mais havendo a tratar foi encerrada a ata a qual vai assinada pelo presente.¹⁹

Como já havíamos destacado, a valorização do trabalho com uma forma de contrapor a ideia de indolência que recai sobre as populações afrodescendentes, no dia 1º de Maio, uma solenidade com muita pompa destacou a importância da biblioteca e de seu patrono José do Patrocínio. A nota no jornal destaca que vários “oradores” fizeram as suas homenagens na cerimônia, mas não nos forneceu os nomes dos participantes. Contudo, o primeiro secretário, João Boaventura

¹⁸ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1914 a 1950, p. 7.

¹⁹ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1914 a 1952.

Fonseca²⁰, não deixou de registrar aquele momento solene, nos auxiliando a perceber as redes de relações que o clube estabelecia com outras agremiações, como associações classistas. É muito provável que alguns dos homens sócios do clube também fizessem parte de sociedades de classe. Estava presente naquele momento o vigário Padre Bernardo Philippe, este pároco denunciou aos poderes públicos de Laguna a invasão do terreno pertencente à Irmandade do Rosário e a sua ocupação irregular,²¹ que infelizmente não foi interrompida.

Estavam presentes representantes de diversas agremiações recreativas e musicais e de instituições de ensino as quais fizeram o uso da palavra como o médico Antônio Dib Mussi (filado ao PDS), professor e diretor do Ginásio Lagunense. O Dr. Mussi foi prefeito do município de Orleans-SC, nomeado pelo interventor federal Nereu Ramos. Na solenidade, estava representando o orador do Clube Congresso Lagunense. Fez uso da palavra o professor Luiz Gomes e Carvalho, orador do Sindicato T.P (acreditamos que seja Trabalhadores dos Portos) e representante da Sociedade Anita Garibaldi. Proferiram também suas homenagens Adolfo Campos, representante do Clube Literário Cruz e Sousa, João Heleodoro Barreto, pelo Sindicato Metalúrgico de Trabalhos das Rochas. Finalizaram as falas com Antônio Bessa, representando o periódico local, O Albor, e aqueles que não estavam presentes enviaram ofícios parabenizando a sociedade, como a Prefeitura Municipal de Laguna, a Sociedade Recreativa 14 de Julho e o Sindicato dos Operários Estivadores²². Entre os quatros ofícios que encontramos, enquanto três deles se preocuparam em agradecer o convite à homenagem à memória de José do Patrocínio, destaca-se a resposta dada da agremiação Anita Garibaldi.

Já é tempo mesmo, de se pôr em relevo a figura histórica do “TIGRE DA ABOLIÇÃO”, desse vulto admirável, de uma inteligência lúcida, de uma coragem inaudita, que afrontou a hostilidade da fortuna, para arrancar das garras do cativo, o negro bondoso, paciente e construtor entregue ao suplício dos senhores. (Ofício expedido pela Sociedade Anita Garibaldi, 1938. Pasta avulsa).

²⁰ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1914-1950, p. 8-9.

²¹ Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 - Diocese de Tubarão - Laguna - Irmandades – Irmandade de N. Sra. do Rosário. Doc. 18.

²² Pasta avulsa com 67 documentos diversos como, ofícios para outras agremiações e seus associados, recibos de pagamento de prestação de serviços entre os anos de 1934 a 1993.

Esta simples correspondência aventa possíveis interpretações de como a sociedade, aqui representada pelos dirigentes da agremiação Anita Garibaldi, imaginava os abolicionistas como José do Patrocínio e as demais pessoas de origem africana. E é muito provável que as qualidades presentes no famoso abolicionista como um “Tigre”, de inteligência lúcida e coragem inaudita, ao que tudo indica, faltariam entre as demais mulheres e homens e de origem africana que viveram em cativeiro. A eles restava apatia, a condescendência e a bondade de um salvador como Patrocínio, ou o suplício do senhor. Essa visão dos dirigentes da agremiação, que bem provavelmente era respaldada por parte da sociedade de Laguna, além de negar qualquer vontade própria dessas pessoas, este grupo que se dirigia aos membros do União Operária não deixou de os racializar. José do Patrocínio foi identificado como um afrodescendente “evoluído” e os outros “negros” como “bondosos” e “pacientes”, vistos como seres “inferiores”. Como eles tinham conhecimento da origem racial de Patrocínio, não foi preciso acionar o termo “negro” para elogiá-lo, enaltecê-lo como um afrodescendente especial, porém, para aqueles/as que não estavam no mesmo “degrau” que o nosso “Tigre da Abolição”, sobrava a bondade e a paciência e nenhuma vontade própria. Atitude muito contrária aos afrodescendentes que, desde o século XIX, ambicionaram e instituíram espaços de autonomia na cidade.

Ainda sobre a cerimônia, na ocasião, foram doados três livros à biblioteca do clube por José Pinto de Varella Júnior, também professor, e um dos fundadores do Ginásio Lagunense. Possivelmente, os livros do acervo da biblioteca do clube talvez fossem comprados com dinheiro do próprio clube, o que se revelou foi uma interpretação plausível. Os balancetes do ano de 1938 indicam que, nas despesas do clube, havia compra de livros e papéis para a biblioteca, adquiridos na Casa Ayres Ulysséa²³. As evidências apontam que estas compras para a biblioteca aconteciam desde sua fundação. Os balancetes do ano de 1906²⁴ especificam pagamento à Ayres de Ulysséa, mas não identificamos os produtos, entretanto, indícios apontam para a comercialização de livros entre outros produtos relacionados à leitura e à escrita, como os próprios livros de registros utilizados por esta agremiação. Por mais que a sociedade comprasse livros em geral, é muito

²³ Caixa avulsa, Balancete do movimento da tesouraria da Sociedade Recreativa União Operária, 13 de março a 31 de agosto de 1938.

²⁴ Balancete do movimento da tesouraria da Sociedade Recreativa União Operária, junho 1906 a dezembro de 1907.

provável que seu acervo fosse composto também por muitas doações de associados e da sociedade civil, como coligimos na fonte acima, de 01 de maio de 1938. Para além de doações da sociedade civil, verificamos nas correspondências do clube que contribuições para a biblioteca e a escola do clube também partiram dos poderes estatais, conforme o ofício nº 6433, datado de 9 de novembro de 1939 e assinado pelo Superintendente Geral de Ensino de Santa Catarina, Sebastião de Oliveira Rocha²⁵.

Neste documento, emitido pelo Departamento de Educação, estavam sendo doados nove quadros para as escolas do Estado, e a escola da Sociedade Recreativa União Operária foi contemplada. A correspondência oficial ressalta que seu intuito foi

[...] elaborar este trabalho e mostrar aos que se interessam pelas cousas da Pátria as possibilidades desta molécula nacional no tocante aos diversos setores de sua atividade, acentuadamente a educativa que tem merecido de S. Excia. O Dr. Nereu Ramos interventor federal todo carinho de sua visão. (Ofício nº 6433, datado de 9 de novembro de 1939).

Este documento nos permitiu inferir que, se o estado estava reconhecendo a importância das atividades dessa escola e da biblioteca, fazendo a doação de um quadro em novembro de 1939, há pouco mais de um ano da solenidade que homenageava o Patrono José do Patrocínio, a correspondência entre o poder público e a agremiação, ao que parece, aumenta a possibilidade de que escola estava em atividade nos finais dos anos 1939. Também sugere como este grupo de afrodescendentes, durante o Estado Novo, estava em diálogo com a identidade nacional ao acionar um herói da nação, homenageando Patrocínio. Outro indício que sustenta nossa análise é uma correspondência da diretoria do Instituto Nacional do Livro, vinculada ao Ministério da Educação e Saúde. Na missiva, pretendia-se conhecer os “aspectos e condições de todas as bibliotecas do Brasil”. Para tal empreitada fora enviado um questionário para ser respondido com brevidade²⁶. No ano de 1931, identificamos no livro de registros da associação²⁷ a relação de livros que a biblioteca do clube possuía. Em um acervo com 165 livros, identificamos 96 dos mais variados gêneros. Ao verificarmos os títulos que a

²⁵ Pasta avulsa com 67 documentos diversos como, ofícios para outras agremiações e seus associados, recibos de pagamento de prestação de serviços entre os anos de 1934 a 1993.

²⁶ Idem.

²⁷ Livro de Reforma de Matrículas de sócios de 1931.

biblioteca possuía, relacionamos alguns livros para ter um panorama do acervo a que os associados/as tinham acesso.

Não é nossa intenção, e tão pouco o objetivo desse capítulo, tecer uma análise sobre o acervo que a biblioteca do clube possuía. Ainda assim, a título de curiosidade, relacionamos alguns livros do acervo para ter uma compreensão dos títulos disponíveis a que este grupo de letrados²⁸. Para tanto, tomamos como referência a dissertação de mestrado de Vinicius Furquim de Almeida, defendida em 2018, e intitulada, “Das prateleiras da Alcidiana: os livros, a leitura e a escrita na trajetória intelectual de Alcides Cruz”, na qual o autor analisou a biblioteca deste homem negro e intelectual gaúcho, bem como as representações do acervo desse letrado, como a sua coleção de livros influenciou em sua escrita e visões de mundo. Esta investigação nos auxiliou a pensar a classificação do acervo e decidimos que a, partir dos títulos e da investigação que realizamos sobre algumas obras da biblioteca, o acervo seria pensado por categorias temáticas, ao passo que chegamos a seguinte classificação:

Tabela 12 - Acervo da biblioteca da Sociedade Recreativa União Operária

Categorias temáticas	Livros	Percentual
História	8	8,33%
Educação	9	9,37%
Jurídica	5	5,20%
Religiosas	8	8,33%
Política	21	21,87%
Literatura	9	9,37%
Medicina	3	3,12%
Economia	7	7,29%
Periódicos	3	3,12%
Não identificados	17	17,70%
TOTAL	96	

Fonte: Tabela elaborada pelo autor conforme a listagem no livro de registro da Sociedade Recreativa União Operária do ano 1931.

²⁸ ALMEIDA, Vinicius Furquim de. **Das prateleiras da Alcidiana: os livros, a leitura e a escrita na trajetória intelectual de Alcides Cruz.** Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

Das 165 obras que a biblioteca possuía conseguimos identificar 96 títulos conforme mencionado. Os 17 livros que não identificamos somam um total de 17,70%. Livros com conteúdo voltado para a política estavam em maior quantidade, um total de 21 livros, ou seja, 21,87% do total. Educação e literatura, conforme nossa classificação, ocupavam um percentual de 9,37%, com 9 títulos cada uma das categorias, disponíveis para os associados. Livros sobre religião também faziam parte do acervo, com 8 livros, num total de 8,33% do acervo. Obras de economia completavam o acervo com 7 exemplares, 7,29%, e a literatura jurídica era outro tema presente, 5 livros, totalizando 5,20%. Em áreas com conteúdo voltado para a medicina, identificamos um total de 3,12%, 3 livros. O acervo também contava com uma pequena quantidade de periódicos, 3 jornais, perfazendo 3,12% dos 96 títulos que foram listados e identificados no ano de 1931.

Ao relacionar o acervo da sociedade, não com intenção de analisá-lo, mas conhecer as obras que os membros da agremiação possuíam contato, e com alguns títulos que estavam catalogados, foi possível encontrar entre exemplares da literatura brasileira e internacional “Os farrapos”, de L. A. L. Oliveira Belo; “O Inconfidente” de Zeferino Galvão; “Um começo de vida”, de Honoré de Balzac; “Ave de rapina”, de George Ohnet. Encontramos livros de poesia como “Horas mortas”, de Guimarães Passos, e uma série de títulos sobre discursos políticos em nível estadual e federal, obras sobre agricultura e economia; direito civil e criminal, códigos de posturas, coleções de leis municipais e sobre a história de Laguna e Santa Catarina. Entre as obras de educação, havia títulos como “Panorama da Educação Nacional”, de Gustavo Capanema, “Educação e Hereditariedade”, de Jean-Marie Guyau e “Instrução Pública de Santa Catarina”. Livros em francês e sobre espiritismo, religião católica, entre outros, como “Da liberdade à escravidão”, de Herbert Spencer e “Jornal Latino Americano”, José Rodrigues Leite e Oiticica, “A tragédia da Europa”, Francesco Nitti e o “Perigo alemão” de Crispim Mira. Estas são algumas obras que constatamos com maior facilidade as quais contribuíram para que homens, mulheres e crianças tivessem acesso ao letramento e à instrução.

Do mesmo modo que a biblioteca da agremiação, as lacunas sobre a escola também não nos permitiram avançar em algumas análises, porém o documento acima examinado propiciou conjecturar que a proposta educacional do clube não teve vida curta, tão pouco foi uma ação efêmera. Como já foi destacado neste

capítulo, averiguamos que, no mesmo ano de fundação da agremiação, iniciaram as atividades na escola. Infelizmente quem foram seus professores/as, quais associados e seus familiares frequentaram a escola são indagações que, neste momento, não teremos respostas, mas os conteúdos ministrados sabemos que eram voltados para nacionalização do sistema escolar como apontam as bibliografias²⁹. Com a implementação dos grupos escolares em diversas regiões do país, “o conteúdo programático das escolas primárias passou a se incumbir da orientação moral e cívica, além de operações básicas de aritmética, leitura e produção de textos”. Considerava-se também “o estudo da língua vernácula, das disciplinas de Geografia e História do Brasil com a preocupação do desenvolvimento de um “sentimento patriótico de unidade nacional edificada em torno do sistema republicano.”” (GUIRRO, 2013, p. 75).

Conjecturamos que, se nas três primeiras décadas após a fundação do clube a escola atuou com frequência, mesmo havendo interrupções, o seu período de longevidade não pode ser encarado como efêmero. Porém, compreendemos que a implementação dos grupos escolares em Laguna no ano de 1912³⁰ talvez tenha começado a interferir na atuação das escolas particulares, com a participação do estado possibilitando a instrução gratuita. “O ensino elementar em Santa Catarina passara por várias reformas, mas, segundo Fiori (1975, p. 92), foi o governo de Vidal José Oliveira Ramos, em 1911, que impulsionou transformações mais significativas” (Nascimento 2006, p. 82). Ainda que com a ampliação do acesso ao ensino, principalmente às camadas sociais mais empobrecidas, onde se encontravam majoritariamente as populações afrodescendentes, diversos estudos concluíram que a universalização da instrução entre essas pessoas não ocorreu devido à discriminação e ao racismo dos professores e do alunado. Atitudes que causaram o

²⁹Para saber sobre o processo de implementação da instrução pública em Laguna ver: NASCIMENTO, Maria Augusta Geremias do. **A Socialização do escravo em tempos de transição à Liberdade**: Julia Crispina do Nascimento, Mulher Negra e Professora (Laguna, SC - 1884/1947). Tubarão. Universidade do Sul de Santa Catarina. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas**: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006. 351 p. TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. O jornal A Escola e a construção da escola moderna e republicana (Laguna, década de 1910). **Hist. Educ.** Santa Maria, v. 17, n. 40, p. 55-68, Aug. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-592013000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 set. 2020.

³⁰ TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. O jornal A Escola e a construção da escola moderna e republicana (Laguna, década de 1910). **Hist. Educ.** Santa Maria, v. 17, n. 40, p. 55-68, Aug. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-592013000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 set. 2020.

abandono das crianças de origem africana das escolas, afetando o nível de instrução entre esse grupo, conforme destacam Lucindo (2010) e Guirro (2013).

Como o Estado passou a oferecer serviços gratuitos como a educação e a fiscalizar com maior rigor as escolas privadas, possivelmente este tenha sido o fator que colocou fim nas atividades da escola mantida pelo União Operária. O Decreto-lei nº 88, de 31 de março de 1938, estabelecia normas relativas ao ensino primário em escolas particulares e públicas no estado de Santa Catarina³¹. E como boa parte dos professores dessas escolas particulares não possuía formação acadêmica, aventamos que um dos motivos para o encerramento de suas atividades esteja relacionado a esta exigência, ou a outros, como o prédio escolar não possuir condições de salubridade, higiene ou segurança; ausência de alunos etc. Não possuímos elementos suficientes para tecer maiores conclusões sobre o projeto educacional do clube. Entretanto, o direito à instrução para estas pessoas foi proporcionado pelos clubes recreativos, pois, com a ausência do Estado, foram estas iniciativas autônomas que possibilitaram algum nível de letramento (e de aprimoramento da conscientização política e racial) para estes homens e mulheres. Mesmo que as propostas educacionais dos clubes de afrodescendentes fossem efêmeras ou transitórias, ainda assim, não podemos diminuir a importância dessas ações, até quando interrompidas faziam parte de atuações coletivas com a intenção da elevação das populações de origem africana e à busca por “um desejo infinito de vencer”, como assinala Domingues (2011, p.118).

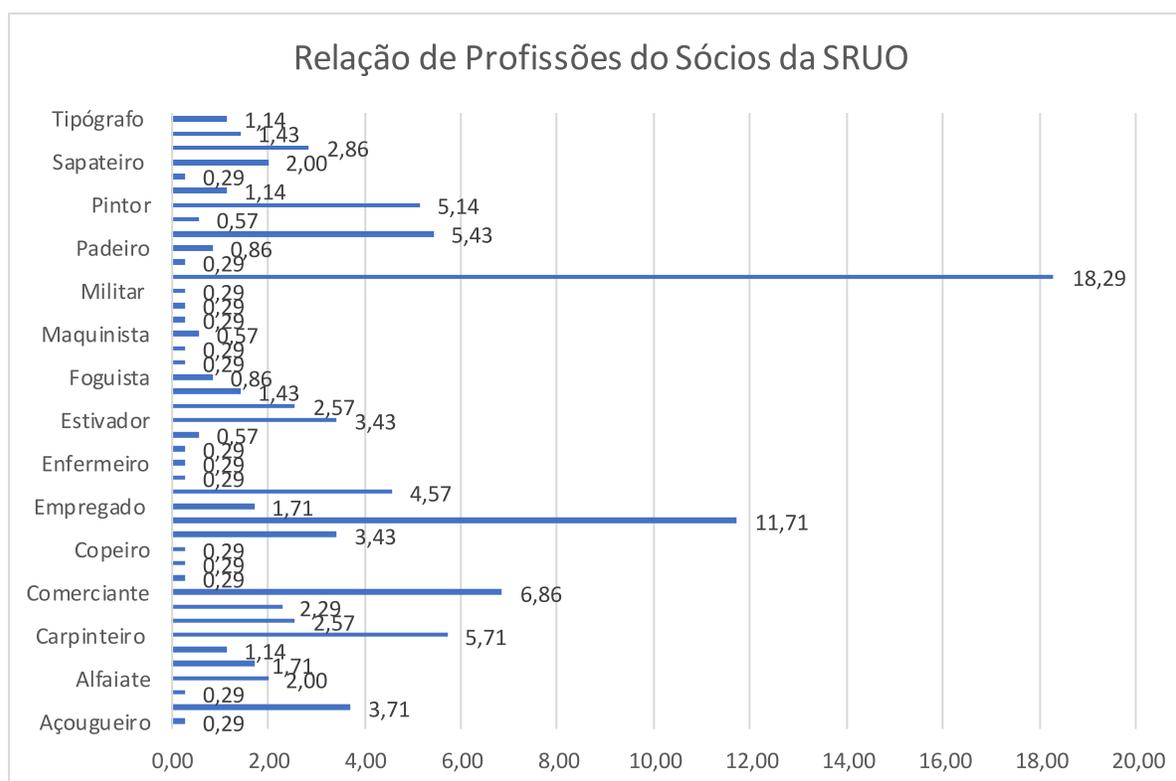
A ausência de fontes nos impossibilitou avançar em alguns aspectos de nossos estudos, ainda assim, estes vestígios indicam que escola e biblioteca contribuíram para o letramento dos seus sócios e familiares, sinalizando que a luta pela cidadania e o acesso à educação foi sempre perseguido por este grupo de afrodescendentes de Laguna. Com muitas dificuldades, certamente este projeto educacional, ao que nos parece, esteve presente na agremiação até 1939, conforme o ofício do Departamento de Educação de Santa Catarina citado acima.

³¹ Decreto-lei n. 88, de 31 de março de 1938. Relatório apresentado em outubro de 1938 ao exmo. Sr. Presidente da República pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no estado de Santa Catarina. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

5.2 Ascensão social dos sócios fundadores do Clube União Operária

Observamos que sócios fundadores e demais associados ocupavam os mais diversos ofícios naquela cidade. Não ocupavam os espaços de poder e as camadas médias na sociedade de Laguna, no entanto, tinham certa estabilidade do ponto de vista econômico, sendo que, em alguns casos, houve possibilidades de mobilidade social e *status*. O gráfico exposto na Figura 15 nos auxilia refletir acerca da desconstrução da ideia de que estes homens saíram despreparados para ingressar no mundo do trabalho na República e que a solução para o desenvolvimento do Brasil era mão de obra oriunda da imigração europeia, importada para substituir o trabalhador nacional e colocar o país no rumo do progresso.

Figura 14 - Relação de profissões dos sócios contribuintes do União Operária 1922-1955



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Registramos as profissões dos sócios neste gráfico, analisando os livros de matrículas dos anos de 1922 a 1930; 1938 a 1945 e 1945 a 1955. Com este gráfico e estes dados, percebemos a diversidade de ofícios que estes homens ocupavam. Dividimos os anos para melhor apreender esta pluralidade de ofícios e, assim,

percebemos como esta variedade de profissões foi aos poucos se diluindo. Registramos um total de 43 profissões nos livros de matrículas da agremiação: entre os anos de 1922 a 1935, 19% se declararam operários; como comerciantes, 15%; entre 11% dos sócios estavam diaristas e 9% dos associados eram carpinteiros. Nos anos de 1935 a 1945, registramos 30 ofícios sendo marítimos, 14%; operários perfaziam 14%; 12% pedreiros; 7% pintores e 7% carpinteiros. De 1945 a 1955, foram listadas 27 profissões: 24% declaram-se marítimos, 11% estivadores; diaristas 10%; funcionários públicos 9%; pedreiros 7%; portuários, carpinteiros e chofer tendo os mesmos percentuais de 6%. Estes dados indicam uma mudança nas atividades econômicas com o porto, sendo o principal escoador de mercadorias e pessoas, e também informam que muitos desses homens que desenvolviam outras atividades foram incorporados entre marítimos e estivadores e outros foram se diluindo entre outras atividades econômicas, diminuída a variedade de profissões entre os associados. Se os afrodescendentes não compunham a classe social dirigente na cidade de Laguna (ROSA, 2013), podemos inferir que, pelo menos entre os frequentadores da União Operária, eles não se encontravam em estado de marginalização. Ao contrário, estavam nas atividades econômicas vitais daquele município, como nas fábricas de banha, na estrada de ferro, no porto, na agricultura. Eram empregadas domésticas, costureiras, estivadores, operários, carpinteiros, sapateiros, pedreiros, professores, funcionários públicos, comerciantes, diaristas, alfaiates, portuários, barbeiros, fogueteiros, carroceiros, chofer, caixeiros, agentes, marítimos, serventes, pintores, marceneiros, padeiros, maquinistas, pescadores, telegrafistas, tipógrafos, etc.

Os “iniciadores” ou sócios fundadores ocupavam os seguintes ofícios: João Augusto de Carvalho era sapateiro; Sizino Antônio Machado, comerciante³²; Bonifácio Soares, funcionário público; Adolpho Campos, funcionário público (professor); Cipriano Vitor Modesto, pedreiro; José Pacheco dos Reis, operário; Bonifácio Jesuino Alves, pedreiro; Lucas Viana, funcionário público; Manoel Leocádio da Conceição; Ataliba Pacheco dos Reis, sapateiro; Job Barbosa; Antônio Libânio Figueiró, funcionário público; Juvêncio Martins, confeitoiro; Pedro Jerônimo do Nascimento, carpinteiro; Pedro Victorino dos Santos, sapateiro; Antão Verissimo;

³² O livro de registro de matrículas dos sócios do União Operária identifica os sócios que atuavam no comércio como negociante ou comerciante. Optamos em utilizar o termo comerciante, pois, em outras fontes consultadas, estes associados foram identificados como comerciantes.

José Thomaz de Oliveira; Lucidonio Vicente Cipriano, pedreiro; Eugenio Viana, comerciante; Miguel Alano de Bittencourt, comerciante; Manoel Lucio Cabral, comerciante.³³

A maioria dos fundadores e associados, como indica o livro de registros, era de trabalhadores manuais ou, como alguns se identificavam, “artistas”. Possivelmente, ao se identificar com este termo, ao que parece eles estavam afirmando a especialização em um ofício. O domínio e a destreza em determinados ofícios manuais possibilitaram a estes homens a garantia de trabalho, o rendimento e a visibilidade em uma cidade pequena como Laguna. Tornando especialidades como pedreiro, carpinteiro ou um construtor de barcos, ocupações bem valorizadas em um meio urbano em crescimento, percebemos como elas permitiam a alguns de seus membros recursos financeiros significativos. Como averiguamos nos documentos, além de conquistar prestígio social entre os seus pares e perante a sociedade lagunense, alguns associados acumularam bens legando herança a seus familiares. O protagonismo das populações de origem africana em Laguna pode ser verificado também na constatação de que as suas vidas significaram a contestação da versão republicada de abandono, anomia social, a vislumbrar a mobilidade social de sócios desse clube. A trajetória de tais homens e mulheres dessa cidade litorânea potencializa o protagonismo dos afrodescendentes naquela cidade e põe em xeque teorias que explicavam a miséria, a exclusão e todos os infortúnios das populações de origem africana, como resultado mais ou menos direto da escravidão. Conheceremos nas páginas que seguem fragmentos da história desses personagens aqui investigados.

Bonifácio João Soares, funcionário público, que se casou às seis horas da tarde do dia de natal de 1901, com Maria Magdalena da Rocha,³⁴ na matriz de Santo Antônio dos Anjos, da cidade de Laguna. Ele era filho legítimo de João Antônio Soares e Ana Antônia de Miranda. E a noiva era filha natural de Flora Eleutéria de Jesus, ambos eram naturais e batizados nesta paróquia. A cerimônia ocorreu na presença das testemunhas Thomaz Perfeito e Cipriano Victor Modesto. Bonifácio Soares está entre os “iniciadores” do clube, conforme a ata de fundação, transcrita na sessão da Assembleia Geral da Sociedade Recreativa União Operária de 09 de

³³ Livro de Registro de Matrícula dos Sócios do União Operária 1922-1952.

³⁴ Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio Family Search.

fevereiro de 1938³⁵. Não dispomos de informações de como ele se tornou funcionário público, nem de qual função ele exercia na administração pública de Laguna. Também cabe mencionar que os registros civis e eclesiásticos inquiridos, nem todos mencionaram a cor dos indivíduos.

No dia 24 de outubro de 1897, na mesma igreja de Santo Antônio dos Anjos, outro iniciador da Sociedade contraiu matrimônio. Cipriano Victor Modesto era padrinho de casamento de Bonifácio e se casou com Angelina Alipia Pereira, irmã de Maria Magdalena da Rocha. Ele era filho natural de José Victor Modesto e Maria Magdalena de Jesus, batizado na capital da Bahia, trabalhava como pedreiro. Ela era filha natural de Flora Eleutéria de Jesus, natural e batizada na paróquia de Laguna³⁶. As testemunhas presentes eram Luiz Coelho Barreiros e Lencio Aprígio da Silva. Deste modo, Cipriano Modesto e Bonifácio Soares foram mais do que parceiros na criação da agremiação, fortaleceram seu laço de amizade e se tornaram familiares, concunhados. Esta situação aponta que a convivência no ambiente do Clube União Operária proporcionava o surgimento de outras famílias.

Dando continuidade à prosopografia dos subalternizados, em abril de 1890, exatamente no dia 26, no final da tarde, às 17 horas, na matriz Santo Antônio dos Anjos da Laguna, juntamente com as testemunhas Custodio da Silva Gomes e Antônio Domingos da Silva Guimarães, se receberam em matrimônio Bonifácio Jesuíno Alves, pardo de 22 anos, filho natural da crioula Jesuína da Conceição (já falecida), com a *parda* Maria Procópio de Faria, de 18 anos, filha natural da crioula Bernadete Mariano de Jesus, naturais e batizados naquela paróquia³⁷. Bonifácio Alves era pedreiro e também um “iniciador” da sociedade em análise. Podemos verificar que fazia somente dois anos que a abolição da escravidão havia ocorrido, porém este homem e esta mulher foram identificados com categorias raciais que, ao nosso ver, fazem parte do processo de racialização das relações e a persistência na manutenção das hierarquias raciais do tempo da escravidão.

O funcionário público e primeiro bibliotecário da agremiação, segundo o livro ata³⁸, e também um dos seus fundadores, casou em 7 de dezembro de 1907, na capela do Senhor Bom Jesus dos Passos, do Hospital da Caridade da cidade. Lucas Viana estava com 30 anos de idade, filho natural de Philipa Dulcinéia. Sua futura

³⁵ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1914 a 1950, p. 2-4.

³⁶ Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio Family Search.

³⁷ Idem.

³⁸ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1914 a 1950, p.7-8.

esposa era Lydia da Silva, com 25 anos de idade, filha natural de Constância Goulart, ambos nascidos nessa paróquia de Laguna. Foram testemunhas José Rodrigues Cravo e Enedina de Goês Rebelo.

Outro associado que merece destaque nesta sociedade é Adolpho Campos. O *inocente* crioulo nasceu no dia 8 de setembro de 1879, na matriz de Santo Antônio da cidade de Laguna, filho natural de Thereza Maria Conga e neto materno de Maria Conga, tendo como padrinho Horácio Silveira Goulart e madrinha Generosa Maria Mâncio Goulart. Conforme os registros da associação, os vestígios documentais e as memórias de nossos depoentes, este foi funcionário público e professor que se destacou no clube como um orador e, na cidade de Laguna, por se proprietário de uma escola. Nosso entrevistado João Manoel Vicente (branco, 79 anos na época da entrevista, profissão radialista), conheceu Adolfo Campos e, para ele, nosso protagonista “era um mulato também, que trabalhava na Prefeitura”³⁹. Como averiguamos na ata de fundação do clube, em 1903, ele ocupava a função de secretário, sendo reeleito no ano seguinte para o mesmo cargo. Os indícios sugerem que Adolpho era um afrodescendente com bom trânsito na cidade, um homem letrado que possivelmente se inseriu nos espaços de poder e no mundo da instrução. Não encontramos a função que Campos exercia na prefeitura, no entanto, a sua atividade como professor foi registrada no periódico da cidade. Em dezembro de 1904, um interlocutor do semanário registrava em um artigo sob o título “Festa Escolar” uma atividade cívica com a presença do professor (O ALBOR, 02/12/1904). Podemos depreender com esta nota no jornal que Campos foi identificado como proprietário e professor de uma escola particular e com prestígio entre as autoridades da cidade. Adolpho Campos, no ano de 1906, ao se ausentar da cidade, deixou sua escola com uma substituta, a senhorita Maria da Costa Santos.

ESCOLA

O professor Adolpho Campos comunica que tendo de se ausentar, por algum tempo desta cidade, passou a inteligentíssima Senhorita Maria da Costa Santos a direção do seu colégio, para quem pede as mesmas atenções que lhe tem sido até hoje dispensada. Na difusão do ensino será como até então fielmente observado o seu programa pela distinta professora que vai substituir, podendo, portanto, assegurar que os seus alunos continuarão a ter o mesmo grau de adiantamento, como se estivesse de baixo de suas vistas. Laguna 1º de fevereiro de 1906. (O ALBOR, 04/02/1906).

³⁹ Entrevista concedida a Júlio Cesar da Rosa, 28 de janeiro de 2010.

A nota no jornal informava que ele, não estando presente, a “inteligentíssima” Maria da Costa assumiria a direção do colégio, “na difusão do ensino será como até então fielmente observado o seu programa pela distinta professora”. E assegurava para os seus alunos que continuariam “a ter o mesmo grau de adiantamento, como se estivesse[m] debaixo de suas vistas” (O ALBOR, 04/02/1906). As pistas deixadas por este associado do União Operária indicam que, por meio do serviço público, conquistou destaque social entre os seus pares e as elites dirigentes da cidade. Conforme os atos oficiais do governo de Santa Catarina, Campos foi nomeado interinamente “para exercer o cargo de professor da 4ª classe do distrito de Gravatá no município de Tubarão” (O DIA, 19/12/1905).

Além de exercer atividade de docente, Adolpho Campos também atuava como um agente (representante de vendas) do periódico O Tubaronense que ficava na mesma cidade que ele lecionava (O TUBARONENSE, 03/05/1906). Em 25 de agosto de 1907, era comemorado no jornal a sua efetivação como professor no magistério de Santa Catarina (O ALBOR, 25/08/1907). As trilhas de Campos que seguimos, apontam para a sua permanência no magistério de Santa Catarina. Com a visita do Inspetor de Ensino na cidade de Laguna e adjacências, identificamos qual o público de alunos que o professor Adolpho Campos lecionava. Os registros feitos pelo inspetor José Lupércio Lopes indicam que era uma escola mista, e no levantamento feito pelo funcionário estadual, a escola de Campos possuía “64 alunos matriculados, 35 frequências e 29 ausências” (O ALBOR, 25/10/1908). Verificamos que, no ano de 1913, ele ainda estava lecionando no município vizinho em Tubarão. Conforme a publicação dos Atos do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, Campos se licenciou durante seis meses para tratamento de saúde (O DIA, 30/01/1913). A portaria do seu afastamento indica que ele continuava trabalhando desde 1907, no bairro Gravatá no município de Tubarão, e seu substituto naquele momento seria outro professor, chamado Inocêncio Aguiar (O DIA, 30/04/1913).

Não temos conhecimento da doença que ele estava se tratando, no entanto, percebemos que, entre os anos de 1908 a 1913, há um hiato sobre a sua presença nas fontes do clube. Em 1914, ele volta a estar presente nos documentos investigados. Neste mesmo ano, 1914, em que ele emerge nas fontes, uma atitude de Campos chamou a atenção. Em 11 de julho de 1914, após sete anos lecionando

no magistério, ele pede exoneração do cargo de professor, conforme a publicação do Governo do Estado de Santa Catarina (O ALBOR, 11/07/1914).

Assim como Manoel Alano, Campos possivelmente não conquistou capital financeiro, mas capitaneou respeitabilidade e *status*, um dos indícios é sua posição social como professor, ocupando lugar de orador na agremiação que ele participou e criou. Identificado como *crioulo* na certidão de batismo e *mulato* nas memórias de nosso depoente citado acima, este afrodescendente por sua atuação como professor e possivelmente com uma oratória eloquente, ocupou diversos cargos nas associações União Operária e Clube Cruz e Sousa, associação conhecida na cidade como clube dos pretos. Campos também participou na criação de outro clube recreativo em 1905, chamado Clube Filhos de Guarany. Entre os fundadores desse grupo, acredito que ele era o único afrodescendente, pois os demais fundadores, conforme as fontes consultadas, figuram entre os não afrodescendentes da cidade. Há sinais que me levam a acreditar que não era um clube de brancos abastados, e sim de setores mais empobrecidos. Há outras razões para que este novo espaço de sociabilidade fosse um clube de brancos. Nenhum dos sócios fundadores dos Filhos de Guarany aparecem nos documentos do União Operária ou Cruz e Sousa. Ademais, na cerimônia de inauguração, estavam presentes uma boa parte das sociedades recreativas de Laguna, um total de 8 clubes e o União Operária não estava presente.

Campos, quando retorna para Laguna, além de voltar a frequentar o União Operária em 1914, está entre os sócios na refundação da Sociedade Recreativa Cruz e Sousa, ocupando o cargo de orador oficial (O ALBOR, 04/10/1914). Neste dia, conforme nota no jornal, produziu um belíssimo discurso. Sua inserção social é destacada também por meio do associativismo religioso, em novembro de 1914, era anunciada a festa de devoção à Imaculada Virgem da Conceição. Neste comunicado, solicitava “donativos, como auxílio espontâneo, às despesas religiosas a fazer-se com essa solenidade, que tão perto fala ao coração dos católicos”. Este anúncio fortalece ainda mais a nossa tese de entrelaçamento entre os irmãos do Rosário e os fundadores das agremiações civis do século XX.

O seu companheiro na organização dessa tradicional festa era Miguel Alano de Bittencourt, irmão do Rosário, sócio do União Operária e provedor da Irmandade da Conceição, enquanto Adolpho Campos o auxiliava na tesouraria (O ALBOR, 29/11/1914). Como inferem os vestígios, Campos, ao voltar para a cidade de

Laguna, passa a frequentar os antigos espaços de sociabilidade em que transitava, incluindo o clube União Operária, como verificamos, em maio de 1917, ele é um dos membros da diretoria da sociedade, ocupando o cargo de primeiro secretário, alternando com o de orador por diversos anos (O ALBOR, 08/05/1917). Campos retornou à cidade de Laguna em 1914, após seu pedido de exoneração do cargo de professor do estado e encontramos sua participação no clube até 1919⁴⁰.

Segundo investigamos, sua ausência na cidade e nos espaços de sociabilidade se deu devido a sua ida para a cidade de Bom Jardim, como professor provisório. Não conseguimos informação sobre a data de sua contratação, mas o seu retorno para a região sul, na cidade de Tubarão, bem como a sua nova escola averiguamos com a publicação no jornal República. A resolução 2438 destacava que estavam sendo removidos os professores provisórios “Adolpho Campos da escola mista de Bom Jardim, no município de São Joaquim, para a escola masculina de Pedras Grandes, no município de Tubarão, e Inocêncio Chaves de Souza, desta para aquela escola” (República, 9/01/1921). Os documentos analisados apontam para sua reinserção no Sociedade Recreativa União Operária, quando Campos esteve na cidade vizinha de Laguna. Mesmo sendo um de seus “iniciadores”, teve que ser proposto por outro sócio para voltar a figurar no quadro associativo. A proposta foi feita por outro “iniciador”, João Augusto de Carvalho, o João Cravo⁴¹.

Progredindo em nossa investigação, no dia 8 de novembro de 1890, na primavera daquele ano, às seis horas da tarde, na matriz de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, assinavam as testemunhas Domingos Marcelo e Francisco Josephino Maria da Silva, na cerimônia de matrimônio do pardo, Sizino Antônio Machado, filho natural da preta Michaela Maria de Jesus, com parda, Infância Domingas da Conceição, filha natural da preta, Filippa Joanna da Conceição, ambos naturais e batizados nesta paróquia⁴². Sizino consta no livro de registros do clube como comerciante⁴³. Esse sócio, ao que nos parece, se destacou economicamente na cidade e entre os sócios do clube. Os vestígios inquiridos e corroborados com as memórias de seu bisneto revelam alguns aspectos de sua trajetória. O radialista Paulo Sergio Silva⁴⁴, descendente de Machado, com 58 anos na época de seu

⁴⁰ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1914 a 1952.

⁴¹ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1914 a 1952, p. 43.

⁴² Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio Family Search.

⁴³ Livro de Registro de Matrícula dos Sócios do União Operária 1914-1950.

⁴⁴ Paulo Sergio Silva, entrevista concedida ao autor em janeiro de 2010.

depoimento, nos fornece fragmentos da vida de nosso protagonista. Segundo Paulo Sergio:

O meu bisavô, ele... vou partir do começo. Ele foi criado na família dos Viana, ele já nasceu, era um escravo né. Aí, a partir de ele ter conseguido a liberdade dele, mas mesmo assim ele permaneceu junto com a família dos Viana. Aí ele começou a vida com um carrinho de mão né, trabalhava num carrinho de mão fazendo carroto nos mercados. Mas era um cara que tinha um tino para comércio. Muito bom. E devagarinho começou a juntar dinheiro. Ao invés de... Começou a juntar dinheiro até que casou com uma mulher que também era muito dada a fazer economia, que era a dona Infância. E ele através daquilo ali, montou uma lojinha pequenininha.

Não dispomos de documentos para cotejar com o depoimento acima que comprovem a condição jurídica de Sizino como um egresso do cativo, bem como a sua ligação com a família Viana. Porém, as memórias do bisneto alcançam o início do seu itinerário como um pequeno comerciante e do auxílio de sua bisavó para o sucesso desse homem com “tino para o comércio”. Ainda segundo suas lembranças, o sucesso econômico do seu antepassado ocorreu “depois [que] veio o advento da guerra, Primeira Guerra Mundial mais ou menos, e aí nessa fase foi, foi onde que com a esperteza dele começou a se dar bem”⁴⁵. Não conseguimos acompanhar nos documentos como este afrodescendente vai se destacar economicamente. As memórias herdadas pelo bisneto têm como marco a Grande Guerra para o soerguimento social de Machado. Possivelmente, esse contexto de crescimento econômico vivido e aproveitado por Sizino Machado foi associado a este conflito mundial e transmitido nas lembranças familiares. Conforme a literatura histórica e econômica, o desenvolvimento de Santa Catarina nos finais do século XIX até meados 1930 se “origina das indústrias madeireira, alimentar, carbonífera e têxtil” (FILHO, 2003, p. 4).

Segundo Filho (2003), a Primeira Guerra Mundial proporcionou um incremento nas exportações para países como Argentina e Uruguai, bem como um maior volume de exportação e integração econômica de Santa Catarina com São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba (FILHO, 2003, p. 6-7). Neste contexto, Laguna será fundamental para o desenvolvimento do estado, pois, conforme Dorval do Nascimento (2004), até 1930, a cidade “foi o principal centro comercial, articulando toda a região a partir de seu porto, que era o local de entrada e saída de

⁴⁵ Paulo Sergio Silva, entrevista concedida ao autor em janeiro de 2010.

peças e mercadoria” (2004, p. 40). Machado talvez tenha aproveitado essa conjuntura econômica para potencializar os seus negócios. Os vestígios deixados por este “iniciador” do União Operária indicam que ele era um homem bem articulado e que possuía capital financeiro para acessar a justiça quando necessário.

O primeiro registro que encontramos data de 1904, Sizino Machado, negociante, entregou 100 mil-réis a José Pinto Varella por conta de uma aposta sobre uma corrida de cavalos. A aposta ficou sem efeito, pois a corrida não aconteceu, então, ele entra na justiça para que lhe seja restituído o valor⁴⁶. Os apostadores Varella e Machado entraram em desavença, o que obrigou a exigir a devolução de seu dinheiro na justiça, já que a corrida não foi realizada. Mas antes de conhecer a investigação policial e o processo que envolveu Machado, chamaremos a atenção para o seu capital financeiro e o quanto ele acionou a justiça para fazer valer o seu direito, considerando que isso evidencia que ele era um homem de posses.

O seu bisneto destacou que ele possuía diversos imóveis em Laguna, entretanto, não encontramos o seu inventário. Averiguando o arrolamento de Julia Victorino dos Santos, nos deparamos com o nosso agente social estabelecendo negócios com outros sócios do clube. Júlia Victorina dos Santos faleceu em abril de 1907, deixando como herdeiros os filhos Placedina Rodrigues Lopes e Pedro Victorino dos Santos⁴⁷. Sua herança era composta de uma casa, situada na rua Voluntário João Firmiano, avaliada em 460 mil-réis; uma outra morada de casas, situada na rua Coronel Gustavo Richard (1 conto e 400 mil-réis); um terreno de marinha com 3 braços de frente, situado na rua das Pedreiras (60 mil-réis), e um outro terreno com 20 braços terras de frente, situado no lugar Siqueiro (80 mil-réis). Sem dinheiro para pagar o inventário, seus filhos, então, venderam todos os bens a Sizino Antônio Machado.

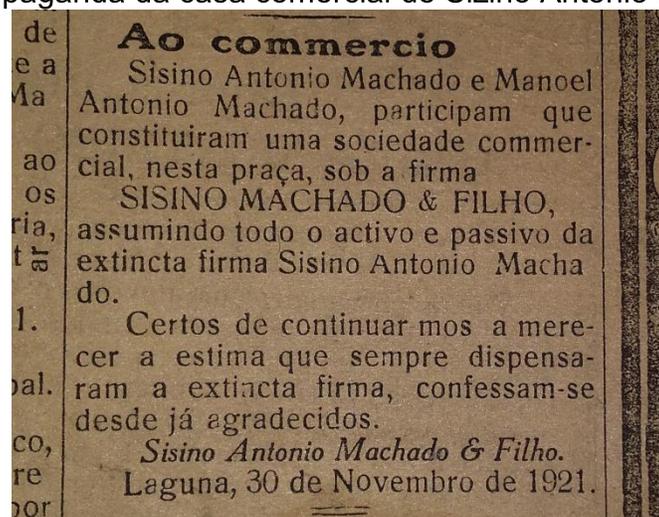
Notemos a precariedade no âmbito do trabalho e da acumulação de capital. Mesmo os dois herdando posses, não possuíam capital suficiente para conseguir manter a herança. Neste sentido, a ideia de que os associados desse clube eram um grupo abastado, ou uma “elite negra”, não se sustenta, como iremos problematizar ao longo desse capítulo. Como destacamos, Sizino era um

⁴⁶ Prestação de contas. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (2020). Caixa 8.

⁴⁷ Inventário de Julia Victorina dos Santos. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (2020). Caixa 14.

comerciante (Figura 16) do ramo de secos e molhados e, possivelmente, ascendeu socialmente através de aquisição de terras e de um estabelecimento comercial.

Figura 15 - Propaganda da casa comercial de Sizino Antônio Machado & Filho



Fonte: O Albor, 18/12/1921.

Ao Comércio

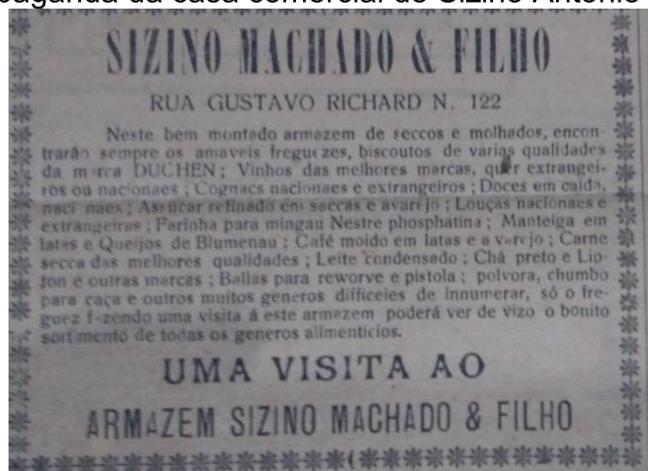
Sisino Antônio Machado e Manoel Antônio Machado, participam que constituíram uma sociedade comercial, nesta praça, sob a firma **SISINO MACHADO & FILHO**, assumindo todo o ativo e passivo da extinta firma Sisino Antônio Machado.

Certos de continuarmos a merecer a estima que sempre dispensaram a extinta firma, confessam-se desde já agradecidos.

Sisino Antônio Machado & Filho

Laguna, 30 de novembro de 1921.

Figura 16 - Propaganda da casa comercial de Sizino Antônio Machado & Filho



Fonte: O Albor, 20/06/1924.

SIZINO ANTÔNIO MACHADO & FILHO
RUA GUSTAVO RICHARD N. 122

Neste bem montado armazém de secos e molhados, encontram-se sempre os amáveis fregueses, biscoitos de várias qualidades da marca DUCHEN; Vinhos das melhores marcas, quer estrangeiros ou nacionais; Cognacs (Conhaque) nacionais e estrangeiros; Doces em calda nacionais; Açúcar refinado em secos e a varejo; Louças nacionais e estrangeiras; Farinha para mingau Nestlé fosfatada; Manteiga em latas e Queijos de Blumenau; Café moídos em latas e a varejo; Carne seca das melhores qualidades; Leite condensado; Chá preto e Lio (ilegível) e outras marcas; Balas para revolver e pistola; pólvora, chumbo para caça e outros muitos gêneros difíceis de enumerar, só o freguês fazendo uma visita a este armazém poderá ver de visão o bonito sortimento de todos os gêneros alimentícios.

UMA VISITA AO
ARMAZÉM SIZINO MACHADO & FILHO

Como infere a nota acima, o armazém de Machado mostra a sua proeminência social. Entre os produtos importados e nacionais, seus “amáveis fregueses” tinham acesso a um “bonito sortimento de todos os gêneros alimentícios”, que chamou a atenção de um “forasteiro”. Contratar os serviços de um advogado, provavelmente não era uma prerrogativa da grande maioria da população, entretanto, como percebemos, Machado acessou a justiça diversas vezes. Em 1926, ele entrou com uma ação executiva contra outro comerciante, o açougueiro Antônio Firmino de Souza⁴⁸. Nesta ação, Machado exigia o pagamento de duas duplicatas vencidas e protestadas de 864\$989 mil-réis. Antônio Firmino alegava que não devia nada a Machado, mas teve sua casa de Jaguaruna⁴⁹ penhorada. Ele, então, entrou com uma ação de embargo contra a penhora executiva, declarando que era analfabeto e, portanto, as assinaturas nas duplicatas não eram suas. Sizino Machado contesta o embargo, dizendo que recebia cartas com a assinatura de Antônio e que este mandava um de seus filhos assinar seu nome nos documentos das transações comerciais. Quatro testemunhas alegaram que não sabiam da condição de analfabeto de Antônio. Esses eram canoeiros que transportavam as mercadorias compradas no estabelecimento de Machado e entregavam a Antônio. Além disso, dois deles alegaram que entregaram cartas de Antônio a Sizino,

⁴⁸ Ação Executiva. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (2020). Caixa 1360.

⁴⁹ Jaguaruna, hoje município, era até 1930 um distrito de Laguna, que foi elevado à categoria de município com mesma denominação, pelo decreto estadual nº 25, de 11-12-1930. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de distrito sede. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/jaguaruna/historico>> Acesso em 26 set. 2020.

inclusive uma das missivas continha dinheiro; por essas razões, desconheciam o fato de Antônio Firmino ser analfabeto.

Em seu depoimento, Antônio Firmino disse ter 39 anos, solteiro, açougueiro e residente em Tubarão. Afirmou que não se lembrava de fazer compras na casa de Sizino, pois realizava compras em diversas casas, efetuando o pagamento sempre em dinheiro, nunca assinou as duplicatas porque era analfabeto. Ele afirmou nunca ter encaminhado cartas e, portanto, não realizou pagamentos por intermédio de delas. Alegou que nunca solicitou aos seus filhos que assinassem seus documentos, sendo que eles nem viviam com o pai. O juiz concluiu o processo anulando as cobranças solicitadas por Sizino. A sentença considerou que as duplicatas não foram assinadas pelo réu, elas não se constituíam como títulos de dívida líquida. Sizino insistiu na tentativa de recebimento, entrando com uma ação de agravo. Contudo, perde novamente.

Em 1924, Sizinio Antônio Machado entrou com uma ação sumária contra Oscar Brazil ou Carlos de Souza Brazil. Esse indivíduo, morador de Araranguá, município de Santa Catarina, devia a Machado 4:325\$000 contos de reis. Em 25 de março de 1925, ele outorga plenos poderes a um advogado daquele município, chamado Augusto Otero, que irá acompanhar todo o processo de penhora de bens ou o pagamento do valor devido. A ação foi extinta em 28 de março de 1927, segundo os registros Sizino, recebeu o valor que era devedor Oscar Brazil⁵⁰. O que nos interessa aqui não são os resultados das ações movidas por Sizino Antônio Machado, e sim a sua condição econômica e o seu conhecimento dos meios legais para proteger os seus negócios.

Como mencionamos anteriormente, o armazém sortido de Sizino Antônio Machado com suas mercadorias nacionais e importadas, chamou atenção de um suposto comerciante. Essa transação comercial que envolveu Machado entre outros comerciantes e prestadores de serviços, virou caso de polícia e uma disputa judicial, tendo como protagonista Sizino Machado. O inquérito policial e o processo do ano de 1929 são extremamente volumosos e nos deteremos naquilo que nos interessa para esta tese. Cotejando as variadas fontes como jornais, documentos produzidos pelo clube e os processos aqui averiguados, constatamos o endereço em que Sizino Machado mantinha seu comércio e confirmamos as suas atividades econômicas.

⁵⁰ Ação Sumária. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (2020). Caixa 1927.

O prédio de propriedade desse homem de origem africana ficava na Rua Gustavo Richard, 122⁵¹ (Figura 17 possivelmente o terceiro prédio da direita para a esquerda com duas pessoas à frente). Era neste local que Machado vendia seus produtos de “secos e molhados”. Segundo o inquérito policial, no início de junho, chegou à cidade de Laguna um indivíduo chamado Antônio Sanghinetti, que dizia ser natural de Caçapava, São Paulo, que seus pais moravam em um palacete no Botafogo, Rio de Janeiro, e que seus irmãos eram proprietários de uma “firma”, denominada Irmãos Sanghinetti, na rua do Mercado, número 36. A chegada de um novo comerciante proposto a se estabelecer e investir causou frisson em Laguna e nas cidades vizinhas⁵².

Figura 17 - Possível Casa Comercial de Sizino Antônio Machado



Fonte: Acervo Carlos Antônio Marega, 1960.

Como apontam o processo e o inquérito, o suposto comerciante possuía uma boa lábia, pois conseguiu ludibriar boa parte daqueles que negociaram com ele, seja um comerciante como Sizino Machado, ou um chofer como José Begler. Verificamos

⁵¹ Força Espoliativa. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (2020). Caixa 1298.

⁵² Inquérito Policial. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (2020). Caixa 1334.

que Sanghinetti permaneceu um pouco mais de mês na região; ao contatar os diversos comerciantes da cidade, chegou a Machado. Em seu depoimento, Sizino Machado disse que, no dia 10 ou 12 de junho, o suposto comerciante o procurou querendo comprar seu estoque de mercadorias e alugar seu prédio, e ele estipulou o preço em 24:800\$000 contos de réis. Sanghinetti lhe pagou um total de 920 mil-réis em dinheiro no dia 06 de julho daquele ano, combinando que o prazo para quitar a dívida era 10 de julho. O suposto comerciante saiu da cidade em direção à Araranguá e desapareceu, deixando em prejuízo os seguintes comerciantes - Ataliba Brasil, Dieb J. Ched, Ulysses Guimarães Teixeira e Sizino Antônio Machado.

Antes de escapular da cidade, Sanghinetti havia deixado a chave da casa comercial de Sizino com Antônio Laranjeira, funcionário do comerciante Ulysses Guimarães, que entregou a chave para Ataliba Brasil. Esta chave passou por diversas mãos até chegar ao prefeito da cidade, João Guimarães Cabral, e este entregou a Ulysses, pois ele afirmou ser depositário do estoque⁵³. Sizino Machado foi impedido de continuar vendendo suas mercadorias e tomar seu prédio de volta, assim, entra na justiça, mas sem êxito. Dieb J. Ched se torna depositário do estoque e proprietário do prédio que pertencia a Sizino Machado. Sanghinetti já havia praticado ações semelhantes em Joinville, utilizando o nome de Antônio Frias. Após todas as investigações, em 19 de junho de 1930, Sanguinetti foi condenado por estelionato e deveria cumprir sua pena no município de Laguna, porém, de acordo com o processo, ele já estava preso em Santos, São Paulo.

O prejuízo causado aos comerciantes foi estimado pela justiça em um total de 48.650,000 contos de réis. Como foi enfatizado, Machado não foi um afrodescendente de pouco capital econômico. Se hoje para acessar a justiça e um bom advogado há custo elevado, possivelmente, até a primeira metade do século XX, este não era um serviço que qualquer pessoa tinha acesso. Como verificamos, Machado usufruiu inúmeras vezes desses serviços. Não atentamos e tampouco possuímos documentos para depreender como se deu sua ascensão social, todavia, os indícios, vestígios e sinais que perseguimos corroboram com as diversas análises historiográficas que ruíram com a já ultrapassada interpretação que as populações afrodescendentes saíram da escravidão “sem eira nem beira”, como diz o ditado popular. Machado também foi um presidente da agremiação que se destacou, como

⁵³ Força Espoliativa. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (2020). Caixa 1298.

indicam as fontes. Na Assembleia Geral, realizada em 11 de maio de 1922, “uma diversão oferecida ao Sr. Sizino Antônio Machado, muito digno Presidente da S. União Operária, lhe foi oferecido pela passagem de seu aniversário natalício um baile, oferecido pelas nossas senhoritas, em regozijo de sua data comemorativa”⁵⁴. Além da comemoração do aniversário de Machado, neste dia, realizava-se eleição para nova diretoria do clube e, conforme o documento após a eleição, o clima de festividade tomou aquele espaço com uma das “senhoritas que, com palavras doces e cheias de conforto, enalteceu a passagem do aniversariante”. Comovido tomou a palavra o 2º Secretário João Rosa, o qual agradecia aquela festa “com palavras cheias de ternura e ensinamento, levantando vivas a prosperidade da Sociedade”. A festa regada a finíssimos doces, vinhos e cerveja para todos associados, proporcionados pelo aniversariante, se prolongou com “dança até as 3 horas com toda harmonia e contentamento, como era de justo, lendo na fisionomia de todos o prazer, a ordem e a disciplina social”. Outra demonstração da atuação de Machado na sociedade é destacada na reunião de 04 de maio de 1931⁵⁵ em que se propõe elevá-lo à categoria de sócio benemérito por suas contribuições à agremiação, sendo ele um dos sócios fundadores, o documento analisado confirma o reconhecimento de seus pares pelos feitos ao clube.

As trajetórias desses homens e dessas mulheres indicam que os egressos do cativeiro ou que já nasceram livres empreenderam de diversas maneiras ações individuais e coletivas que lhes possibilitaram mobilidade social em um mundo que lhes queria reservar a subalternidade e o cativeiro. Como as fontes inferem, nem todos obtiveram sucesso econômico, ainda assim, a representação de um grupo que sempre viveu à margem e na miserabilidade é uma ideia que não se sustenta.

⁵⁴ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1922, p. 51-53.

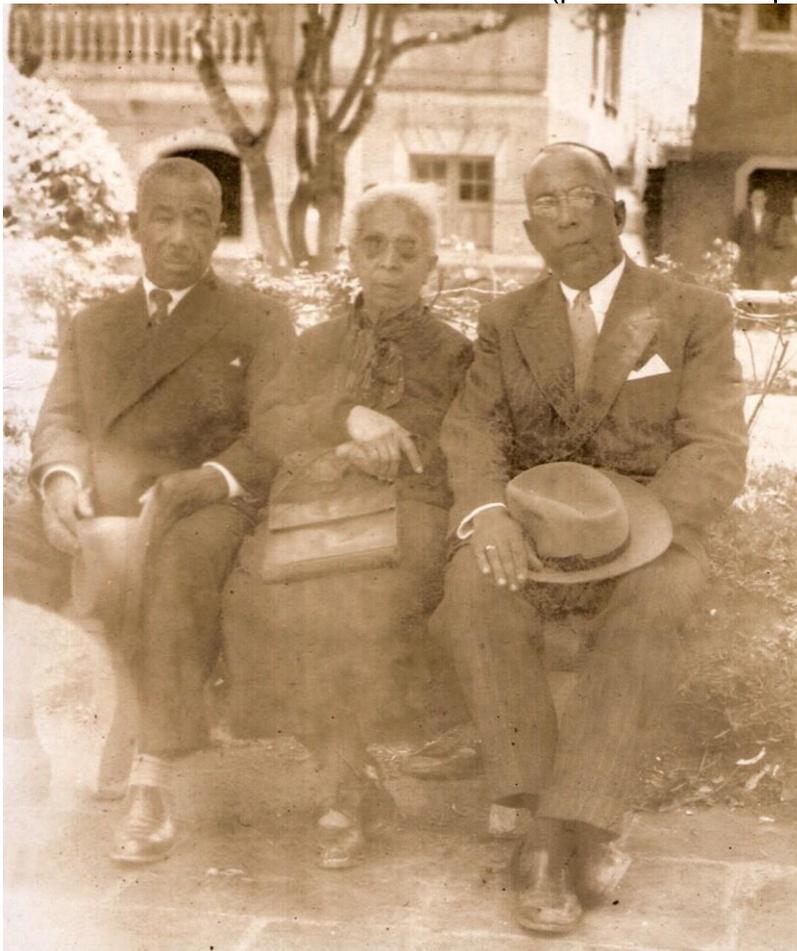
⁵⁵ Idem, p. 2.

Figura 18 - Julia Chispina do Nascimento



Fonte: Acervo particular Maria Regina Nascimento dos Santos (sem data).

Figura 19 - Pedro Jeronimo do Nascimento (primeiro da esquerda).



Fonte: Acervo particular de Maria Regina do Nascimento dos Santos, 03/11/1954.

Daremos sequência com Pedro Jerônimo do Nascimento (primeiro da esquerda para a direita, Figura 19), que, aos 3 de dezembro de 1904, na matriz de Santo Antônio dos Anjos da cidade de Laguna, às seis horas da tarde, contraiu matrimônio com Julia Chrispina da Conceição (Figura 18) perante as testemunhas Álvaro Antônio de Souza, Franklin Felisberto do Nascimento, Maria Victoria do Nascimento e Caetana Maria da Silva. Ele era filho legítimo dos *pardos* Jerônimo Antônio do Nascimento (conhecido como Jerônimo Violá) um exímio carpinteiro construtor de barcos (Ulysea, 1943, p. 61) e Arminda de Sá Teixeira, e a noiva era filha natural de Crispina Luiza da Conceição, ambos naturais e batizados nesta cidade. Pedro Jerônimo era um homem muito estimado entre os sócios do União Operária, e sua esposa Julia Chrispina⁵⁶ também gozava de distinção devido a sua

⁵⁶ NASCIMENTO, Maria Augusta Geremias Do. A **Socialização do escravo em tempos de transição à Liberdade**: Julia Chrispina Do Nascimento, Mulher Negra E Professora (Laguna, SC -

escolaridade e respeitabilidade enquanto professora. Aliás, encontrarmos professores e professoras negras, neste período histórico, em diferentes regiões do Brasil o que nos faz pensar na potência representada por essa presença afrodescendente nas salas de aula como apontam as pesquisas de Marcus Vinicius de Freitas Rosa (2019), Fernanda Oliveira da Silva, (2017) Melina Perussatto (2018), Willian Robson Lucindo (2020) e Jonatas Roque Ribeiro (2016). Pedro Jerônimo era afilhado de batismo de Manoel Alano Fernandes Lima, como foi destacado no 4º capítulo. Era conhecido por ser um bom carpinteiro também, e muitos trabalhos como a reforma e manutenção do clube eram confiadas a ele o qual era responsável por fiscalizar ou mesmo executar as obras. Ele ocupou diversos cargos na diretoria, juntamente com os outros sócios. Os documentos a que acessamos sobre parte da vida de Pedro Jerônimo e suas experiências contribuíram significativamente para os objetivos da presente tese, a sua trajetória e dos demais membros dessa agremiação complexificam cada vez mais o campo de estudos pós-Abolição.

Os pais de Pedro Jerônimo – Jerônimo Antônio do Nascimento e Arminda Teixeira do Nascimento – contraíram núpcias em 1880⁵⁷. Esse foi o segundo casamento de Jerônimo Antônio, que ficou viúvo pelo falecimento de Maria Marcelina Jaques. A *parda* Arminda, quando se casou com Jerônimo, estava com 34 anos de idade, tendo nascido em primeiro de junho de mil oitocentos e quarenta e seis. Era filha dos *pardos* João Francisco Teixeira e Francisca Maria de Jesus⁵⁸. É muito provável que tanto Jerônimo quanto Arminda tenham vivenciado a experiência da escravidão ou convivido muito próximo a esta condição. Dito isto, gostaríamos de chamar atenção aos bens de Jerônimo legados a seus herdeiros. Mesmo analfabeto, como verificamos no documento judiciário acima, ele ainda deixou um legado significativo para sua esposa e filhos.

Em 14 de dezembro de 1911, o Promotor Público de Laguna Manoel Luiz Dácia Barreto, oficiou ao Juiz de Direito, suplente em exercício, Julio Horn, comunicando que chegara ao conhecimento daquela promotoria o falecimento de Jerônimo Antônio do Nascimento. O falecido, também conhecido como Jerônimo Violá, deixou bens a serem inventariados, “de acordo com a lei do processo Orfanológico”, e o promotor requeria que se expedisse mandado de intimação da

1884/1947). Tubarão. Universidade do Sul de Santa Catarina. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação).

⁵⁷ Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio Family Search.

⁵⁸ Certidão de batismo pesquisada nos registros genealógicos do sítio Family Search.

viúva, Arminda Teixeira do Nascimento, para inventariar os bens de seu falecido esposo.⁵⁹

Logo no dia seguinte, o oficial de justiça Marcelino Manoel Ferreira deu cumprimento ao mandato, intimando a viúva Dona *Alminda de Tal*, e os herdeiros Manoel, Pedro e Maria. Na verdade, Maria Jerônima do Nascimento (na ocasião viúva do falecido Paulino Viana) e seu irmão Manoel Jerônimo do Nascimento (casado), eram filhos do primeiro matrimônio do falecido, enquanto Pedro Jerônimo do Nascimento era fruto do segundo matrimônio, com Arminda. Certamente por isso, a viúva Arminda nomeou o seu filho Pedro como seu procurador, ambos assinando o documento que outorgava poderes ao seu filho único para representar-lhe no processo do inventário.⁶⁰

Os irmãos Maria e Manoel, como vimos, filhos do primeiro casamento de Jerônimo, nomearam o mesmo procurador, o advogado José Johanny ou Joanny. Manoel assinou o documento, mas sua irmã Maria era analfabeta e, por isso, assinou a seu rogo o seu filho Eugênio Paulino Viana. Notamos aí um padrão nominativo interessante, com o prenome paterno sendo usado como segundo nome nos respectivos filhos. Jerônimo no caso de Maria, Manoel e Pedro, e Paulino no caso de Eugênio. Nomeados os peritos, os bens foram devidamente descritos e avaliados:

⁵⁹ Juízo de Direito da Comarca de Laguna, 1911, Arrolamento – Falecido: Jeronimo Antônio do Nascimento, Inventariante: Arminda Teixeira do Nascimento. Arrolamento. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (2020). Caixa 1351.

⁶⁰ Duas testemunhas também assinaram, com a viúva e seu filho, a procuração - Pedro Garcia da Conceição e Antônio Fernandes Guedes.

Quadro 1 - Descrição e avaliação dos bens do casal Jerônimo Antônio do Nascimento & Arminda Teixeira do Nascimento

Casa térrea, na rua do Carioca, que segue em direção do Mar Grosso, com 3 janelas e 1 porta, forrada, assoalhada, com cozinha, coberta de telhas, limitando pela frente com terreno dos herdeiros de Dona Alexandrina Pinho de Ulysses	500\$
Casa térrea, na mesma rua, coberta de telhas, com cozinha, assoalhada e em parte forrada, com uma porta e 3 janelas, limitando pelo fundo com terreno dos herdeiros de Dona Alexandrina Pinho de Ulysses, pelo Norte com Manoel Jerônimo do Nascimento, e pelo sul com a casa da primeira verba	600\$
Casa térrea, na mesma rua, com cozinha, coberta de telhas, assoalhada e em parte forrada, com uma porta e 3 janelas, limitando pelo fundo com terreno dos herdeiros de Dona Alexandrina Pinho de Ulysses, pelo Norte com a casa da 2ª verba, e ao sul com outra que vai ser descrita	700\$
Terreno com 4 metros e 34 centímetros, na rua de trás da Igreja, com fundos ao morro de Santo Antônio, pelo Norte com herdeiros de José Camilo de Alcântara	500\$

Fonte: Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Todos os imóveis acima estavam localizados em Laguna e, logo na abertura do inventário Eugênio Viana, o neto do falecido Jerônimo requereu o pagamento pela herança da quantia de 228\$790 mil-réis. Ele era dono de um armazém de secos e molhados, sabão, querosene, louças, etc., instalado no compartimento nº 4 do Mercado daquela cidade.

Na sequência, para esclarecimento da partilha dos bens, foi anexada ao inventário uma “escritura de doação intervivos”, feita entre o falecido Jerônimo e sua esposa Arminda e o filho de ambos, Pedro Jerônimo do Nascimento, em 18 de abril de 1910. A profissão de Jerônimo e de seu filho Pedro era de *artistas*, provavelmente uma indicação de que eram trabalhadores manuais especializados, carpinteiros, pois, nos registros produzidos, é essa a sua profissão destacada.

Pedro, ainda solteiro, recebeu a doação do imóvel descrito no quadro acima, sendo a rua descrita como *rua Ulyssea*. Arminda e Jerônimo, assim, procuravam ajudar Pedro na sua trajetória de vida, garantindo-lhe um imóvel próprio.

Feitas as avaliações, o juiz considerou que o monte-mor importava na quantia de 2:250 contos de réis, mas apontou que da casa descrita na verba 3^a (e avaliada por 700 mil réis) o casal tinha apenas o usufruto, tendo sido recebida como herança do filho Marcos Jerônimo do Nascimento, nascido do 1^o matrimônio. Assim, ela devia agora ser partilhada apenas com os herdeiros Maria Jerônima do Nascimento e Manoel Jerônimo do Nascimento – “irmãos germanos do referido Marcos”. Descontada esta quantia de 700 mil réis e a dívida acumulada no armazém do neto Eugênio (228\$790), o monte-partível foi reduzido para 1:321\$210 contos de réis, com a viúva recebendo o equivalente a 440\$403\$, o herdeiro Pedro 587\$204 réis e a Maria e seu irmão Manoel cotas iguais de 350\$ réis.

Como observamos, nessa divisão dos bens desta família de afrodescendentes, não houve venda das propriedades para pessoas de fora do grupo familiar – o que significa que todos possuíam capital suficiente para pagar as possíveis diferenças e manter os espólios entre os herdeiros. Em fevereiro de 1912, a divisão dos bens tinha sido realizada entre Arminda, seus enteados e o filho legítimo Pedro Jerônimo do Nascimento.

O nosso já conhecido Pedro Victorino dos Santos, o mesmo que vendeu parte de sua herança a Sizino Antônio Machado, se casou aos 6 de junho de 1906, na matriz de Santo Antônio dos Anjos da cidade de Laguna, com Maria Geralda de Carvalho: ele era filho natural de Julia Victorino dos Santos, e ela filha de Philippa Geralda de Carvalho, naturais de Laguna. Suas testemunhas/padrinhos foram Thomaz Norberto de Freitas e Sizino Antônio Machado⁶¹. Da compra dos bens da falecida mãe de Pedro Victorino por Sizino Machado em 1908, podemos interpretar que, para além de ter sido um bom negócio para aquele comerciante, também poderia ser um auxílio ao seu afilhado de casamento e companheiro nos espaços de sociabilidade.

A outra testemunha/padrinho que participava dos mesmos espaços de sociabilidade que Sizino e Pedro Victorino, Thomaz Norberto, como foi destacado no

⁶¹ Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio Family Search.

quarto capítulo, era irmão do Rosário⁶², foi um dos fundadores do Clube Literário Cruz e Sousa e era procurador da Beneficência Lagunense. Após um ano do casamento de seu afilhado, Norberto veio a falecer repentinamente, conforme o periódico O Albor (14/07/1907). Pedro Victorino ficou viúvo, mas não encontramos o ano do falecimento de sua primeira esposa, Maria Geralda. Sabemos que, no dia 20 de março de 1924, ele casou com Júlia Francisco Ramos. Ele estava com 42 anos de idade, e a nubente Júlia Ramos com 40 anos, era solteira, filha natural de Francisca Mariana, natural e moradora em Laguna. As testemunhas de Pedro e Júlia foram Juvenal Ramos e Sabino Victorio. Podemos especular que Juvenal e a noiva tivessem algum parentesco por conta do sobrenome, mas são só especulações, embora saibamos que ele também era um associado do clube⁶³.

Queremos aqui nos atentar para a testemunha Sabino Victorio, para compreender as relações tecidas entre esses homens e mulheres por meio do compadrio e dos espaços de sociabilidade. Sabino também era sócio do Clube Literário Cruz e Sousa⁶⁴. Clube que também terá como sócio Pedro Victorino dos Santos. Não temos registros de Sabino como sócio do União Operária, mas isso não significa que ele não tenha feito parte daquela agremiação ou ao menos frequentado aquele território nas festas ou por outro motivo.

Como o caso de Lucidonio Vicente Cipriano e Hipólito Ferreira (estes protagonistas que estão presente no quarto capítulo), mais que explorar suas relações de compadrio, o que nos interessa é compreender como eles acessaram bens materiais. Lucidônio Vicente Cipriano era operário, como seu amigo Hipólito, filho de Inez Maria de Jesus e Cipriano Lourenço. Foi identificado como *preto* em seu inventário⁶⁵. Casou-se no dia quatro de outubro de mil novecentos e seis, na igreja matriz de Santo Antônio dos Anjos de Laguna, com Thomazia Rufina Vieira, viúva de Juvenal Candido Vieira, sendo a cerimônia testemunhada por Hipólito Ferreira, José Alano de Bittencourt, Vigília Pinto Ferreira e Benta Aurélia de Bittencourt. O noivo e suas testemunhas, e porque não dizer amigos, Hipólito e José

⁶² Termo de eleição dos novos Irmãos do Rosário em anexo. O Albor, Laguna, 18 de junho de 1911. N. 449. Ano. X

⁶³ Livro de Registro de Matrícula dos Sócios do União Operária 1914-1952.

⁶⁴ Quadro dos membros do Clube Cruz e Sousa entre os anos 1903 a 1950. Elaborado pelo autor, com base na formação das diretorias encontradas nos registros publicados do periódico O Albor

⁶⁵ Inventário. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (2020). Caixa 12.

Alano, faziam parte dos espaços associativos dos afrodescendentes⁶⁶ de Laguna. Como já destacamos os laços entre Hipólito e Lucidonio, outro aspecto que nos interessa em seu inventário é compreender o acesso à terra e à moradia, ou seja, aos bens materiais.

Lucidônio faleceu no dia 28 de março de 1935, aos 63 anos, era viúvo, sem filhos e somente com uma herdeira legal, sua irmã Maria Inez, que residia no Rio de Janeiro e trabalhava como doméstica. Então, Hipólito é intimado e passa ser seu representante legal. Ao inquirir o processo, especificamente na página sete, o escrivão Francisco Varella, após relatar informações, como a causa da morte, cor, idade, endereço etc., destaca que o Lucidonio não tinha bens a inventariar. Pois bem, se Hipólito foi intimado para ser inventariante, como o escrivão chegou a essa conclusão da inexistência de bens? Serão principalmente cor e profissão que influenciaram nas conclusões dele? Não temos como responder a essas indagações, no entanto, elas podem ser um caminho para produzirmos narrativas sobre as populações de origem africana para além da tragédia e marginalização. Continuando a investigação do processo, logo na página 8, estava lá, a “Relação dos bens deixados por falecimento de Lucidônio Vicente Cipriano”⁶⁷.

Segue as descrições dos imóveis, “Imóvel I – uma casa térrea, construída de taboas, coberta de telhas, assoalhada, não forrada, tendo duas portas e uma janela na frente, edificada em terrenos de marinha ainda não legalizados”, continua, “sita à rua Anita Garibaldi, no arrabalde de Campo de Fora, desta cidade, fazendo frente à rua, fundos aos areais de Campo de Fora, extremado pelo lado NORTE com propriedade da viúva de Manoel Rodolfo Ferreira”. E a descrição deste primeiro imóvel assinala que o inventariado teria construído a casa há cerca de 5 anos. O segundo imóvel é descrito como “metade de uma casa térrea, construída parte de tijolos e parte de pau-a-pique, coberta de telhas, não sendo assoalhada nem forrada”, “sita a rua ‘ULYSSEA’, desta cidade, fazendo frente à citada rua, fundos ao Morro do Cemitério Público”, extremado pelo lado do NORTE com o caminho do Mar Grosso, ou rua da Carioca”, como era conhecida antigamente. Ao sul, segundo

⁶⁶ Termo de eleição dos novos Irmãos do Rosário em anexo. O Albor, Laguna, 18 de junho de 1911. N. 449. Ano. X; Quadro das diretorias do Clube União Operária eleitas entre os anos de 1903 a 1950. Elaborado pelo autor conforme os Livros Atas, e publicações das diretorias do clube eleita no periódico *O Albor*. Livro de Registro de Matrícula dos Sócios do União Operária 1914-1952; Quadro dos membros do Clube Cruz e Sousa entre os anos 1903 a 1950. Elaborado pelo autor, com base na formação das diretorias encontradas nos registros publicados do periódico *O Albor*.

⁶⁷ Inventário. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (2020). Caixa 12. p. 8.

o documento, o terreno de Lucidonio fazia divisa com a viúva de Gregório Guiomar⁶⁸. No final da descrição do segundo imóvel, encontramos uma informação de extrema importância. Possivelmente, ele era filho único quando foi registrado este terreno, a que, na qualidade de herdeiro Cipriano, tinha direito, pois sua:

[...] finada mãe D. Inez Maria der Jesus, casada que foi com Cipriano Lourenço, todos falecidos, estando a referida lançada, bem como o terreno, em nome deste último. Esta propriedade, Inez Maria de Jesus, mãe do inventariante, adquiriu por compra feita a Matias Ribeiro e sua mulher, em 16 de março de 1888, conforme escritura particular que apresentou em cartório⁶⁹.

Nota-se que quem redigiu o documento destacou o direito do herdeiro, mas também quem efetuou a compra do imóvel, e fica explícito a mãe D. Inez como compradora. A data da compra do imóvel também é intrigante e instigante, 16 de março de 1888. Será que Matias Ribeiro e sua mulher eram antigos senhores desse casal ou estes eram um casal a bastante tempo livre que acumulou rendimentos? Esta é uma pergunta a que, no momento, ficaremos sem respostas. Todavia, o ato de registrar que a mulher efetuou a compra do imóvel não é algo simbólico, e sim representa o protagonismo das mulheres de origem africana em agenciar e gerenciar as demandas familiares por melhores condições de vida e sobrevivência. O fato de o registro ter sido realizado no nome do homem indica o teor patriarcal e machista da nossa sociedade. Se esta mulher agenciou de fato a compra do imóvel e possibilitou ao marido que o registrasse em seu nome, talvez essa fosse outra estratégia da mulher em deixar que o homem pensasse que ele estava no comando, pois, como sabemos, entre as populações subalternizadas, ideias opressoras também foram internalizadas e reproduzidas, como a ideia do homem como provedor. Voltando aos demais imóveis, ainda foram descritos um rancho de madeira, que servia de depósito, e uma “casinha” construídos por Lucidonio no terreno na Rua Ulysea há muito tempo. Por último, na rua Anita Garibaldi, existia um galpão que também servia de depósito para o proprietário.

Os peritos finalizaram os trabalhos de avaliação dos bens em 3 de outubro de 1935, concluindo que os cinco imóveis de Lucidonio valiam 2:350\$000 contos de

⁶⁸ Inventário. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (2020). Caixa 12. p. 8

⁶⁹ Idem.

reis⁷⁰. Coube a Hipólito agora dar continuidade ao inventário, saldando todas as dívidas do seu amigo Lucidônio. Apareceram muitos credores e só restou a ele honrar os compromissos financeiros. Hipólito pagou dívidas do próprio bolso, e obviamente solicitou restituição em juízo, como estavam operando os credores do finado Cipriano. Não vamos nos deter nas dívidas que ele contraiu, o que chama atenção neste inventário é que Lucidônio Cipriano possuía cinco imóveis, inclusive, um na parte central da cidade, na Rua Ulyseia, onde Pedro Jerônimo do Nascimento também residia.

Mesmo os imóveis sendo descritos como construções precárias, e somente um deles estar em uma área que ainda não tinha sido legalizada, a aquisição desses bens reforçam as críticas que diversas pesquisas têm realizado, visibilizando o protagonismo dos afrodescendentes em uma perspectiva que rompe com a ideia de abandono. Não estamos negando que houve exclusão e marginalização, principalmente por conta do racismo, interferindo no rumo dos projetos dessas pessoas. Estamos procurando produzir narrativas que, dentro da complexidade das relações sociais e raciais, nos permitam produzir histórias de indivíduos plurais, homens e mulheres que interferiram em seus destinos como puderam. Pessoas que fracassaram, tiveram sucesso, viveram a vida a sua maneira. Com esta perspectiva, buscamos também desfazer a ideia de que a ascendência africana torna todos os afrodescendentes iguais, ou seja, um bloco homogêneo, e que suas histórias se resumem à dor, ao sofrimento, à exclusão e à marginalidade.

Encontramos Lucidônio Cipriano em uma ação de acidente de trabalho, no ano de 1924⁷¹. Nosso olhar não estará voltado propriamente para o acidente, e sim para as noções explícitas e implícitas nesse documento. Resumidamente, Cipriano era mestre de obras no lugar chamado “Pedreiras”, no município de Laguna, e empregava diretamente seis homens naquela obra. No dia três de janeiro de 1924, ocorreu um desmoronamento e um dos funcionários foi atingido, mas socorrido a tempo pelos outros companheiros. Porém, ao prestarem socorro ao trabalhador José Luís dos Reis, devido a “todo o alarme para o salvamento do operário”, outro indivíduo foi atingido pelo desmoronamento. Foi o trabalhador José João de Castro, branco, solteiro, de 16 anos de idade, filho de João Zeferino de Castro e Maria

⁷⁰ Inventário. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (2020). Caixa 12. p. 20.

⁷¹ Acidente de Trabalho. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (2020). Caixa 1340.

Ignácia das Neves. O delegado de polícia e o escrivão realizaram as diligências das seguintes testemunhas: Ondino Juvêncio, José Antônio da Silva, João Venâncio dos Santos, Urbano Veiga, Amandio Silva (casado, branco, com 31 anos) e Presalino Gonçalves Barreiros. Todos alfabetizados. Lucidonio Cipriano foi condenado a pagar 1 conto de reis aos pais da vítima (talvez a dívida contraída tenha interferido na sua ascensão social) e a rever a manutenção dos seus imóveis, identificados como construções precárias.

O que chama a atenção nesse processo foi somente a identificação da cor de duas pessoas, sendo elas identificadas como brancas, indicando uma possível hierarquização das testemunhas. Como vimos, Lucidonio Cipriano foi identificado como *preto* em seu inventário. Suspeitamos que os outros operários sem identificação de cor fossem afrodescendentes, uma vez que há identificação de dois dos operários como brancos pelo escrivão, o que mostra um filtro racial no recrutamento desses operários. A possibilidade dessa contratação de companheiros afrodescendente se reforça pelo fato do operário Urbano Veiga ser sócio do União Operária⁷². Ficamos no campo da suspeita, pois esta é uma interpretação complexa de se realizar, e sem as fontes que deem conta de entender a escolha do escrivão em explicitar somente a cor dos trabalhadores brancos, só nos resta conjecturar. Por exemplo, se todas as pessoas envolvidas no processo fossem afrodescendentes e réus de um crime, é muito provável que sua cor/raça teriam sido enunciadas como já apontou Rosa (2019).

Destacamos ainda o sócio Ismael Souza que, segundo as memórias de Saul Ulyssea (1943), “era um menino de bons costumes” e “mais tarde se [tornaria] um dos funcionários públicos mais distintos” de Laguna (1943, p.35). Souza contraiu matrimônio com Maria Olímpia do Nascimento no dia 22 de fevereiro de 1900⁷³. Era filho natural de Constância Roza Benedita, já falecida, natural de Laguna, e residente na rua de Nossa Senhora da Piedade, em Tubarão. A contraente era filha natural de Roza Cipriano de Jesus, natural da paróquia de São João Batista de Imaruí e moradora também em Laguna. Suspeito que Roza Maria de Jesus seja a mesma Roza Cipriano de Jesus, irmã de Manoel Alano, e a contraente sua sobrinha. A cerimônia ocorreu na casa do cidadão Alano à rua Conselheiro Jerônimo. Acompanhava-o como padrinho, o nosso também conhecido Manoel Aprígio da

⁷²Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1914 a 1950.

⁷³ Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio Family Search.

Silva. Percebemos que está prática de ceder a residência para realizar cerimônias de casamento, além de ser comum à época, também foi muito utilizada pelos sócios dos clubes, atestando as alianças e afetividades.

Souza ocupou cargos como presidente, tesoureiro e secretário. Sua importância para a sociedade, como já foi mencionada, ficou evidente quando ele enviou um ofício renunciando a presidência do clube e anunciando o seu afastamento. Imediatamente foi convocada uma assembleia, “consultando a casa sobre tal magno assunto foram todos de acordo em não ser aceita a renúncia, e sim oficial nesse sentido fazer ver a falta que a sua pessoa faria a Sociedade”⁷⁴. Não temos muitas informações sobre este indivíduo, mas inferimos que a afirmação do memorialista citado de que ele tenha se tornado “um funcionário público distinto”, pode ser corroborada nos documentos coligidos, como no ano de 1915. Neste ano, Souza envia para o periódico local, sob o título de EDITAES, um comunicado convidando “a todos os proprietários ocupantes de terras, negociantes, industriais e mais pessoas sobre quem possa[m] recair os impostos de capital, a virem, no prazo de 60 dias [...] declarar por escrito o valor dos seus haveres tributáveis” (O ALBOR, 10/10/1915). Possivelmente, como inferem as fontes analisadas, ele deve ter ocupado este ofício por um bom período no poder público de Laguna, pois o mesmo periódico utilizado para alertar sobre a cobrança de impostos parabenizava-o por ter assumido o posto de “Inspetor de Renda Estaduais” do município de Laguna. A nota menciona que há mais de 10 anos ele vinha exercendo aquela função, e a promoção recebida era mais que merecida (O ALBOR, 10/08/1924).

Ismael Souza, além de participar do Clube União Operária foi fundador e presidente da Sociedade Beneficente Protetora do Lar. Ao verificar o trânsito de Souza por outra agremiação beneficente, recorri ao cartório de registros civis de Laguna, e obtive a negativa sobre a existência do estatuto dessa sociedade. Sabe-se que, no dia 27 de dezembro de 1925, reunido no Clube União Operária, um grupo de lagunenses de diversas classes e origens raciais ansiava a “fundar uma sociedade beneficente que viesse a preencher a lacuna deixada pela extinta Sociedade Amparo das Famílias”. Estavam presentes o advogado Alípio Machado, Ismael Souza, Tancredo Pinto, José Varella Júnior, Miguel Alano de Bittencourt e Manoel Lucio Cabral. Após as discussões e “aceitas as ideias gerais”, ocorreu

⁷⁴ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1914 a 1952. p. 6-7.

eleição e organização da primeira diretoria, que ficou composto por: Ismael Souza, presidente; vice-presidente, Francisco B. Galotti; tesoureiro, Miguel Alano de Bittencourt; conselho fiscal, Manoel Lucio Cabral, Tancredo Pinto e Henrique Ramos Fortes. O articulista, que possivelmente estava presente e escreveu a nota no jornal, afirmava que “as classes menos favorecidas encontrarão na referida sociedade uma verdadeira ‘Protetora do Lar’” (O ALBOR, 03/01/1926).

Após a criação dessa nova sociedade beneficente, parece-me que Souza procurou apoio de alguém com cabedal econômico e *status* para auxiliá-lo em suas causas sociais. No dia 08 de maio de 1927, ao finalizar a assembleia no clube União Operária, ele pede a palavra, descreve as vantagens da sociedade e ainda convida para serem sócios Infância Machado e Sizino Antônio Machado Júnior, a esposa e um dos filhos do comerciante Sizino Antônio Machado. Infelizmente, não ficou registrado que vantagens teriam essas da futura agremiação, mas minha impressão foi de que o convite feito a estes sócios, mãe e filho, não foi aleatório, e sim uma ação intencional em ter ao seu lado membros de uma família afrodescendente de destaque na cidade os quais trariam benesses à agremiação e a seus associados. Possivelmente, Souza e os demais associados da beneficência Protetora do Lar poderiam estar procurando assistir a eles mesmos e outros desafortunados, como explicitou Nomelini (2007) em sua investigação sobre sociedades de socorro mútuo em Campinas. No ano seguinte, Ismael Souza vai embora de Laguna, não sabemos o motivo, talvez uma oportunidade de emprego melhor, haja vista ser ele funcionário público, letrado e quiçá, bem articulado/apadrinhado politicamente para residir e trabalhar na capital (O ALBOR, 23/09/1928).

Como averiguamos acima, o *pardo*⁷⁵ Miguel Alano de Bittencourt era um dos parceiros na criação da Sociedade Beneficente Protetora do Lar. Ele também foi um afrodescendente que transitou em diversos espaços associativos de Laguna. Casou com Jovencia Neta aos 4 de dezembro de 1907, na matriz de Santo Antônio dos Anjos da cidade de Laguna⁷⁶. Era ele filho natural de Eva Cipriano de Jesus, natural de Imaruí, e ela filha natural de Roberta de Jesus, natural desta cidade, onde residia. O entrelaçamento que venho afirmando, que inicia na Irmandade do Rosário e nas associações musicais Carlos Gomes e União dos Artistas, e continua se consolidando nas sociedades recreativas, pode ser compreendido por meio desses

⁷⁵ Certidão de óbito pesquisada nos registros genealógicos do sítio Family Search.

⁷⁶ Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio Family Search.

padrinhos/testemunhas de Miguel Alano, Honorato Alano de Bittencourt⁷⁷, Manoel Lucio Cabral, Maria da Silva Cabral e Leopoldina Maria Ana, já que todos fazem parte do circuito associativo dos afrodescendentes de Laguna⁷⁸.

Miguel Alano era comerciante como seu irmão; Manoel Alano, atuante também no associativismo religioso, conforme destacamos no capítulo terceiro. Ele ocupava o cargo de tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição já em 1899. Em 1908, ele, juntamente com uma comissão, organizou a festa para a mesma devoção. Foram 4 dias de novenas, procissão e missa. O que impressiona nesta comissão que organizou esta festividade religiosa é o entrelaçamento e transição entre o associativismo religioso e os espaços recreativos que eles passaram a frequentar. Todos os membros que compunham aquela comissão faziam parte desse circuito associativo recreativo, instrutivo e literário aqui investigado. São eles Miguel Alano, professor Adolpho Campos, José Alano de Bittencourt e Franklin Felisberto do Nascimento (O ALBOR, 13/12/1908). A atuação desse coletivo de afrodescendentes, protagonizando a organização e participando dessa festa religiosa, como sugerem as fontes, não foi bem aceita pela população branca de Laguna. As hierarquias e os privilégios do tempo da escravidão foram questionados por este coletivo quando a comunidade branca tentou impedi-los, no ano seguinte, de usar “varas do pallio” (um manto com varas que se conduz em procissões). Em 20 de dezembro de 1909, o Padre Manoel João Luiz da Silva envia uma correspondência ao Cônego Francisco Topp solicitando esclarecimento:

Ilmo. e Revm^o Snr. Cônego Francisco Topp.

Os pardos devotos da Conceição pretendem ocupar as varas do pallio, é que aqui sempre foram preferidos os brancos e estes de 1^a classe. Pode haver um incidente desagradável por parte dos pardos, si não forem agraciados, e nesse caso, espero de V. Sa. Reverendíssima um sim ou não, por telegrama logo que está a receber, que pagarei a despesa [...] Pe. Manoel João Luiz da Silva. (ARNS, 1975, p. 71-72)

O comunicado do pároco ao cônego explicita que os privilégios dos tempos da escravidão nos cortejos e procissões solenes foram questionados pelos pardos da Irmandade da Conceição e que estes tinham pleno conhecimento dos

⁷⁷ Quadro dos membros do Clube Cruz e Sousa entre os anos 1903 a 1950. Elaborado pelo autor, com base na formação das diretorias encontradas nos registros publicados do periódico O Albor.

⁷⁸ Quadro das diretorias do Clube União Operária eleitas entre os anos de 1903 a 1950. Elaborado pelo autor conforme os Livros Atas, e publicações das diretorias do clube eleita no periódico O Albor. Livro de Registro de Matrícula dos Sócios do União Operária 1914-1952.

seus direitos quando professavam a sua fé, ou seja, os mesmos direitos que os brancos. Mas, pelo visto, o próprio pároco Manoel João ainda tinha dúvidas se os pardos teriam esses direitos, ou se ainda seria um privilégio dos “brancos, e estes de 1ª classe”. Nessas cartas entre os dois religiosos, além de percebermos a racialização das relações, nos deparamos com a tentativa de se manter hierarquias e privilégios por parte dos brancos e a indecisão do religioso em conceder direitos iguais aos pardos que manifestaram sua vontade e seus direitos, deixando o padre Manoel João com receio de que um “incidente desagradável por parte dos pardos” fosse protagonizado. Logo veio a carta-resposta do Cônego Topp:

O senhor Bispo me fez a graça de responder nestes termos: "Não há lei que proíba aos pardos a ocuparem as varas, digo, as varas do pallio". Em vista do despacho ou decisão decretados de S, Exa. Revma., o Snr. Bispo comuniquei ao Tesoureiro o Sr. Miguel Alano, que tenha plena liberdade de pegarem nas varas do pallio (ARNS, 1975, p. 71-72).

A tentativa de cercear o direito dos pardos da irmandade da Conceição de usar as “varas do pallio” necessitou de uma resposta do próprio Bispo, autorizando o “Tesoureiro o Sr. Miguel Alano [a ter] plena liberdade de pegarem nas varas do pallio”. Este episódio nos revela dois aspectos: o primeiro sobre os direitos das populações afrodescendentes de Laguna e que ainda eram questionados, como indicaram as correspondências entre o padre e cônego; o segundo é a tentativa de se manter privilégios dos tempos da escravidão, como sinais de distinção e honra, nos cortejos e procissões solenes e, como induz os documentos, este era um privilégio dos brancos questionado por aquele coletivo de afrodescendentes que organizou as festividades do ano de 1908 e pretendia protagonizar seu exercício de cidadania no cortejo da irmandade da Conceição naquele verão de 1909.

Os vestígios sobre a atuação e as atividades econômicas de Miguel indicam que ele era também um comerciante de secos e molhados. Em 1920, ele agradecia a proteção que fregueses e amigos lhe davam e esperava que continuassem a favorecer a nova firma Alano & Filho, que ele apresentava destacando no anúncio a participação de seu filho, Olavo Alano, como fez Sizino Machado (O ALBOR, 04/01/1920).

Figura 20 - ARMAZÉM DE SECOS E MOLHADOS – Miguel Alano & Filhos

ARMAZÉM DE SECOS E MOLHADOS
DE
Miguel Alano & Filho

Neste conhecido armazem encontra se os principaes generos alimenticios de primeira qualidade, que são, vendidos por preços commodos. Enc ontra-se tambem muitos outros artigos de superior qualidade, como sejam: Biscoutos Leal Santos, Duchen e Sublimes, Goiabadas, Marmeladas de diversas marcas, Compotas de diversas fructas Abacaxi inteira, Ameixas e figos em latas, Manteiga de Blumenau, Farinha de Aveia, Chá preto Lipton e Horniman, leite condensado (moça) Azeitona para lata e varejo, carne fresca em lata, azeite doce Bertoli etc. etc.

TEM SEMPRE

Araruta, tapioca, cevadinha, ervilha partida, lentilha, e superiores maças para sopa, do Rio.

SUPERIOR CANGICA DE MILHO BRANCO

Variado sortimento de chocolates Bhering, em barras, phantasia, e em pó para latinhas e para varejo.

Cordas para violino e violão

Jasperina Colomb, gomma Remy sapolio, suicidio das barratas mata mosquitos.

Essencia de amendoas, baunilha framboeza e aniz

Bebidas nacionais e estrangeiras

Superiores vinhos de meza branco e tinto.

PREÇOS MODICOS

Rua Raulino Horn n. 21. Caixa Postal n. 53.

LAGUNA

Fonte: O Albor, 22/05/1921.

Neste conhecido armazém encontra-se os principais gêneros alimentícios de primeira qualidade que são vendidos por preços cômodos. Encontra-se também outros artigos de superior qualidade, como sejam: Biscoitos Leal Santos, Duchen e Sublime, Goiabada, Marmelada de diversas marcas, Compotas de diversas frutas, Abacaxi inteira, Ameixas e figos em latas, Manteiga de Blumenau, Farinha de Aveia, Chá preto Lipton e Horniman, e leite condensado (moça) Azeitona para lata e varejo, carne fresca em lata, azeite doce Bertoli ect.

TEM SEMPRE

Araruta, tapioca, cevadinha, ervilha partida, lentilha e superiores maças para sopa, do Rio.

SUPERIOR CANGICA DE MILHO BRANCO

Variado sortimento de chocolates Bhering em barras, fantasia, em pó para latinhas e para varejo.

Cordas para violino e violão

Jasperina Colombo, gomma Remy, suicidio das barratas mata mosquito

Essencia de amêndoas, baunilha framboesa e aniz

Bebidas nacionais e estrangeiras

Superiores vinhos de mesa branco e tinto

PREÇOS MODICOS

LAGUNA Rua Raulino Horn n. 21 caixa Postal n. 53

Fotografia 9 - Vista da esquina do ABC e Rua Raulino Horn, antiga Rua Direita na década de 1920



Fonte: BITENCOURT, 1997.

Da mesma forma como Sizino Machado e Manoel Alano, Miguel Alano também fornecia a *preços módicos* seus produtos importados e nacionais, conforme insinua o anúncio. Além de comercializar produtos, ele ainda destacava a boa qualidade de suas mercadorias, bem como indicava que aqueles que tivessem gosto mais refinado e capital para comprar seriam abastecidos com tais produtos. O seu endereço estava localizado em uma das ruas centrais da cidade, a Rua Raulino Horn n. 21, denominada até meados de 1920 de Rua Direita – mesmo endereço da alfaiataria de seu irmão Manoel Alano e talvez o endereço do seu armazém. Não sabemos quais desses casarios era o armazém de Miguel Alano, mas o fato de estar em uma via de circulação importante para cidade nos informa que alguns afrodescendentes e seus comércios ocupavam as áreas importantes do espaço urbano Laguna.

Acreditamos que ele, Miguel Alano, era um influente sócio no União Operária, pois a reforma do estatuto do clube foi uma iniciativa sua na assembleia realizada em 30 de março de 1925⁷⁹. Os documentos indicam que a sugestão proposta por Miguel Alano estava relacionada ao período administrativo da diretoria, que só foi

⁷⁹ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1914 a 1952, p. 18.

ajustado anos mais tarde, em 1930. Salientamos que o clube fora um espaço privilegiado para a formação de novas famílias, bem como o fortalecimento da identidade do grupo, e das relações sócio afetivas. Como os demais casos aqui explicitados, Miguel Alano e Manoel Lucio Cabral faziam parte dessa teia de relações. Manoel Lucio, identificado como *parda*, era filho de Marcolino Martins Cabral e Joaquina Rosa de Lima⁸⁰. Foi casado com a *parda* Maria Francisca da Silva Cabral, falecida aos 53 anos de idade, em 31 de janeiro do ano 1929⁸¹. Manoel Lucio, na época do falecimento de sua esposa, estava com 58 anos. Em setembro do ano corrente, Lucio contrai nupciais com Leopoldina Antunes Netto, solteira, 39 anos, filha de Thomaz Pereira Netto e Carolina Antunes Pereira Netto.

A proximidade de ambos nos espaços associativos possibilitou a ampliação das relações familiares, pois o filho de Miguel Alano, o *parda* Olavo Alano, casou com a *parda* Ana Lucia Cabral, filha de Manoel Lucio. No dia 17 do mês de dezembro do ano de 1927, em Laguna, na rua “Raulino Horn”, na residência da contraente, às dezoito horas, estava o Juiz de Paz em exercício, o cidadão Paulo Mendonça, que, no impedimento do juiz em exercício, era o cidadão Manoel Lucio Cabral, por ser pai da contraente. Olavo Alano estava com 33 anos de idade, nasceu em Laguna no dia 14 de fevereiro do ano de 1894, e Ana Lucia Cabral tinha 20 anos de idade, nascida também na cidade de Laguna, no dia 30 de janeiro do ano de 1907⁸². O casamento entre filhos de associados não foi um fato isolado, novas famílias se formavam no interior do clube, fortalecendo as identidades coletivas e os laços de solidariedade e afetividade por meio do casamento entre os filhos, filhas e demais parentes das gerações dos fundadores e das famílias que eram aceitas naquele espaço.

Assim como Manoel Alano, Manoel Lucio também exerceu a função de juiz de paz em Laguna e fazia parte do partido republicano, como outros afrodescendentes de Laguna. Não encontramos tantos registros de Lucio anunciando seus produtos, todavia, é perceptível o seu trânsito pelos espaços de sociabilidade além do União Operária, como a Sociedade Protetora do Lar, da qual faziam parte ele como fiscal e Miguel como tesoureiro. Em relação as suas atividades comerciais, como aludimos anteriormente, não encontramos registros dos produtos comercializados por ele,

⁸⁰ Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio Family Search.

⁸¹ Certidão de óbito pesquisada nos registros genealógicos do sítio Family Search.

⁸² Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio Family Search.

mas sabemos que seu estabelecimento se tratava de uma casa de secos e molhados, como averiguamos no periódico de 1911. Naquele dia 17 de dezembro, o jornal agradecia o comerciante da seguinte maneira: “Recebemos do Sr. Manoel Lucio Cabral, proprietário de importante casa de secos e molhados desta praça, uma linda folhinha de desfolhar para o próximo ano de 1912” (O ALBOR, 17/12/1911). Talvez Lucio não utilizasse as mesmas formas de divulgar seus negócios como seus companheiros Manoel Alano, Miguel Alano e Sizino Machado, porém, isto não anula a sua influência nas demandas comerciais dos consumidores de Laguna. Como indicam os vestígios, este foi outro afrodescendente que teve certa proeminência social ao verificarmos suas inserções nos espaços de sociabilidade e a conquista de status como comerciante e juiz de paz⁸³.

O neto de Jerônimo Antônio, Eugenio Paulino Vianna, firmou seu enlace aos 6 dias de março de 1919, com Maria Isabel da Conceição, na Igreja da Matriz Santo Antônio dos Anjos da Laguna. Ele era natural de Tubarão, 32 anos de idade, filho de Paulino Vianna e de Maria Jerônima do Nascimento. A noiva Isabel tinha 27 anos de idade, natural de Imaruí, filha legítima de Isabel Maria da Conceição. Na presença das testemunhas, Francisco Monteiro Cabral e Ladislau Domingos Cavalheiro, tiveram seu casamento na igreja realizado, pois já eram casados no civil. Eugenio Vianna era sobrinho de um dos fundadores do clube União Operária, o carpinteiro Pedro Jerônimo do Nascimento⁸⁴. Eugenio Vianna também era comerciante, conforme consta no inventário de seu avô, do ramo de secos e molhado. Os registros do clube deixam claro que ele era comerciante, mas não especificam suas atividades comerciais. Ocupou várias vezes a função de presidente do clube, e como verificamos nas fontes, era sob o seu comando que o prédio da agremiação passaria por uma reforma, no ano de 1917.

⁸³ Certidão de casamento pesquisada nos registros genealógicos do sítio Family Search 1925-1930.

⁸⁴ Juízo de Direito da Comarca de Laguna, 1911, Arrolamento – Falecido: Jeronimo Antônio do Nascimento, Inventariante: Arminda Teixeira do Nascimento. Arrolamento. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (2020). Caixa 1351.

Fotografia 10 - Eugenio Vianna e Maria Isabel da Conceição



Fonte: Acervo Particular, Marilise Luiza dos Reis, sem data.

Na sessão do 30 de janeiro daquele ano, uma das pautas da reunião “consistia na aprovação de diversas contas da demolição e reconstrução de nosso prédio social e de mais assuntos de interesse social”.⁸⁵ Nesta reunião, as contas que estavam sendo apresentadas eram uma dívida de 3.288\$000 contos de reis a Vianna e 412 mil-réis a Alves e Pedro Jerônimo. Além desses valores a serem pagos, o clube ainda contraiu um empréstimo com Cândida de Ulysea, na quantia de 615\$000 mil-réis. Ao que parece, esta foi uma das maneiras de conquistar seu próprio espaço de sociabilidade. É muito provável que o primeiro lugar de atividades tenha sido um espaço alugado, não temos registros como foi adquirido o primeiro prédio próprio, mas estas informações são um indicativo de que, além da cobrança de mensalidades e joias dos associados, os sócios mais abastados financiavam as obras para serem ressarcidos posteriormente, como Bonifácio Jesuíno Alves e Pedro Jerônimo, pedreiro e carpinteiro respectivamente, prestavam os seus serviços negociando possivelmente prazos maiores ou outras formas de pagamento pelos seus serviços.

⁸⁵ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1914 a 1952. s/n.

No verão de janeiro do ano de 1919, após as reformas do prédio do clube, a diretoria se reuniu, possivelmente para discutir as despesas que não foram liquidadas. A diretoria, em sessão deliberativa aberta pelo presidente João Augusto de Carvalho, iniciou os trabalhos, propondo a venda do prédio, para pagamento da dívida contraída com os sócios Eugenio Vianna, Bonifácio Alves e Pedro Jerônimo do Nascimento⁸⁶. Supomos que Eugenio Vianna era o financiador da matéria-prima e Bonifácio e Pedro trabalharam na demolição e reforma da associação. Não podemos afirmar se estas dívidas estão relacionadas com a reforma do prédio do clube. Tinham se passado quase dois anos do início daquela reforma, e é muito provável que a falta de pagamento de mensalidades devido à paralisação das atividades com as reformas tenha afetado a receita do clube, culminando com a intenção de vendê-lo para pagar as dívidas. Estas são possibilidades, porém, os registros apontam que um dos motivos para a venda do clube era a falta de pagamento das mensalidades, conforme o livro ata. “Em vista de que os sócios não contribuíram mais com as suas mensalidades e a sociedade [está] em decadência, (ilegível) em tempo já ficou estabelecido em ata do dia 28 de julho de 1918”⁸⁷, a sua venda por 6:000\$000 contos de reis. Em maio de 1921, o clube teve suas despesas com aluguel encerradas, pois conseguiu comprar o prédio que já ocupava na rua Santo Antônio, onde ainda se localiza atualmente⁸⁸. A sociedade foi sorteada com um bilhete de loteria ganhando 10:000\$000 contos de reis (O ALBOR, 22/05/1921). Em dezembro do mesmo ano, a compra do prédio é formalizada, e o clube União Operária agora possuía o seu próprio espaço.

Como podemos perceber, todos os afrodescendentes envolvidos com o projeto do clube auxiliaram de diversas formas, emprestando a sua mão de obra ou recursos financeiros. Destacamos que neste clube havia sócios e frequentadores que ocupavam os mais variados ofícios. Sabemos que não seria uma tarefa fácil construir uma prosopografia a partir de baixo, ainda assim, percebemos como alguns indivíduos ascenderam socialmente e outros se mantiveram em ocupações especializadas, como pintor, na estiva, marítimos, etc. Apesar de apresentarmos trajetórias de sócios com posições destacadas, chegando a serem proprietários de imóveis residenciais e comerciais, a maioria dos sócios não parecia ser abastada e

⁸⁶ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1914 a 1952, p. 11.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1921, p. 26.

possuidora de grandes recursos. Quando olhamos para as dificuldades enfrentadas pelo União Operária, percebemos que a situação financeira de seus associados era o principal problema; por conta dos baixos salários, muitos não pagavam suas mensalidades em dia. Foram constantes as reuniões em que se discutiram a inadimplência e suas consequências. Por isso, por mais que alguns tivessem recursos financeiros e que a maioria tivesse emprego, não é possível concordar com a ideia de que estes clubes eram parte de um espaço da “elite negra” ou “classe média”, como foi analisado por autores como Pinto (1998) e Andrews (1998).

Compreendemos que nem todos estavam nos mesmos patamares, um emprego fixo como funcionário público e uma atividade mais ou menos regular e especializada como pedreiro ou carpinteiro possibilitou níveis econômicos, *status* e o acesso a bens materiais e culturais. Sabemos, inclusive, que nem todos os afrodescendentes participavam desses espaços por diversos fatores, ou estavam em condições econômicas abaixo daqueles que frequentavam estes ambientes, e suas preocupações a princípio eram mais assegurar condições mínimas de sobrevivência do que aderir a estes espaços de sociabilidades. Os afrodescendentes dispostos a se inserir naqueles ambientes sabiam que deveriam seguir e compartilhar determinadas normas e que aquele ambiente lhes conferiria alguma distinção perante a seus pares e a sociedade em geral. Porém, interpretá-los como uma “elite de afrodescendentes” ou “classe média” constitui um erro analítico, como destaca Rascke (2019, p. 148). Fernanda da Silva (2017) avança que “todos os grupos que destoavam da margem, ou forjavam outros lugares e retóricas sociais eram tidos como elite” (2017, p. 145). A autora ainda destaca que as profissões ocupadas, a baixa escolaridade entre os fundadores das agremiações que ela investigou⁸⁹, não corroboram com a perspectiva de uma elite. Silva (2017, p. 186) interpreta que este termo “serve mais para homogeneizar um grupo negro desde uma ideia de completo afastamento da marginalização da sociedade”, do que apreender a heterogeneidade desses grupos e suas estratégias de luta frente “ao racismo e suas respostas a racialização”.

Nesse sentido, estas pessoas que não faziam parte de um grupo possuidor dos meios de produção e poder político; conquistaram, em certa medida, prestígio

⁸⁹ SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros**: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil – Uruguai no pós-abolição (1870 – 1960). Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

social e algum recurso econômico, se distinguindo, mas não se separando radicalmente da massa de afrodescendentes. A distinção não era somente em termos culturais e econômicos, como também na maneira que se viam e percebiam o mundo. Mesmo não sendo um grupo de pessoas abastadas, suas ações e estes espaços de sociabilidade foram essenciais para promoção e acesso às necessidades que a República lhes negou. Nesse sentido, esses grupos analisados se esforçaram em investir na coletividade, visando, com isso, acumular capital relacional suficiente para afrontar o racismo estrutural vigente. Sabemos que o racismo e a racialização impactaram aspirações e projetos das populações afrodescendente, mas também compreendemos que estas não são as únicas experiências pretéritas a serem registradas.

Foi possível, por meio dessas trajetórias analisadas, compreender a morfologia dessas sociedades, a tessitura das redes, percebendo a formalização das relações sociais. Ao termos a possibilidade de (re)construir as redes de relações dessas pessoas (ainda que cheias de lacunas e imprecisões), percebemos os diferentes níveis de intensidade em que se inseriu um indivíduo ou grupo social. Por meio da análise das redes sociais, também pudemos compreender como se diferenciavam as relações entre as pessoas e como se construíram tais redes, vislumbrando o lugar desses sujeitos no tecido social. As redes de relações interpessoais foram acionadas por meio do apadrinhamento, do auxílio financeiro quando o padrinho de casamento Sizino Antônio compra os bens do afilhado Pedro Victorino, dos sócios fundadores Pedro Jerônimo do Nascimento, Eugenio Vianna, Bonifácio Alves e Sizino Antônio investindo recursos próprios para a manutenção do clube para reforma, aquisição de bens ou pagamento de despesas. O protagonismo dos afrodescendentes em Laguna e em seu espaço de sociabilidade e instrução nos permitiu apreender uma outra história. Embora o processo de racialização das relações tenha se mostrado como barreiras impostas pelo racismo, a história aqui investigada está muito distante da marginalidade e de interpretações que insistem em estereotipar tais homens e mulheres com histórias incompletas.

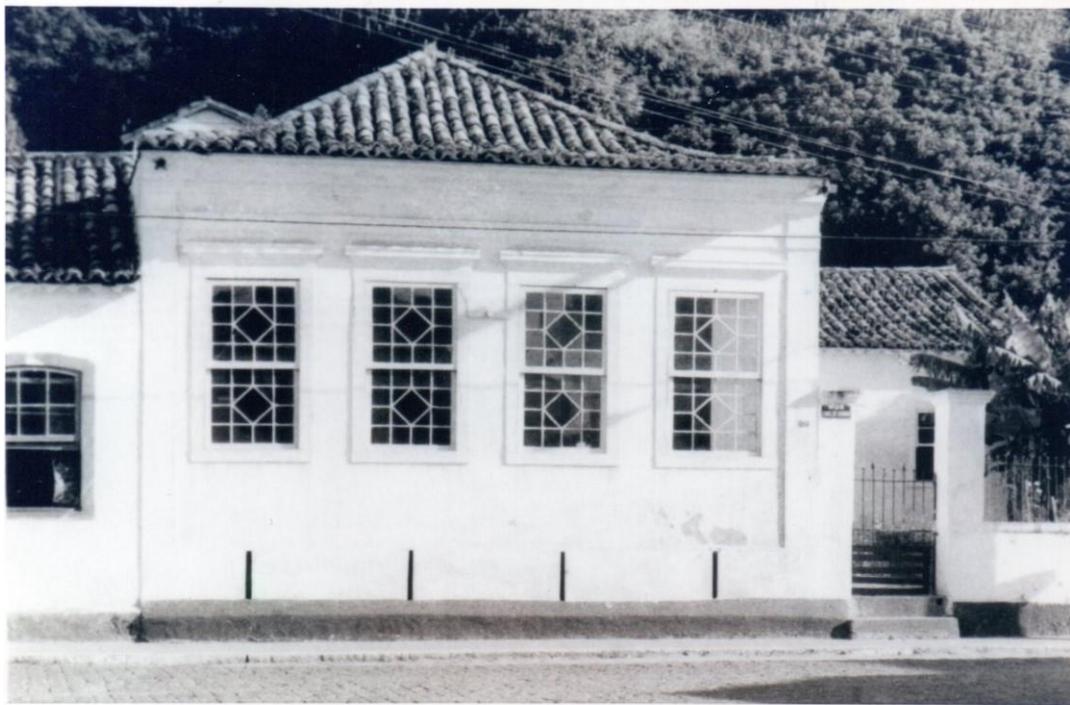
6 CLUBE LITERÁRIO CRUZ E SOUSA: O CLUBE DOS *PRETOS* DE LAGUNA (1906-1950)

O Clube Literário Cruz e Sousa foi fundado no dia 29 de junho de 1906, situado inicialmente na Rua Voluntário João Firmiano, conforme noticiava O Albor em 5 de agosto de 1906. Cerca de 4 meses depois mudou-se para a Rua Conselheiro Mafra¹. O periódico A Palavra destacou que a inauguração foi realizada com um pomposo baile (A Palavra, 21/10/1906). Em sua refundação em 1914, sua sede estava localizada na Rua das Pedreiras, atualmente Rua Conselheiro Lamego (O ALBOR, 27/09/1914). Não conseguimos identificar se o prédio dessa primeira sede ainda existe e quais casarios foram as primeiras sedes do clube. Seu último endereço foi na Rua Osvaldo Aranha² (Fotografias nº 11 e 12), mas não encontramos registros que nos fornecessem a data da transferência para este último endereço, mas percebemos que todos os espaços ocupados pela agremiação ficavam localizados na região central de Laguna, assim como o clube União Operária.

¹ O ALBOR. 14/10/1906.

² O prédio onde foi o último endereço da sede do clube, foi adquirido pela família de um magistrado aposentado da cidade, que construiu uma nova residência antes de ser aprovado o tombamento do Centro Histórico, em 1985.

Fotografia 11 - Terceira Sede da Sociedade Literária Cruz e Sousa, Localizava-se na Rua Osvaldo Aranha



Fonte: MAREGA, Antônio Carlos.

Fotografia 12 - Terceira Sede da Sociedade Literária Cruz e Sousa, Localizava-se na Rua Osvaldo Aranha



Fonte: MAREGA, Antônio Carlos.

As memórias de Marli Brum, Paulo Sergio da Silva, Antônio Paulo Bento, João Manoel Vicente, João Batista Cruz, Bento João Antônio, Marina Viana da Silva, Juvêncio Bento Filho e João de Souza Júnior³, nossos entrevistados, ressaltaram que esta agremiação era um clube de afrodescendentes paupérrimos, se comparados aos associados da União Operária, porém esta diferença não é vista nas fontes consultadas. Dialogamos com a documentação do União Operária, pois muitos dos ex-sócios do Cruz e Sousa transitaram em ambos os espaços. Por meio do cruzamento de documentos das duas associações, como livros atas, de matrículas, memórias, ofícios e os vestígios encontrados nos jornais deixados por ambas as agremiações, percebemos que a maioria dos primeiros sócios do Cruz e Sousa fez parte do quadro associativo da outra entidade, por isso, as condições econômicas de seus primeiros sócios eram similares.

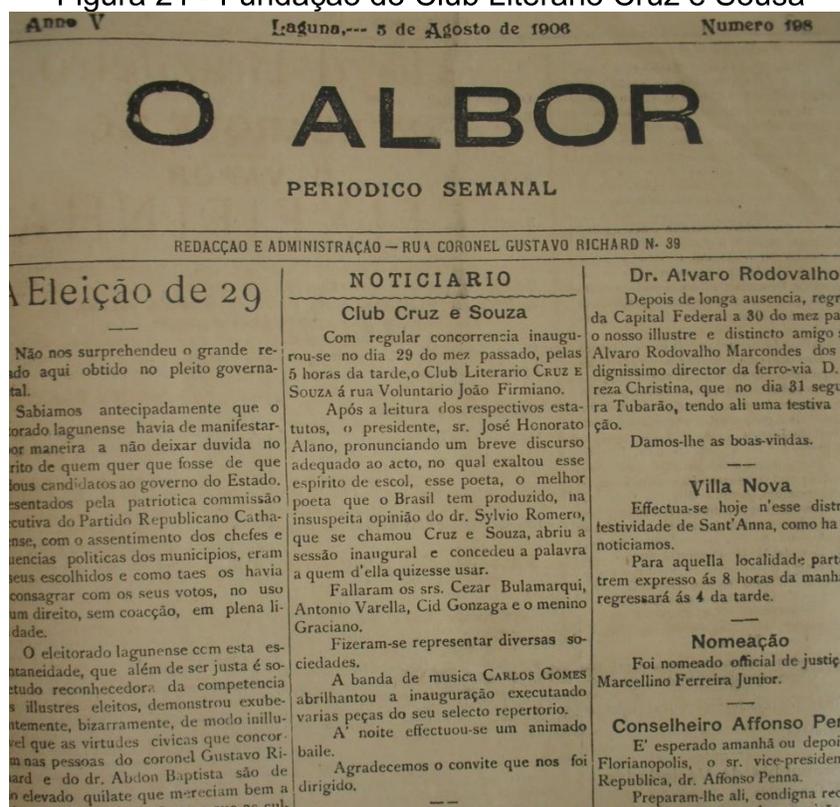
Um outro aspecto que chama atenção e nos induz a pensar que o Clube Literário Cruz e Sousa não era integrado por *miseráveis* é a sua constante procura por um espaço que atendesse aos seus anseios. Conforme alguns depoentes, o Cruz e Sousa nunca teve uma sede própria, ou seja, sempre funcionou pagando aluguel dos espaços ocupados. Aventamos que, se depois de 1914 o clube permaneceu em um mesmo endereço até finalizar suas atividades no final dos anos de 1950, mesmo que tenha passado por dificuldades financeiras, teve uma longa vida, promovendo diversão para os seus sócios. Isso nos permite questionar a condição de miserabilidade dessa associação, já que durante todo esse tempo os associados arcaram – mesmo com as inerentes dificuldades – com suas responsabilidades, proporcionando condições materiais para suas festividades e longevidade do clube.

Os depoimentos analisados sugerem tensões, afastamentos e aproximações dos membros dessas agremiações, que culminaram na construção de uma identidade negra pelo viés da interdição e do conflito. Os documentos investigados para registrar fragmentos da história dessa agremiação foram as memórias dos entrevistados citados acima, depoimentos gravados de sócios e ex-sócios dos

³ Os nomes dos entrevistados serão mencionados ao longo do texto quando estivermos tratando especificamente dos depoimentos. Optamos em mencioná-los de maneira genérica quando for pertinente para nossas análises e para melhor compreensão do leitor, devido à demasiada repetição dos nomes dos entrevistados caso optássemos por escrevê-los cada vez fossem mencionados. Ao utilizarmos a expressão genérica “memórias” para não especificar cada um dos entrevistados, queremos deixar explícito que estamos nos referindo aos fenômenos coletivos que identificamos ao analisar nosso conjunto de depoimentos.

clubes, pessoas que conheciam um pouco da trajetória desse espaço recreativo, além dos vestígios deixados pela agremiação nos periódicos locais. Por meio do cruzamento dessa variedade de fontes, nos foi possível tecer/reconstruir a história da agremiação que homenageou o melhor poeta do Brasil, como afirmaram seus sócios fundadores.

Figura 21 - Fundação do Club Literário Cruz e Sousa

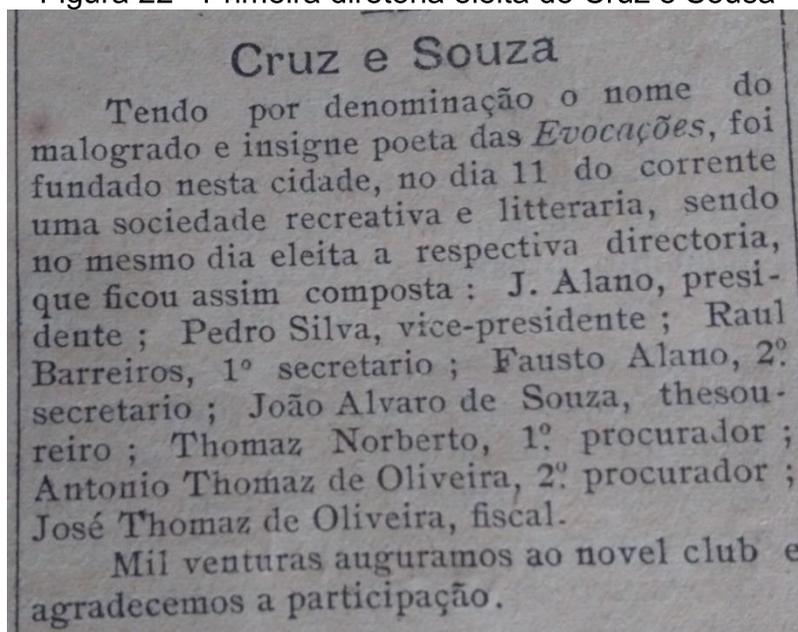


Fonte: O Albor, 05/08/1906.

Clube Cruz e Sousa

Com regular concorrência inaugurou no dia 29 do mês passado, pelas 5 horas da tarde, o Club Literário Cruz e Sousa à Rua Voluntário João Firmiano. Após a leitura dos respectivos estatutos, o presidente, José Honorato Alano, pronunciando um breve discurso adequado ao ato, no qual exaltou esse espírito de escol, esse poeta, **o melhor poeta que o Brasil tem produzido**, na insuspeita opinião do dr. Sylvio Romero, que se chamou Cruz e Sousa, abriu a sessão inaugural e concedeu a palavra a quem dela quisesse usar. Falaram os senhores César Bulamarqui, Antônio Varella, Cid Gonzaga e o menino Graciano. Fizeram-se representar diversas sociedades. A Banda de música Carlos Gomes abrihantou a inauguração executando várias peças do seu selecto repertório. A noite effectou-se um animado baile. Agradecemos o convite que nos foi feito. (Grifo nosso).

Figura 22 - Primeira diretoria eleita do Cruz e Sousa



Fonte: O Albor, 11/07/1906.

Cruz e Sousa

Tendo por denominação o nome do malogrado e insigne poeta das *Evocações*, foi fundada nesta cidade, no dia 11 do corrente, uma sociedade recreativa e literária, sendo no mesmo dia eleita a respectiva diretoria, que ficou assim: José Honorato Alano, presidente; Pedro Silva, vice-presidente; Raul Barreiros, 1º secretário; **Fausto Alano**, 2º secretário; João Álvaro de Sousa, tesoureiro; Thomaz Norberto de Freitas, 1º procurador; Antônio Thomaz de Oliveira, 2º procurador; **José Thomaz de Oliveira**, fiscal. Mil venturas agouramos ao novel clube e agradecemos a participação. (Grifo nosso).

Analisando as fontes acima, primeiramente destacamos a notícia da fundação da agremiação, na qual Honorato Alano fez questão de afirmar que a escolha do nome do clube era uma homenagem ao poeta de Desterro (SC) e que este era “o melhor poeta que o Brasil [tinha] produzido”⁴. Honorato e seus companheiros, ao que tudo indica, estavam familiarizados com a poesia de Cruz e Sousa, e com o que Silvio Romero havia produzido sobre o poeta, pois a expressão grifada na fonte acima fora retirada de um texto do próprio Romero. Os sócios do Cruz e Sousa, ao homenagearem o poeta de origem afrodescendente, batizando o clube com seu nome, estavam enaltecendo a sua própria origem afrodiáspórica. A ideia de raça estava sendo acionada positivamente por meio de um representante e exemplo para o grupo racial, como apontaram as pesquisas de Domingues (2004); Silva (2017);

⁴ ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, organizada e prefaciada por Néilson Romero, 5. ed. t. 1, Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1953. p. 333.

Ribeiro (2016); Tiede (2018); Rosa (2019) e Lucindo (2020). José Honorato era um letrado⁵ e compreendia seu pertencimento racial e o significado em associar o nome do clube ao do poeta afrocatarinense como eles mesmos. Nem todos os sócios fundadores conheciam a obra de Cruz e Sousa, suspeitamos que José Honorato sim, pois, além de ser redator e proprietário do jornal chamado *O Jovem, periódico crítico, literário e noticioso*, ele também escrevia poesias. No exemplar de 6 de abril de 1902, Honorato publicou um poema chamado “*Recordações (A memória do meu jamais esquecido primo M. A)*”, demonstrando por meio da poesia afeto e tristeza pela perda de um ente que havia falecido. Especulamos que o nome dado ao periódico *O Jovem*, talvez tenha sido uma homenagem à Cruz e Sousa, pois o poeta colaborava com diversos periódicos em Desterro (SC) e foi redator do jornal *O Moleque* no ano de 1885 a convite de seu amigo Virgílio Várzea (ESPINDOLA, 2016, p. 126-127). Como no início do século XX, a obra de Cruz e Sousa era conhecida e reconhecida em sua grandeza. Honorato Alano, ao se embasar na “insuspeita opinião” de Silvio Romero, nos permite inferir o seu nível de instrução e dos demais associados, bem como perceber o clube como lugar de memória; um espaço de homenagem e culto à ancestralidade. Ressaltamos que nem todos tinham o mesmo nível de instrução, no entanto, pela experiência de clubes em outras regiões do Brasil, é provável que esse conhecimento acabasse sendo transmitido a todos os sócios através de palestras, leituras e encenações de textos produzidos por eles mesmos e do próprio Cruz e Sousa. As encenações de dramas e comédias que ocorreram no clube (O ALBOR, 18/11/1906) e os “recitativos, poesias e discursos sendo finalizados com animadíssimos bailes” (O ALBOR, 10/10/1916) poderiam ser momentos oportunos para que aquele coletivo que estava agregado no Cruz e Sousa conhecesse a obra e fortalecesse sua identidade racial a partir de um símbolo afrodiáspórico como já destacaram as investigações de Domingues (2004; 2010); Silva (2017); Lucindo (2020). Além desse periódico, Honorato Alano, como Cruz e Sousa, teve participação em outros semanários de vida efêmera. No aniversário de fundação da Sociedade Recreativa Anita Garibaldi, ele estava representando o periódico *A Penna* (O ALBOR, 11/12/1904). Os demais semanários que ele atuou foram: *O Crepúsculo*,

⁵ Na definição de Magda Soares, “o letramento é resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita. O estado ou condição que adquire um grupo social ou indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais”. SOARES, Magda. **Letramento e Alfabetização: as múltiplas facetas**. Trabalho apresentado no GT Alfabetização, Leitura e Escrita, durante a 26ª. Reunião Anual da ANPEd, realizada em poços de Caldas, de 5 a 8 de outubro de 2003.

fundado em 1902 e *A Ideia*, criado em 08 de novembro de 1905, em parceria com Boaventura Barreto, Vicente Góes e M. Mendonça (O ALBOR, 07/08/1943). Estes indícios robustecem nossas certezas de que Honorato Alano era um homem das letras, pois, desde 1902, conforme inferem as fontes, ele atuava como redator e poeta nestes jornais. Isso explicaria sua familiaridade com a poesia, a escolha do nome do clube e do seu periódico como uma forma de homenagear o poeta Cruz e Sousa. Ele também era um dos irmãos⁶ de Manoel Alano Fernandes Lima, nosso protagonista do quarto capítulo.

Os sócios fundadores na primeira diretoria do clube, Fausto Alano e José Thomaz de Oliveira, foram sócios do União Operária, e Thomaz Norberto de Freitas⁷ era irmão do Rosário a falecer não vendo o clube de Cruz e Sousa prosperar (O ALBOR, 14/07/1907). Essas relações tecidas nas sociedades recreativas não eram laços interpessoais frágeis, e sim reflexos de anos de interação no circuito associativo entre pares afrodescendentes. Como observamos na inauguração do Cruz e Sousa, a associação musical Carlos Gomes executou várias peças do seu talentoso repertório. Em 1907, os sócios que compunham a diretoria da associação musical Carlos Gomes eram Antônio Felisberto da Rosa, diretor; José Cravo (José Augusto de Carvalho), secretário; Manoel Jerônimo, tesoureiro; Acelino Gonzaga, procurador; Juliano Viana e Antônio Verissimo, 1º e 2º fiscais, sendo que Antônio Felisberto, José Cravo, Manoel e Acelino circularam no União Operária, Cruz e Sousa e na Irmandade do Rosário, conforme termo de eleição dos novos irmãos em anexo (O ALBOR, 13/01/1907). Também é importante salientar que estas relações nem sempre foram harmoniosas conforme perceberemos. Após as comemorações com o surgimento dessa nova agremiação, identificamos um dos indícios dessas tensões entre os afrodescendentes de Laguna. No dia 19 de agosto de 1906, o clube União Operária torna público o conflito com um dos seus associados no periódico da cidade.

⁶ Certidão de batismo pesquisada nos registros genealógicos do sítio Family Search.

⁷ Também pode ser observado no Termo de eleição dos novos Irmãos do Rosário, de 1911, em anexo.

UNIÃO OPERÁRIA

Tendo o sr. Pedro Victorino dos Santos, vulgo Pedro Corvo, residente e comerciante nesta cidade, pedido que associação colocasse o seu nome no quadro negro por se ter retirado sem pagar mensalidade e despesas do Bazar, tudo na importância de 17.000 mil-réis; e não tendo esta associação o tal quadro por ser humilhante e contrário a boa sociedade, vem colocá-lo a imprensa para que o público faça o competente julgamento. (O ALBOR, 19/08/1906).

Obviamente o clube e a sociedade de Laguna não ficariam sem uma réplica do ex-sócio, já que tal exposição negativa não era aceitável naquela sociedade. Pedro Victorino dos Santos envia sua resposta ao jornal *O Albor*, explicando os motivos que o levaram a se retirar daquela sociedade e o porquê da fundação de outra associação. Reproduziremos na íntegra a sua resposta, pois este é o primeiro vestígio que nos fez refletir sobre a suposta identidade *preta* e *mulata* e como se deu sua constituição.

AO PÚBLICO

Deparando-me na 3ª página do conceituado órgão denominado *O Albor*, que se publica nesta cidade, com um *artiguete*, que mais se assemelhava a um anúncio; e ao correr destas linhas deparei que se tratava da minha humilde individualidade; e, no entanto, como ninguém poderá julgar-se, nem ressaltar as suas qualidades, boas ou más, eis a razão que venho, por estas humildes linhas, explicar, aos numerosos leitores d'este conceituado órgão, o ocorrido; de fato sim fui sócio contribuinte infelizmente d'esta sociedade que desgraçadamente se denomina - União Operária - o que posso afirmar - melhor seria que se denominasse Desunião Operária; porque o público saberá bem patente, bem claro a razão da fundação da Sociedade Cruz e Sousa, e com o artiguete que fui alvo das suas paixões. Enfim, não vem ao caso a boa ou péssima marcha d'esta associação, Desunião ou União Operária. O que é certo é que desgostoso com o pouco escrúpulo d'esta sociedade, retirei-me e pedi a conta do meu débito, o que foi dito dever apenas 13.880 mil-réis, porém, como esteve sabido que seriam os últimos vinténs que enxergariam das minhas mãos; trataram de aumentar esta quantia para 17.000 [mil-réis]. Logo fiz o que qualquer cidadão faria, este e aquele que ganha honradamente [seu dinheiro], aquele que não faz parte de sociedades de encantos ignorantes como o público, bem deve estar ciente que estas sociedades medram só no calor do entusiasmo, para fenecer nas mãos de proprietário que ocupam; logo neguei a pagar semelhante quantia, o que procuraram e como que ameaçar-me; de fato, mandei que podiam colocar meu nome no quadro negro; que equivalia dizer-lhe que gravassem meu nome nas suas consciências negras e pútridas, no farejar do álcool, na esperança dos meus magros cobres. Eis meus caros leitores tudo o quanto houve. E peço a diretoria desta nobre e distintíssima associação que coloquem sobre os membros desta diretoria

agrupadas pás de cal, para impedir que o Pedro Corvo os devore pelo perfume.⁸

Pedro Victorino exterioriza toda sua mágoa, ressentimento e indignação. Aqueles que não se identificavam ou sentiam-se excluídos do União Operária, encontrariam lugar no Cruz e Sousa, e explicita que estava desgostoso com os rumos da primeira agremiação. A citação acima possibilita perceber que estes espaços de sociabilidade geravam disputas acirradas as quais envolveram descontentamento com os rumos da sociedade, com a forma como ela era administrada. Oposição de ideias, reprodução de relações hierárquicas e vaidades. Interpretamos que este cenário tenha refletido na ruptura e na tensão entre o sócio e a agremiação, e que tais divergências expostas por Pedro Victorino também podem ser analisadas como diferentes projetos sendo disputados no interior da sociedade. Os acirramentos chegaram ao ápice quando houve uma cobrança supostamente indevida, o que ocasionou a denúncia de que os recursos financeiros da agremiação estariam sendo desviados para fins pessoais de alguns membros do clube. Percebemos que as discussões também envolvem valores ligados à honra e ao prestígio social. Como Pedro Vitorino mesmo afirmou, “logo fiz o que qualquer cidadão faria, este e aquele que ganha honradamente [seu dinheiro]”. Como bom trabalhador que honrava os seus princípios e compromissos, Pedro Victorino protagoniza e explicita a cisão entre os associados do União Operária e o surgimento de outra agremiação em Laguna, também formada por afrodescendentes: o Clube Literário Cruz e Sousa.

Os dois documentos acima, de 1906, nos lembraram de um caso envolvendo um intelectual negro gaúcho, ocorrido três anos antes. O professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre e bacharel em direito, Alcides de Freitas Cruz, sentiu-se ofendido por um texto publicado por outro docente da mesma instituição superior e também membro do Partido Republicano Rio-Grandense. Entre as ofensas proferidas contra ele, o professor Alcides destaca ter sido alcunhado de *Corvo*:

⁸ O ALBOR. 24/0/1906.

Para que preferir essa comparação, quando, aliás, eu me não molesto com os epítetos *mestiço*, *mulato* ou *negro*? Não dissestes lá, oh! camarada velho!, que sou homem sem preconceitos? Como iludir-me, então, com alvas propriedades que não tenho, nem jamais terei? *Corvo* só poderia agastar-me, porque é uma ave de rapina, e eu sou avesso a rapacidade. Mas, certamente não me deveria ter chocado; pois sobre a imprensa de outros povos menos mestiçados que o nosso adejam aves muito mais perigosas que o **corvo**, esse heroico espécime da ornitologia, imortalizado na poesia por Edgar Poe. Evitar o circunlóquio e chamar-me pelo que sou, mulato ou negro, à vontade, era maneira mais franca e mais altiva, sobre ser mais generosa: dava o que é meu. Mestiços, mulatos ou negros foram meus avós e pais, e nem por isso vários deles deixaram de acudir às guerras de então, desembainhando o gládio, tal como os antigos fidalgos de Portugal, avós dos vossos filhos, que pelejaram na Ásia ou África, “pelo seu rei e pela pátria”. E mestiços, mulatos ou negros, como eu, legaram-me aquela virtude que Deus, na sua infinda bondade entendeu dar a todos os descendentes do deserddado e misterioso contingente bíblico, nascidos sob um estigma que os vinte séculos do cristianismo ainda não puderam apagar, como singela compensação aqueles de quem tirara a alvinitência epidérmica – o afeto. (CRUZ, 2017, p.13).

O professor Alcides de Freitas Cruz encerra o seu artigo acima pedindo que o seu *confrade* aceite a sua mão estendida em atitude de apaziguamento, “sem embargo da minha cor de corvo”. Evidentemente que as palavras, em um e outro caso, podem ter sido usadas com significados e sentidos diversos, mas não nos escusaremos de pensar que o *personagem* corvo tem metafóricas características morais e mesmo raciais, apontadas pelo advogado Alcides de Freitas Cruz. Que papel teria jogado nesta troca de farpas essa específica palavra – corvo – é difícil saber, mas aí, nessa troca de ofensas, podiam estar sendo colocadas em jogo diferenciações racializadas, internas da própria comunidade negra lagunense, que ajudaram na configuração das diferenciações entre os clubes – apontadas e relativizadas, conforme o contexto, os sentimentos (memórias) e as vivências dos envolvidos. Notemos que, nesse caso específico, Pedro Vitorino dos Santos fica indignado por ser tratado como caloteiro, como um indivíduo que não tinha condições de arcar com os seus compromissos financeiros. Nesse momento, a alcunha *corvo* (que não sabemos se já acompanhava Pedro como apelido ou foi acionada somente naquele momento pelo associado do Operária), consciente ou inadvertidamente, racializa o atrito. A *cor de corvo* passa a ser usada nas disputas discursivas entre os dois clubes, marcando a memória de nossos informantes.

A exclusão por falta de pagamento de mensalidades do quadro de sócios da agremiação do União Operária interpreto como uma possibilidade, um outro indício,

para que os associados tenham alimentado ressentimento em relação ao União Operária e se associado ao Cruz e Sousa. Não descartamos a cisão por divergências de projetos. Pedro Victorino relata que estava “desgostoso com o pouco escrúpulo d’ esta sociedade” e “que não faz parte de sociedades de encantos” e que “o público, bem deve estar ciente que estas sociedades medram só no calor do entusiasmo, para fenecer nas mãos de proprietário que ocupam”. Por mais que seja uma possibilidade a interdição de alguns afrodescendentes por inadimplência no clube União Operária, a ruptura exposta por Pedro Victorino deixa entrever a existência de diferentes projetos entre estes associados. Conforme indicam as fontes e a própria longevidade do Cruz e Sousa, suas atividades como sugerem os vestígios, além de suprir as necessidades e anseios de seus sócios, eram tão sofisticadas e semelhantes quanto as do União Operária e as outros clubes já investigados e citados nesta tese. A imagem de uma sociedade recreativa simples e pobre como o clube foi representado pelo depoentes não se sustenta. O que significa que o projeto literário e recreativo desenvolvido por esta agremiação atendia às expectativas dos seus agremiados. O sucesso do projeto do Cruz e Sousa pode ser observado pelo tempo de existência do clube, mas também pela adesão significativa dos afrodescendentes de Laguna à agremiação. Ao investigar livro de registros do União Operária e cotejando estes documentos com as diretorias eleitas no Cruz e Sousa, elaboramos um quadro com a composição das diretorias das duas sociedades (Anexo C e D) que nos permitiram comparar e identificar a circulação dos membros nesse circuito associativo, bem como verificar o impacto quantitativo dessa dissidência.

Observamos em nossas análises que, após a ruptura do União Operária, um percentual significativo desses afrodescendentes passou a frequentar o Cruz e Sousa, corroborando com nossa interpretação de que o projeto deste clube estava de acordo com as expectativas de seus agremiados. A partir da comparação entre o quadro de diretores dos dois clubes, nossas suspeitas se confirmaram, pois, dentre 57 membros da lista que faziam parte da diretoria do Cruz e Sousa, 35 fizeram/faziam parte do União Operária (um total de 61,4%), na diretoria ou como sócios contribuintes. Sobre os demais 22 sócios (38,6%), não encontramos informações nos registros da sociedade União Operária, contudo, isso não significa que não tenham participado do quadro social daquela agremiação. Estas contendas entre associado e agremiação não foram prerrogativa somente do União Operária.

Em 13 de janeiro de 1907, Saturnino Martins veio a público comunicar que havia sido excluído do Cruz e Sousa com a seguinte nota:

Eis o galhardo ofício que recebi da sociedade Cruz e Sousa, presidenciada pelo Thomaz Norberto de Freitas; o público, para que as pessoas sensatas façam a devida apologia do conteúdo.

Secretaria da S. R. Cruz e Sousa em 16 de dezembro de 1906.

Ilmo. S.r. Saturnino

Lê Esta

Comunico-vos que de acordo com o estatuto em vigor, foste pela assembleia geral extraordinária, reunida na noite do dia 16 de dezembro corrente, iliminado [eliminado] d' esta sociedade.

Fraternalmente saúdo-vos.

Acelino Gonzaga, secretário.

Entenderam? Nem eu. Penso que este ofício foi escrito no momento que o seu Gonzaga estava acometido de uma síncope! Enfim, não entendi, mas, pelo andar da carruagem e fazendo um magnânimo esforço de imaginação, calculei que o ofício fosse comunicando-me que tinham me eliminado da sociedade. É o cumulo, qual é a sociedade que elimina um sócio quando este está quite? Quando este não caiu em nenhuma pena? Que venham me provar pela imprensa os eruditos do Cruz e Sousa o que motivou a assim procederem. Eu por mim perdooo, coitados não sabem o que fazem, mas, a população que julgue o procedimento execrando d'aqueles mefistofélicos!

Oh! Cruz e Sousa, tua alma que vaga tranquilamente no império, que está perto do Onipotente, roga, pois, pela anatematização destes obtusos para que o teu nome não sirva de pallium para encobrir tantas misérias torpes. Desventurado Cruz e Sousa quem diria.

Saturnino Martins⁹

A nota de Saturnino Martins é carregada de ironia ao caçoar do erro na palavra “eliminado”; ao chamá-los de eruditos e mefistofélicos, entre outros adjetivos depreciativos, ele tenta desqualificar o grupo ao qual ele fazia parte, por ter sido excluído do seu quadro social. Há indícios de ressentimento e tensão ao direcionar suas críticas ao secretário Acelino Gonzaga, pois este não o excluiu do clube de forma arbitrária, e sim esta decisão foi emanada de uma assembleia. Talvez entre estes dois associados já houvesse algum tipo de desentendimento. Os dois foram sócios da União Operária. Acelino Gonzaga talvez ocupasse cargos nas diretorias das duas entidades ao mesmo tempo. Em maio, ele era citado como procurador no União Operária (O ALBOR 20/05/1906). Esses indícios, como podemos observar, não sustentam a ideia de que as identidades preta e mulata estavam mobilizadas

⁹ O ALBOR. 13/11/1907.

após a fundação do Cruz e Sousa. O que verificamos foram tensões, animosidades, divergências de como a agremiação deveria ser conduzida. Dissidências entre as agremiações de afrodescendentes e o surgimento de outras não era raros conforme demonstraram Domingues (2010) Tiede (2018); Lucindo (2020). Porém, percebemos que, desde a ruptura entre os membros do União Operária, havia a circulação de alguns sócios entre ambas agremiações, sendo constatação evidente nas fontes. Entre nossos entrevistados já citados para esta pesquisa, a maioria nasceu anos 1950 e passaram a frequentar o União Operária quando o Cruz e Sousa já tinha encerrado suas atividades, ou seja, em meados dos anos de 1960. Ao analisarmos os livros de registros de sócios, livros atas do União Operária, os vestígios deixados em jornais pelo clube Cruz e Sousa, não encontramos pessoas autoidentificadas como *mulatas* nem como *pretas*. O único documento que encontramos fazendo menção à cor foi registrado em ata em 20 de setembro de 1942¹⁰. Este ofício era do Grêmio Recreativo Brinca Quem Pode¹¹ de Florianópolis, solicitando ao União Operária a “cooperação para aquisição de um avião, a ser oferecido pela *gente de cor* do nosso Estado ao Departamento de Aeronáutica”. O clube respondeu que já havia “cooperado para o mesmo fim da tão justa iniciativa”. Esta troca de correspondência, como podemos ver, indica que União Operária mantinha contato com outras agremiações de afrodescendentes do estado, bem como era reconhecido e se reconhecia como *gente de cor* ou *homens de cor*, termo mais comum para a época. Somente as memórias dos nossos entrevistados, associados, descendentes, ex-frequentadores e pessoas que conheciam as agremiações os identificaram como clubes de pretos e outro de mulatos.

Essas memórias reforçam a versão de que o surgimento do Clube Cruz e Sousa foi em decorrência da proibição da entrada de pessoas consideradas *pretas* no União Operária. Nessa perspectiva, os nossos depoentes, ao lembrar o que lhes foi transmitido ao longo dos anos sobre a fundação da Sociedade Recreativa União Operária e o Clube Literário Cruz e Sousa e ao evocar memórias, convivências familiares e de sociabilidades, enfatizaram o que foi “gravado” e/ou

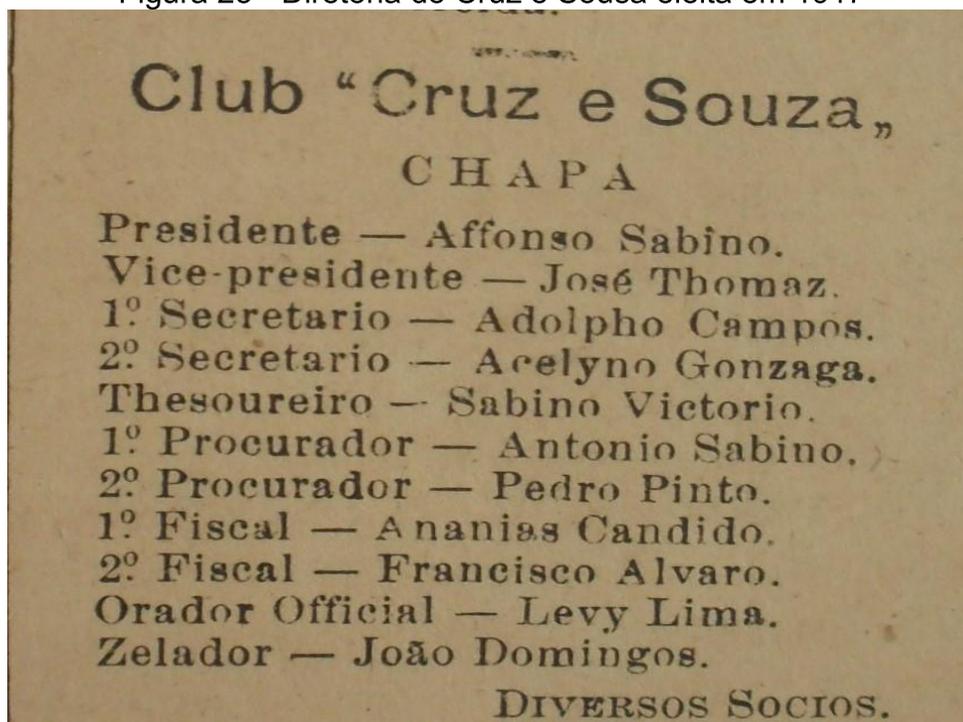
¹⁰ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1942, p. 38.

¹¹ O Grêmio Recreativo e Carnavalesco Brinca Quem Pode fundado pela população afrodescendente de Florianópolis nos anos de 1930. Para saber mais ver. MARIA, Maria das Graças. **“Imagens invisíveis de Áfricas presentes”**: experiências das populações negras do cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. RASCKE, Karla Leandro. **Samba, Caneta e Pandeiro**: Cultura e cidadania no sul do Brasil. Curitiba: Editora CRV, 2019.

“excluído”, de forma consciente ou inconsciente o que lhes foi transmitido. Característico do processo de elaboração e reelaboração da memória, coletiva ou individual, as narrativas dos entrevistados registraram o que mais significava para eles – ou seja, o lugar social que seus antepassados ocuparam como membros daquelas sociedades. Percebemos que a identidade mulata e preta são narrativas construídas, disputas por memórias na tentativa de afirmar o *status* superior do clube que sobreviveu ao tempo e que marcaria a distinção em relação ao Cruz e Sousa. Outros documentos em que identificamos a cor dos sócios das duas agremiações foram os registros eclesiásticos e civis, como certidão de casamento, nascimento e óbito. Encontramos pessoas autoidentificadas como parda, morena e preta que frequentavam tanto o União Operária quanto o Cruz e Sousa. Esta transição dos mesmos associados entre as duas agremiações questiona a distinção identitária tão reforçada pelas memórias. Ao comparar as diretorias de ambos os clubes verificamos quase sempre os mesmos indivíduos frequentando as agremiações em momentos distintos ou simultaneamente. No ano de 1908, percebemos o trânsito dos sócios Fausto Alano, um dos sócios fundadores do Cruz e Sousa, e Saturnino Martins entre as duas agremiações. O primeiro era fiscal, e o segundo secretário da comissão de sindicância do União Operária (O ALBOR, 03/05/1908). O sócio José Thomaz de Oliveira, eleito presidente no Cruz e Sousa, em 1908, fora fiscal do União Operária, em 1904 (O ALBOR, 25/03/1904). Afonso Sabino, eleito tesoureiro do Cruz e Sousa, também era um sócio do União Operária, conforme investigado no livro de registro da agremiação.

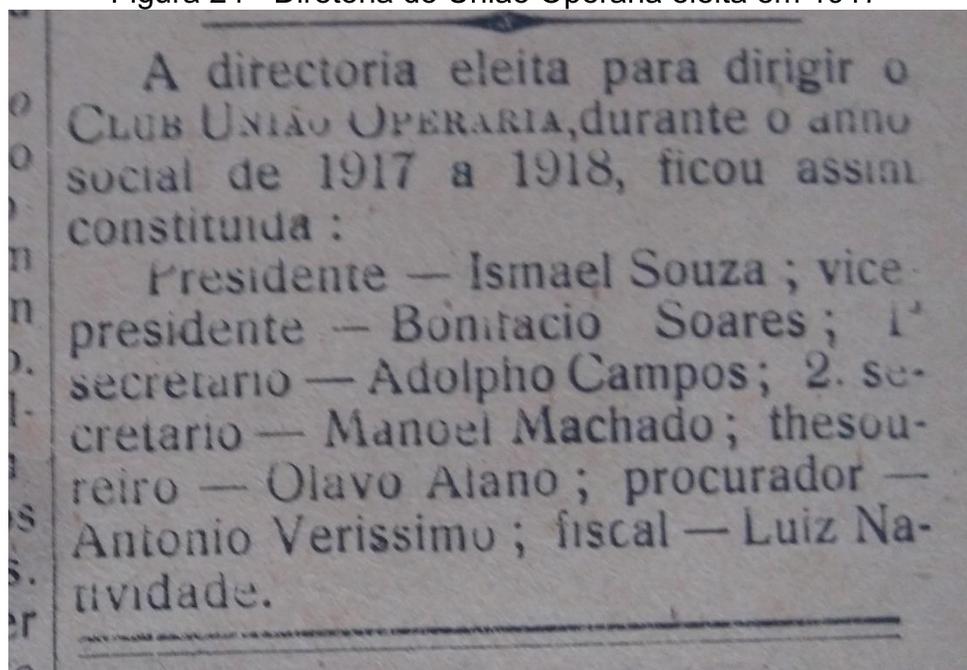
No jornal O Albor, de 22 de agosto de 1915, havia quatro membros do União Operária que faziam parte também do Cruz e Sousa: o presidente José Thomaz de Oliveira, o vice-presidente Antônio Felisberto da Rosa, negociante na cidade, Philastro Crescencio da Cruz, profissão diarista, Acelino Gonzaga e o professor Adolpho Campos. Em 13 de maio de 1917, o presidente em exercício era Afonso Sabino, o vice-presidente era José Thomaz de Oliveira, o orador oficial era Levy Limas, profissão carpinteiro, e o pintor João Domingos era zelador do clube na nova diretoria do Cruz e Sousa. Todos foram sócios também do União Operária e nosso já conhecido professor Adolpho Campos ocupou no mesmo período o cargo de secretário em ambas agremiações conforme as imagens abaixo.

Figura 23 - Diretoria do Cruz e Sousa eleita em 1917



Fonte: O Albor, 13/05/1917.

Figura 24 - Diretoria do União Operária eleita em 1917



Fonte: O Albor, 08/05/1917.

Na assembleia realizada no União Operária, em 21 de dezembro de 1919, foi eleita uma Comissão de Conselheiros¹ para auxiliar a diretoria na organização de um baile e, entre os conselheiros, estava Antônio Felisberto da Rosa, que foi vice-

¹ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1919, p. 13.

presidente do Cruz e Sousa na gestão de 1915 (O ALBOR, 22/08/1915). Em 9 de outubro de 1921 foi convocada uma assembleia no União Operária para discutir a entrada de novos sócios, quer dizer não tão novos assim, pois estavam entre eles Lucidonio Cipriano, Izaias Mauricio, Pedro Victorino dos Santos, João Domingos Berthé Souza, e Candido Belmiro, os três primeiros eram antigos sócios, e nesta reunião foram aceitos novamente² no quadro da sociedade. Provavelmente, após anos afastado do União Operária, Pedro Victorino voltava a frequentar a sua antiga agremiação. Na diretoria do Cruz e Sousa, de 1930, composta por Antônio Felisberto da Rosa, presidente (reeleito); Afonso Sabino, vice-presidente (reeleito); Arlindo Pacheco dos Reis, 1º secretário; 2º secretário, Nelson Mathias; Manoel Theodoro, tesoureiro (reeleito), Adolpho Campos, orador (reeleito), Pedro Rita, 1º fiscal e 2º fiscal Izaias Mauricio (O ALBOR 06/04/1930). Dois meses antes, exatamente em 9 de fevereiro de 1930, assinavam a ata da assembleia geral no clube União Operária, Antônio Felisberto e Alípio Viana, ambos sócios das duas agremiações³ simultaneamente, conforme os registros nos livros atas do União Operária e as diretorias eleitas do Cruz e Sousa, registradas no periódico Albor. No verão de 1931, quem ainda conduzia a assembleia geral do União Operária era o presidente João Rosa, vice-presidente, Hercílio Fernandes; 1º secretário, Adolpho Campos; 2º secretário, João Augusto de Carvalho; tesoureiro, Alípio Vianna; procuradores Aristides Farias e Claudemiro Rosa; fiscais José Astrolábio dos Santos e Manoel Marcello⁴. Tendo como referência a diretoria reeleita em 1932, identificamos que quem estava na diretoria do Cruz e Sousa, no ano de 1931, era o presidente Antônio Felisberto da Rosa (reeleito), vice-presidente (reeleito), Afonso Sabino; 1º secretário, Arlindo Pacheco do Reis (reeleito); 2º secretário, Osny Souza (reeleito); tesoureiro, Alípio Vianna; 1º fiscal, Prudêncio Martins (reeleito); 2º fiscal, Manoel Bento e orador oficial (reeleito), Adolpho Campos (O ALBOR, 28/04/1932). Investigamos que Antônio Felisberto da Rosa, Alípio Viana, Manoel Bento, Adolpho Campos e Osny Sousa estavam em ambas as agremiações, ocupando cargos na diretoria e, como induzem as fontes, eles ocupavam funções de acordo com suas experiências associativas ou estavam presentes como sócios contribuintes⁵. Esta dupla associação, o trânsito em mais de um espaço de sociabilidade e também a

² Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1921, p. 35-36.

³ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1930, p. 1.

⁴ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1931, p. 5,6 e 7.

⁵ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1931, p. 4.

interlocução com sociedades classistas foram muito bem documentados na investigação de Loner (2001) bem como em pesquisas mais recente como a de Silva (2011; 2017); T, Silva (2018); Tiede, (2018); M, Rosa (2019) e Lucindo (2020).

Devido à fragmentação e à ausência de exemplares do periódico *O Albor*, entre os anos de 1933 a 1937, não encontramos mais registros sobre a composição das diretorias do clube do Cruz e Sousa. Porém, algumas atividades da agremiação foram destacadas neste período pela imprensa, como peças teatrais, bailes, retratas e saraus. No ano de 1939, faziam parte do Cruz e Sousa o ex-sócio expulso do União Operária e agora presidente do Cruz e Sousa, Arlindo Pacheco dos Reis e Gláucio Rosa, que ocupara no União Operária a presidência por duas vezes e naquele ano era o secretário no clube Cruz e Sousa, e Adolpho Campos ocupava a função de orador (O ALBOR, 12/03/1939). Como podemos perceber, na maioria das vezes, são os mesmos associados que transitavam entre estes clubes, o que nos faz pensar que não era a cor que distanciava um sócio de um clube e aproximava de outro. Tudo indica que as condições econômicas dos associados é que permitiam essa dupla filiação, já que esta circulação entre estas agremiações demandava capital econômico para pagar mensalidades, joias e contribuir de alguma forma com o clube em momentos de dificuldade por exemplo. E isso seria possível para aqueles associados em melhores condições financeiras que optavam por dupla filiação. Não podemos desconsiderar que os sócios que optavam por permanecer em uma só agremiação faziam também por vontade própria, e porque talvez a agremiação que ele optou atendesse melhor às suas demandas.

O *Albor*, em 16 de março de 1940, destacava que a agremiação estava com uma nova diretoria à frente do Cruz e Sousa, seu presidente era João Souza; vice-presidente Bento Brum; 1º secretário, Oswaldo Candido dos Reis; 2º secretário, Francisco Rosa; tesoureiro Osny Souza; fiscais, João Antônio Cruz e Miguel Sousa. É interessante notar que Oswaldo Candido, até ingressar no Cruz e Sousa, ocupava a função de primeiro secretário do União Operária. No dia 20 de abril de 1940, o presidente do clube União Operária, Izaias Mauricio, abre a sessão da assembleia com a leitura de três ofícios de sócios solicitando licença por tempo indeterminado e entre eles estava um de Candido⁶. Enquanto ele se afastava da antiga agremiação, ingressava no clube Cruz e Sousa. O tesoureiro do Cruz e Sousa daquela gestão,

⁶ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1940, p. 30.

Osny Souza, ocupava o cargo de primeiro secretário no União Operária e propunha em assembleia geral um novo associado chamado Mario Martins. O vice-presidente do clube do Cruz e Sousa daquele ano de 1940, Bento Brum, estava se associando novamente ao União Operária, por intermédio do sócio Aristides Farias⁷. Enquanto Oswaldo Candido decidia permanecer somente em um clube, ou seja, o Cruz e Sousa, Osny Souza e Bento Brum decidem por uma dupla filiação. Souza ocupava o cargo de tesoureiro no Cruz e Sousa e 1º secretário no União Operária, ao passo que Brum era vice-presidente do clube Cruz e Sousa e voltava a ser sócio contribuinte do União Operária, clube no qual ele tinha ingressado em 1925⁸.

Cotejando os livros de atas, livros de matrículas do clube União Operária e o quadro dos membros do Clube Cruz e Sousa entre os anos 1903 a 1950, elaborado conforme a formação das diretorias encontradas nos registros publicados do periódico *O Albor*, conseguimos identificar que quase toda a diretoria do clube Cruz e Sousa, do ano de 1942, era de associados do clube União Operária: o seu presidente João Basílio Silva (reeleito); vice-presidente, Francisco Rosa; 1º secretário, João Boaventura Fonseca; 2º secretário Manoel João da Silva; tesoureiro, Alcides Nascimento; 1º fiscal, Silvio Vicente; 2º fiscal, Pedro Rodolfo; procurador, Antônio Candido; e o orador (reeleito) Adolpho Campos. Desses, somente Alcides Nascimento não foi encontrado como sócio da União Operária (*O ALBOR*, 14/03/1942).

Percebemos que, em alguns momentos, as atividades do Cruz e Sousa foram desaparecendo do semanário lagunense, porém, uma das atividades organizadas por estas associações eram os blocos carnavalescos para festejar o carnaval, como destacaram as investigações de Gomes (2013); Magalhaes (2017); Silva (2017); Silva (2018); Rascke (2019); Lucindo (2020). São estas, entre outras atividades realizadas pelo Cruz e Sousa, que iremos apresentar.

6.1 Carnaval, saraus, retretas e atividades cívico religiosas

Seguimos as pistas dos festejos de momo, constatamos que, de 1926 a 1949, esta agremiação teve uma intensa participação nas festividades do carnaval. O clube, como as demais sociedades já investigadas e citadas nesta tese, realizava

⁷ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1940, p. 30.

⁸ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1925, p. 17-18.

bailes em seu salão e organizava cordões carnavalescos. No carnaval de 1926, na coluna do semanário *O Albor*, intitulada *Crônicas do Carnaval*, destacavam-se os cordões carnavalescos do Cruz e Sousa com “os blocos bem organizados tais como Floristas e Sombrinhas que deram a nota chic ao Sousa” (O ALBOR, 25/02/1926). Nos festejos do carnaval de 1930, o nosso cronista destacou o excelente carnaval daquele ano e a participação de diversas associações com seus blocos carnavalescos. O ápice da festa carnavalesca e que alegrou a todos foi o bloco carnavalesco “Bambo”, organizado por associados do Club Blondin (clube da elite branca da cidade). Dizia o articulista que de “forma assaz e hilariante [surpreendeu-nos os foliões] mascarados e vestidos como os nossos escravos de antanho em dias de festas, num grupo qual o dos memoráveis quilombos”. Ele ainda destaca a “mascote” do bloco, “uma pequena feitosa que emprestou originalidade ao bloco, executando admiravelmente adestrado[s] os complicados passos e requebros do Charleston. Assim decorreu o sucesso do Bambo” (O ALBOR, 13/03/1930). Havia acabado a escravidão há 42 anos e membros de um dos clubes da elite da cidade, filhos de escravocratas que não permitia a entrada de pessoas de origem africana em seu espaço de sociabilidade, satirizavam um dos piores acontecimentos da história, a escravidão. Não dispomos de informações suficientes para tecer maiores considerações sobre a “pequena feitosa”, mas arrisco-me a inferir que se tratava de uma jovem afrodescendente, pois, se fosse uma representante das elites da cidade, o articulista não deixaria de citar seu nome e sobrenome e sua desenvoltura. O clube União Operária participou com seus blocos “Batutas, Cozinheiros e das Dançarinas Russas”; no Cruz e Sousa, desfilaram os blocos das “Marquesas, Mariquitas e dos Marujos” (O ALBOR, 13/03/1930).

Nas festas de momo de 1931, o clube Cruz e Sousa apresentava aos brincalhões seus blocos “Foliões, Relógios e o Sol” (O ALBOR, 26/02/1931). Fica evidente no periódico citado a predileção que o articulista mantém pelos clubes e blocos carnavalescos das elites brancas de Laguna. Nesse período de intensa atividade social da agremiação, o periodista apenas mencionou, no ano de 1926, 1930 e 1931, o nome dos blocos carnavalescos do clube Cruz e Sousa e das demais agremiações que festejavam o carnaval. Entretanto, não era da mesma forma que os clubes das elites brancas eram retratados. As agremiações Blondin e Congresso Lagunense, com seus blocos carnavalescos, respectivamente *Bola Preta* e *Bola Branca*, tinham suas festividades destacadas e detalhadas em detrimento das

outras agremiações. Os números dessas datas do periódico O Albor (18/02/1934; 06/03/1938; 26/02/1939; 11/02/1940; 23/02/1945 e 26/02/1949), apenas se limitaram a mencionar o Clube Cruz e Sousa e União Operária, participando das festividades do carnaval, ou seja, as agremiações de outras classes sociais ao que parece para o escritor da coluna não despertavam interesse, tão pouco tinham o mesmo valor e a sofisticação dos grupos abastados da cidade.

Além de festejar o carnaval, o clube Cruz e Sousa promovia para os seus sócios retretas, saraus de poesias, peças teatrais e, claro, bailes. Atividades que, ao nosso ver, também possuíam caráter pedagógico, já que almejavam inculcar valores e práticas culturais que rompessem com comportamentos indesejados. Após sua inauguração, os sócios fundadores realizaram no teatro Sete de Setembro o drama “Coração de Marinheiro e da zarzuela “Simão, Simões e Cia em benefício do Cruz e Sousa” (O ALBOR, 11/11/1906). Como outras agremiações de afrodescendentes nas diferentes regiões do sul e sudeste, o Cruz e Sousa também festejava o 13 de Maio. No dia 19 de maio de 1907, anunciava o periódico que as diversas “repartições públicas de Laguna embandeiraram assim como todas as associações”. As associações musicais “União dos Artistas e Carlos Gomes fizeram retretas à noite, a primeira em frente ao seu edifício e a segunda de frente ao Café Tupy” terminando com passeata por diversas ruas. “O Club Cruz e Sousa e União dos Artistas efetuaram na mesma noite, em suas sedes sociais, os bailes que estiveram muito animados” (O ALBOR, 19/05/1907). Conforme tem indicado pesquisas recentes, a valorização das festas do 13 de Maio pela população afrodescendente no pós-Abolição fazia parte das lutas políticas e da valorização e construção da identidade negra positivada. Ao homenagear esta data, enalteciam as lutas pela liberdade e as memórias dos antepassados como bem demonstraram Ribeiro (2016), Silva (2017) e Lucindo (2020).

Além de peças teatrais em benefício da sociedade, o clube Cruz e Sousa, através do seu tesoureiro Afonso Sabino, agradecia o auxílio das pessoas que doaram brindes à agremiação e anunciava os números sorteados aos que participaram do bingo em auxílio à agremiação (O ALBOR, 22/07/1908). Atividades beneficentes foram uma das estratégias para manter o clube nos seus primeiros anos de vida, entretanto, deveria ser com a cobrança de mensalidades que garantiriam os maiores recursos para manter a sociedade funcionando como demonstraram as pesquisas de Sayão (2015); Ribeiro (2016); Silva (2017); Lucindo

(2020). Não identificamos outras formas de manutenção do espaço, mas possivelmente contaram com alianças com lideranças locais e com apoio de sócios mais abastados em momentos de dificuldade do grupo. Em todo caso, a unidade dos associados foi o fator determinante para sua manutenção por mais de cinco décadas.

Identificamos circulação entre os membros do associativismo leigo e religioso, no caso na Igreja da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna, que abrigou em seu altar as devoções Nossa Senhora do Parto e Nossa Senhora da Conceição. Ao analisarmos o periódico de Laguna, encontramos sócios do Cruz e Sousa organizando a festa da Nossa Senhora do Parto. Os devotos do Parto anunciavam que, em 6 de janeiro de 1911, “com a pompa do costume, a festividade da Virgem Santíssima, constando de: Ladainhas nas noites 1º e 5º” (25/12/1910), ocorreria a transladação da imagem do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos para a Igreja Matriz, percorrendo por diversas ruas da cidade”. Assinava o ofício a comissão formada por Antônio Sabino, Antônio Cabral e Francisco Alves de Souza. Os dois primeiros ocuparam diferentes funções na direção do Cruz e Sousa⁹. Nos anos de 1915 (O ALBOR, 05/01/1915) e 1916 (12/11/1916), verificamos comissões das festas de ambas as devoções, porém, os nomes dos organizadores não foram aludidos.

Interpretamos as festas como uma reivindicação por cidadania, ou seja, o direito ao lazer. O Cruz e Sousa, com seus saraus, blocos carnavalescos, bailes, atividades cívicas e religiosas, marcava sua atuação no âmbito privado e público como os demais espaços de sociabilidade de Laguna. As memórias de nossos entrevistados indicam esta agremiação como um clube de afrodescendentes pobríssimos, mas as fontes sugerem o contrário. O clube promovia diferentes atividades para os seus associados, e no dia 22 de dezembro de 1922 era realizado um baile em homenagem ao retrato do poeta que dava nome ao clube, ou seja, Cruz e Sousa (O ALBOR, 22/12/1922).

Para além de atividades cívicas, carnavalescas, bem como peças teatrais, o clube Cruz e Sousa se envolveu em ações beneficentes. A associação Damas da Caridade de Laguna estava angariando fundos para o Asilo de Mendicidade e, entre

⁹ Quadro dos membros do Clube Cruz e Sousa entre os anos 1903 a 1950. Elaborado pelo autor, com base na formação das diretorias encontradas nos registros publicados do periódico O Albor.

os benfeitores daquelas doações, estava o Cruz e Sousa, contribuindo com a quantia de 50\$000 mil-réis, sendo o segundo maior doador para aquela campanha (O ALBOR, 26/08/1923). Uma outra ação beneficente do clube foi para a festa natalina de 1924, organizada por “umas senhoras distintas” da cidade. Elas criaram uma comissão denominada *Comissão do Natal da Criança Pobre* e, com as doações, presentearam as crianças com “brinquedos, roupas e bombons”. Algumas agremiações e pessoas fizeram doações para o Natal daquelas crianças e, entre os doadores, estava novamente o clube Cruz e Sousa, doando uma quantia de 12\$000 mil-réis, valor maior do que foi doado por um dos clubes da elite branca da cidade (O ALBOR, 28/12/1924). Caso semelhante ao do Cruz e Sousa em ações beneficentes foi analisado por Lucindo (2020, p.78), envolvendo a Sociedade Beneficente Antônio Bento, de Piracicaba, no estado de São Paulo. Este autor considera que as doações faziam parte do conjunto de ações que buscava criar uma imagem respeitável dos “homens de cor”, pessoas afrodescendentes que participavam da vida associativa.

Não foi possível perceber os sócios do Cruz e Sousa participando de atividades político partidárias, como ocorreu na União Operária, mas isso não significa que eles não se envolviam com elas. Não alcançamos a presença deles nestas atividades, entretanto, apreendemos os membros de ambas as agremiações se solidarizando com o periódico local *O Albor* e o seu redator chefe Antônio Bessa, devido a um conflito ocorrido com o pároco local, José Locks. O padre estava acusando o jornal de difamar as Damas de Caridade e a União das Filhas de Maria, mas, na realidade, os motivos do ataque do padre ao jornal eram por que este periódico mantinha uma coluna destinada à comunidade espírita da cidade, gerando este conflito entre o pároco e o jornal, o que foi identificado pelo periódico como intolerância clerical (O ALBOR, 14/06/1925; 05/07/1925). Mas o que nos interessou nesta tensão foi perceber que o articulista do periódico, ao agradecer às pessoas que foram solidárias ao jornal, também pede desculpas por não citar os que lhe escaparam. Ao mencionar os participantes da “*Manifestação do povo ao Albor*”, ele nos possibilitou perceber que os membros dessas agremiações não estavam alheios aos problemas locais. Alguns sócios conquistaram *status*, pois eram reconhecidos na cidade, ao ponto de terem nome e sobrenome citado no jornal. Afonso Sabino, Antônio Felisberto da Rosa, Ismael Souza, Olavo Alano, Pedro Jerônimo do Nascimento, José Alano de Bitencourt e Júlio Begler foram estes afrodescendentes que estavam presente na manifestação, exercendo seu papel de cidadãos, não

escapando aos olhos e à pena do escritor. Como já foi discutido, mesmo estas pessoas não fazendo parte da elite local, ainda assim, esta fonte afirma que alguns conquistaram destaque na cidade (O ALBOR, 07/06/1925). A respeitabilidade e a distinção social perpassavam por um vínculo com estas agremiações, mas esta não foi a única maneira de ter visibilidade. A participação em assuntos de interesse local também foi uma estratégia de reconhecimento social, exercício da cidadania e desconstrução de estereótipos.

O clube Cruz e Sousa, com suas ações altruísticas, atividades recreativas, literária e civis, construiu e fortaleceu a identidade do grupo com objetivo de se aproximar da cidadania, desvinculando-se da representação negativa que recai sobre as populações de origem africana. A participação de atividades sociais e cívicas era uma maneira de desconstruir estereótipos e obter reconhecimento dos diversos setores sociais da cidade, como percebeu Lucindo (2020) em sua investigação sobre Piracicaba e Campinas. Conforme já discutimos, estes homens não podem ser considerados como parte de uma “elite negra”. Apresentamos os ofícios ocupados entre os associados do Cruz e Sousa para apreendermos que, entre os sócios das duas agremiações, as distinções econômicas não eram tão significativas como sugere as memórias dos entrevistados. A mesma heterogeneidade que encontramos no União Operária havia no Cruz e Sousa, mesmo o número de sócios desse clube ainda sendo menor. A partir dos dados coletados no livro de registros do União Operária, entre 1915 a 1948, identificamos 8 profissões declaradas entre os sócios do Cruz e Sousa: carpinteiros 2, 11,76%; diaristas 4, 23,52%; estivadores 2, 11,76%; funcionário municipal 1, 5,88%; marítimo 1, 5,88%; negociantes 2, 11,76%; operários 3, 17,64% e pintores 2, 11,76%. De alguns membros da diretoria, não conseguimos identificar o trabalho que realizavam. Aventamos que esse quadro de profissões pode representar maior heterogeneidade e que, entre os 57 sócios que fizeram parte do Cruz e Sousa, não capturamos a profissão de 19 indivíduos por não os encontrarmos em nenhuma documentação. A inclusão desses números sugere uma maior diversidade de ofícios ou o aumento do percentual daquelas profissões que relacionamos. Mesmo com uma pluralidade de ofícios inferior ao clube União Operária, os sócios do Cruz e Sousa não participavam dos extratos sociais miseráveis.

Voltando nossas análises às tensões entre as agremiações, os motivos que permitiam a transição de alguns poucos membros entre os dois clubes não estão

evidentes nas fontes. Mesmo havendo alguns associados em ambos os clubes, os 38,6% que não aparecem na documentação do União Operária indicam uma dissidência expressiva e uma circulação permitida somente de alguns sócios entre os clubes União Operária e Cruz e Sousa. Suspeitamos que podem ser pessoas proeminentes em termos da comunidade afrodescendente local – o que sugere a aceitação de uns e a interdição de outros, ou a escolha, baseada em critérios próprios, de participar de uma única associação. Sabemos que alguns membros, quando eram excluídos, não poderiam mais voltar a se associar, principalmente quando cometiam uma falta grave. Os ex-sócios, quando tentavam voltar ao clube do União Operária, muitas vezes, não eram aceitos, como constatamos nos livros atas. Como podemos perceber, a circulação em ambas as agremiações não estava pautada na cor e sim nas condições econômicas, status social e muito provável pela vontade própria dos agremiados em optarem por dupla filiação ou não.

Os documentos indicam que a distância econômica não foi determinante para a separação entre os clubes, haja vista que a grande maioria fazia parte dos mesmos extratos sociais e nem todos sócios de ambas as agremiações desfrutavam de algum privilégio econômico e prestígio social. Após estas constatações, nossas pistas indicam que, para além daqueles conflitos já analisados, o que estava em jogo não era uma identidade preta e mulata como aflora na memória coletiva dos afrodescendentes de Laguna ou da sociedade em geral. Não duvidamos da construção de relações hierárquicas, bem como a qualificação de um grupo e a tentativa de desqualificação do outro. Porém, o que as fontes sugerem é que estas identidades não estavam presentes nestes espaços na formação das agremiações e até os anos de 1960. As divergências entre os afrodescendentes que frequentavam os clubes de sociabilidade de Laguna, como inferem as fontes, estavam relacionadas a projetos distintos. Infelizmente, a comparação entre ambos os clubes esbarra, por exemplo, na ausência do estatuto do Cruz e Sousa, documentos como livros atas, registros de matrículas que nos possibilitariam compreender com maior densidade os seus objetivos, suas ações e, em que aspectos ele se diferenciava do União Operária. Mesmo com a ausência desses documentos, ao analisar os vestígios deixados pelo Cruz e Sousa, verificamos mais semelhanças do que diferença entre as agremiações. Se os documentos não apresentam estas diferenças econômicas e rupturas com base na cor, as memórias que foram construídas e reforçadas, principalmente por aqueles que frequentaram ou conheciam a história do União

Operária e Cruz e Sousa, contribuíram para que os discursos da memória legitimassem o grupo do União Operária como o de maior *status*.

6.2 A identidade *preta*, memórias e disputas por narrativas

A publicação do artigo de Pedro Victorino dos Santos, contestando a suposta dívida contraída e explicitando a fundação do Cruz e Sousa, não fala da divisão por cor – exceção feita à palavra *corvo*, como já vimos –, mas, na memória dos associados do União Operária e do Cruz e Sousa, surgiu para ser um clube dos *pretos*.

O Cruz e Sousa. Ah, eles foram fundados por causa da cor, da raça. Entendeu? Porque naquele, no meu tempo era assim. Tinha o Operária era de moreno, de moreno entende?!... o Sousa era de preto. Quer dizer, quem dançava lá no de preto não dançava na Operária. Então era onde eu tinha muito amigo naquela época que também era preto. Então não vinha no meu, no Operária. Eu então também não podia ir no deles, mas, às vezes, eu dava uma escapada e eu entrava. Quer dizer, na hora “H” eles me conheciam também. O meu pai, que eu sou filho do Manuel Bento. Naquele tempo o apelido do meu pai era Mané Bento, e era muito conhecido também aqui na Laguna. Então eles diziam, “ó esse aqui é filho do Mané [Manoel] Bento, deixa ir”. Então eu ficava ali no meio dos pretinhos. Mas quando eles fosse lá no meu, na Operária, não tinha jeito que não entrava. Eles não deixavam. Era severo, era severo, não deixavam. Porque os brancos também não entravam no nosso. E nós também, quem tinha amigo branco e tudo, mas a gente não entrava no deles. Nem eles no da gente. Tudo por causa desse preconceito¹⁰.

Os motivos que levaram à fundação do Cruz e Sousa e às memórias dos associados divergem em certa medida, mas estas memórias e as fontes escritas confirmam que havia a circulação de sócios do União Operária como membros da diretoria do Cruz e Sousa, no entanto, o inverso não ocorria na mesma proporção. O depoente acima, Antônio Paulo Bento, nascido em 1937, estava com 73 anos na época da entrevista. Especulamos que sua entrada na agremiação deve ter ocorrido por volta dos anos 1953, pois estaria com 16 anos de idade. Ele nos relatou que o Cruz e Sousa foi fundado por causa da “cor, da raça”. Explicitando a restrição do

¹⁰ BENTO, Antônio Paulo. Entrevista concedida a Júlio César da Rosa. Laguna, 27 de janeiro de 2010. Entrevista.

União Operária em permitir a entrada daqueles considerados *pretos*, afirma que a ele era permitido a entrada no clube do Cruz e Sousa por ter amigos e seu pai ser muito (re)conhecido em Laguna. Porém, identificamos que não era somente a sua amizade e a de seu pai que possibilitava sua entrada no clube. O seu pai Manoel Bento, estivador, sócio do União Operária desde 1926¹¹, também fez parte da diretoria do Cruz e Sousa no ano de 1932, ocupando a função de segundo fiscal (O ALBOR, 28/4/1932). Observamos também em seu depoimento a existência e a convivência entre afrodescendentes e os brancos, em Laguna, em alguns espaços de sociabilidade, onde era permitido compartilhar sem segregação, mas, nos clubes sociais das elites, conforme Antônio Bento nos relatou, a coexistência não se dava devido ao racismo.

Segundo as memórias analisadas, pessoas pretas teriam sido interdidas no União Operária imediatamente à ruptura que deu origem ao Cruz e Sousa. Contudo, na análise de fontes desse momento, encontramos mais semelhanças do que diferenças entre ambas as agremiações, e estas identidades, deduzimos, não foram acionadas nos primeiros 50 anos das agremiações. A diferenciação produzida pelas distorções das memórias entre aqueles que foram identificados como *pretos* e os *mulatos* foi usada para qualificar/desqualificar pessoas com uma narrativa construída por um grupo de afrodescendentes com o uso de categorias etnicorraciais nas autotranscrições e nas classificações dos outros, reproduzindo relações de poder e hierarquias baseadas, como sugerem as fontes, mais no *status* social do que na cor da pele. Ao mesmo tempo que tentavam qualificar/desqualificar o outro, estes afrodescendentes também tentavam fugir de estigmas e estereótipos que a categoria “negro” carregava, utilizando os termos *pardos/mulatos* para se aproximar da cidadania. Talvez seja este o fato de que alguns afrodescendentes, filhos, netos e bisnetos dos sócios fundadores e sócios contribuintes tenham ascendido socialmente e se destacado em Laguna. Possivelmente, a proeminência econômica de um grupo de não brancos de pele mais clara ou não poder ter gerado algum tipo de tensão e distanciamento por parte de alguns indivíduos que ascenderam socialmente e procuraram se afastar de um grupo de afrodescendentes que não estariam no mesmo patamar. Esta hipótese não pode ser descartada, pois, no grupo de afrodescendentes de Laguna, devido a sua heterogeneidade, é muito

¹¹ Livro de Registro de Matrícula dos Sócios do União Operária 1919-1952.

provável que tenha ocorrido a reprodução de relações hierárquicas por parte daqueles que se colocavam como afrodescendentes economicamente superiores.

Se havia a possibilidade de relações assimétricas com a intenção de excluir determinadas pessoas por parte dos agremiados do União Operária, os laços comunitários e familiares que comprovamos por meio das inúmeras relações de compadrio apresentadas não sustentam a ideia de divisão com base na cor. Concluímos, e não desconsideramos as animosidades entre estas pessoas, porém o trânsito entre as mesmas agremiações e os laços interpessoais construídos diverge das memórias investigadas. Acreditamos que o União Operária, ao ser comparado com Cruz e Sousa, por se tratar de dois clubes de afrodescendentes em Laguna, para se distinguir, passou a se identificar como um clube de *mulatos* e forjou a imagem do clube e deles próprios como um grupo de maior proeminência social. Enquanto isso, o Cruz e Sousa era identificado de maneira oposta ao União Operária. Esta representação de um clube de pretos humildes foi sendo transmitida para as memórias daqueles que vivenciaram com os fundadores e apreenderam e reproduziram a existência dessa dicotomia entre duas agremiações de afrodescendentes de Laguna.

Ao assumirem a utilização da “nomeação de *mulato* ou *moreno* para os sócios do União Operária, a intenção era se distanciar dos afrodescendentes mais pobres da cidade para demarcar seu *status* social, ou sofrer menos discriminação e ser mais aceito, dessa forma, torna-se mulato/moreno representaria uma marca de ascensão social,¹² como destaca a memória de nossa depoente Marli Brum, nascida em 1941, professora aposentada, 69 anos, neta de um dos fundadores, Sizino Antônio Machado. Possivelmente, ela passou a frequentar o clube após seus 15 anos, pelo idos de 1956. Para ela, estes afrodescendentes de Laguna faziam parte de uma elite negra, julgando-se superiores àqueles que não faziam parte do seu espaço de sociabilidade.

¹² SAYÃO, Thiago Juliano. As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC). *Revista Brasileira de História*, vol. 35, 2015, n. 69. p. 131-154.

Então o que contavam era o seguinte - a discriminação que existia, não era discriminação, era separação entre mulatos e negros, então existia o preconceito entre a própria raça, então quem frequentava o União Operária eram mulatos, geralmente mulatos claros era o caso da minha mãe, e o Souza frequentava os mais escuros pretos, negros mesmo. Então os negros pretos sonhavam um dia botar os pés na Operária sabe, isso contado pela minha mãe, e os mulatos debochavam. União Operária já era diferente, as pessoas, além de serem um pouquinho mais abastados, assim, numa melhor situação financeira, eram mais claros, então se julgavam superiores aos outros, coisa triste né? Mas fazer o que?¹³

A professora Marli Brum utiliza os conceitos de discriminação, separação e preconceito para explicar a tensão e divisão entre os Cruz e Sousa e União Operária. Ao cotejarmos os documentos com as memórias dos nossos depoentes, não identificamos práticas segregacionistas ou de total exclusão. Os documentos indicam conflitos entre os associados, mas não de segregação. Ademais, os protagonistas dessas agremiações não eram um grupo coeso. Os dissabores que permeiam as relações sociais em qualquer grupo ocorreram também entre os afrodescendentes de Laguna, pois possuir ascendência africana não significa coesão absoluta, tão pouco relações sempre harmoniosas. As discordâncias e separações dos associados de ambas as agremiações não impediram que eles continuassem mantendo seus laços e afetos, mesmo frequentando espaços de sociabilidade distintos ou participando nas duas agremiações ao mesmo tempo, conforme já foi analisado.

As lembranças de Marli e dos demais entrevistados sustentam a ideia de que o União Operária era o clube da “elite negra” e o Cruz e Sousa, de *pretos* humildes. Como já discutimos, em relação aos problemas deste conceito de elite negra, o que nos interessa compreender são as memórias herdadas e sua permanência. Como bem destacou Pollak (1992, p.202), considerando o caráter “flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar que, na maioria das memórias, existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis”. As lembranças transmitidas por familiares e redes de amizade fortaleceu no imaginário dos lagunenses o clube União Operária como esse espaço de afrodescendentes abastados. Estas memórias, de forma consciente ou inconsciente, forjaram uma representação do clube que não se sustentou com as análises das fontes. Como já

¹³ BRUM, Marli. Entrevista concedida a Júlio César da Rosa. Laguna, 29 de janeiro de 2010. Entrevista.

visto, não eram pessoas miseráveis, mas também não podem ser vistas como elite. Já que a memória faz parte de um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significados (PORTELLI, 2016), o clube Cruz e Sousa teve sua história silenciada e, quando recordada, classificaram-no como um clube de pessoas de poucos recursos econômicos, divergindo do que averiguamos nos documentos investigados. Marlim Brum, ao relatar sobre sua família, nos informa como era sua situação econômica. “Minha família, por exemplo o meu pai, era funcionário público, a minha mãe trabalhava só em casa”. Ao aferir as memórias de Marli com os documentos, identificamos o seu pai Bento Brum associado ao União Operária e ao Cruz e Sousa, conforme já foi destacado.

Continuamos a análise das memórias com o radialista João Manoel Vicente, cor branca, com 79 anos de idade na época da entrevista. Seu depoimento contribuiu para apreendermos a complexidade das classificações raciais no Brasil republicano, bem como o processo de silenciamento da história do Cruz e Sousa.

Eu não tenho muita lembrança do Cruz e Sousa, minha lembrança é do Operária. Mas, tudo me leva a crer que o Cruz e Sousa era mais formado por músicos, com bandas de músicas. Tudo me leva a crer isso. Deixe-me, permita eu pegar esse livro. Não sei qual é a página que está isso (não compreendi o que ele falou)? E você vê a fala que me interessou: Cruz e Sousa. Acelino Gonzaga. Eu não conheci. Afonso Sabino, esse eu conheci. Afonso Sabino morava ali na Praça César França de Magalhães. Era um mulato gordo, músico. Adolfo Campos era um mulato também que trabalhava na Prefeitura. E outros e o presidente era o Prudêncio Martins. Eu não conheci muito o Cruz e Sousa. Agora faço até confusão porque tinha um desses clubes de pretos que era ali na rua, no final da rua Voluntário Firmiano. E tinha um outro aqui na Rua Osvaldo Aranha que eu não me lembro o nome onde hoje tem [a casa de] um promotor aposentado. Um desembargador.¹⁴

Manoel Vicente, ao se lembrar do clube Cruz e Sousa e das profissões que os fundadores ocupavam, menciona que talvez o clube fosse formado por músicos. Como já foi discutido, os sócios fundadores e seus agremiados ocupavam ofícios semelhantes aos associados do clube União Operária e realmente alguns dos sócios do Cruz e Sousa e União Operária fizeram parte das associações musicais de Laguna. Acelino Gonzaga, assim como Antônio Felisberto da Rosa, estavam na diretoria da associação Carlos Gomes, em 1907, e também compunha esta diretoria

¹⁴ VICENTE, João Manoel. Entrevista concedida a Júlio César da Rosa. Laguna, 28 de janeiro de 2010. Entrevista.

José Augusto de Carvalho, conhecido como José Cravo e um dos fundadores do União Operária (13/01/1907). Um outro aspecto que gostaríamos de ressaltar são as categorias utilizadas por nosso entrevistado para identificar a cor destas pessoas. Ora ele classifica-os como *mulatos* ora como *pretos*. Adolpho Campos, em sua certidão de batismo, ainda nascido no período da escravidão, foi identificado como *crioulo*¹⁵, mas Manoel Vicente o via como *mulato*. Interessante perceber que, mesmo ao pensar que estava confundindo “um desses clubes de pretos”, ele nos confirmou o primeiro e o último endereço das sedes que o Cruz e Sousa ocupou. O fato de o clube ter encerrado suas atividades nos anos de 1950 contribuiu para que os vestígios das experiências desse espaço de sociabilidade fossem entregues ao esquecimento. Como destaca Portelli (2016, p. 47), “memórias não são esquecidas e sim suprimidas”. A conjuntura desfavorável da agremiação, com o fim de suas atividades, e o silêncio sobre suas memórias tornaram aquele espaço marginal ou de pouca importância para a história de Laguna.

No depoimento de Marina Viana da Silva,¹⁶ com 97 anos na época em que deu depoimento à Marilise Luize dos Reis, nos fornece alguns elementos que indicam a complexidade da racialização, bem como as tensões no início da República entre os afrodescendentes e representantes de algumas instituições, neste caso, da igreja católica local.

Não. Cada um tinha o seu clube. Tinha o Cruz e Sousa e a União Operária! União Operária era dos mulatos. Mulatos! Da minha cor. E o Cruz e Souza era dos negros pretos! Bem preto. E, também, tinha a festa da Nossa Senhora do Parto, que era os mulatos que tomavam conta. Os pretos tinham a Nossa Senhora da Conceição, que era a festa deles. E Nossa Senhora da Conceição era dos pretos! E a Nossa Senhora do Parto, era dos mulatos. Aí teve uma ocasião que o padre queria tirar dos pretos a santa! Ficar para eles. Queria vender, para outro lugar, para tirar dos pretos, aí já estava no caixote já! Encaixotado, que era para ir não sei para onde. Fizeram uma briga os negros, me lembro do falecido Afonso, que morava no Magalhães! Nós saímos do colégio, aí todo mundo foi ver aquela brigassada que queriam. Que o padre queria tirar a santa, iam mandar para o estrangeiro no navio! Naquele tempo era! Aí os negros descobriram, aí vieram na igreja. Seu Afonso estava de manga de camisa, brigando para tirar assim, que o padre, para tirar de dentro do caixote e botar no altar! Ai os negros aqui tomavam a conta da santa no altar e que não era para tirar a santa e mandar para o estrangeiro. Conseguiram! Fizeram uma brigassada na igreja!

¹⁵Certidão de batismo pesquisada nos registros genealógicos do sítio Family Search.

¹⁶ SILVA, Marina Viana. Em entrevista concedida a Marilise Luiza Martins dos Reis. Laguna, dez. 2010.

Ai a gente saiu do colégio para ver! Encheu toda igreja! O seu Afonso era um negro preto! Suava que só vendo, aí tiraram mesmo, tiraram e colocaram como ele queria! Ah nós fazíamos [amos] uns bailes [s] muito animado. Os bailes [s] dos pretos sempre diziam que era mais animado do que os da União Operária!

Se identificando como *mulata*, Marina Viana identificou o Cruz e Sousa como clube de “negros pretos, bem pretos”, e afirmou que cada um organizava festas para as devoções específicas, da Nossa Senhora da Conceição e do Parto. Queremos chamar atenção para a identificação de Afonso Sabino. Enquanto João Manoel Vicente o identificou como *mulato*, Marina Viana o classificou como *preto*. Ela era esposa de Saturnino Martins, conforme destacamos no terceiro capítulo, aquele que foi eliminado do Cruz e Sousa sem saber o motivo e ironizou os erros de escrita do secretário. Talvez ela não recordasse das filiações de seu marido ou estivesse ocultando sua participação na ruptura entre essa agremiação e Saturnino, que se deu um ano após a fundação do clube e esse possivelmente não tenha mais frequentado aquele espaço. Verificamos que Afonso Sabino foi identificado a partir de critérios raciais relacionados ao lugar social que os entrevistados ocupavam. Manoel Vicente, radialista, branco e de classe média, e Marina Viana da Silva, filha de Eugenio Viana, um destacado sócio e comerciante do União Operária, era casada com um sócio do clube e identificou-se como *mulata*, e ambos classificaram Sabino como *mulato* e *preto* respectivamente, nos permitindo perceber como a cor/raça no Brasil é mutável.

Um outro aspecto que gostaria de destacar em sua entrevista é o relato do conflito entre Afonso Sabino e o pároco local. Não possuímos elementos satisfatórios para analisar esta tensão entre os devotos da Nossa Senhora do Parto e o clérigo, entretanto, como já analisamos, sabemos que, em 1908, os devotos da Conceição estavam sendo impedidos de usar as “varas de pallio” pelo pároco local.

Possivelmente, ao tentar recolocar no altar a imagem dos devotos, Afonso Sabino enfrentou o pároco local conservando a Santa no lugar onde ele queria e sabia que tinha direito de escolher. Não sabemos se este conflito ocorreu antes ou depois do conflito com os pardos da Nossa Senhora da Conceição. Por mais que nos falem elementos suficientes para compreender este episódio, se o compararmos com a tensão envolvendo os pardos, o que estes devotos estavam reivindicando era o seu direito de cidadãos e poder exercer pública e livremente o seu culto. O que observamos nestes dois casos são tentativas de manutenção das

hierarquias sociais e raciais dos tempos da escravidão, como a antiga prática de proibir a participação de africanos e afrodescendentes nos mesmos espaços que os brancos, neste caso, a igreja católica da cidade. É muito provável que esta não fosse uma posição isolada do pároco e que muitos outros cidadãos de Laguna o apoiaram nesta tentativa de exclusão. Contrariando tais posturas, mesmo possuindo o seu próprio templo, as fontes sugerem que os afrodescendentes da cidade não estavam dispostos a conservar antigas hierarquias, e sim rompê-las com seu estatuto de cidadãos. Marina Viana também destaca que, entre as festas realizadas por ambas as agremiações, na sua opinião, o Cruz e Sousa levou o título de ser o mais animado. Indagada sobre as condições sociais dos *pretos*, a depoente afirma que: “tinha uns pretos posudo, de classe média, tinha preto dali [no União Operária], mas desde que tivesse assim, uma vendinha, aí podia ir pra União Operária, preto pobre não entrava”.

Como a memória é um campo de disputa, mesmo afirmando que havia pretos com certo poder aquisitivo e que frequentavam o clube União Operária, a representação construída sobre os sócios do Cruz e Sousa reforça a imagem da pobreza. Encontramos sustentação nas lembranças de Marina Viana e, ao comparar seus relatos com as fontes da época, encontramos pessoas identificadas como pretas nos documentos civis e eclesiásticos investigados. É importante observar que a memória pode ser usada por uma pessoa ou grupo de pessoas para se defender e/ou reafirmar posições. Neste sentido, quando esses depoentes pronunciavam que os *mulatos* da “União Operária” eram a elite afrodescendente de Laguna, nós também entendíamos que aquilo fazia parte da construção e da reconstrução de suas memórias. Esses entrevistados, sendo filhos, netos, bisnetos e frequentadores daquela agremiação, talvez desejassem manter o *status* conferido a seus pais e a eles próprios, por isso ocultam, inventam e/ou modificam, de forma consciente ou não, suas lembranças. No depoimento abaixo, de Juvêncio Bento Filho, com 67 anos na época da entrevista, apreendemos como esta memória coletiva foi reforçada, reproduzindo hierarquias sociais entre os agremiados das duas sociedades.

Vou te dizer então o porquê. Nós tínhamos aqui a União Operária e o Sousa, outro clube, só quem vinha por dentro dessa União Operária, era só mulato claro e quem trabalhava no comércio, isso é, quem tinha poder aquisitivo melhor. E os mais escurinhos, que não tinha esse meio de vivência, eles iriam lá pro Cruz de Sousa, também fica[va] no centro, ali no Rincão. E os bailes aqui na Operária, não entrava branco naquela época, era clube de moreno, no caso as vezes vinham diretores de outras sociedades dos negros, como por exemplo, o 1º de Maio de Tubarão, a União Operária de Criciúma, também tinha um clube moreno em Itajaí, eles também vinham para os bailes aqui na Operária¹⁷.

Os conflitos que existiam eram justamente por causa disso aí, por causa do poder aquisitivo, que aqui entrava as pessoas mais... de melhor porte e haveria assim uma discriminação entre a Operária e o Cruz de Sousa, tá entendendo? Então com o tempo, aí o clube União Operária foi cedendo, para que também isso aqui não caísse em uma tragédia, entende?¹⁸

Como podemos verificar na fundação das duas agremiações, estes acontecimentos não foram vivenciados por nossos entrevistados, mas foram apreendidos na convivência com os sócios fundadores. A memória construída, gravada e herdada reforçou a imagem do União Operário como um clube de afrodescendentes abastados e ligados ao ramo do comércio e, como já destacamos, havia sócios ligados a estas atividades econômicas, todavia, confrontando as memórias do nosso entrevistado com os documentos da agremiação, esta informação não se confirma. A memória construída coletivamente, os acontecimentos “vividos por tabela, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (POLLAK, 1992, p. 205), no caso, os *mulatos*, “gravaram, excluíram e lembraram a formação das duas agremiações, a sua separação e como eles eram economicamente distantes dos mais “escurinhos”. Além de destacar o poder aquisitivo dos sócios do União Operária, Juvêncio Filho destaca o contato do clube com outras agremiações de afrodescendentes de Santa Catarina, como o 1º de Maio de Tubarão, uma cidade vizinha de Laguna, o União Operária, de Criciúma, ambos fundados nos anos de 1930. Ele também destacou um clube de Itajaí, possivelmente, Sebastião Lucas, fundado nos anos 1950.

¹⁷ FILHO, Juvêncio Bento. Entrevista concedida ao autor em 16/01/2018.

¹⁸ Idem.

Na sessão solene da Assembleia Geral, realizada em 9 de fevereiro de 1928,¹⁹ em comemoração aos 25 anos do União Operária, encontramos registrada a leitura de dois ofícios, pelo secretário João Augusto, em nome da S. R. Anita Garibaldi e do Clube Cruz e Sousa, parabenizando o aniversário de sua coirmã. Nas comemorações do dia 1º de maio do ano de 1931, estava presente o orador da agremiação Cruz e Sousa, Adolpho Campo, “representante da S.R. Cruz e Souza, historiando o dia do trabalho, em seguida, o João Augusto secretário do União Operária leu um singelo discurso que trazia em recordação o nosso Hino Operário”²⁰.

Em um dos raros documentos produzidos pelo clube Cruz e Sousa, encontramos junto a documentação do União Operária. São dois ofícios expedidos em 1939 e 1940. Estas missivas de fevereiro de 1939 e 1940 comunicavam a diretoria eleita dos respectivos anos, com a presença de sócios circulando em ambas as agremiações. As fontes analisadas, como estes ofícios e os registros de comunicações e participação de um representante do Cruz e Sousa no clube União Operária, sugerem que, mesmo havendo dissidência/divergências entre estes afrodescendentes de Laguna, a cordialidade, os vínculos afetivos, a solidariedade não foram irrompidos por completo, pois, além de transitarem nos clubes sociais, nossos protagonistas mantinham contato nas associações musicais, nas confrarias religiosas²¹ entre outros espaços de sociabilidade na cidade. Estes documentos e as memórias de Juvêncio Filho revelaram contato com outras agremiações de afrodescendentes de Santa Catarina, bem como insinuam uma possível rede de relações e troca de experiências entre este associativismo afrocatarinense do qual infelizmente não possuímos elementos suficientes para tecer maiores reflexões, nesse momento.

Um outro aspecto da entrevista de Juvêncio Filho que não se sustenta ao corroborar com as diversas fontes é a ideia de que havia diferenças econômicas entre os dois clubes. As distinções estabelecidas, a qualificação de uns, no caso os *mulatos*, e a desqualificação dos outros, ou seja, os *pretos*, não se constituiu somente com base em critérios econômicos, como diz nosso entrevistado, já que os sócios de ambas agremiações faziam parte da mesma classe social, sendo que alguns poucos membros ascenderam socialmente. A divisão das agremiações foi

¹⁹ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1928, p.45.

²⁰ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1931, p. 8.

²¹ Pasta avulsa com 67 documentos diversos como, ofícios para outras agremiações e seus associados, recibos de pagamento de prestação de serviços entre os anos de 1934 a 1993.

por “causa do poder aquisitivo que aqui entrava as pessoas de melhor porte e haveria assim uma discriminação entre a Operária e o Cruz de Sousa”²². Divergindo do depoimento de Juvêncio Filho, as lembranças de Marina Viana destacaram a existência de “uns pretos posudos, de classe média, tinha preto dali [do União Operária], e estes eram aceitos “desde que tivesse assim, uma vendinha, aí podia ir pra União Operária, preto pobre não entrava”²³. Ele afirmou que pretos eram interditados, os mais escuros, já “o pardo, o moreno também entravam. Você, a minha pessoa, já o outro mais escurinho não viria[m] para o União Operária, porque aqui a predominância era mulato claro, negro escuro não tinha vez aqui”²⁴. Como podemos observar, a memória é seletiva e um campo de disputa. Os nossos dois depoentes, ainda que se identificassem como mulata/o, divergiram sobre aceitação daqueles que eram mais escuros.

Quando falamos de *critérios econômicos*, temos que levar em consideração o que a palavra – *posudos* – nos revela. Também ocorria ali uma avaliação das profissões de mais prestígio e estabilidade, não necessariamente detentoras de rendas mais elevadas. Trabalhar no comércio, possuir uma *vendinha*, ocupar emprego público, eram ocupações que denotavam prestígio comunitário, não que *artistas* (pedreiros ou carpinteiros especializados) não obtivessem rendas convenientes às despesas familiares, mas quiçá os trabalhos manuais carregassem um tributo de certa depreciação.

Marina Viana possivelmente frequentou o União Operária desde sua fundação, pois, como já foi mencionado, era esposa de Saturnino Martins, que estava desde 1908 no clube dos mulatos (O ALBOR, 03/05/1908). Juvêncio Bento Filho, conforme depoimento, passou a frequentar aquele espaço com 17 anos de idade, nos anos de 1968. Conviveu com alguns sócios fundadores e frequentadores mais antigos do União Operária e, ao analisarmos as flutuações e construções das memórias, as reflexões de Maurice Halbwachs (2003, p.69) nos auxiliaram a compreender que “se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo”. E continua ele “desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a

²² FILHO, Juvêncio Bento. Entrevista concedida ao autor em 16/01/2018.

²³ SILVA, Maria Viana. Entrevista concedida a Marilise Luiza Martins dos Reis. Laguna, dez. 2010.

²⁴ FILHO, Juvêncio Bento. Entrevista concedida ao autor em 16/01/2018.

cada um deles”. Ambos os entrevistados tiveram suas memórias transmitidas no interior do clube e da família, as lembranças de quem era aceito ou não no clube União Operária tiveram divergências. Como assinalou Halbwachs (2003, p. 69), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”. Sendo assim, Marina Viana vivenciou a época das duas agremiações, e talvez sua autoidentificação como mulata seja por conta de sua vivência mais próxima da formação do União Operária, primeiramente com seus pais e demais familiares e posteriormente com seu marido. Com seus 97 anos, Marina fez parte de processo de construção de uma memória que legitimou o União Operária como um clube de destaque. Já Juvêncio Filho, quando passou a ter contato com as experiências dos clubes União Operária, o Cruz e Sousa, ao que tudo indica, já havia encerrado suas atividades (REIS, 1996, p. 74; ROSA, 2019, p. 124).

Era muito provável que, com o convívio com alguns sócios fundadores, os acontecimentos vividos por eles fossem incorporados por este e outros membros. Assim, ao conferir ao clube a imagem de um espaço permitido somente aos “pardos” e “morenos”, e onde preto não entrava, interpretamos essa versão como uma tentativa de manter o clube e a si próprios como integrantes de um grupo e de um lugar de distinção. O desejo de diferenciação pode ser compreendido a partir da reflexão de Halbwachs, e o anseio dos agremiados do União Operária era continuar ocupando em lugar de destaque entre o grupo de afrodescendentes da cidade. O *status* conferido ao clube União Operária foi reforçado por Juvêncio Bento Filho. Ao ocupar um lugar de prestígio na agremiação, nas memórias herdadas por ele, e apreendidas na entrevista, percebemos um desejo de legitimar a ideia de um clube ocupado somente por mulatos. Ao mesmo tempo em que as lembranças desses dois entrevistados, Marina da Silva Viana e Juvêncio Bento Filho, divergiram sobre a interdição dos pretos no União Operária, os dois deixaram explícitas as suas identidades, se definindo como mulata/o e moreno.

Continuando a análise das entrevistas, João Batista Cruz, 71 anos, radialista, foi presidente do clube União Operária por uma década e nos relatou a existência de outros clubes sociais criados por afrodescendentes em Laguna.

É porque, equivocadamente, o negro em Laguna também se dividiu. Então tinha o negro, um tipo classe “A”, que precisava ser um mulato claro, de uma certa reputação e havia o Doze e outros salões do negro considerado pobre, não era só mais escuro que os da União Operária, mas também pobres. Então por um equívoco histórico né, o nosso clube também se dividiu e aí, e o fato maior é dele estar no centro da cidade, então aí se dizia aqui é um clube dos negros ricos, em prejuízo de uma comunidade que precisava sempre se reforçar para manter suas tradições de afrodescendente. Esse, eu acredito, que os nossos avós ou ainda mais antigos pensaram, é proteger o clube para que ele continuasse contando a história dos negros em Laguna²⁵.

Mas aqui no centro era bem isso, clube União Operária dos negros de cor clara, o Cruz de Souza já era mais acessível a essa coisa de... Então ficou rotulado que a Operária era dos negros ricos e o Cruz de Sousa dos pobres. Na verdade, além de considerar muito a cor, o negro preto não entrava na Operária, ainda tinha o poder econômico né, que também influenciava²⁶.

Antônio Paulo Bento, João de Souza Júnior e Marli Brum informaram a existência de um terceiro clube, não recordaram se o espaço tinha um nome específico, somente que fora fundado por um sujeito chamado Arnô. Narraram que esta agremiação ficava no Bairro Portinho e era frequentada por “negros” e “brancos”, porém o espaço era dividido com uma corda ou cerca de madeira para manter a separação por cor/raça. Este clube não teve vida longa, conforme destacaram os entrevistados. Possivelmente, as tensões geradas naquele espaço se deram não só pela divisão dos amigos no momento de sociabilidade, mas também pela vontade de alguns em manter a separação. Não dispomos de maiores informações sobre este clube, se ele foi anterior ou contemporâneo ao União Operária e Cruz e Sousa. Entretanto, apreendemos a existência de outras experiências associativas envolvendo os afrodescendentes de Laguna, e estes novamente foram destacados como pessoas pobres por nossos depoentes.

Nosso entrevistado Batista Cruz destoa das memórias dos demais entrevistados, ao considerar o fato de o clube União Operária estar no centro da cidade como um motivo de ter sido “rotulado que a Operária era dos negros ricos e o Cruz de Sousa dos pobres”. Batista Cruz também confirma nossas suspeitas que cor e condição social foram a chave para a construção da suposta identidade preta ou mulata. Interessante observar que o clube Cruz e Sousa, conforme já discutimos,

²⁵ CRUZ, João Batista. Entrevista concedida ao autor, 18/01/2018.

²⁶ Idem.

também ocupou espaços nas regiões centrais de Laguna e, ainda assim, forjou-se na imagem de um clube de pretos pobres. Em um dos poucos depoimentos que conseguimos de um frequentador do Cruz e Sousa, percebemos as tensões, afastamentos e aproximações, bem como falas de autoestima e valorização de si e do grupo. Bento João Antônio, 75 anos, aposentado na Eletrosul (Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil), nos relatou sobre o contato com amigos identificados como *mulatos*.

Eram meus amigos, mas nós não íamos, onde eles iam nós não íamos! Às vezes passavam por aqui e chamavam nós de macacos, nós éramos amigos, grandes amigos. Mas que eu me lembre não, os que eram da União Operária tinham cabelo bom e não davam bola mesmo! Não davam bola.²⁷,

No relato acima, podemos verificar a amizade com alguns mulatos e as tensões ao relembrar xingamentos que retiravam a humanidade daqueles que eram identificados como *pretos*. É bem provável que, por parte de alguns afrodescendentes com fenótipos (ou hábitos estéticos) mais próximos dos brancos, houvesse a reprodução das hierarquias raciais em voga, mas, como apontam os documentos, a circulação de associados e a dupla associação em ambas as agremiações e outros espaços associativos sugerem que distinções estavam relacionadas mais ao nível econômico. Quando indagado sobre as condições econômicas dos agremiados do Cruz e Sousa e União Operária, Bento João destaca que muitos eram pedreiros, carpinteiros, motoristas, trabalhavam na estiva, eram pescadores. Ele citou o sócio fundador do União Operária, Pedro Jerônimo do Nascimento, destacando sua profissão de carpinteiro. As suas memórias corroboram com os documentos da agremiação e aproximaram as duas agremiações em termos econômicos. Ele completa sua fala dizendo,

Ele [Pedro Jerônimo do Nascimento] era muito bom, mas também era assim, trabalhava de pedreiro ou então de carpinteiro, entendesse? Não tinha de dizer assim: É porque trabalha num banco –, não tinha não, nem fiquei sabendo de alguém lá [União Operária] que trabalhasse num banco, mas tinha aquela coisa. Eu, por exemplo, fui chamado de nego, preto, [...]. Não preciso nem dizer para ti, mas eu andei bem vestido toda a vida, não tinha inveja nem de branco e nem de mulato, eu me dava bem com os mulatos, tinha amigos meus, aquela coisa toda, mas lá eu não ia, eles sabiam que eu não ia.²⁸

²⁷ ANTÔNIO, Bento João. Entrevista concedida ao autor, 21/01/2010.

²⁸ Idem.

Fotografia 13 - Bento Antônio João



Fonte: Acervo do Autor, 21/01/2010.

As memórias de Bento João registraram as tensões ocorridas entre alguns membros das duas sociedades. Mesmo destacando que existia relações de afeto e amizade entre ele e alguns mulatos, reforçou que não frequentava o União Operária. Também destacou em sua fala a valorização de si e o orgulho. O requinte com a vestimenta para frequentar o clube pode ser interpretado como exigências feitas para ter acesso àquele espaço, mas também para desconstruir estereótipos que afetavam a população afrodescendente como um todo. A vestimenta, fora e dentro dos espaços de sociabilidade, era altamente valorizada conscientemente para fugir da discriminação, exclusão e romper com estereótipos como já assinalaram as pesquisas de Maria (1997); Jesus (2005); Magalhaes (2017), Silva (2011; 2017); J. Rosa (2019); Lucindo (2020). Assim como nosso entrevistado afirma que seus amigos mulatos sabiam que ele não frequentaria aquela agremiação, suas lembranças sugerem que ele próprio frequentou o União Operária e que as interdições/aceitações aconteciam, dependendo da vontade do presidente que estava à frente da agremiação dos mulatos. “O Bento Brum, pai dessa menina [Marli Brum] que criou esse radialista [seu enteado Rodrigo Bento], com o Bento Brum não

tinha essas palhaçadas, era o homem mais forte que trabalhava na estrada de ferro”. Bento Brum, como já foi discutido, participou da diretoria das duas agremiações e, segundo Bento João, em sua gestão, as interdições dos pretos não ocorriam ou talvez ocorressem com menor frequência. Sua fala apresenta uma interpretação plausível, quando comparamos com a documentação da época, percebemos que seus diretores estavam presentes em ambas agremiações.

Os documentos investigados nos permitiram perceber que eram sempre os mesmos sócios de ambas as agremiações que circulavam entre este associativismo de afrodescendentes de Laguna. Possivelmente as barreiras eram afrouxadas com a influência e a presença de um presidente e outros sócios que circulavam entre o Cruz e Sousa e o União Operária. Talvez houvesse a intenção de aumentar o número de sócios, um aspecto que também não pode ser desconsiderado e que também não dependia somente do presidente e sim da diretoria e demais sócios. Uma vez composta a diretoria por estes associados, as interdições de determinadas pessoas diminuía ou acabavam. A nota de Pedro Victorino dos Santos expondo que “estas sociedades medram só no calor do entusiasmo, para fenecer nas mãos de proprietários que ocupam”, cotejando com as memórias de Bento João, em que ele afirma que, na gestão de Bento Brum à frente do União Operária, “não tinha essas palhaçadas”, ou seja, a ausência ou afrouxamento de uma seleção mais rígida para entrada de novos sócios ou, até mesmo, dos antigos, fortaleceu nossa tese de que disputas de projetos no clube causaram a cisão entre os associados e a fundação do Cruz e Sousa.

Investigando os livros de atas, apreendemos os indícios que avigoram as disputas internas; não era somente Pedro Victorino que discordava da maneira que a agremiação era administrada. Na assembleia geral de 16 de julho de 1922²⁹, o presidente em exercício Sizino Antônio Machado pôs em discussão o aumento de 500 reis nas mensalidades, conforme Art. 13³⁰, e um aumento de 5000 mil-réis nas joias. Antônio Felisberto da Rosa, em seguida, propôs a entrada de novos sócios, demonstrando que não havia necessidade de aumentar as mensalidades e sim o número de sócios. O presidente afirmou que não era possível aumentar atualmente o número de sócios, mesmo admitindo que a sociedade estivesse há três meses

²⁹ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1922, p. 56-57.

³⁰ Serão atribuições da Diretoria: Letra C. Decidir soberanamente a admissão dos sócios e no caso de concessão de títulos a sócios honorários ou beneméritos, fundamentar junto as Assembleias Gerais, por escrito, as razões de sua proposta.

com dificuldades de manter as despesas da casa e luz. Ainda assim, era contrário à entrada de novos sócios. Antônio Felisberto, também atuante na diretoria do Cruz e Sousa, declarou que até aquele momento a sociedade manteve-se com as mensalidades de 1000 mil-réis, e esta demanda acabou sendo deliberada com a votação empatada sobre entrada ou não de novos sócios. Na assembleia seguinte, no dia 23 de julho de 1922, Antônio Felisberto voltou atrás e disse não ter sugerido aumentar o número de sócios. Um número regular de associados presentes não aprovou o aumento de 500 reis mensais e, quanto à entrada de novos sócios, não foi registrado em ata, mas acreditamos que não foi aceita essa proposta. Os documentos não deixam claro os motivos que levaram Felisberto a declinar de sua proposta, mas a divisão do grupo sobre aceitar ou não novos sócios deixa entrever as divergências internas sobre administração da agremiação.

Outro indício que inferi sobre a existência de divergência entre o grupo que corrobora com a interpretação de que as interdições/aceitações aconteciam, dependendo da vontade do presidente que estava à frente da agremiação, ficou registrado em ata da sessão da Assembleia Geral, convocada em 15 de outubro de 1922³¹. A presidência ainda era conduzida por Sizino Antônio Machado e, naquele dia, estava sendo celebrado o pagamento e a formalização da posse do prédio adquirido pela sociedade. O secretário em exercício registrou “os esclarecimentos indispensáveis diante dos fatos de todos sabidos constantemente ocorridos por sócios que procuram acusar de precipitação mal-entendidos feitos de administração”³². Estes indícios evidenciam que demais sócios questionavam como a sociedade era administrada, não concordavam e demonstraram descontentamento com os “feitos de administração”. Ele termina afirmando que “era de todos sabidos que cumprimos o nosso compromisso em perfeita reciprocidade de confiança”³³. Estas divergências indicam a existência de projetos em disputa no União Operária e, é muito provável que aceitação/interdição de sócios nesta agremiação como podemos verificar era influenciada pelo presidente e pela diretoria do clube. Estes indicativos sugerem certa imposição e autoritarismo do presidente e membros da diretoria que faziam prevalecer as suas vontades em relação ao coletivo. Caso semelhante de dissensões e autoritarismo por parte das diretorias nas associações

³¹ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1922, p. 4-5.

³² Idem.

³³ Idem.

mutualistas e clubes sociais foram analisados por Domingues, (2010); Cardoso, (2012); Tiede, 2018; J. Rosa (2019); M. Rosa (2019); Lucindo (2020).

Um rastro de que as escolhas para ser aceito dependia mais da diretoria que estava à frente do clube ficou evidente nos registros de ata de 1939. Quem administrava a sociedade era Sizino Antônio Machado Junior, filho de Sizino Machado. Naquela reunião do dia 06 de janeiro, estava sendo propostos novos sócios, e levaria 15 dias para a Comissão de Sindicância dar seu parecer favorável ou não à entrada deles. Sizino Junior declarou “que resolvera seguir estritamente os estatutos para evitar incompatibilidade, rivalidade etc. que só serviam para enfraquecer e desmoralizar a Sociedade”³⁴. A sua observação confirma que até aquele momento, mesmo existindo uma comissão encarregada de analisar as propostas de novos sócios, ela atuava de acordo com a diretoria principal, permitindo ou não sócios que fossem convenientes. Esta atitude, percebida por sócios como Pedro Victorino, entre outros, é provável que seja uma das causas de desarmonia entre os afrodescendentes de Laguna. A atitude de Sizino Junior em seguir o estatuto foi uma estratégia de diminuir as tensões que enfraquecia e desmoralizavam a sociedade; ao seguir as regras do estatuto, tentava corrigir os erros cometidos. Estas pistas apontam para a hipótese de que a construção do clube Cruz e Sousa se deu por disputas internas no União Operária e a dupla associação e a circulação de sócios entre ambos os clubes questiona as memórias de nossos entrevistados sobre a fundação do clube ter se dado por causa da cor e das identidades pretas e mulatas sendo mobilizadas com a criação desses espaços.

Compreendemos que estas disputas envolviam relações de poder, reprodução de hierarquias, bem como conquista e manutenção de *status* social. Entretanto, não averiguamos, no conjunto de documentos investigados, resquícios de divisão entre os afrodescendentes de Laguna por cor. Sustentamos que esta divisão de quem poderia entrar no União Operária e no Cruz e Sousa estava pautada nas condições econômicas que possibilitavam a dupla filiação e na escolha de cada indivíduo de permanecer somente em uma das sociedades. Gostaríamos de chamar a atenção da atitude de Sizino Antônio Machado quando ele se recusou a aceitar novos sócios no União Operária. Ele foi um comerciante de sucesso em Laguna, e sua atitude em restringir determinadas pessoa a entrar no clube

³⁴ Livro Ata Sociedade Recreativa União Operária, 1939, p. 15.

interpretamos como uma maneira de marcar seu lugar social naquele espaço e perante a sociedade de Laguna. Sendo um comerciante abastado e muito conhecido na cidade, é compreensível que ele tentasse manter tanto sua imagem quanto a do clube atrelada à de um lugar de altivez social. O semanário de Laguna ao noticiar sua morte o identificou como sendo um “homem bom e trabalhador, tendo conseguido à custa de seus esforços fazer uma pequena fortuna” (O ALBOR, 05/05/1923). Atuante na sociedade União Operária, Sizino Machado convivia com outros afrodescendentes, construiu relações de solidariedade e compadrio com aqueles que transitavam no circuito associativo de Laguna. Ventilamos que sua atitude estava relacionada em filiar sócios com condições econômicas semelhantes à sua ou que fossem mais ou menos estáveis e não baseadas na cor.

Para compreender a construção dessas memórias e o jogo dessas identidades racializadas, procuramos analisar o vocabulário racial em Laguna no final do século XIX, até meados do século XX. Investigamos um conjunto de 108 registros eclesiásticos e civis de casamento disponíveis no sítio de Registro Genealógico Family Search e no Cartório de Registro Civil, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documento da Comarca de Laguna dos sócios das duas agremiações, para compreender quais os usos e significados das categorias *preto* e *mulato*, utilizadas e manejadas por estes homens e mulheres. Assim, apreendemos como se classificava quem era preto e quem era mulato. Como já foi discutido pela historiografia, ao longo dos séculos, os termos preto, crioulo, pardo e mulato tiveram determinados significados, sendo que o vocabulário racial no Brasil Império teve diferentes interpretações. Conforme verificamos nas fontes, o vocabulário racial de Laguna, no final do século XIX e início do XX, estava em concordância com as conclusões de Hebe Maria Mattos (2013) e Paulino de Jesus Cardoso (2008). A categoria preta designava a origem africana do escravizado, já o termo crioulo era utilizado para identificar os escravizados e forros nascidos no Brasil em meados do século XVIII e XIX (FARIA, 2007, p.135; GUEDES, 2008, p. 88; MATTOS, 2013, p. 41, 42, 106-107; CARDOSO, 2008, p. 250-251). Percebemos, analisando esse conjunto de registros de casamento, que estas categorias também eram empregadas em Laguna.

Dividimos estes registros de casamento em dois períodos, de 1872 a 1919 e de 1919 a 1950, para, assim, analisarmos as rupturas e continuidades desse vocabulário racial nestes diferentes contextos. Apresentamos a seguir a análise

destes documentos, produzidos entre os anos de 1872 a 1919. Neste período, dos 50 registros civis e eclesiásticos de casamentos que investigamos, 22 certidões um total de 44% indicou a cor nos documentos. O que mais nos chamou a atenção, mesmo com o advento da República, em seus primeiros anos, homens e mulheres ainda foram racializados com categorias do tempo da escravidão. Dessas 22 certidões em que consta a cor dos noivos, em 4 certidões (um total de 18% do total), os noivos foram identificados como ex-escravizado/as ou crioulos/as. Isto entre setembro de 1888 e novembro de 1896. É muito provável que, se investigássemos um número maior de registros de casamento nesse período, encontraríamos mais cidadãos e cidadãs sendo classificadas/os com estas categorias raciais. Encontramos ainda 3 casais pretos e 3 casais interracialis, perfazendo um percentual de 14% cada um. As demais 12 certidões, somando 54%, os noivos e noivas foram declarados ou se declararam como pardos.

Percebemos que a categoria *mulata* não foi acionada nas fontes, e o termo *preto* foi utilizado raríssimas vezes. Segundo Mattos (2013), como categoria histórica, *mulato* era a pessoa de origem africana de pele clara; o termo *pardo* significava o escravo descendente de homem livre (branco) ou nascido livre, mas com as marcas da ascendência africana e socialmente reconhecido em sua condição de livre com base em suas relações pessoais e comunitárias (MATTOS, 2013, p. 42). Sheila Farias (2004) interpreta que designativo *pardo* não era exclusivamente uma referência à cor, mas compreendia diferentes qualidades, ou seja, havia um arranjo social de duplo significado, o termo *pardo*, além de indicar uma miscigenação, se referia a filhos ou descendentes de crioulos (FARIAS, 2004, p. 69). Ela concluiu que “pardo, como negro, preto, dentre outras expressões, eram pessoas que não tinham cores diferentes, mas diferentes qualidades” (FARIAS, 2004, p. 78). Assim como Mattos e Farias, Roberto Guedes (2008) reflete sobre a fluidez da categoria pardo e como esse denominativo não estava relacionado somente à cor, mas às condições socioeconômicas, um indivíduo e sua família podiam mudar de cor à medida que ascendessem socialmente e com a inserção no mundo dos livres. O estabelecimento de relações pessoais em nível vertical com as elites locais e horizontal com seus pares pardos foram analisados por meio da trajetória de famílias que vivenciaram a ascensão social em Porto Feliz e São Paulo na segunda metade do século XIX. Guedes (2008, p. 102) destaca que “não se deve congelar a posição social pela cor. Por isso, creio que a hierarquia e a posição social

manifesta na cor eram fluidas e dependiam de circunstâncias sociais, sendo reatualizadas, negociadas” em uma perspectiva relacional. Afirma o autor (2008, p. 102) que a “mobilidade social, ascendente ou descendente, conforme as circunstâncias sociais, transformava um pardo em branco, um branco em pardo, um pardo em negro”.

Daniela do Carmo Kabengele, sobre *A trajetória do “pardo Antônio Ferreira Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês*, sua tese de doutorado em Antropologia Social, defendida em 2012, investiga as inflexões do termo pardo. Ela assinala que “o designativo *pardo* podia combinar aspectos da *cor* e da *condição social*, mas tal combinação não era simétrica e a ênfase em um aspecto ou outro dependia do contexto” (KABENGELE, 2009, p. 107), e completa que “eram pardos mediante os olhos dos outros, ou seja, para serem considerados pardos, os indivíduos dependiam do reconhecimento social de sua condição de liberdade, que era constituída, vale dizer, pelas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam” (KABENGELE, 2009, p. 107). Pois bem, em relação aos afrodescendentes de Laguna, não estamos diante de um grupo de ex-escravizados, embora alguns sócios dos clubes vivenciaram ou estiveram muito próximos da experiência da escravidão. Também não estamos perante um grupo de mestiços já que o termo *pardo* pode levantar esta hipótese de mestiçagem. Não estamos negando a miscigenação, pois os documentos demonstraram a existência de casamentos interracialis. O que explicitamos é que estes dois clubes eram formados majoritariamente por homens e mulheres de origem africana e que se declaravam ou foram declarados como pardos em seus registros de casamento.

Assim como sugere a bibliografia consultada *pardo* não está relacionado somente à cor, mas a outras variáveis, como privilégio econômico e prestígio social. Essa classificação racial no Brasil colonial e imperial foi acionada para se distanciar da escravidão, de africanos, pretos e mulatos. O denominativo pardo, já no período da República (e talvez seja uma continuidade), era uma estratégia adotada para continuar evitando o termo negro e a herança da escravidão. A memória da escravidão se manteve presente nas primeiras décadas em Laguna. Esta é uma interpretação plausível, pois, como afirmamos, se, após o fim da escravidão e primeiros anos da república, homens e mulheres ainda eram racializados com categorias do tempo da escravidão, é muito provável que esta tenha sido a motivação para assumir a identidade parda. Como assinala Daniela Kabengele

(2015, p. 420), “em uma sociedade racialmente hierarquizada, mas afeita a lógicas raciais contextuais, o termo ‘pardo’ inseria-se em uma taxonomia a *fortiori*, classificatória e contextual, mas que não era estática, pois se atualizava de acordo com interesses e situações”. O que verificamos nessa investigação e foi apresentado no quinto capítulo, a primeira notícia da organização de um clube social para população afrodescendente no período republicano gerou descontentamento e ameaças de utilização de chicote contra os afrodescendentes que estavam organizando aquele clube. Talvez o acirramento e a animosidade entre os afrodescendentes e brancos contrários ao direito legítimo de diversão que esta população estava exercendo tenham os intimidado e induzindo estas pessoas a dissimular em alguns momentos a seu pertencimento racial.

Associações dos nos 1920 e 1930 principalmente no Rio Grande do Sul e São Paulo já usavam o termo negro como autoidentificação e valorização da raça, tendo em vista Domingues, (2004); Silva, (2011, 2017); Lucindo, (2020). Talvez acirramentos e animosidades sejam os motivos que levaram os afrodescendentes de Laguna a não se manifestarem aberta e explicitamente sua origem racial, adotando um discurso oculto (SCOTT, 2013), manifestando de forma tímida e dissimulada seu pertencimento para sobreviver em uma sociedade que nutria um forte racismo antinegro como bem salientou Silva (2017). Além dessa manifestação nitidamente racista, no início do século XX, em 1901, uma nota no jornal de 1922 não passou despercebida com um título “*KU KLUX KLAN*”. Por si só a nota já desperta curiosidade, e ao analisar esta publicação sem identificação, o autor inicia da seguinte forma: “O que determinou a criação da Ku-klux-klan nos Estados Unidos foi a necessidade de defender a raça branca da perigosa e prodigiosa ascendência dos pretos”. O articulista contextualiza o surgimento da seita de extrema-direita e supremacistas brancos tendo por origem o Tennessee, no Sul, “onde os negros adquiriram poderio, prestígio e fortuna, propriedade e audácia tal que punham em risco o prestígio, o poderio, a fortuna, a propriedade e a situação dos brancos”. Continua ele dizendo que a seita extremista “fez tudo o que a lei não poderia fazer para suprimir o poderio e o prestígio assombrosamente dos negros”. Por conta das perseguições, exclusão e segregação, o articulista diz que os pretos norte-americanos tiveram que se organizar à parte da sociedade, criando seus bairros, escolas, comércios, suas indústrias e sociedades recreativas. Diz ele que se falava no retorno da seita nos Estados Unidos com as mesmas intenções, mas o grau da

civilização atual não comportaria execuções sumárias e julgamentos secretos, como em 1865. Ele finaliza o artigo dizendo que.

Embora os meios a empregar hoje sejam diferentes, é certo que os brancos da América do Norte querem reagir contra a influência dos negros na vida do país, e pensam que a ku-klux-klan seja uma maneira eficaz de impedir que se expandam as novas tendências do preto em tomar posições de destaque. Aliás, essas novas tendências estendem-se por outras países das duas Américas – e não seria mau que a grande federação chefiada pelo general Nathan Farrest também se estendesse por aí. (O ALBOR, 09/03/1922).

A publicação dessa nota no jornal não foi por acaso, acreditamos que a postura dos afrodescendentes da cidade estivesse incomodando alguns lagunenses. Possivelmente, o envolvimento em questões, como a política e a ascensão social de alguns afrodescendentes como foi destacado nesta investigação, o exercício da cidadania, a atitude altiva dessas pessoas, exigindo os mesmos direitos, compreendidas como uma afronta e somente ameaça declarada, inibiria “a tendências dos pretos em tomar posições de destaque”. É claro que tais atitudes desagradaram aqueles que ainda viam as populações de origem africana como alguém que não deveria ter os mesmos direitos que os brancos. Assim como essa ameaça declarada e o anseio de instituir uma seita como a ku-klux-klan, outras ameaças e formas de cerceamento de direitos que não foram publicadas tenham influenciado as ações dessas pessoas, limitando sua ousadia, inclusive, em declarar de forma evidente a sua origem racial. Não encontramos casos de linchamento ou perseguições, como demonstrou Karl Monsma (2014) para oeste paulista, porém esta nota é um forte indício do racismo sofrido pelos afrodescendentes em Laguna e a vontade que esta sociedade sustentava em manter antigas hierarquias raciais.

Uma outra nota no jornal com o título “Tudo preto...” demonstrando muita indignação, o autor inicia protestando: [...] “é assim que um jornal dos Estados Unidos vê as coisas aqui no Brasil”. Ele queixa-se que o jornal não destaca nossas questões políticas, e sim o “negrume que por aqui vê esse jornal é sob o aspecto étnico. E faz descobertas realmente espantosas” (O ALBOR, 25/12/1926). Sua indignação refere-se ao fato de o jornal afro-americano Chicago Defender ter noticiado o voo que ocorreu da Espanha ao Brasil, liderado pelo Comandante João

Ribeiro de Barros³⁵. De família abastada, o jovem paulista de Jaú (SP), aos 27 anos, tornou-se celebridade, na década de 1920, como o primeiro piloto das Américas a comandar uma travessia aérea do Oceano Atlântico sem escalas nem ajuda de navios. Em sua tripulação, estavam o copiloto Tenente do exército Arthur Cunha (depois substituído por Tenente João Negrão), e o navegador, capitão do exército Newton Braga, identificados como afrodescendentes pelo periódico. Em tom de ironia, o periodista também afirma que “um jovem brasileiro preto chamado Santos Dumont havia contornado a Torre Eiffel” e finaliza o artigo dizendo para os leitores não se indignarem e que o jornal não fez por mau, e sim porque o *The Chicago Defender* é o órgão máximo dos negros americanos e “foi por orgulho de raça que Santos Dumont, Gago Coutinho e Ramon Franco [também] foram transformados em pretos” (O ALBOR, 25/12/1926).

Ao negar a afrodescendência dos pilotos Arthur Cunha, João Negrão e Newton Braga que participaram dessa travessia do Atlântico, o autor dessas críticas demonstra o racismo ao utilizar o termo “negrume” para se referir às populações de origem africana, bem como seu pensamento reflete a ideia do branqueamento em voga ao não admitir que dois homens de origem africanas pudessem ser pilotos de avião. Negar a origem racial desses homens foi mais fácil para o articulista ironizar e afirmar que foi por conta do orgulho da raça que o período afro-americano tenha os identificados como afrodescendentes. Estas duas notas refletem as tensões raciais em Laguna, bem como a possibilidade de atitudes e ações agressivas por parte da sociedade branca, inibindo e acautelando as exigências e aspirações dos afrodescendentes da cidade. (MONSMA, 2014, p. 200).

Como sugerem os documentos, a maioria dos sócios de ambas as agremiações se autoidentificaram ou foram identificados como *pardos*. Estes dois termos *pardo* e *mulato*, que não eram necessariamente *mestiços*, eram expressões conhecidas por toda sociedade e adotadas como identificação para escapar do peso que o termo *negro* carregava. Como destaca Lilia Moritz Schwarcz (2012, p. 119), no Brasil, “pardo nosso curinga classificatório é na verdade sinônimo de negro ou mulato”. Os afrodescendentes de Laguna, ligados aos clubes recreativos e com uma situação econômica mais ou menos estável, como sugere a documentação, se distanciaram do termo negro e se percebiam e eram vistos como *pardos*. Não

³⁵ Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes/o-voo-do-joao-de-barros/>> ou <<https://www.pilotopolicial.com.br/aniversario-da-epopeia-do-voo-do-jahu/>> Acesso em 23 nov. 2020.

consideramos que o designativo pardo tenha sido uma escolha unilateral, partindo dos funcionários de instituições eclesiásticas e civis. Nossos protagonistas estavam inseridos em uma comunidade local, portanto reconhecidos como pessoas de origem racial não branca. Se possivelmente estes funcionários tomaram iniciativa e os classificaram como pardos, as fontes sugerem aceitação do grupo em ser identificado como tal. Como destacamos no decorrer da investigação, esta foi uma estratégia para fugir das discriminações e se aproximar da cidadania.

Não compartilhamos da ideia de que a construção de identidade *parda/mulata* era uma tentativa de embranquecimento, tendo em vista que as atividades do clube União Operária (apresentações, como a homenagem a José do Patrocino, a manutenção da Igreja da Irmandade do Rosário do Homens Pretos, a devoção a Nossa Senhora da Conceição) deixam explícitas suas raízes africanas e a participação na formação da identidade nacional ao se envolverem nas festas cívicas da cidade. Entendemos que as identidades são construções históricas, relacionais, dependendo das interações sociais presentes em determinados contextos, influenciadas política e culturalmente, ou seja, elas são fluidas, instáveis, inacabadas e sempre sendo refeitas (GILROY, 2012; HALL, 2018). Nesse sentido, o significado de ser *parda/mulato* para os afrodescendentes de Laguna, como induz as fontes, não dependia somente em ter a cor da pele clara, haja vista que, como destacou uma de nossas depoentes, existiam “pretos posudos” que frequentavam o União Operária. A memória em torno da identidade *preta* e *mulata*, a existência dessa dicotomia não se verificou nas fontes com as construções das duas agremiações. O que constatamos entre os clubes União Operária e Cruz e Sousa foram mais semelhanças do que diferenças. Investigamos a participação de ambos os clubes nos associativismos civis e religiosos, seus sócios construindo e fortalecendo laços comunitários, relações de compadrio e participando da vida política e também promovendo ações beneficentes na cidade.

Investigando o segundo conjunto de registros de casamento, temos um total de 58 entre os anos 1919 e 1950. Identificamos a cor dos noivos em 48 certidões, um total de 83%. Dessas 48 certidões, 7 casais identificamos como *pretos*, um total de 15%, e mais 4 casais, inteirando 8%, foram identificados como *morenos*. Os casais pardos somaram 37, perfazendo um total de 77%. Entre os anos de 1872 e 1950, aqueles que se identificaram ou foram identificados como pretos somaram 10 casais, ou seja, das 108 certidões de casamento analisadas, 9% eram pretos. Como

explicar esta disparidade e a existência de um clube para pessoas consideradas pretas? Conforme as certidões de casamentos investigadas, percebemos que os afrodescendentes de Laguna, pelo menos a maioria dos frequentadores das agremiações analisadas, identificaram-se ou foram identificados como *pardos*. A ausência do significante *preto* nos documentos e a afirmação dos depoentes na existência de clube específico para este grupo revelam os embates em torno da construção da memória. Sabemos que a memória é campo de disputa, é seletiva, silencia e lembra o que lhe interessa, e neste caso, os entrevistados fortaleceram a imagem do grupo dos *mulatos* em detrimento ao grupo dos *pretos*.

Associados como Afonso Sabino, Pedro Victorino dos Santos, Antônio Felisberto da Rosa, Bento Brum, Acelino Gonzaga e Alípio Viana, Izaias Mauricio e muitos outros foram sócios das duas agremiações. Identificamos que, se nos registros oficiais há o predomínio do termo *pardo*, suspeitamos que a identidade preta e mulata são frutos de uma memória construída na década de 1960 de forma consciente ou inconsciente para estabelecer distinção do União Operária em relação ao Cruz e Sousa. As memórias divergiram dos documentos em relação aos ofícios ocupados por estas pessoas, ao poder econômico e ao *status* que pretensamente distinguiram os dois clubes. Na persistência na afirmação de que o Cruz e Sousa era um clube de pretos pobres, as memórias dos entrevistados foram convergentes. Para nossos depoentes, os pretos eram um grupo de afrodescendentes com *status* e situação econômica bem inferior ao grupo dos mulatos, o que não se confirmou com a análise das fontes.

Um grupo de afrodescendentes de Laguna demonstrou sua homenagem ao poeta Cruz e Sousa que foi nomeado promotor dessa cidade em 1884, e impedido de assumir o cargo por conta do racismo. É nesse aspecto que as duas agremiações se diferenciavam, enquanto o Cruz e Sousa homenageava em suas festas o poeta e comemorava o dia 13 de Maio; o União Operária, conforme observado em seus documentos, comemorava o dia 1º de Maio, fazendo jus ao hino da agremiação que tinha como objetivos basilares o Trabalho, o Recreio e a Instrução. Como já destacamos, os sócios do Cruz e Sousa também reforçavam sua imagem se envolvendo no associativo religioso, como devotos da Nossa Senhora do Parto e com ações altruísticas, como verificamos no início do capítulo. Dessa maneira, este clube demarcava sua origem racial positivamente, principalmente ao enaltecer João da Cruz e Sousa. Eles assumiram sua origem afrodescendente e de

forma intencional estavam fazendo uma crítica ao racismo sofrido pelo poeta e eles próprios. Como o clube Cruz e Sousa não deixou uma farta documentação como o União Operária e poucas pessoas conheciam sua história, ao analisarmos as memórias dos entrevistados, percebemos que as distorções “embora representassem um problema, eram também um recurso” (THOMSON, 1997, p. 52), para compreendermos como o afloramento dessas lembranças inferiorizavam o clube Cruz e Sousa, associando esta agremiação à cor escura e à pobreza. Segundo o mesmo autor:

A memória gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado. Que memórias escolhemos para recordar e relatar (e, portanto, lembrar), e como damos sentido a elas são coisas que mudam com passar do tempo. (THOMSON, 1992, p. 57).

Devido à escassez de fontes produzidas pelos membros do Cruz e Sousa, sua história foi aqui reconstruída usando relatos de sócios e frequentadores do União Operária, que forjaram identidades de si e do outro: de si, como o grupo de afrodescendentes abastado da cidade de Laguna, de pele mais clara se identificando como mulatos; o oposto dos membros do Cruz e Sousa, que seriam pretos e pobres. Há vozes dissonantes, uma partindo do único homem que participou do Cruz e Sousa, um depoimento é significativo. Ao lado de documentos produzidos em momentos próximos da fundação do clube, esse depoimento desconstrói a ideia de que havia uma distância econômica entre as duas agremiações e que o Cruz e Sousa era um clube de pretos pobres.

A contra narrativa de Bento João Antônio permitiu-nos concordar com a sugestão de Thomson (1997, p. 56), “compomos nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente”. Assim como os “mulatos” do União Operária construíram uma imagem de seu clube, Bento João registrou seu orgulho de ter pertencido ao Cruz e Sousa, permitindo pensar que esse era um sentimento compartilhado por seu grupo, apesar da desqualificação dos “mulatos”. “Eram pretos que não sentiam inveja de ninguém, branco ou mulato”, como ele próprio destacou, lembrando suas experiências entre aquele coletivo que quase foi apagado da história, o senhor “Bentinho”, como era carinhosamente conhecido na cidade,

contribuiu para que a história dessa agremiação que homenageou o maior poeta catarinense não tivesse sua história invisibilizada.

Não podemos negar ou afirmar que houve aceitação/interdição com base na cor da pele, ou seja, há quem era claro ou retinto no União Operária. Contudo, com base no conjunto de documentos investigados, compreendemos que se houve tensões entre os associados das duas entidades, também houve relações harmônicas. Foi evidenciado pelas fontes a circulação e o compartilhamento de sócios entre os clubes, o que invalida a distinção identitária presente nas memórias de nossos entrevistados. Percebemos que, conforme maior privilégio econômico e também prestígio social, havia aqueles que optavam em frequentar uma das agremiações ou as duas ao mesmo tempo. Constatamos que os afrodescendentes desse mundo associativo mantinham entrelaçamentos desde a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna, que continuou sendo um espaço de sociabilidade importante mesmo após o surgimento do União Operária e do Cruz e Sousa. A existência de conflitos e dissidências não foi suficiente para romper com os laços de solidariedade entre essas pessoas. É inviável a ideia de que, ao se filiar ao União Operária ou Cruz e Sousa ou estando em ambas as agremiações, emergisse uma identidade, no caso a preta ou mulata, como demonstraram as fontes orais. As memórias dos sócios fundadores do União Operária em algum momento passaram a identificar o Cruz e Sousa como um grupo de afrodescendentes pobres e eles próprios como um grupo abastado. Não sabemos exatamente quando estas identidades foram acionadas, no entanto, acreditamos ser possível que, ao se identificar com a identidade mulata/morena, estes associados do União Operária estavam tentando fugir das discriminações com a intenção de amenizar o racismo que enfrentavam quotidianamente. O caráter assistencial, a mobilidade social por meio da instrução e da visibilidade, possibilitaram aos afrodescendentes ligados aos clubes elaborarem táticas que lhes permitiram ascender socialmente em uma sociedade racista, que os alijava de todas as formas. Assim, o Cruz e Sousa não se distinguia do União Operária, pois agiu utilizando as mesmas ferramentas empregadas pelos clubes sociais existentes no Brasil com intenção de romper com o racismo, a marginalidade e a manutenção de estereótipos que recaem sobre as populações de origem africana nas diferentes regiões do país.

Concluimos que o Cruz e Sousa mobilizou um repertório a seu favor para vivenciar a experiência da cidadania na primeira metade do século XX. Não

apreendemos nas fontes se os associados dos clubes se identificavam como um clube de pretos. Conforme as experiências dos clubes no Sul e Sudeste, possivelmente estes afrodescendentes também se identificavam como *“homens ou gentes de cor”* e não mobilizaram esta identidade que faz parte de uma memória que foi construída para legitimar um grupo de afrodescendentes e desqualificar o outro. Não percebemos um clube de homens pobres, como nos relataram as memórias, e sim uma sociedade pujante que, por durante cinco décadas, possibilitou o direito ao lazer, a atividades literárias, instrutivas; ao estreitamento de laços de solidariedade, laços de compadrio, formação de família e o fortalecimento identitário, ou seja, forjou espaços de luta e sobrevivência em uma sociedade que negava acesso a bens materiais e culturais, à cidadania, quando não lhe negava o direito à vida.

CONCLUSÃO

A presente tese teve como um dos seus objetivos principais compreender a importância dos afrodescendentes na formação sócio-histórica da região sul de Santa Catarina, com ênfase em Laguna, destacando seu protagonismo ao investigar seus espaços associativos e de sociabilidade.

Os clubes sociais das populações de origem africana - a Sociedade Recreativa União Operária e o Clube Literário Cruz e Sousa - eram os temas centrais de nossa pesquisa, mas, para compreendermos o surgimento dessas agremiações e sua importância na História de Laguna, percebemos que somente a investigação desses clubes não seria suficiente para atender os objetivos da tese.

Ao percebermos que, para alcançarmos as finalidades pretendidas era necessário retornar ao século XIX, compreendemos que seria um desafio encontrar documentos sobre as populações de origem africana deste século, bem como mapeá-los, devido a Santa Catarina não dispor de acervos centralizados ou de fácil acesso aos pesquisadores. Os documentos estão dispersos e sob a guarda de diferentes instituições municipais e estaduais, o que dificulta seu mapeamento e acesso aos pesquisadores, que, muitas vezes, são obrigados a pagar para acessar tais fontes.

Superada esta etapa de garimpar documentos em acervos diversos, procuramos nos debruçar na escrita, leitura e interpretação do conjunto das fontes e bibliografias. Ao analisarmos esta bibliografia, percebemos que a história da Província de Santa Catarina foi escrita a partir de uma perspectiva que tornou esta região colonizada com características bem distintas das demais regiões do país. A bibliografia tradicional, que trata sobre aspectos econômicos, sociais e culturais da história colonial, imperial e republicana de Santa Catarina, afirma que a distinção dessas regiões se deu, devido à ausência de uma extensiva utilização de mão de obra de escravizados durante o regime escravista, e que Santa Catarina se desenvolveu a partir da imigração europeia, sobretudo açoriana. Além disso, deu-se destaque a pequena agricultura familiar desenvolvida pelos imigrantes europeus, como a base da prosperidade da província. Essa interpretação, que não se sustenta nas próprias fontes utilizadas por estes autores, avigorou a representação do estado como uma região majoritariamente de origem europeia e, dessa forma, invisibilizou e reforçou que, em Santa Catarina, as populações africanas e afrodescendentes eram

inexpressivas (demográfica e culturalmente), contribuindo para o apagamento ideológico dessas pessoas e forjando o estado catarinense como uma Europa nos Trópicos.

No primeiro capítulo da tese, apontamos como esta representação de Santa Catarina foi orientada por um olhar eurocêntrico, racista e excludente, oriundo de intelectuais que possuíam uma ótima formação acadêmica, porém optaram em enaltecer o imigrante europeu com a perspectiva de construir uma identidade hegemônica e homogênea, contrariando a diversidade racial em que foi gestada a sociedade brasileira e, por conseguinte, o território catarinense. Dessa forma a história e memória de africanos e seus descendentes foi silenciada por muito tempo por esta dada bibliografia. Como o fazer historiográfico perpassa por escolhas políticas, este capítulo e, sobretudo, a tese, faz parte dessas disputas por narrativas, e nossa investigação se propôs a ajudar a retirar do esquecimento as marcas da presença africana e de seus descendentes no Estado de Santa Catarina.

Se por parte dos intelectuais da academia, ligados às elites dominantes do Estado, havia o anseio de apagar ideologicamente a presença desses homens e mulheres da história, em Laguna, as intenções não foram diferentes. Investigando os poucos registros que existem sobre a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna, apreendemos as ações dessa confraria bem como as críticas que esta instituição passou a sofrer nos periódicos locais da cidade e como as elites locais atuaram fortemente para apagar da história aquele templo o qual para eles era sinônimo de atraso, pois lembrava um período da história da cidade e do país que deveria ser suprimido. Infelizmente não avançamos em nossas análises sobre esta irmandade devido à ausência de documentos produzidos por essa confraria, como seu compromisso, livros de atas, eleições, receita e despesa e demais documentos que pudéssemos verificar quais eram seus objetivos, quem eram seus irmãos e irmãs e de que maneira ela atuava na vida de seus confrades. Percebemos que alguns compromissos basilares, como sufragar os mortos que estão presentes em diversas irmandades já investigadas, também eram realizados pela Irmandade de Laguna.

Acreditamos que a instrução também era um objetivo presente nesta irmandade como nas demais confrarias pesquisadas e suspeitamos que esta seja uma interpretação verossímil, haja vista que todas as associações fundadas pelas populações de origem africana de Laguna tinham a instrução como uma finalidade a

ser alcançada e a maioria dos afrodescendentes presentes nesta pesquisa foi sócia dessas irmandades, das associações musicais e dos clubes sociais. As experiências dos irmãos e irmãs do Rosário e sua compreensão sobre a importância da instrução e sua valorização foram vivenciadas ainda em cativo. Ventilamos que estas experiências foram incorporadas por estas associações devido ao trânsito das mesmas pessoas nesse circuito associativo e a apreensão do grupo de que a instrução, além de ser signo de distinção social, era uma condição para ter acesso à cidadania, como foi verificada nos estatutos dessas associações.

Averiguamos contradições nas datas de construção e demolição do templo do Rosário. Estas incoerências foram evidenciadas, mas não resolvidas na presente tese, mas com os caminhos que percorremos, mesmo com a insuficiência de fontes que encontramos, retiramos do esquecimento um dos símbolos das populações de origem africana de Laguna, apagado fisicamente com a sua demolição. Conseqüentemente, a ausência da Irmandade na história da cidade contribuiu para que a história e a memória dos devotos negros e da presença negra em geral fossem silenciadas. Esperamos que novas pesquisas superem estas lacunas e que a presente tese possa contribuir com novas análises que avancem na compreensão desse espaço de sociabilidade que possibilitou a africanos e seus descendentes suportar o peso da escravidão.

No terceiro capítulo, percebemos que as duas associações musicais, Sociedade Musical União dos Artistas e Carlos Gomes, juntamente com a irmandade do Rosário, foram construídas no século XIX e compartilhavam os mesmos companheiros, assim, percebemos que era imperativo voltar àquele período para compreender as relações estabelecidas por estas pessoas nestes espaços.

Como já assinalamos, encontramos muitas dificuldades em acessar os documentos em determinadas instituições em Santa Catarina. Para investigar estas associações musicais de Laguna contamos somente com seus estatutos, registrados no cartório da cidade, aos quais pagamos para ter acesso a tais documentos. Completamos o acervo documental sobre estas agremiações com os registros encontrados no periódico local *O Albor*, que felizmente está sob a guarda da Prefeitura Municipal de Laguna, e a pesquisa é gratuita. Nossas investigações se limitaram a esse conjunto de fontes, uma vez que aos livros de atas das associações

não tivemos acesso, porque os presidentes dessas sociedades não permitiram a pesquisa em seus acervos.

Ainda com todos esses impedimentos, conseguimos confirmar a tese de entrelaçamento entre os associados que participavam desse circuito associativo entre as populações de afrodescendentes de Laguna. Pesquisando os registros civis e eclesiásticos, como certidões de casamento, óbito e nascimento, verificamos os laços de solidariedade, parentesco e afeto, construídos por meio das relações de compadrio entre homens e mulheres que circulavam entre estas associações. Não encontramos nas fontes todos os associados que participavam dessas agremiações e já tínhamos consciência desse empecilho, pois, quando se investiga a vida das classes subalternizadas, sabemos que a ausência de documentos produzidos por estes indivíduos impossibilita o avanço em analisar e compreender a vida dos de baixos. Felizmente este não foi nosso caso. Através do cruzamento de uma variedade de fontes e o acesso principalmente aos registros de casamento, encontramos associados construindo laços de compadrio desde o período da escravidão, como foi averiguado nos apadrinhamentos de Manoel Alano Fernandes Lima.

Destacamos que nossa investigação não trata de trajetórias individuais, e sim de um grupo, porém empreendemos conhecer um pouco mais sobre a trajetória de Manoel Alano, já que ele está presente nas mais variadas fontes que analisamos. Este homem afrodescendente, que ainda não sabemos se nasceu livre ou cativo, conquistou prestígio e *status* em Laguna, como podemos verificar em suas atividades comerciais: o trânsito entre o associativismo civil e religioso, sua atuação política no Partido Republicano Catarinense, bem como a sua inserção entre as associações das elites brancas de Laguna foram apreendidos nas fontes. Entretanto, sua condição de nascimento e vestígios anteriores a sua entrada na associação musical União dos Artistas ainda não foram encontrados. Ainda que tenhamos registrado estes rastros de Manoel Alano, algumas lacunas sobre sua vida não foram preenchidas e podem abrir caminhos para melhor documentar não somente sua trajetória, mas também daqueles coletivos de que ele fazia parte. Há indícios de que Manoel Alano tenha tentado fundar um clube social antes da abolição da escravidão, porém, o que houve com o Clube Porvir após aquele anúncio de sua fundação em 1884? Esta, entre outras lacunas apresentadas, pode ser caminho a ser trilhado com a perspectiva de aprofundar a trajetória de Alano,

bem como embrenhar-se em outras experiências associativas dos afrodescendentes de Laguna.

As experiências associativas das populações afrodescendentes no pós-abolição concretizaram-se em Laguna com a fundação da Sociedade Recreativa União Operária. Este clube social foi fundado em 1903 e é existente ainda hoje na cidade, conhecido como o clube de mulatos abastados. Esta sociedade recreativa e instrutiva faz parte do circuito associativo dos afrodescendentes de Laguna. A formação dessa agremiação consolidou a nossa tese de entrelaçamento entre as populações de origem africana em Laguna, pois, com a sua formação, percebemos a continuidade das relações de compadrio, dos laços matrimoniais de solidariedade e da afetividade entre aqueles associados.

Isso não significou a inexistência de conflito entre os sócios da agremiação. Mesmo com uma considerável documentação produzida por esta sociedade, os hiatos nas documentações, desde sua fundação até mais ou menos 1917, não possibilitaram respondermos a algumas questões nesta tese. Possivelmente os documentos ausentes desse período poderiam nos auxiliar em indagações como a do projeto educacional da agremiação. Assim como diversos clubes sociais do sul e sudeste do Brasil, construídos por e para as populações afrodescendentes, a instrução era um objetivo perseguido, conforme verificamos nas irmandades e nas associações musicais. O União Operária também tinha como finalidade a instrução de seus associados. Lamentavelmente, não dispomos de informações precisas sobre o projeto educacional da sociedade, mas sabemos que, além da escola, o clube possuía uma biblioteca nomeada José do Patrocínio. A falta de documentos das primeiras décadas do clube nos impediu de inferir maiores análises sobre a escola e saber quem foi o/a professor/a, se o ensino era voltado para adultos ou crianças, qual o horário de funcionamento, etc. Há indícios, conforme apontamos, de que a escola até 1939 ainda estaria funcionando.

Os projetos educacionais nestes espaços associativos foram sempre interpretados como ações efêmeras as quais privilegiavam somente o lúdico. Precisamos aprofundar estas investigações sobre o projeto educacional do União Operária, o conjunto de documentos investigados nesta tese pode abrir caminhos na busca por novas documentações que possam auxiliar pesquisas futuras na compreensão das estratégias adotadas por essas pessoas para acessar o direito à educação. Como pesquisas recentes vem apontando, as atividades lúdicas nestes

espaços não perdiam seu potencial político e reivindicativo. Tais ações também interpretamos como lutas políticas em prol de melhores condições de vida, reconhecimento e respeito como cidadão de uma república.

Além desses aspectos que apontamos entre esses sócios do União Operária, encontramos homens que ascenderam socialmente e quase todos eram ligados ao comércio, talvez por isso que se construiu a imagem de uma sociedade onde era permitida a entrada de mulatos que fossem comerciantes. Embora alguns desses indivíduos tenham ascendido socialmente, os demais agremiados trabalhavam nas mais variadas profissões, e a ideia de um clube somente para comerciantes não se sustentou com a análise das fontes. Mesmo sendo um clube de afrodescendentes de diferentes níveis econômicos, os documentos inquiridos sugerem indivíduos com certo prestígio social, ainda que não comerciantes. Associados como Afonso Sabino, Bento Brum, Adolpho Campos compartilhavam os mesmos espaços associativos dos afrodescendentes de Laguna.

Até o presente momento, os leitores atentos às demandas atuais com certeza questionarão a quase ausência das mulheres nesta tese. As atas das reuniões do União operária poucas vezes mencionam sua participação, mas é claro que elas atuavam e possuíam uma diretoria à parte. Assumo minha responsabilidade em negligenciar a discussão de gênero nesta investigação. A intenção era a construção de um subcapítulo com a participação das mulheres nestas associações, articulando-o com a trajetória da professora Julia Chrispina, esposa de Pedro Jerônimo, um dos fundadores do clube, evidenciando as experiências dessas mulheres nas agremiações. Os registros em ata da participação das mulheres eram fontes insuficientes, pensávamos em investigar a vida dessas mulheres como fizemos com a dos homens, entretanto, esbarramos nos limites temporais, burocráticos e inúmeros contratempos que impossibilitaram, limitaram e retardaram nosso acesso a algumas fontes. Compreendemos, contudo, a importância dos estudos de gênero e conhecemos os caminhos para suprir esta lacuna que, infelizmente, não foi possível neste momento.

Assumimos que, depois de muito trabalho de pesquisa, não sabemos quando houve a separação identitária entre o União Operária e o Cruz e Sousa. Tema que seria o mote da nossa tese, a construção da identidade preta e mulata tão evocada entre os sócios do União Operária e que discutimos no último capítulo. A construção da identidade preta e mulata está presa rigidamente na memória dos depoentes.

Eles acreditam, defendem e ignoram, intencionalmente ou não, fatos relevantes da trajetória de seus pais, avós, antigos colegas/companheiros para taxar categoricamente que havia diferenças entre eles (*mulatos*) e os pretos.

Enquanto a documentação da época mostra que, apesar da cisão, havia momentos de interação positiva, respeitosa, como o envio de ofícios para informar a troca de diretoria, além da participação simultânea de sócios em ambas as agremiações e retorno de antigos sócios. Um presidente que não aceitava exclusões, como o caso de Bento Brum, mostra que, no início dessas sociedades, eles não se viam tão diferentes assim. Quando afirmamos que os depoentes ignoram/omitem, exemplificamos com os casos de Marli Brum, Antônio Paulo Bento e Marina Viana da Silva. Eles ignoraram que principalmente seus pais e marido foram sócios do Cruz e Sousa. Todos afirmaram que as pessoas que conheciam eram associadas somente do União Operária. Conforme destacamos, estas pessoas não se viam tão diferentes assim, pois compartilhavam o mesmo clube em diferentes momentos ou simultaneamente. Como foi apresentado diversas vezes, estes indivíduos circulavam entre os clubes e nas associações musicais, bem como entre o associativismo religioso, porém, as memórias daqueles que se reconheciam como *mulatos* afirmaram o contrário.

A ausência de documentos produzidos pelo Clube Cruz e Sousa não nos permitiu aprofundar sobre suas atividades literárias, mas sabemos que um dos seus sócios fundadores, Honorato Alano de Bitencourt, era um letrado e possivelmente estas atividades teriam esse sócio como mentor. A imagem do clube como uma agremiação de pessoas pretas e pobres não converge com os documentos analisados. Conforme pontuamos, esses clubes tinham mais semelhanças do que diferenças e a mais evidente era compartilhando os mesmos sócios. Como não encontramos uma farta documentação sobre este clube, algumas análises foram limitadas, entretanto, os indícios investigados dessa agremiação comprovaram que este grupo era tão sofisticado quanto o União Operária em seus festejos privados, como em participação de festas cívicas, confirmando a sua condição de brasileiros e cidadãos. Diferente do União Operária que, mesmo de forma tímida, evidenciou a participação das mulheres, as fontes a que tivemos acesso demonstraram somente os diretores eleitos para conduzir o clube Cruz e Sousa. As lacunas presentes devido à ausência de documentações não nos permitiram inferir maiores conclusões

principalmente em que momento estas memórias mobilizaram as identidades pretas e mulatas.

A investigação de outros documentos, bem como novos depoimentos, pode contribuir para aprofundarmos as reflexões em relação a essas memórias e, assim, compreender como essas identidades foram acionadas. Vislumbramos por meio de suas atividades que o Cruz e Sousa, como as demais associações de afrodescendentes do país, contribuíram para a inserção social, respeitabilidade, formação moral e cultural de seus sócios, contrapondo-se à ideia de que as populações de origem africana, no pós-abolição, estavam desprovidas material e moralmente, sem condições de se “integrarem à nova ordem social competitiva”. Essas sociedades buscaram ampliar as redes de solidariedade e gerir as necessidades de seus integrantes, ressaltando a distinção em relação à maioria dos descendentes de africanos que se encontrava na miséria e não compartilhava das mesmas condições desses pequenos grupos frequentadores desses clubes sociais. A construção desses espaços de sociabilidade se insere nas diversas estratégias de luta contra o racismo por meio da construção de autoestima, ascensão social e reivindicação de cidadania, visibilidade e respeitabilidade frente a uma sociedade que, de todas as formas, objetiva à opressão e à exclusão desses homens e mulheres. O Clube Literário Cruz e Sousa por cinco décadas contribuiu para que parte dos afrodescendentes de Laguna, seus associados, rompesse com estes estereótipos para se aproximar da condição humana e de cidadão.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luís Claudio. **No topo do morro**: a festa e a Igreja do Rosário. 2015. Disponível em: <<https://asmileumahistoriaslaguna.blogspot.com/2015/06/igreja-do-rosario.html>> Acesso em 26 out. 2019.
- ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA (ANM). **Robert Christian Barthold Avé-Lallemant**. Disponível em: <http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=663&descricao=Robert+Christian+Barthold+Av%C3%A9-Lallemant> Acesso em 4 dez. 2019.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. **Possibilidades das fontes orais**: um exemplo de pesquisa. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.73-98, dez. 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7959/4748>> Acesso em 03 jun. 2020.
- AMARAL, Flávia Company do. A lei de 1831: debates e representações dos escravos africanos. In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (Org.). **Caminhos da liberdade**: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: PPGHistória - UFF, 2011.
- AMARAL, Tamelusa Ceccato do. **As 'camélias' de Desterro**: a campanha abolicionista e a prática de alforriar cativos (1870-1888). Itajaí: Casa Aberta; Udesc, 2008.
- ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru, SP: Edusc, 1998.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. 1989. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.
- ARAUJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI**. Rio de Janeiro: Na Impressão Regia, 1820-1822. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182898>> Acesso em 11 set. 2020.
- ARNS, Alice B. **Laguna, uma esquecida Epopéia de Franciscanos e Bandeirantes**: a história de uma velha igreja. Curitiba, 1975.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980. 417p.
- AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de carapinha**: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1999.
- BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERTRAND, Michel. Los modos relacionales de las élites hispanoamericanas coloniales: enfoques y posturas. **Anuário del IEHS**, Tandil, n. 15, p. 61-80, 2000.

_____. Introdução: ¿en qué punto se encuentra el análisis de redes en Historia? **REDES - Revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 21, #1, dez. 2011. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es/pdf-vol21/vol21_1.pdf> Acesso em 10 jan. 2016.

BILÉSSIMO, Ângelo. **Entre a praça e o porto**: grandes fortunas nos inventários post mortem em Desterro (1860-1880). Itajaí: Casa Aberta; Udesc, 2008.

BITENCOURT, João Batista. **Clio positivada**: a artesanaria da cidade histórica de Laguna. 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/112173?show=full>> Acesso em 09 mai. 2020.

BITENCOURT, João Batista. Da cultura política do estado novo: o condicionamento cívico. In: **Esboços**. Florianópolis, n. 14, p. 191-200, jun. 2005.

BITENCOURT, João Batista. **Da salubridade à eugenia**: cidade e população no Estado Novo. Espaço plural, Ano VIII, nº 17, 2º semestre 2007, p. 55-64.

BITENCOURT, João Batista. **Laguna**: uma análise sobre o discurso de cidade histórica. Criciúma, SC: UNESCO; Florianópolis: Dois Por Quatro, 2016. 227p.

BITENCOURT, João Batista. **Via de mão dupla para a urgente lusitanidade**: tramas historiográficas que anexaram o Sul do Brasil à Identidade nacional no contexto do Estado Novo. Hist. R., Goiânia, v. 18, n. 2, p. 111-141, jul. / dez. 2013.

BOFF, Virginia Ferreira. **Educação no pós-abolição**: a escolarização de afrodescendentes em Florianópolis/SC (1888 – 1930). 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BOSCHI, Caio Cesar. **Os leigos e o poder**: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 12. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **População e nação no Brasil do século XIX**. 1998. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BOUDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm> Acesso em 5 mar. 2020.

BRITO, Paulo José Miguel. **Memoria política sobre a capitania de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Academia Real das Sciencias, 1819. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182916>> Acesso em 26 abr. 2019.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

BUTLER, Kim D; DOMINGUES, Petrônio. (Org). **Diásporas imaginadas: atlântico negro e histórias afro-brasileiras**. Coleção Estudos, 2020. 360p.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

_____. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1968.

_____. **Laguna e outros ensaios**. Florianópolis: loesc, 1939.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas**. Florianópolis: Insular, 2000.

_____. **Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo: Nacional, 1960.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; SBRAVATI, Daniela Fernanda; AMARAL, Tamelusa Ceccato do. Cúmplice e sedutor: Oswaldo Rodrigues Cabral e a história das populações de origem africana. **Percursos**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 75-92, jan/jun. 2004.

_____. **A luta contra a apatia: estudo sobre a instituição do movimento negro antirracista na cidade de São Paulo (1915-1931)**. Itajaí: Neab, 2012.

_____. A vida na escola e a escola da vida: experiências educativas de afro-descendentes em Santa Catarina no século XX. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 171-185.

_____. **Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX**. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

CARUSO, Marilea Martins Leal; CARUSO, Raimundo C. **Índios, baleeiros e imigrantes: a aventura histórica catarinense**. Tubarão: Unisul, 2000.

CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido. **Negros de Lages: memória e experiência de afrodescendentes no planalto serrano**. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 173-202.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 41-54.

COLLINS, Patrícia Hill. **Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão**. IN. SOF Sempreviva Organização Feminista Reflexões e práticas de transformação feminista/ Renata Moreno (Org.). São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 4).

_____. **Aprendendo com a outsider within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. **Além da escravidão**: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio Henrique de Moraes (Org.). **Organizar e proteger**: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas, SP: Unicamp, 2014.

CORRÊA, Walquíria Krüger. **Considerações sobre a formação territorial e econômica de Santa Catarina**. Geosul, Florianópolis, v.14, n. 27, p. 25-44, jun./jun. 1999. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/21117/20126>> Acesso em 19 jun. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CRISPIM, Cristine Santiago. **Memórias e olhares**: um estudo sobre experiências de normalistas afrodescendentes de Criciúma (1959-1969). 2001. Monografia (Especialização em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CRUZ, Alcides. **Mestiço, mulato ou negro [recurso eletrônico]** / Alcides Cruz. Organizado por Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<https://www.ihgrgs.org.br/ebooks/Ebook%20-%20ALCIDES%20CRUZ%20-%20Mestico,%20mulato%20ou%20negro.pdf>> Acesso em 08 jun. 2020.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador**: Conversa sobre história e imprensa. In Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo nº. 0, 1981. São Paulo: Educ, 1981. nº 35. 2007.

CRUZ, Tania Mara; FERNANDES, Fabricia Machado. **Relações de gênero, educação e imprensa: reflexões sobre o jornal O Albor em Laguna (1901-1930)**. volume 21, número 3, setembro/dezembro 2017 Educação Unisinos, p. 395-404. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2017.213.13>> Acesso em 08 jun. 2020.

CUTI, Luiz Silva. **Quem tem medo da palavra negro**. 1995.

DALL'ALBA, João Leonir. **Laguna antes de 1880**: documentário. Florianópolis: Lunardelli: Udesc/Dape, 1979.

DAUWE, Fabiano. **Estratégias institucionais de liberdade**: um estudo acerca do fundo de emancipação dos escravos em Nossa Senhora do Desterro 1872-1888. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História**, São Paulo, n. 17, p. 223-258, nov. 1998.

DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do Quotidiano Na Historiografia Contemporânea. **Revista Projeto História**, v. 17, 1998, p.226.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online], v.12, n. 23, p. 100-122, 2007.

_____. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac, 2004.

_____. **Paladinos da Liberdade**: a experiência do Clube Negro de Cultura Social em São Paulo (1932-1938). **Revista de História**, São Paulo, n. 150, p. 57-79, 2004.

_____. **Um desejo infinito de vencer**: o protagonismo negro no pós-abolição. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 118-139, jul./dez. 2011.

DURIEUX, Daniele; SILVEIRA, Lucia Maria Barros da. **Jornal O Albor**. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão. Jornalismo. 2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190023>> Acesso em 06 de jun. 2020.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros**: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. 2010. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

ESPINDOLA, Elizabete Maria. **Cruz e Souza**: A verve satírica contra o preconceito e discriminação. *Afro-Ásia*, 53, 2016, p.115-147.

FELIPE, Delton Aparecido. A presença negra na história do Paraná: pelo direito à memória. In: RAGGIO, Ana Zaiczuk; BLEY, Regina Bergamaschi; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina (Org.). **População negra no estado do Paraná**: coletânea de artigos: abordagem histórica. Curitiba: Seju, 2018. v. 2. p. 7-24.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965. 2 v.

FERREIRA Sérgio Luiz. A "açorianização" do litoral catarinense no setecentos. In: **VI Jornada Setecentista**, 2005, Curitiba. Caderno de Resumos e programação, 2005. p. 33-33. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/A-a%C3%83%C2%A7orianiza%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o-do-litoral-catarinense-no-Setecentos-S%C3%83%C2%A9rgio-Luiz-Ferreira.pdf>> Acesso em 19 jun. 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Topoi (Rio) [online]. 2002, vol.3, n.5, p.314-332. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2002000200314&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em 17 jun. 2020.

FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Org.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Unicamp, 2006.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no rio de janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FREIRE, Regina Celia Xavier. **Histórias e vidas de libertos em Campinas na segunda metade do século XIX**. 1993. 336p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279448>> Acesso em 20 jan. 2021.

GALVÃO, Manoel do Nascimento da Fonseca. **Notas geográficas e históricas sobre a Laguna desde sua fundação até 1750**. Desterro: J. J. Lopes, 1884. Disponível em: Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182916>> Acesso em 26 abr. 2019.

GIACOMINI, Sonia Maria. **A alma da festa**: família, etnicidade e projetos num clube social da zona norte do Rio de Janeiro: o Renascença Clube. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

_____. **Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Davis**: a micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

_____. O nome e como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Org.). **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 165-178.

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GOMES, Luciano Costa. Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 593-615, set./dez. 2017.

GONÇALVES, José Roberto. **O Getulino – um jornal de carapinha**: jornal editado por jovens negros em Campinas (1923/1926). Tese (Doutorado), PUCSP, Departamento de História: São Paulo, 2012.

GREGORIM, Clóvis Osvaldo. **Michaelis**: português: gramática prática. São Paulo: Melhoramentos, 2011. 594p. (Michaelis Gramática Prática)

GRIGIO, Ênio. **No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse**: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). 2016. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 33-59.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativeiro**: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2008.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito: (Juiz de Fora - MG, 1828-1928)**. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa, 2006.

GUIRRO, Leandro Antônio. **Intelectualidade e Imprensa Negra Paulista: os casos do Getúlio e Progresso (1923-1931)**. Dissertação de Mestrado, UNESP, Departamento de História: Assis, 2013.

HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. Cuidar, controlar, curar em perspectiva histórica: uma introdução. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Org.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p.11-27.

IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. **Revista da Faculdade de Letras**, História III série, v. 5, p. 115-139, 2004.

_____. Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para una historia más global. In: IMÍZCOZ, José Maria. **Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del país Vasco y Navarra en el antiguo régimen (siglos XV- XIX)**. Bilbao: Universidad de País Vasco, 2001. p. 1-28.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Florianópolis**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/historico>> Acesso em 26 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **São Francisco do Sul**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-francisco-do-sul/historico>> Acesso em 26 mar. 2019.

JESUS, Nara Regina Dubois de. **Clubes sociais negros em Porto Alegre - RS: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite, Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial**. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

JULIÃO, Carlos. **Notícia sumária do gentilismo da Ásia com dez riscos iluminados**. Ditos de figurinos de brancos, e negros dos usos do Rio de Janeiro, e Serro do Frio. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1960.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 4. ed. ampl. São Paulo: Ateliê, 2012.

LAGUNA. Prefeitura Municipal. **Laguna: três séculos de brasilidade: dados e informações sobre o município**. Laguna: Prefeitura Municipal, 1982.

LANGSDORFF, G. H. von. Bemerkungen auf einer Reise um die Welt in den Jahren 1803 bis 1807. In: HARO, Afonso Palma de (Org.). **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Florianópolis (SC): UFSC; Lunardelli, 1990. p.157-184.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEITE, Miriam L. Moreira. **Livros de viagem**. São Paulo: Edusp, 1997.

LEMONJE, Suellen de Souza. A construção da identidade catarinense: a tentativa de legitimação da cultura açoriana e da cultura alemã. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 7, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/669>> Acesso em 1º mai. 2020.

LEVI, Giovanni. **Herança imaterial**: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LONER, Beatriz Ana. **Classe operária**: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. v. 1.

_____. Organização e luta em Pelotas. In: **Revista do Núcleo de Documentação Histórica**, v. 5, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12080/7624>> Acesso em 9 abr. 2020.

_____. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009.

LUCENA, Liliane Monfardini Fernandes de. **Laguna**: de ontem a hoje espaços públicos e vida urbana. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

LUCINDO, Willian Robson Soares. **Educação no pós-abolição**: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MACHADO, Alzemi. **A Imprensa catarinense no Século XIX**: catálogo descritivo e Ilustrado do acervo de jornais raros da Biblioteca Pública de Santa Catarina- Hemeroteca Digital Catarinense/Alzemi Machado, Iraci Borszcz -- Florianópolis: FCC Edições, 2020.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de terras em Santa Catarina**: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-1912). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. p. 1-18. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300573491_ARQUIVO_Politica_deterasSC.pdf> Acesso em 20 jun. 2020.

MAGALHÃES, Magna Lima. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul**: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS). 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MALAVOTA, Claudia Mortari. **Os africanos de uma vila portuária do Sul do Brasil**: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788-1850. 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos livres**: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; CARDOSO, Vitor Hugo, Tráfico de escravos e a presença africana na ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (Org.). **História diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. p. 17-42.

_____. Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (Org.). **História diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 17-42.

_____. **História diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2013.

MARIA, Maria das Graças. **Imagens invisíveis de Áfricas presentes**: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940). 1997. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

MARQUES, Leticia Rosa. **O maestro Joaquim José Mendanha**: música, devoção e mobilidade social na trajetória de um pardo no Brasil Oitocentista. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MATHEUS, Marcelo Santos. A produção de laços compadrio entre escravos e forros (Sul do Brasil, C.1830-1870). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 12, n. 2, p. 260-289, ago./dez. 2019.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). Campinas: Unicamp, 2013.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MBEMBE, Achille. **As formas africanas de auto-inscrição**. *Estud. afro-asiát.* [online]. 2001, vol.23, n.1, p.171-209. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-546X2001000100007&nrm=iso&tIng=pt> Acesso em 08 fev. 2018.

MONSMA, Karl. Linchamentos raciais no pós-abolição: alguns casos excepcionais do Oeste paulista. In: DOMINGUES, Petrônio e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Experiências da Emancipação**. Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-Abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano: Porto Alegre: 1858-1888.** Porto Alegre: EST, 2003.

_____. O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. **Estudos Ibero-Americanos.** v.40, 2014, p.85-127.

_____. Aurélio Viríssimo de Bittencourt - burocracia, política e devoção. In: GOMES, Flávio (Org.). **Experiências da emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)** ed. Rio de Janeiro: Selo Negro, 2010, p. 83-108.

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Ática, 1988.

MOUTOUKIAS, Zacarias. **Familia patriarcal o redes sociales: balance de una imagen de la estratificación social.** Buenos Aires: Universidad Nacional del Centro, 2000. Anuário v. XLIX, Enero-Marzo, 2000, n. 3.

_____. Narración y análisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica. In: BJERG, María; OTERO, Hernán. **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna.** Tandil: CEMLA-IEHS, 1995.

MULLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia.** Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade Nacional versus Identidade Negra.** 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

_____. Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania. **Movimento - Revista de Educação.** São Paulo. n. 12, p. 1-13, 2005.

NODARI, Eunice. S. et al. Laguna e Lages: reformulação das condutas e sociabilidades na Primeira República. **Revista Catarinense de História,** Florianópolis, n. 3, p. 7-14, 1995.

NOMELINI, Paula Christina Bin. **Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930).** Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP, Departamento de História: Campinas-SP, 2007.

_____. **Mutualismo em Campinas no início do século XX:** possibilidades para o estudo dos trabalhadores. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 02, p. 143-173, 2010.

OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 13-32.

ORSI, Bernadete. **Clube 13 de Maio: um estudo sobre um território negro na área urbana de Tijucas.** 1999. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

PASSOS, André Fernandes. **Rotas internas do comércio de escravos**: Laguna, primeiras décadas do século XIX. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Ilha de Santa Catarina, 2015.

PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. [S.l.]: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, 1982.

_____. **O escravo numa economia minifundiária**. [Florianópolis]: Udesc/Dape; São Paulo: Resenha Universitária, 1975.

_____. **A colonização de Santa Catarina**. 3.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdades**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2018.

PINTO, L. A. Costa. **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raças numa sociedade em mudança. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

PINTO, Luiz Miranda da Silva. **Dicionário da língua brasileira**. Ouro Preto: Tipografia Silva, 1832. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/view/?45000038026&bbm/5414#page/686/mode/2up>> Acesso em 8 mai. 2020.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo**: luta e identidade. Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

POLLAK Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro; JANINE RIBEIRO, Tradução: Maria Therezinha; RIBEIRO FENELÓN, Revisão Técnica: Déa. O QUE FAZ A HISTÓRIA ORAL DIFERENTE. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 14, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11233/8240>> Acesso em 17 jun. 2020.

QUINTÃO, Antônia Aparecida. **Lá vem o meu parente**: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII). São Paulo: Annablume, Fapesp, 2002.

RAMOS, Arthur. **As culturas negras no novo mundo**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

RASCHE, Karla Leandro. **Festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC - 1860 a 1890**. Florianópolis: Casa Aberta, 2010.

RASCHE, Karla Leandro. **Irmandades negras**: memórias da diáspora no sul do Brasil. Curitiba: Appris, 2016.

_____. **Resolveo a mesa que pelo menos houvesse huma missa resada:** festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC - 1860 a 1890. 2009. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

_____. **Festas da diáspora negra no Brasil:** memória, história e cultura. Porto Alegre: Pacartes, 2016.

REGINALDO, Lucilene. **Os rosários de Angolas:** irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista. São Paulo: Alameda, 2011.

REIS, Aloísio. **Brinca quem pode:** territorialidade e (in)visibilidade negra em Laguna Santa Catarina. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

REIS, Marilise Luísa Martins dos. **Diáspora como movimento social:** políticas de combate do racismo numa perspectiva transnacional. Florianópolis, 2012. 260p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PSOP0419-T.pdf>> Acesso em 20 jan. 2021.

Relatório com que ao Exm. Sr. Dr. Herminio Francisco do Espirito Santo 1o. vice-persidente passou a administração da provincia de Santa Catharina o Exm. Sr. Dr. Alfredo d´ Escragnolle Taunay em 2 de janeiro de 1877. Disponível em:
<http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000517&m=4544&n=rpescatarina1877a> Acesso em 16 set. 2020.

REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Léo. **O saneamento no Brasil:** políticas e interfaces. Belo Horizonte: Editora UFMG; Escola de Engenharia da UFMG, 2002.

RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo:** família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: **Topoi**, v. 5, n. 8, p.170-198, jan./jun. 2004.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil.** 7. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1988.

ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da educação do negro e outras histórias.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

ROSA, Júlio César da Rosa. **União Operária:** resistência e manifestação cultural negra em Criciúma na década de 1930. 2006. Monografia (Graduação em História) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2006.

ROSA, Júlio César da. Negros em Laguna: (in)visibilidade das populações afrodescendentes em Laguna na primeira metade do século XX. In: **CLIO**, Revista de Pesquisa Histórica, n. 34.1, p. 266-287, 2016.

_____. **Sociabilidades e territorialidade**: a construção de sociedades recreativas de afrodescendentes do sul de Santa Catarina (1903 a 1950). Curitiba: CRV, 2019.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição. Porto Alegre: EST, 2019.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. **O saneamento e a politização da higiene no Rio Grande do Sul (1828-1930)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2015.

SAAVEDRA, Renata Franco. Gestão populacional e conflito no oitocentos: o recenseamento frustrado em 1852. In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (Org.). **Caminhos da liberdade**: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011. p. 164-177.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a província de Santa Catharina** (1820). São Paulo: Nacional, 1936. Disponível em <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/20441>> Acesso em 26 abr. 2019.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza (1890-1915). São Paulo: Fapesp/AnnaBlume, 1998.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAYÃO, Thiago Juliano. As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC). In: **Revista Brasileira de História**, v. 35, n. 69, p. 131-154, 2015.

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão**: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no distrito diamantino no século XVIII. São Paulo: Nacional, 1976.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850-1888**: economias microregionais, redes de negociantes e experiência cativa. 2012. 329 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280893>> Acesso em 21 ago. 2018

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEBRÃO, Graciane Daniela. **Educação dos negros em Santa Catarina**: narrativas, expectativas, experiências (1850-1889). 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 14, n. 20, p. 63-79, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SEYFERTH, Giralda. **A dimensão cultural da imigração**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 26 n° 77. 2011. p. 47-62 Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/07.pdf>> Acesso em 11 jun. 2020.

_____. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. REVISTA USP, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192>> Acesso em 16 jun. 2020.

_____. **Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade**. Estudos Sociedade e Agricultura, 7, dezembro 1996: 29-58. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/94>> Acesso em 16 jun. 2020.

_____. **A colonização alemã do vale do Itajaí-mirim: um estudo do desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SIEGEL, Micol. Mães pretas, filhos cidadãos. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 315-346.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaço para o seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Joselina. **Renascença, lugar de negros no plural: construções identitárias em um clube social de negros do Rio de Janeiro**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SILVEIRA, Janaina Nailde da. **Nos bailes da vida: Sociedade Sebastião Lucas: espaço de sociabilidade dos afrodescendentes em Itajaí**. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2000.

SIMÃO, Maristela dos Santos. **As irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XIII**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

_____. **Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria: agora e na hora de nossa morte': a irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880)**. Itajaí: Casa Aberta: Udesc, 2008.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2011.

STAKONSKI, Michelle Maria. **Da sacristia ao consistório: tensões da romanização no caso da irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos - Desterro/Florianópolis (1860-1880)**. Itajaí: Casa Aberta; Udesc, 2008.

_____. **Tramas da sacristia, táticas do consistório: modernidade e romanização na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito** (Florianópolis, 1905-1925). 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00006b/00006ba5.pdf>> Acesso em 2 jul. 2019.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TEIXEIRA, Arilton. **Catálogo analítico descritivo dos jornais de Laguna (1864/1900) o jornal como fonte histórica**. 1991. 333 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0015-D.pdf>> Acesso em 17 jun. 2020.

THOMPSON, Alistair. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.], v. 15, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11216>> Acesso em 17 jun. 2020.

THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMSON, Alistair. **Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral**. In: História oral: desafios para o século XXI. Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti. — Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/2707>> Acesso em 10 jun. 2020.

ULYSSÉA, Nail. Três séculos na Matriz de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. In: **Santo Antônio dos Anjos da Laguna: seus valores históricos e humanos**. Publicação comemorativa da passagem do seu tricentenário de fundação. Florianópolis : IOESC, 1976.

ULYSSÉA, Ruben. **Laguna: memória histórica**. Brasília: Letrativa, 2004.

ULYSSEA, Saul. **Laguna de 1880**. Florianópolis: IOESC, 1943.

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

VILLEGAS, Maria Matilde Jamarillo. **Entre os Morros e a Lagoa: Laguna cidade documento**. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2016.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral riograndense no pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

WOLFF, Cristiane Scheibe. **Historiografia catarinense**: uma introdução ao debate. Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2009.

XAVIER, Regina Célia Lima. **Tito de Camargo Andrade**: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista. 2002. 340p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em:
<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279967>> Acesso em 20 jan. 2021.

ZANELATTO, João Henrique. **De olho no poder**: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas. Criciúma: Ediunesc: EDIPUCRS, 2012. 354p.

ZIMMERMANN, Fernanda. **De armação baleeira a engenhos de farinha**: fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme - SC: 1800-1860. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

JORNAIS CONSULTADOS

- A IDEIA, Laguna, 19 dezembro de 1903. N. 4. Ano 1.
- A IDEIA, Laguna, 19 de dezembro de 1905. N. 4. Ano. I.
- A VERDADE, Domingo, 8 de fevereiro de 1880 (ano 11, n. 27)
- A VERDADE, Domingo, 22 de outubro de 1882. N. 200. Anno IV.
- A VERDADE, Laguna, 25 de setembro de 1884. N. 290. Anno VI.
- A VERDADE, Laguna, 02 de agosto de 1885. Anno VII. N. 343.
- CATURRA, Laguna 04 de março de 1884. N. 10. Mês. 3.
- COMMERCIAL, Laguna, domingo, 28 de fevereiro de 1886. N. 43. Anno II.
- O ALBOR - Laguna, 24 de setembro de 1903 (ano 3, n. 50)
- O ALBOR. Laguna. 19 de novembro de 1903. Nº 38. Anno IV.
- O ALBOR, Laguna. 13 de maio de 1904, N. 83. Anno III.
- O ALBOR, Laguna. 28 de outubro de 1904. Nº 107. Anno IV.
- O ALBOR. Laguna. 31 de dezembro de 1904. Nº25.
- O ALBOR, Laguna 14 de maio de 1905. N. 135. Anno. IV.
- O ALBOR, Laguna 23 de junho de 1905. N. 141. Anno. IV.
- O ALBOR, Laguna 10 de dezembro de 1905. N 163. Anno IV.
- O ALBOR. Laguna. 5 de agosto de 1906. Nº39.
- O ALBOR, Laguna 5 de agosto de 1906. N. 198. Ano. V.
- O ALBOR. Laguna. 09 de fevereiro de 1907, Nº 225. Anno VII.
- O ALBOR, 27 de novembro de 1910. N. 420. Ano. X.
- O ALBOR, Laguna, 18 de junho de 1911. N. 449. Ano. X.
- O ALBOR, Laguna, 21 de maio de 1922. N. 955. Ano. XXI.
- O ALBOR, Laguna, 26 de maio de 1935. N. 1601. Ano. XXXIV.
- O ALBOR. Laguna, 08 de maio de 1938. Nº 1743. Anno XXXVII.

O ALBOR, Laguna 11 de junho de 1939. Ano XXXVIII, n. 1.799

O ALBOR, 25 de fevereiro de 1950. N. 2320. Ano. XLIX.

O ALBOR, Laguna, 21 de abril de 1951. N. 2376. Ano. L.

O FUTURO, Laguna, 04 de dezembro de 1898. N. 256. Ano. VIII.

O FUTURO, do dia 03 de dezembro de 1899. a

O FUTURO, Laguna, 24 de dezembro de 1899. Anno, IX. N. 310. b

O MUNICÍPIO, Laguna, 01 de abril de 1879. N 35. Ano II.

O MUNICÍPIO, Laguna 01 de abril de 1879. Anno II, n. 34.

O MUNICÍPIO, Laguna, 25 de abril de 1879. N 40. Ano II.

O SOL, Laguna, 19 de maio de 1901. Anno, 1. N. 10.

UNIÃO, Laguna, 10 de março de 1900. N. 9. Anno II.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AGUIAR, Márcio Mucedula. **As organizações negras em São Carlos: política e identidade cultural.** 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1998.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BERNALDO, Pedro Paulo. **Sociedade Recreativa União Operária: um espaço de luta, lazer, identidade e resistência da comunidade negra criciumentense (1950-1970).** 2005. Monografia (Especialização em História Social e História Cultural) - Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina, Criciúma, 2005.

BITENCOURT, João Batista. **Clio positivada: a artesanaria da cidade histórica de Laguna.** 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

BOSCHI, Caio Cesar; CUNHA, Olívia Maria (Org.). **Quase-cidadão: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CAMPOS, Gizely Cesconetto de. **Patrimônio edificado de Laguna: conhecer, interpretar e preservar.** 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009.

_____. Esses intemoratos homens de cor: o associativismo negro em Rio Claro (SP) no pós-abolição. **História Social**, n. 19, p. 109-134, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos & abusos da história oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GOMES, Flávio. **Experiências atlânticas: ensaios sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil.** Passo Fundo: UPF, 2003.

_____. **Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação.** São Paulo, Selo Negro, 2012.

GUIMARAES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed. 34, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Da diáspora: identidade e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

LEITE, José Correia Cuti (org.). **E disse o velho militante Jose Correia Leite:** depoimentos e artigos. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

NASCIMENTO, Maria Augusta Geremias do. **A socialização do escravo em tempos de transição à liberdade:** Julia Chrispina do Nascimento, mulher negra e professora (Laguna, SC - 1884/1947). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2006.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade:** educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (C. 1892 - C. 1911). 2018. Tese (Doutorado em história) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2018.

SANTIAGO, Silvana. **Tal Conceição, Conceição de tal:** classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. 2006. Dissertação (Mestrado em história) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da história:** trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. 2011. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. **Compadrio e sociabilidades na Bahia pós-abolição.** In: Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Saberes e Práticas Científicas, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Anpuh, 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400287410_ARQUIVO_COMPADRIOESOCIABILIDADESNABAHIAPOS-ABOLICAO.pdf>. Acesso em 1º mai. 2020.

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE ELEIÇÃO DOS NOVOS IRMÃOS DO ROSÁRIO

SECÇÃO LIVRE

Irmandade do Nossa Senhora do Rosário

TERMO DE ELEIÇÃO DOS NOVOS IRMÃOS

Aos trinta dias do mês de outubro de 1910, no Consistório da Igreja Matriz de S. Antônio do Anjos, da Cidade da Laguna, com assistência do reverendo vigário Manoel João Luiz da Silva, se reuniram os novos irmãos da Irmandade de N. S. Rosário, por ter falecido a maioria da eleição transata, como se vê a folha verso, seguinte deste livro, efetuada a dezesseis de junho de 1893. Estando presente os senhores Manoel Alano Fernandes Lima, tesoureiro e o atual secretário Pedro Garcia da Conceição, organizou-se a mesa regedora; sendo eleitos: Para tesoureiro o senhor Lucidonio Vicente Cipriano; secretario, João Augusto de Carvalho; procuradores, Bonifácio Deoclésio Gil e Pedro Jeronimo do Nascimento; zelador, João Benta; irmão os senhores Antônio Felisberto da Rosa, José Alano de Bittencourt, Bonifácio Jesuíno Alves, Affonso Sabino, Francisco Teixeira, Antônio Figueiró, Acelino Gonzaga, Franklin de Nascimento, Manoel Felisberto, Antônio Sabino, Theodoro de Guimaraes Cabral, Manoel Rocha. E por este modo julgaram terminada a eleição que deverá ser publicada, fazendo-se avisar os novos mesários para tomarem posse de seus respectivos cargos. E para constar lavre o presente termo e assino. Pedro Garcia da Conceição, secretario que escrevi e assinei. Pedro Garcia da Conceição; o vigário, Manoel João Luiz da Silva, Manoel Alano Fernandes Lima.

TERMO DE POSSE AOS NOVOS IRMÃO

Aos seis dias do mês de novembro 1910 no Consistório da Igreja Matriz de S. Antônio dos Anjos da Cidade da Laguna, onde se reuniram os novos irmãos e mais mesários da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, para assumir seus respectivos cargos dos quais foram logo empossados em presença do Reverendíssimo Senhor Vigário Manoel João Luiz da Silva. Tesoureiro Manoel Alano Fernandes Lima. O Escrivão Pedro Garcia da Conceição que este termo escrevi e assino Pedro Garcia da Conceição. O Vigário Manoel João Luiz da Silva. Por delegação do Tesoureiro, Lucidonio Vicente Cipriano, Secretário, João Augusto de Carvalho; 1º Procurador, Bonifácio Deoclécio Gil; 2º Procurador, Pedro Jeronimo do Nascimento; Zelador, Joao Benta. Irmão Mesários: Antônio Figueiró, Antônio Felisberto da Rosa, Affonso Sabino, Acelino Gonzaga, Francisco Teixeira, Manoel Felisberto, Pedro Pinto, Antônio Sabino, Antão Verissimo, João Fagundes, Divo Pinto, Bonifácio Jesuino Alves.

TERMO DE POSSE DO ATUAL TESOUREIRO LUCIDONIO VICENTE CIPRIANO

Aos vinte dois dias do mês de Janeiro de 1911, nesta Capela da Nossa Senhora do Rosário em presença dos novos Irmãos mesários tomou posse do respectivo cargo de Tesoureiro da mesma Irmandade o Cidadão Lucidonio Vicente Cipriano, do que para constar lavrei este termo e assinei. O Secretário Joao Augusto de Carvalho, Lucidonio Vicente Cipriano, Bonifácio Deoclécio Gil, Pedro Jeronimo do Nascimento,

Antônio Felisberto da Rosa, Affonso Sabino, Francisco Teixeira, Acelino Gonzaga, Antônio Sabino, Sálvio Victoria, João Fagundes, Pedro Pinto, João Estevão, Luiz Tibúrcio, Divo da Silva Pinto, Boaventura Antônio Soares, Igídio Torres, Sebastião da Silva Lisboa, Abedenado da Silva Machado, José Antônio de Oliveira e Candido Manoel Belmiro.

Por ordem superior, a Irmandade de N. S. do Rosário, resolveu vender a morada de casa na rua, 1º de março, que foi legada por Joaquina Maria da Conceição, a N. S. do Rosário.

As propostas devem ser dirigidas em cartas fechadas ao tesoureiro Lucidonio Vicente Cipriano, até o dia 20 do corrente.

O Albor, Laguna 18 de junho de 1911.

Arquivo Público de Laguna Casa Candemil

ANEXO B – TESTAMENTO DE MARIANA DE SOUZA VIEIRA

Em Nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho, Espírito Santo, três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro, em quem Eu, **Mariana de Souza Vieira**, bem e verdadeiramente creio, como fiel Cristã, em cuja fé tenho sempre vivido e protesto morrer. Tenho determinado a fazer o meu Testamento e o faço pela forma seguinte. Primeiramente, encomendo a minha Alma a Deus Nosso Senhor, que a criou e remiu com o precioso Sangue de seu Unigênito Filho Jesus Cristo Senhor Nosso, a quem peço e rogo e a Sua Mãe Maria Santíssima intercedam por minha Alma para que quando deste mundo partir e a gozar da abençoada herança para que foi criada. Declaro que sou natural desta cidade de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, e batizada na Igreja Matriz da Freguesia de Santa Anna, deste termo, filha legítima de Manoel de Souza Maciel e de Eugênia Vieira, ambos já falecidos. Declaro que fui legitimamente casada a face da Igreja com Caetano Francisco, já falecido; de cujo matrimônio tivemos unicamente um filho, de nome João, o qual faleceu no estado de solteiro, em minha companhia, e assim, não tenho herdeiro algum legítimo e necessário aos bens que possuo. Declaro que instituo por meus Testamenteiros, em primeiro lugar, ao Senhor Tenente Francisco Ferreira Alexandrino, em segundo lugar ao Senhor Bernardino Antônio Soares Simas, e em terceiro lugar ao Senhor Antônio José de Freitas, aos quais e a cada um, de per si, rogo muito de mercê queiram ser meus testamenteiros, e benfeitores da minha Alma, aceitando o seu cargo desta minha Testamentaria, para o que desde já os hei por abonados, sem que para isso sejam obrigados a prestar fiança em Juízo ou foro dele, dando de prazo ao que aceitar o cumprimento deste meu testamento dois anos para dar contas no Juízo competente e pelo seu trabalho vinte e cinco mil e seiscentos réis. Declaro que o meu corpo será envolto e amortalhado de preto, e sepultado na Igreja da minha Freguesia de São João de Imaruhi, e acompanhado pelo Reverendo Vigário, e Irmândades da mesma Freguesia, e o meu Testamenteiro mandará dizer no dia do meu falecimento uma Missa de corpo presente, assim como mais Cinco Missas por minha Alma. Declaro mais que se mandarão dizer duas Missas pelas Almas dos meus falecidos Pais, e cinco por Alma do falecido meu Marido Caetano Francisco, e mais duas Missas por alma do falecido meu filho João, assim como mais quatro Missas por Alma de meus falecidos Irmãos e Irmãs. Declaro que possuo um casal de escravos da Costa, Francisco, nação Benguela, e Rosa, de Nação Conga, os quais

tiveram treze filhos, entre mortos e vivos, a saber, Custódia, Maria, Angélica, José, Ana, Joana, Maria, Leandro, João, Prudência, Joana, Maria e Leandro, assim como possuo mais 50 braças de terra de frente, com 900 mais ou menos de fundos na Freguesia de Imaruhi, uma morada de casas, um engenho de fazer farinha, uma junta de Bois, um forno de cobre e mais um escravo velho de nome Pedro, de nação Cassange. Declaro que o referido Casal de escravos Francisco e Rosa, ficam forros e libertos por minha morte, o que para maior segurança lhes mandei passar suas Cartas de Liberdade e Alforria em dez de fevereiro de 1835, na qual se acham ficarem Libertos por minha morte, e oito filhos do dito Casal, que até então existiam vivos, assim como declaro mais que todos os filhos e filhas que forem nascidos, descendentes destes escravos, depois da data das referidas Cartas de alforria, ficam libertos e forros por minha morte, o que é feito de minha livre vontade e sem constrangimento algum e o faço em Remuneração do amor, caridade, zelo e cuidado com que os mesmos me tem tratado, servido e acompanhado até hoje, e sem me terem dado o mais pequeno desgosto. Declaro mais que por meu consentimento fiz casar três escravos, a saber, Custódia, Maria e Angélica, as quais dei a cada uma, de per si, sua Carta de Alforria e Liberdade, em consequência do que ficaram libertas desde aquele dia que tomaram estados de casadas, o que por esta confirmo. Declaro mais que deixo de esmola ao Santíssimo Sacramento, da Igreja da minha Freguesia de Imaruhi, e a São João da mesma, a Nossa Senhora do Rosário e a São Miguel 4 mil réis a cada um, assim mais dez mil réis a Santo Antônio dos Anjos da Matriz desta cidade, a Santa Casa da Caridade dos Pobres, da cidade de Santa Catarina, outros 10 mil réis, e a Nossa Senhora Santa Ana de Vila Nova, 4 mil réis. Declaro que os falecidos meus Pais, por seus falecimentos, deixaram uma escrava de Nação Conga de nome Feliciano, a qual teve três filhos, Domingos, Luiz e Rufino, e que fazendo-se Inventário dos ditos falecidos, sendo inventariante meu irmão José de Souza Vieira, subnegou³⁶ no mesmo Inventário os Escravos Luiz e Rufino, e sendo Inventariado o escravo Domingos, pertenceu em legítima a finada minha Irmã Ana, e assim mais 29 braças de terras em Imaruhi, cujos 3 crioulos e as terras, o dito Inventariante se chamou a posse por seu falecimento e os deixou forros, sem serem seus. Declaro que sobre tais escravos subnegados e libertados por aquele finado meu Irmão José de Souza Vieira, e o

³⁶ Subnegar: sonegar.

escravo Domingos, e 29 braças de terras de frente em Imaruhi, pertencentes a minha irmã Ana, tenho sobre estes bens principiado a mover uma ação para haver assim o que por direito me pertence nestes escravos e terras, e para cujo fim tenho constituído por meu bastante procurador o meu primeiro testamenteiro o Tenente Francisco Ferreira Alexandrino, com quem ajustei e tratei por clareza passada e por isso quando aconteça que eu falecer antes de ser concluída esta dependência, continuará a finalizar querendo até a última Sentença, e quando seja vencida a vista de papel do nosso trato, haverá a si o seu trabalho e as despesas todas que se fizer a semelhante respeito. Declaro mais que se está dependência para arrecadação dos bens subnegados for acabada depois do meu falecimento, e eu vencedora, o meu testamenteiro fará venda dos mesmos bens pelos meios competentes e tirará o seu emolpo e as despesas feitas, e o restante que ficar dele dará de Esmola a quantia de 38 mil réis e 400 a Nossa Senhora do Rosário, desta cidade da Laguna. Declaro ultimamente que depois de cumpridas as minhas disposições que aqui tenho declarado e as despesas precisas para semelhante fim, de tudo o mais que ficar dos meus bens constituo por meus herdeiros o casal de escravos Francisco e Rosa, que os tenho declarado Libertos, assim como também constituo herdeiro o meu primeiro Testamenteiro o Tenente Francisco Ferreira Alexandrino, que terá uma parte igual com aqueles. E por esta forma hei por findo e acabado este meu testamento e última vontade e disposição, para depois de minha morte e por este Testamento revogo qualquer outro que apareça anteriormente e rogo às Justiças de Sua Majestade Imperial o façam assim cumprir e guardar como nele se contém e declara, e por não saber ler nem escrever, pedi e roguei ao Tabelião Vicente José de Gois Rebelo, que este meu Testamento fizesse da maneira que o ditei e sendo me lido e achando em tudo conforme com o que tinha ditado ao mesmo Tabelião pedi que a meu rogo assinasse, nesta Cidade de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, aos 22 dias do mês de Novembro de 1847, como testemunha que este fiz e assinei. A rogo da Testadora viúva Mariana de Souza Vieira, por não saber ler nem escrever, Vicente José de Gois Rebelo. Aprovação. Saibam quantos este público instrumento de aprovação de testamento e última vontade virem, que sendo no Ano do Nascimento de Nosso Jesus Cristo de 1847, aos 22 dias do mês de Novembro do dito ano, nesta cidade de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, em casas de morada de Miguel de Brito, na Rua do Potreiro, desta mesma cidade, onde eu Tabelião, adiante nomeado e abaixo assinado fui vindo, e sendo ai se achava presente Mariana de Souza Vieira, viúva do

falecido Caetano Francisco, moradora na Freguesia de Imaruhi, do Termo desta Cidade, pessoa reconhecida de mim Tabelião pela própria, do que dou fé, e por ela estando de saúde, e em seu perfeito Juízo e entendimento, segundo ao meu parecer, pelas perguntas que lhe fiz e respostas acertadas que me deu, em presença das testemunhas adiante nomeadas e abaixo assinadas, das suas mãos para as minhas me foram entregues estas quatro folhas inteiras de papel escritas em dez laudas, que finda onde principiei este Instrumento de aprovação, dizendo-me na presença das mesmas Testemunhas que era o seu Solene Testamento e última vontade que o mandara escrever por mim Tabelião, e que depois de lhe ser lido e achando-o conforme o tinha ditado pedir a mim que a seu rogo assinasse, em razão dela Testadora não saber ler nem escrever, e que por estar em tudo conforme a sua vontade, o que no mesmo disposto bem queria que se cumprisse e guardasse, como nele se contém, e declara e roga as Justiças de Sua Majestade Imperial lhe fizessem dar inteiro cumprimento e que eu tabelião o aprovasse para a sua maior validade, o qual lhe tomei corri pelos olhos e pelo achar-se sem borrão, entrelinha ou vício algum, lhe aprovei e a penso tanto quanto me é permitido, por bem e obrigação de meu officio, e o rubriquei com o meu cognome que diz – Gois -. Em fé do que fiz este instrumento de aprovação, que sendo lido a Testadora Mariana Souza Vieira o ratificou e por não saber ler nem escrever a seu rogo assinou o tenente Manoel Pinto da Rosa e Silva, sendo testemunhas presentes José Joaquim Cardoso, Bento José de Aquino, Henrique Antônio Maria, Manoel José Ferreira Baião e Antônio João da Silva, todos livres e maiores de 14 anos, reconhecidos de mim Vicente José de Gois Rabelo, tabelião que o escrevi e assinei em público.

ANEXO C – DIRETORIA UNIÃO OPERÁRIA – QUADRO ELABORADO PELO AUTOR

DIRETORIA UNIÃO OPERÁRIA	
Pedro Jeronimo do Nascimento - 24 cargos	
Presidente: 9	
Vice-Presidente: 6	
2º Secretário: 1	
1º Procurador: 2	
2º Procurador: 2	
1º Fiscal: 1	
1º Zelador: 3	
Bonifácio Jesuíno Alves - 13 cargos	
1º Procurador: 1	
1º Fiscal: 6	
2º Fiscal: 1	
1º Zelador: 4	
2º Zelador: 1	
Joao Augusto de Carvalho - 12 cargos	
Presidente: 2	
Vice-Presidente: 3	
1º Secretário: 2	
2º Secretário: 2	
Tesoureiro: 3	
Izaias Mauricio - 11 cargos	
Presidente: 1	
Vice-Presidente: 5	
1º Procurador: 2	
2º Procurador: 1	
1º Fiscal: 2	
Olavo Alano - 10 cargos	
1º Secretário: 2	
2 Tesoureiro: 8	
Sizino Antônio Machado - 10 cargos	
Presidente: 6	
Vice-Presidente: 2	
1º Secretário: 2	
Emmanoel Alano - 8 cargos	
Presidente: 4	
1º Secretário: 2	
2º Procurador: 1	
Orador: 1	
Joao Vicente - 8 cargos	
1º Secretário: 1	
Tesoureiro: 7	

Sizino Antônio Machado Junior - 8 cargos

Vice-Presidente: 1

1º Secretário: 3

2º Secretário: 1

Tesoureiro: 2

1º Procurador: 1

Bonifácio Deoclécio Gil - 7 cargos

Tesoureiro: 2

1º Procurador: 4

1º Zelador: 1

Joao Marcolino de Souza - 7 cargos

1º Procurador: 7

Joao Rosa - 7 cargos

Presidente: 2

1º Secretário: 2

2º Secretário: 3

Luiz Natividade Costa - 7 cargos

Tesoureiro: 4

1º Fiscal: 2

2º Fiscal: 1

Antônio Ramos - 6 cargos

1º Secretário: 2

2º Secretário: 3

2º Procurador: 1

Gláucio Rosa - 6 cargos

Presidente: 2

1º Secretário: 3

2º Secretário: 1

Eugenio Vianna - 5 cargos

Presidente: 1

Vice-Presidente: 1

1º Secretário: 1

2º Secretário: 1

Tesoureiro: 1

Joao Basílio Silva - 5 cargos

Vice-Presidente: 2

2º Secretário: 2

Tesoureiro: 1

Jose Maria Calazans - 5 cargos

Vice-Presidente: 5

Adolpho Campos - 4 cargos

1º Secretário: 4

Agenor da Silva Pinto - 4 cargos
1º Secretário: 3
2º Secretário: 1
Alipio Vianna - 4 cargos
Vice-Presidente: 1
Tesoureiro: 2
2º Procurador: 1
Aristides Farias - 4 cargos
1º Procurador: 3
1º Fiscal: 1
Herminio de Souza - 4 cargos
1º Procurador: 4
Bento Brum - 3 cargos
Presidente: 3
Bonifácio Joao Soares - 3 cargos
Presidente: 1
Vice-Presidente: 2
Euclides Olavo de S. Thiago - 3 cargos
2º Secretário: 2
Orador: 1
Joao Fagundes - 3 cargos
1º Fiscal: 1
2º Fiscal: 2
Tharcilio Estevão - 3 cargos
Tesoureiro: 1
1º Procurador: 1
2º Fiscal: 1
Jorge Savas Paraskuevas - 3 cargos
Vice-Presidente: 1
Tesoureiro: 2
Jose Alano de Bittencourt - 3 cargos
Presidente: 1
Vice-Presidente: 1
1º Procurador: 1
Levy Lima - 3 cargos
Vice-Presidente: 1
2º Secretário: 1
1º Fiscal: 1
Manoel Marcelo - 3 cargos
2º Procurador: 1
2º Fiscal: 2

Manoel Olegario Brasil - 3 cargos 1º Secretário: 3
Nilo da Silva Pinto - 3 cargos Vice-Presidente: 1 2º Secretário: 2
Plinio Alves - 3 cargos Tesoureiro: 2 1º Zelador: 1
Primitivo dos Santos - 3 cargos Presidente: 1 Tesoureiro: 1 2º Fiscal: 1
Roberto Jose Natividade - 3 cargos 1º Secretário: 1 2º Secretário: 1 1º Fiscal: 1
Aurelio Fonseca - 2 cargos 2º Secretário: 2
Claudemiro Rosa - 2 cargos 2º Procurador: 2
Cypriano Victor Modesto - 2 cargos 1º Fiscal: 2
Divo da Silva Pinto - 2 cargos 1º Procurador: 2
Franklin Felisberto - 2 cargos 2º Procurador: 1 1º Fiscal: 1
Ismael Souza - 2 cargos Presidente: 2
Joao B. Fonseca - 2 cargos Presidente: 1 1º Secretário: 1
Jose Pacheco - 2 cargos 2º Procurador: 2
Jose Thomaz de Oliveira - 2 cargos 2º Fiscal: 2
Ladislau Vicente - 2 cargos 1º Fiscal: 2

Lucas Evangelista Vianna - 2 cargos
Orador: 1
Bibliotecário: 1
Lucidonio Vicente Cypriano - 2 cargos
Tesoureiro: 2
Osmar de Silveira - 2 cargos
2º Secretário: 2
Osny Souza - 2 cargos
1º Secretário: 2
Osvaldo Luiz Candido - 2 cargos
2º Secretário: 1
Bibliotecário: 1
Raimundo Martins - 2 cargos
1º Fiscal: 1
2º Fiscal: 1
Rubens Pedro do Nascimento - 2 cargos
1º Procurador: 2
Saturnino Martins - 2 cargos
Vice-Presidente: 2
Acelino Gonzaga - 1 cargos
2º Procurador: 1
Aldo Jeronimo do Nascimento - 1 cargo
1º Secretário: 1
Alipio Paulino da Silva - 1 cargo
2º Secretário: 1
Amphiloquio Alano - 1 cargo
2º Procurador: 1
Antao Verissimo - 1 cargo
1º Zelador: 1
Antonio Cardoso - 1 cargo
1º Zelador: 1
Antonio Felisberto da Rosa - 1 cargo
Vice-Presidente: 1
Antonio Fernandes - 1 cargo
Presidente: 1
Antonio Souza - 1 cargo

1º Procurador: 1

Bonifácio Jesuíno Bessa - 1 cargo

1º Zelador: 1

Candido Manoel Belmiro - 1 cargo

1º Fiscal: 1

Fausto Alano - 1 cargo

1º Fiscal: 1

Francisco Alves - 1 cargo

2º Procurador: 1

Francisco Rosa - 1 cargo

1º Fiscal: 1

Gilberto Barreiros - 1 cargo

2º Secretário: 1

Hercilio Fernandes - 1 cargo

Vice-Presidente: 1

Hercilio Miguel - 1 cargo

2º Fiscal: 1

Hypolito Alves - 1 cargo

1º Fiscal: 1

Ismael Velho - 1 cargo

1º Procurador: 1

Izidro Torres - 1 cargo

2º Fiscal: 1

Joao Perpetua - 1 cargo

2º Secretário: 1

Joao Sebastião Bittencourt - 1 cargo

1º Fiscal: 1

Joao Sergio - 1 cargo

2º Procurador: 1

Jose Astrolabio dos Santos - 1 cargo

1º Fiscal: 2

Jose Felipe - 1 cargo

1º Procurador: 1

Jose Maria da Rosa - 1 cargo

Presidente: 1

Luca Vianna - 1 cargo
Orador: 1
Manoel Antonio Junior - 1 cargo
1º Fiscal: 1
Manoel Bento - 1 cargo
2º Fiscal: 1
Manoel Lucio Cabral - 1 cargo
Vice-Presidente: 1
Manoel Machado - 1 cargo
2º Secretário: 1
Nilton Souza - 1 cargo
2º Fiscal: 1
Octavio Alves - 1 cargo
2º Secretário: 1
Olympio Conceição - 1 cargo
1º Secretário: 1
Oscar Barreiros - 1 cargo
2º Secretário: 1
Osny Martins - 1 cargo
1º Fiscal: 1
Oswaldo Venâncio - 1 cargo
2º Procurador: 1
Oswaldo Netto - 1 cargo
2º Secretário: 1
Pedro Marcolino - 1 cargo
2º Fiscal: 1
Plinio Geraldo - 1 cargo
Bibliotecário: 1
Salvato Joanna - 1 cargo
1º Zelador: 1
Urbano Veiga - 1 cargo
1º Fiscal: 1

ANEXO D – DIRETORIA CRUZ E SOUZA – QUADRO ELABORADO PELO AUTOR

DIRETORIA CRUZ E SOUZA
Adolpho Campos - 11 cargos
1º Secretário: 1
Orador: 10
Affonso Sabino - 9 cargos
Presidente: 1
Vice-Presidente: 7
Tesoureiro: 1
Antonio Felisberto da Rosa - 7 cargos
Presidente: 5
Vice-Presidente: 2
Arlindo Pacheco dos Reis - 6 cargos
Presidente: 1
1º Secretário: 5
Jose Thomaz de Oliveira - 5 cargos
Presidente: 3
Vice-Presidente: 1
1º Fiscal: 1
Antonio Sabino - 4 cargos
2º Secretário: 1
Tesoureiro: 2
1º Procurador: 1
Manoel Theodoro - 4 cargos
Tesoureiro: 3
2º Fiscal: 1
Acelino Gonzaga - 3 cargos
2º Secretário: 3
Osny Souza - 3 cargos
2º Secretário: 2
Tesoureiro: 1
Prudêncio Martins - 3 cargos
Tesoureiro: 1
1º Fiscal: 2
Alípio Vianna - 2 cargos
Tesoureiro: 2
Filastro Crescencio da Cruz - 2 cargos
1º Procurador: 2

Francisco Rosa - 2 cargos
Vice-Presidente: 1
2º Secretário: 1
Joao Angelino - 2 cargos
1º Fiscal: 2
Joao Basílio Silva - 2 cargos
Presidente: 2
Joao B. do Nascimento - 2 cargos
Tesoureiro: 2
Joao Sabino - 2 cargos
2º Procurador: 2
Manoel Bento - 2 cargos
2º Fiscal: 2
Marcilio G. da Silva - 2 cargos
1º Secretário: 2
Miguel Souza - 2 cargos
2º Fiscal: 2
Nelson Mathias - 2 cargos
2º Secretário: 2
Pedro Rita - 2 cargos
1º Fiscal: 2
Thomaz Norberto de Freitas - 2 cargos
Vice-Presidente: 1
1º Procurador: 1
Adão Manoel da Silva - 1 cargo
2º Procurador: 1
Alcides Nascimento - 1 cargo
Tesoureiro: 1
Algamil Luiz da Silva - 1 cargo
1º Procurador: 1
Ananias Candido - 1 cargo
1º Fiscal: 1
Antônio Cabral - 1 cargo
1º Fiscal: 1
Antônio Cardoso - 1 cargo
2º Procurador: 1

Antônio João Ventura - 1 cargo 2º Fiscal: 1
Antônio Thomaz de Oliveira - 1 cargo 2º Procurador: 1
Bento Brum - 1 cargo Vice-Presidente: 1
Fausto Alano - 1 cargo 2º Secretário: 1
Francisco Álvaro - 1 cargo 1º Fiscal: 1
Gláucio Rosa - 1 cargo 1º Secretário: 1
Izaias Mauricio - 1 cargo 2º Fiscal: 2
Joao Álvaro de Souza - 1 cargo Tesoureiro: 1
Joao Antônio Cruz - 1 cargo 1º Fiscal: 1
Joao Boaventura Fonseca - 1 cargo 1º Secretário: 1
Joao Domingos - 1 cargo Zelador: 1
Joao Jose de Souza - 1 cargo 1º Secretário: 1
Joao Marcolino de Souza - 1 cargo Vice-Presidente: 1
Joao Souza - 1 cargo Presidente: 1
Jose Antônio de Oliveira - 1 cargo Vice-Presidente: 1
Jose Honorato Alano - 1 cargo Presidente: 1
Jovelino Manoel Silva - 1 cargo 1º Procurador: 1
Levy Lima - 1 cargo Orador: 1

Manoel Joao da Silva - 1 cargo 2º Secretário: 1
Oswaldo C dos Reis - 1 cargo 1º Secretário: 1
Pedro Marcolino de Souza - 1 cargo Tesoureiro: 1
Pedro Pinto - 1 cargo 2º Procurador: 1
Pedro Rodolfo - 1 cargo 2º Fiscal: 1
Pedro Silva - 1 cargo Vice-Presidente: 1
Raul Barreiros - 1 cargo 1º Secretário: 1
Sabino Victorino - 1 cargo Tesoureiro: 1
Santos Pereira - 1 cargo 1º Secretário: 1
Silvio Vicente - 1 cargo 1º Fiscal: 1

APÊNDICE

Estatuto Associação Musical União dos Artistas

Estatuto Associação Musical Carlos Gomes

Estatuto União Sociedade Recreativa União Operária



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO E COMARCA DE LAGUNA
Registro Civil, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos da
Comarca de Laguna/SC
INGRID BRANDÃO SARTOR
OFICIAL REGISTRADORA



CERTIDÃO DE REGISTRO DA SOCIEDADE MUSICAL UNIÃO DOS ARTISTAS

Certifico que a pedido verbal da parte interessada, encontra-se registrado no livro A-1 de Pessoas Jurídicas, folha 41v, sob nº.26 em 17 de abril de 1956 o seguinte: **ESTATUTO DA SOCIEDADE MUSICAL UNIÃO DOS ARTISTAS.**

Capítulo I – Denominação, Sede e Objetivo.

Art. 1º - A Sociedade Musical União dos Artistas, também denominada "S. M. União dos Artistas" fundada aos três (03) de maio de 1860 com sede social a Rua Voluntário José Fermiano na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina, reger-se-á pelo presente Estatuto.

Art. 2º - O prazo de duração da Sociedade é ilimitado e o seu foro jurídico é o da Comarca de Laguna.

Art. 3º - A S. M. União dos Artistas tem por objetivo a formação e o aperfeiçoamento de músicos, combater o analfabetismo, promover festividades em sua sede social e quando convidada ou contratada, abrilhantar festas ou solenidades cívicas, religiosas e outras, promovidas dentro do Município de Laguna ou fora dele.

Capítulo II – Da Administração.

Art. 4º - A direção da Sociedade será confiada a uma diretoria eleita anualmente, no primeiro domingo do mês de abril em Assembleia Geral e empossada no dia três (03) de maio de cada ano.

Parágrafo Único – A diretoria compor-se-á dos seguintes membros: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, Orador, 1º Fiscal e 2º Fiscal.

Art. 5º - O regente será de livre escolha e designação da diretoria.

Parágrafo Único – O regente poderá tomar parte nas reuniões da diretoria, não podendo porem votar.

Art. 6º - Compete ao Presidente:

- Representar a Sociedade em juízo ou fora dele;
- Deliberar "ad-referendum" da diretoria sobre assuntos de competência desta, que exijam solução imediata.

Art. 7º - Compete ao Vice-Presidente, substituir o Presidente no impedimento deste.

Art. 8º - Compete ao 1º Secretário:

- Orientar e encaminhar todo o expediente da secretaria;
- Lavar as atas das reuniões e correspondências;
- Substituir o Vice-Presidente no impedimento deste.

Continua na próxima página...(Folha 1/3)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO E COMARCA DE LAGUNA
Registro Civil, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos da
Comarca de Laguna/SC
INGRID BRANDÃO SARTOR
OFICIAL REGISTRADORA

CERTIDÃO DE REGISTRO DA SOCIEDADE MUSICAL UNIÃO DOS ARTISTAS

Art. 9º - Compete ao 2º Secretário substituir o 1º Secretário no impedimento deste.

Art. 10º - Compete ao 1º Tesoureiro:

- Estabelecer uma contabilidade sistemática, observadas as normas traçadas pela Diretoria, de modo a patentear, a qualquer tempo, o estado e a marca dos haveres da sociedade.
- Ter sob sua guarda a responsabilidade, os títulos e documentos pertencentes a sociedade.
- Arrecadar a receita, pagar as despesas, devidamente autorizadas pelo Presidente e ter sob sua guarda e responsabilidade quantia não superior a Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros).
- Depositar, obrigatoriamente, em estabelecimento bancário quantia superior a Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros).
- Assinar com o Presidente os cheques bancários e os documentos onerosos à sociedade.

Art. 11º - Compete ao 2º Tesoureiro, substituir ao 1º Tesoureiro no impedimento deste.

Art. 12º - Compete ao Orador, tomar parte nas sessões solenes realizadas na sede ou fora dela, usando da palavra sempre que se fizer necessário.

Art. 13º - Compete ao 1º Fiscal, zelar pela conservação dos bens da sociedade (prédio, móveis, arquivo e instrumentos musicais).

Art. 14º - Compete ao 2º Fiscal, substituir o 1º Fiscal no impedimento deste.

Art. 15º - Compete ao Regente:

- Reger a Banda;
- Manter a ordem e a perfeita disciplina entre os músicos;
- Marcar os dias de ensaios;
- Determinar o uniforme a ser usado pela Banda, sempre que a mesma tiver que comparecer a quaisquer atos públicos;
- Afixar na sala de ensaio emanados da Diretoria;
- Agir em perfeito acordo com o Presidente e demais membros da Diretoria sem impedimentos;
- Determinar quem o substituirá em seus impedimentos.

Capítulo III – As Assembleia Geral.

Art. 16º - A Assembleia Geral e Extraordinária será sempre marcada pelo Presidente, no mínimo 48 horas antes da realização.

Continua na próxima página...(Folha 1V/3)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO E COMARCA DE LAGUNA

Registro Civil, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos da
Comarca de Laguna/SC
INGRID BRANDÃO SARTOR
OFICIAL REGISTRADORA



CERTIDÃO DE REGISTRO DA SOCIEDADE MUSICAL UNIÃO DOS ARTISTAS

Art. 17º - A Assembleia terá poderes para:

- a) Eleger e destituir a Diretoria;
- b) Deliberar sobre a aquisição de bens móveis e imóveis;
- c) Intervir na diretoria quando necessário.

Art. 18º - A Assembleia Geral Ordinária será convocada para os fins previstos no artigo 4º deste Estatuto, com antecedência de dez (10) dias. A convocação poderá ser feita pela imprensa, rádio, edital ou aviso nominal aos sócios.

Art. 19º - A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada pelo Presidente ou por 1/3 dos sócios quites, e neste último caso, será justificada perante a Diretoria a necessidade dessa convocação.

Art. 20º - As Assembleias são soberanas para resolverem todos os assuntos atinentes à Sociedade. A Assembleia será reunida na primeira convocação com mais de 1/3 dos sócios quites e, na segunda, com qualquer número.

Parágrafo Único - Quer para fins previstos no artigo 4º ou no artigo 7º, as Assembleias serão reunidas de acordo com este artigo.

Art. 21º - A eleição da diretoria será realizada pela forma estabelecida no presente Estatuto e por escrutínio secreto.

Parágrafo Único - Só poderão votar e ser votados os sócios quites. A apuração da eleição será feita por dois (02) escrutinadores.

Capítulo IV - Dos Sócios e Músicos.

Art. 22º - O quadro social é constituído de pessoas de ambos os sexos.

Parágrafo Único - Duas são as categorias de sócios: a) Músicos; b) Contribuintes.

Art. 23º - O cidadão admitido como sócio ficará obrigado ao pagamento da mensalidade de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros)

Parágrafo Único - Estão isentos de pagamento da mensalidade os sócios, músicos, que poderão votar e ser votados.

Art. 24º - O sócio contribuinte em atraso de suas mensalidades por mais de três (03) meses, estará sujeito a pena de eliminação.

1º) O sócio músico que se recusar sem motivo justo, a tomar parte nos ensaios e nas festas organizadas pela corporação, estará sujeito a pena de suspensão por trinta (30) dias, aplicada pela regência.

Continua na próxima página...(Folha 2/3)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO E COMARCA DE LAGUNA

Registro Civil, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos da
Comarca de Laguna/SC
INGRID BRANDÃO SARTOR
OFICIAL REGISTRADORA



CERTIDÃO DE REGISTRO DA SOCIEDADE MUSICAL UNIÃO DOS ARTISTAS

2º) Em caso de reincidência, o sócio músico ficará sujeito a pena de eliminação aplicada pela Diretoria, ouvido, previamente, pela perfeita conservação de instrumento e uniforme que lhe foram confiados, pena de responder por qualquer prejuízo verificado.

Art. 25º - É vedado tratar, no recinto social de assuntos políticos ou religiosos.

Capítulo V – Disposições Gerais.

Art. 26º - A banda só poderá sair à rua, incorporada ou em grupos, pela formação de orquestra, será sempre acompanhada do regente ou de uma pessoa por ele autorizada.

Art. 27º - Os contratos para tocar serão sempre feitos com o Presidente ou que o substitua.

Art. 28º - Das tocadas, será reservado para os cofres da Sociedade uma cota de 30% (trinta por cento), exceto a renda de festas cívicas, religiosas e outras que reverterá integralmente a Sociedade.

Art. 29º - A Sociedade prestará auxílio pecuniário as famílias necessitadas dos sócios músicos.

Art. 30º - A Escola de Aprendizagem Musical existe na sede social, denominar-se-á: "Escola Maestro Figueró", cuja direção ficará a cargo da regência.

Art. 31º - Anualmente, em data que ficará a critério da diretoria, a Sociedade fará celebrar, na Igreja Matriz desta cidade, ofício religioso In Memoriam do fundador Maestro Luiz Augusto Werner, músicos e benfeitores falecidos.

Art. 32º - ocorrendo por qualquer motivo, a vacância de cargos de membros da diretoria, poder-se-á pela forma prescrita no artigo 17º, letra c, deste Estatuto.

Art. 33º - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela diretoria.

Art. 34º - Os bens imóveis da Sociedade só poderão ser onerados com hipoteca ou outra transação jurídica, com autorização da Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 35º - O presente Estatuto aprovado em 03 de maio de 1953, data da passagem do 93º aniversário de fundação da Sociedade, entrará em vigor na data em que foi registrado no cartório de Registro de Títulos e Documentos desta Comarca.
Laguna, 14 de novembro de 1955.

Presidente – Antônio Bessa; Vice-Presidente – Otto W. Mariath; 1º Secretário – Gabriela Grandmagne; 2º Secretário – Nazil Bento; 1º Tesoureiro – Tancredo de Souza Pinto; 2º Tesoureiro – Remi Fermino; Fiscal – Antônio dos Reis; Fiscal – Osny de Lima Veiga; Orador – Boaventura Barreto. Reconheço verdadeiras as firmas de Antônio Bessa, Otto W. Mariath, Gabriela Grandmagne, Nazil Bento, Tancredo de Souza Pinto, Remi Fermino,

Continua na próxima página...(Folha 2V/3)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO E COMARCA DE LAGUNA

Registro Civil, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos da
Comarca de Laguna/SC
INGRID BRANDÃO SARTOR
OFICIAL REGISTRADORA

CERTIDÃO DE REGISTRO DA SOCIEDADE MUSICAL UNIÃO DOS ARTISTAS

Antônio dos Reis, Osni de Lima Veiga e Boaventura Barreto. Laguna, 14 de novembro de 1955. Raul Ferreira. Tabelião. Eu, Arnaldo Teixeira, Oficial do Registro, o escrevi, selo e assino. Laguna, 17 de maio de 1956. Assinatura de Arnaldo Teixeira.

Averbação: Reforma de Estatuto: Estatuto da Sociedade Musical "União dos Artistas". Fundada a 03 de maio de 1860. Alteração. Capítulo V – Disposições Gerais. Art. 34º - Parágrafo Único – “Em caso de dissolução da Sociedade o seu patrimônio reverterá em benefício do Asilo Santa Izabel desta cidade, e na sua falta, para qualquer outra Instituição de Caridade sediada na cidade de Laguna”. A presente reforma foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade Musical “União dos Artistas” realizada em 21 de junho de 1959, e entrará em vigor na data em for registrado no Cartório de Registro e Títulos e Documentos desta Comarca. Laguna, 21 de junho de 1959. Assinaturas: Antônio Bessa – Presidente; César Barreto – Vice-Presidente; Antônio Nazareno de Oliveira – 1º Secretário; Agenor da Silva Pinto – 2º Secretário; Tancredo de Souza Pinto – 1º Tesoureiro; Otávio Bessa – 2º Tesoureiro; Manoel Américo Barros – Orador; Clair Guedes – 1º Fiscal; Adilson João Rodrigues -2º Fiscal. Reconheço verdadeiras as firmas das assinaturas e dou fé. Laguna, 10 de agosto de 1959. Nada mais constava na reforma do Estatuto apresentado que aqui bem e fielmente transcrevi. Eu, Arnaldo Teixeira, Oficial do Registro que o escrevi, selo e assino. Laguna, 03 de setembro de 1959.

O referido é verdade e dou fé.
Laguna - SC, 08 de setembro de 2017


Laís Silveira Coelho
Oficial Substituta

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Normal

EVG22338-BFZP

Confira os dados do ato em:
<http://selo.tjsc.jus.br/>

Emolumentos
1 Certidão de registro, incluindo todo e qualquer ato a ela inerente (busca, autenticações, rasa, etc., inclusive cópia reprográfica), pela primeira folha
- R\$ 9,90

(Folha 3/3)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO E COMARCA DE LAGUNA
Registro Civil, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos da
Comarca de Laguna/SC
INGRID BRANDÃO SARTOR
OFICIAL REGISTRADORA



CERTIDÃO DE REGISTRO DA SOCIEDADE MUSICAL CARLOS GOMES

Certifico que, a pedido verbal da parte interessada, encontra-se registrado no livro B-7 de Títulos e Documentos, folha 4V, sob nº 263 em 21 de maio de 1941 o seguinte: Estatutos da Sociedade Musical Carlos Gomes. **Capítulo I. Art. 1º** - A Sociedade Musical Carlos Gomes fundada em 8 de abril de 1882, em Laguna, Estado de Santa Catarina, onde tem sua sede e foro, é regida pelos presentes Estatutos e terá duração indeterminada. **Art. 2º** - Esta Sociedade tem por objetivo promover festividades em sua sede social, e abrilhantar, quando convidada ou contratada, as solenidades religiosas, patrióticas e as demais, promovidas pelas sociedades locais. **Art. 3º** - Fundada em 1882 esta Sociedade teve as seguintes denominações: "Santa Cecília", "13 de Maio" e "Carlos Gomes", nome que conserva em homenagem ao genial artista que tanto elevou nossa Pátria nos acordes da magistral peça o "Guarany". **Capítulo II. Art. 4º** - A Sociedade Carlos Gomes exercerá a sua ação pelos seguintes órgãos: a) Assembléia Geral. b) Diretoria. a) Assembléia Geral. **Art. 5º** - Os Sócios se reunirão em Assembléia Geral quando convocadas pelos dirigentes. **Art. 6º** - A Assembléia Geral se constitui, funciona e delibera em primeira convocação quando se achar presente pelo menos em terço dos associados. Parágrafo Único: A Assembléia Funcionará com qualquer número em segunda convocação, **Art. 7º** - Os assuntos serão decididos por maioria de votos presente tendo o presidente o voto de desempate, salvo em caso de eleição. b) Da Diretoria, sua eleição, posse e suas atribuições: **Art. 8º** - A diretoria é composta de: Presidente. 1º Vice Presidente. 2º Vice Presidente. Diretor Regente. Diretor de Ensaios. Orador. 1º Secretário. 2º Secretário. 3º Secretário. 1º Tesoureiro. 2º Tesoureiro. 1º Fiscal. 2º Fiscal. Procurador. Parágrafo Único: 1º Presidente será eleito anualmente pela Assembléia Geral, em 1º de Maio. Parágrafo 2º - Eleito o Presidente, escolherá entre os associados os companheiros para ocupar os demais cargos. Parágrafo 3º - A Diretoria será empossada em 10 de maio, três dias antes das festividades comemorativas ao aniversário da Corporação. Parágrafo 4º. A renúncia do Presidente implicará na renúncia da Diretoria, prorrogando-se entretanto o mandato desta até a posse da nova Diretoria. **Art. 9º** - A Diretoria compete coletivamente tomar todas as medidas necessárias ao bom conceito da Sociedade e êxito das festividades que promover ou participar. **Art. 10º** - Ao presidente compete representar a Sociedade Ativa e passivamente em Juízo e em todas as demais oportunidades, ou propor quem nestas funções o substitua, no caso de impedimento do 1º e 2º Vice - Presidente. Parágrafo Único. Os encargos confiados pelo presidente serão fiscalizados pelo mesmo, ficando a seu critério a substituição de auxiliar ou auxiliares que faltarem ao desempenho da missão

Continua na próxima página...(Folha 1/2V)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO E COMARCA DE LAGUNA
Registro Civil, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos da
Comarca de Laguna/SC
INGRID BRANDÃO SARTOR
OFICIAL REGISTRADORA



CERTIDÃO DE REGISTRO DA SOCIEDADE MUSICAL CARLOS GOMES

conforme o seguinte: Sociedade Musical "Carlos Gomes" – Alteração de Estatuto. Em data de 13 de fevereiro de 1979, em Assembléia Geral Extraordinária, foram alterados os artigos 2º e 5º e os parágrafos 1º, 3º e 4º do Artigo 8º dos Estatutos da Sociedade Musical "Carlos Gomes". **Artigo 2º** - Esta Sociedade tem por objetivo promover festividades nas sua sede social, abrilhantar, quando convidada e contratada as solenidades religiosas, patrióticas e as demais promovidas pelas sociedades locais. Promover educação e desenvolver cultura, bem como o amparo social da coletividade ministrando ensinamentos musicais. **Artigo 5º** - Os sócios beneméritos, honorários e músicos do corpo se reunirão em Assembléia Geral, quando convocados pelos dirigentes, em vista da sociedade não possuir sócios contribuintes. **Art. 8º - Parágrafo 1º** - O presidente será eleito bianualmente pela assembléia geral de 5 de abril. Parágrafo 3º - A Diretoria será empossada em 5 de abril, três dias antes das festividades comemorativas ao aniversário da corporação. Parágrafo 4º - O presidente e demais membros da Diretoria não são remunerados. Consta as seguintes assinaturas: Igor Ezequel Ivanov – Presidente; Eli Caetano da Silva – 1º Vice; José Paulo Goulart – 2º Vice; Nivaldo Andrade Martins – Secretário; Carlos Araújo Horn – 2º Secretário; José Nazareno Duarte – 3º Secretário; Vinicius Uliano – 1º Tesoureiro; Antônio de Pádua Heleodoro de Souza – 2º Tesoureiro, Pe. Antônio Gerônimo Herdt – Orador; Manoel Juvêncio Fernandes – Diretor Regente; Deroci de Oliveira – Diretor de Ensaio; João Basílio – Procurador; Carlos Manoel Martins – 1º Fiscal; Djalma de Souza Soares – 2º Fiscal; Jacy Martins- Zelador. Estavam todas as assinaturas com firma reconhecida pelo Tabelionato Mattos desta cidade aos 20-02-1979. Nada mais contava ou declarava o apresentado que bem e fielmente o registrei. Eu, Albani Maria de Medeiros Demétrio, Oficial que o escrevi e assino. Foi publicada a referida Alteração do Jornal Semanário de Notícias da cidade de nº 201 do dia 17-02-79. Era o que continha. Laguna, 20 de fevereiro de 1979. Assinatura de Albani Maria de Medeiros Demétrio. **2º Averbação:** De acordo com a publicação feita no dia 08-09-79 no jornal "O Renovador" desta cidade de nº 16, foi alterado o Art. 14 dos Estatutos da Sociedade Musical Carlos Gomes, acrescentando o seguinte na parte final: "desde que devidamente registrada no Conselho Nacional de Serviço Social". Nada mais Constava. Eu, Albani Maria de Medeiros Demétrio, oficial que o escrevi e assino. Laguna, 13-09-79. Assinatura de Albani Maria de Medeiros Demétrio. Nada mais constava o presente registro que bem e fielmente digitei, dou fé e assino.

Continua na próxima página...(Folha 2/2V)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO E COMARCA DE LAGUNA
Registro Civil, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos da
Comarca de Laguna/SC
INGRID BRANDÃO SARTOR
OFICIAL REGISTRADORA



CERTIDÃO DE REGISTRO DA SOCIEDADE MUSICAL CARLOS GOMES

confiada. **Art. 11º** - Ao Diretor Regente compete: Além de Reger a Corporação, determinar as noites de ensaios, tocadas e demais compromissos assumidos pela Sociedade, punido rigorosamente os que faltarem as ditas determinações. Parágrafo 1º. Ao diretor de Ensaios compete substituir o Regente em seus impedimentos e auxilia-lo no desempenho das funções confiadas. Parágrafo 2º. Aos fiscais compete zelar pelos interesses da sociedade e seguir criteriosamente as instruções recebidas dos superiores. **Art. 12º** - Os músicos, pelos serviços que prestam a Sociedade indiscutivelmente relevantes, gozarão dos direitos sociais, podendo freqüentar as festividades promovidas pela mesma, propor novos elementos, que serão aceitos ou não, a critério da diretoria, votarem e serem votados. **Capítulo III. Art. 13º** - O fundo social será constituído pelo instrumental e tudo mais que a Sociedade possuir. **Art. 14º** - Em caso de dissolução da Sociedade, e que só se verificará por deliberação da Assembléia Geral, os bens que lhe pertencerem serão vendidos e o produto entregue as instituições de caridade existentes nesta cidade. **Art. 15º** - Os presentes Estatutos, que entraram em vigor em 13 de maio corrente, constituem a Lei orgânica da Sociedade Musical Carlos Gomes e só poderão ser modificados dois anos depois de sua aprovação, salvo necessidade imperiosa, a critério da Diretoria. Aprovados em reunião de Assembléia Geral, de 6 de maio de 1971 (aa) Francisco Fernandes de Oliveira. Presidente. Emmanuel Alano de Oliveira. 1º Vice-Presidente. Frutuozo Ezequiel de Souza. 2º Vice-Presidente. Antônio Felisberto da Rosa. Diretor Regente. Bonifácio Deoclesio Gil. Diretor de Ensaios. Mario Cabral. Orador. João Ezequiel Souza. 1º Secretário. Arno A. Duarte. 2º Francisco de Paula Carneiro. 3º Secretário. Francisco Pestana. 1º Tesoureiro. Carlos Remor. 2º Tesoureiro. João Acahú Santana. 1º Fiscal. Olavo Bento. 2º Fiscal. Mario Martins. Procurador. Reconheço as firmas de Francisco Fernandes de Oliveira, Emmanuel Alano de Oliveira, Frutuozo Ezequiel de Souza, Antônio Felisberto da Rosa, Bonifácio Deoclécio Gil, Mário Cabral, João Ezequiel de Souza, Arno A. Duarte, Francisco de Paula Carneiro, Francisco Pestana, Carlos Remor, João Acahú Santana, Olavo Bento e Mario Martins, dou fé. Laguna, 16 de maio de 1941. (a) Raul Ferreira – Tabelião, data e assinatura sobre 3.000 ex selos estaduais. Visto (a) A. Freitas Cap. Delegado Especial, data e assinatura. Laguna, 20 de maio de 1941, sobre estampilhas estaduais de valor de 16.000, inclusive a taxa de saúde. Nada mais constava. Eu Arnaldo Teixeira, Oficial do Registro Civil, Títulos e Documentos, que o escrevi, selo e assino. Laguna, 21 de maio de 1941. Assinatura de Arnaldo Teixeira. **Averbação:** O presente Estatuto foi alterado conforme registro de Ata no livro A-2, folhas 191, nº 086

Continua na próxima página...(Folha 1V/2V)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO E COMARCA DE LAGUNA

Registro Civil, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos da
Comarca de Laguna/SC
INGRID BRANDÃO SARTOR
OFICIAL REGISTRADORA



CERTIDÃO DE REGISTRO DA SOCIEDADE MUSICAL
CARLOS GOMES

O referido é verdade e dou fé.
Laguna - SC, 08 de setembro de 2017

Laís Silveira Coelho
Oficial Substituta



Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Normal

EVG22337-LJU7

Confira os dados do ato em:
<http://selo.tjsc.jus.br/>

Emolumentos
1 Selo de Fiscalização pago
(EVG22337-LJU7) - R\$ 1,85
1 Certidão de documentos registrados
pela folha excedente - R\$ 3,30
1 Certidão de documentos registrados

(Folha 2V/2V)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO E COMARCA DE LAGUNA
Registro Civil, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos da
Comarca de Laguna/SC
INGRID BRANDÃO SARTOR
OFICIAL REGISTRADORA



CERTIDÃO DE REGISTRO DA SOCIEDADE RECREATIVA UNIÃO OPERÁRIA

Certifico que, por ter sido requerido de parte interessada, que revendo os livros de Pessoas Jurídicas deste Ofício encontrei registrado sob o número 72 às folhas número 89 no livro A-1 em data 19 de agosto de 1965 o documento da entidade: da **ESTATUTO DA SOCIEDADE RECREATIVA "UNIÃO OPERÁRIA"**. Cujas cópias reprográficas, seguem anexas e rubricadas, constituindo parte integrante e inseparável desta certidão.

O referido é verdade e dou fé.
Laguna - SC, 08 de setembro de 2017


Laís Silveira Coelho
Oficial Substituta

Emolumentos
9 Certidão de documentos registrados
pela folha excedente - R\$ 29,70
1 Certidão de registro, incluindo todo
e qualquer ato a ela inerente (busca,
autenticações, rasa, etc., inclusive

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Normal

EVG22339-80PY

Confira os dados do ato em:
<http://selo.tjsc.jus.br/>

ESTADO DE SANTA CATARINA



COMARCA DE LAGUNA

CARTÓRIO DO REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

Documento referente à inscrição em Pessoas Jurídicas, dos Estatutos da SOCIEDADE RECREATIVA "UNIÃO OPERÁRIA", de Laguna.

- A U T U A Ç Ã O -

Aos oito dias do mês de outubro, do ano de mil novecentos e novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina, em meu cartório autuei a petição e os documentos que a instruem. eu, Oficial do Registro, esta datilografei.



E S T A T U T O S

D A

EM BRANCO
SOCIEDADE RECREATIVA "UNIÃO OPERÁRIA"

CAPITULO I

Art.1º - A SOCIEDADE RECREATIVA UNIÃO OPERÁRIA FUNDADA NESTA CIDADE AOS NOVE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1903 SERÁ REGIDA PELO PRESENTE ESTATUTO E CONSTITUIDA POR NÚMERO ILIMITADO DE SOCIOS;



Art.2º - ESTA SOCIEDADE TEM POR FIM

- a) Proporcionar reuniões dançantes ou quaisquer outras festas em que se reünam amistosamente os sócios e suas famílias;
- b) criar uma seção de leitura variada e instrutiva para seus sócios fazendo aquisições de jornais, livros e revistas boas;
- c) intensificar e desenvolver-se por todos os meios ao seu alcance serviços de assistências sociais;
- d) estabelecer jogos primitivos em sociedades para recreio de seus sócios.

Art.3º - SÃO BENS DA SOCIEDADE:

- a) Seu prédio próprio à rua Santo Antônio nº 81;
- b) seus móveis, utensílios, incluindo instalações internas e externas;
- c) sua receita que se constituirá de mensalidades e jóias cobradas pela Diretoria e de outros valores que sejam arrecadados em razão do uso pelos sócios ou não, de bens da sociedade;

CAPITULO II

DOS SÓCIOS E SUA DIVISÃO

Art.4º - A Sociedade Recreativa União Operária têm seu quadro social composto das seguintes espécies de sócios:

- a) Contribuintes-os maiores de 18 anos que pagarem a mensalidade de CR\$100 (Cem cruzeiros) e jóias de CR\$2.000 (Dois mil cruzeiros).
- b) Beneméritos-os que já contribuíram satisfatoriamente à sociedade.
- c) Honorários-os que pela sua posição de destaque tenham prestado serviços relevantes à sociedade.

§ 1º - Condiciona-se a admissão de sócios contribuintes ao preenchimento da respectiva proposta e sua aceitação pela Diretoria bem como o pagamento de jóias e mensalidades no prazo de trinta dias improrrogáveis.

§ 2º - Os títulos de sócios beneméritos e honorários são conferidos pela Diretoria após pronunciamento da Assembléia Geral.

Art.5º - A data da admissão dos sócios será a da sua aceitação da proposta feita pela Diretoria.

CAPITULO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

Art.6º - São os direitos dos sócios contribuintes, remidos e beneméritos:

- a) Votar e ser votado;
- b) propôr e discutir nas Assembléias Gerais o que julgar conveniente aos interesses sociais;
- c) apresentar queixas ou reclamações, por escrito, a Diretoria sobre quaisquer irregularidades;
- d) requerer com trinta sócios quites, no mínimo, em pleno gozo de seus direitos sociais a convocação de Assembléias Gerais Extraordinárias sendo as assinaturas do próprio punho devendo declarar o motivo da mesma.

§ 1º - Como pessoa da família do sócio com direito a frequentar o clube entende-se mãe, esposa, filha solteira, filhos menores de 18 anos e noiva;

§ 2º - Para os demais casos faz-se necessário ouvir a Diretoria, e esta o entender expedirá o devido convite.

Art. 7º - SÃO DEVERES DOS SÓCIOS:

- a) É obrigação fundamental do sócio respeitar estes estatutos e acatar os membros da Diretoria quando no uso de suas atribuições, colaborando para o maior engrandecimento da sociedade, como é seu dever manter em dia o pagamento das mensalidades e ao que estiver sujeito;
- b) Comunicar a Diretoria sua transferência de domicílio ainda que em caráter temporário, pois não o fazendo e deixando de pagar a sua mensalidade por três meses, terá o seu nome excluído do quadro social e sua dívida será lançada no livro competente;
- c) Aceitar, salvo impedimento comprovador e desempenhar com o máximo critério os cargos que lhes forem conferidos por eleição ou nomeação;
- d) Comparecer as Assembléias Gerais;
- e) guardar e fazer guardar tôda decência no recinto social tratando com polides as pessoas presentes, bem como não usar de palavras ou gestos indecentes ou irritantes, nem manter algazarras que perturbem os que se divertem em outros compartimentos;
- f) guardar tôda reserva e não divulgar qualquer ocorrência e incidentes desagradáveis ou quaisquer outros fatos que porventura se passarem no recinto da sociedade.

CAPITULO IV

DAS PENALIDADES

Art. 8º - Os sócios são passíveis das seguintes penalidades:

- a) Censura por escrito
- b) Suspensão
- c) Eliminamento

Art. 9º - A pena de censura será aplicada pela Diretoria ao sócio primário nas faltas abaixo:

- a) Infringir os estatutos do clube e os regulamentos e determinações da Diretoria devidamente considerando o grau de gravidade do ato cometido;
- b) não guardar a compostura que lhe impõe a sociedade ou faltar com o respeito a qualquer membro da Diretoria, nas dependências do clube por ocasiões ou não de festas, reuniões, bailes, competições esportivas;

Art. 10º - A pena de suspensão será aplicada ao sócio que reincidir no cometimento de faltas capitulares no artigo anterior ou que, embora primário, tenha praticado faltas consideradas graves, na conformidade do item primeiro do mesmo artigo;

§ único - O sócio suspenso não fica isento do pagamento de sua mensalidade, mas tão somente privado dos direitos que lhe conferem estes Estatutos.

Art. 11º - Será eliminado o sócio que:

- a) deixar de pagar injustificavelmente sua mensalidade por três meses consecutivos ou em igual período deixar de satisfazer compromissos direta ou indiretamente assumidos com o clube;
- b) em exercício de cargo de confiança aplicar indevidamente valôr a ele confiado ou usar em proveito próprio ou de outrem os bens do clube;
- c) reincidir no despeito ao dispositivo constante na letra f do artigo 7º;

§ 1º - Será efetivada a pena de que trata o item a, deste artigo quando intimado por escrito, pela Tesouraria do clube, o sócio não satisfazer sua obrigação dentro do prazo de quinze dias, contados da data do recebimento do respectivo expediente inscrevendo-se a dívida no livro compe-





- § 2º - O sócio eliminado por força do disposto no item a e d deste artigo poderá ser readmitido a critério da Diretoria e mediante o pagamento da dívida por que responder, inclusive nova jóia.

CAPITULO V

Art.12º - A Sociedade será dirigida por uma Diretoria composta de nove membros cujo presidente será eleito de acôrdo com êstes estatutos.

- § 1º - Compõe-se a Diretoria de que trata êste artigo:

Presidente de Honra

Presidente

Vice-Presidente

1º Secretário

2º Secretário

1º Tesoureiro

2º Tesoureiro

1º Fiscal

2º Fiscal

- § 2º - Só poderá concorrer como candidato a presidência o sócio que em dia com as suas obrigações sociais, conte no mínimo com um ano no quadro social.

- § 3º - A Diretoria incumbe a alta administração da sociedade, como a cada um dos Diretores cabe a responsabilidade do que ocorrer no departamento que dirige.

- § 4º - O cargo de Presidente será renovado de ano em ano em eleição que se realizará no 2º domingo do mês de abril. Será feita 1a. 2a. e 3a. convocação.

- § 5º - A posse da Diretoria efetuar-se-á no dia 1º de Maio.

- § 6º - Os membros da Diretoria serão escolhidos pelo Presidente, podendo o mesmo dispensá-lo quando houver conveniência para a Sociedade.

Art.13º - SERÃO ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA

- a) Cumprir e fazer cumprir as disposições do presente estatuto e respectivo regulamento, bem como as deliberações e as assembleias Gerais;
- b) praticar todos os atos que se impuserem a bôa marcha da vida do clube e revogar ou modificar aquelas que no seu entender estejam superadas em razão de qualquer fato novo nos quadros da sociedade;
- c) decidir soberanamente a admissão dos sócios e no caso de concessão de títulos a sócios honorários ou beneméritos, fundamentar junto as Assembleias Gerais, por escrito, as razões de sua proposta;
- d) Convocar as Assembleias Gerais e organizar os programas para as festas do clube fixando-lhes as datas;
- e) aplicar as penalidades a que estiverem sujeitos os sócios por infração destes estatutos;
- f) suspender as atividades do clube em caso de ocorrências graves no seu seio, desde que, pelos meios usuais, se torne impossível assegurar a continuidade em condições normais do livro em exercício das práticas sociais;
- g) Dar o maior relêvo possível as suas próprias atribuições e pautá-las dentro da mais acendrada vontade de bom servir e engrandecer o clube, visando com isso poder exigir de cada sócio uma parcela de colaboração a altura de tais propósitos.

Art.14º - Os sócios menores de 21 anos não poderão fazer parte da Diretoria.

Art.15º - COMPETE AO PRESIDENTE:

- a) Presidir as reuniões da Diretoria;
- b) firmar as atas das sessões a que presidir, o expediente relativo as deliberações nelas tomadas e, juntamente com o Secretário a correspondência oficial;
- c) rubricar todos os livros da sociedade;
- d) representar a sociedade em juízo ou fora dêle, podendo constituir procurador.



- e) assinar juntamente com o 1º Tesoureiro todos os papéis e demais documentos relativos as despesas sociais;
- f) promover por todos os meios ao seu alcance o engrandecimento da sociedade, executar e fazer executar os presente estatutos e regulamentos que dêles emanarem;
- g) findo o prazo social apresentar a Assembléia Geral um relatório circunstanciado, no qual demonstre o desenvolvimento da sociedade referindo as principais ocorrências e lembrando as providências a serem tomadas.

Art.16º 6 AO VICE PRESIDENTE COMPETE:

- a) Substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos assumindo neste caso todos os seus encargos e atribuições;
- b) No caso de vagância do Presidente, assumir o cargo procedendo imediatamente a eleição, uma vez que a aludida vagância se der antes de completada a metade do mandato;

Art.17º - AO PRIMEIRO SECRETÁRIO COMPETE:

- a) substituir o Presidente nos impedimentos deste e na ausência do vice-presidente;
- b) proceder o expediente, redigir e lavrar as atas das sessões da Diretoria, assinando-as com o Presidente e demais membros da Diretoria;
- c) Ter em boa ordem os papéis e documentos que tiver que apresentar às Assembléias Gerais;
- d) firmar todos os avisos e convocações e juntamente com o presidente as correspondências oficiais;
- e) conservar sob sua guarda o arquivo e escriturar em livro especial ou fichário a esse fim destinado, o movimento de entrada e saída dos sócios e ter a relação dos que hajam perdido o direito de o serem.

Art.18º - AO SEGUNDO SECRETÁRIO COMPETE:

- a) substituir o 1º secretário no seu impedimento;
- b) ter a seu cargo o arquivo da sociedade;
- c) auxiliar o Primeiro quando solicitado.

Artº19º - AO PRIMEIRO TESOUREIRO COMPETE:

- a) arrecadar tôdas as contribuições, mensalidades, donativos e outros valores pertencentes à sociedade;
- b) efetuar todos os pagamentos autorizados pelo Presidente, mediante apresentação de documentos devidamente visados;
- c) depositar em estabelecimento bancário ou estabelecimento de crédito de confiança da Diretoria a quantia que exceder a CR\$. 5.000 (Cinco mil cruzeiros);
- d) apresentar semestralmente a Diretoria os balancetes acompanhados dos respectivos documentos;
- e) Comunicar a Diretoria quais os sócios incursos no item a do art.11º deste Estatuto;
- f) assinar juntamente com o Presidente os cheques para a retirada das importâncias depositadas.

Art.20º - AO SEGUNDO TESOUREIRO COMPETE:

- a) Substituir o 1º Tesoureiro, assumindo neste caso as suas responsabilidades.

Art.21º - AOS FISCAIS COMPETE:

- a) Fiscalizarem os salões nos dias de bailes ou festas, ajudando para o bom andamento das festividades.

CAPITULO VI

DAS ASSEMBLÉIAS

Artº22º - As Assembléias serao constituídas de sócios quites e em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art.23º - A Assembléia Geral Ordinária, realizar-se-á de ano em ano no segundo domingo do mês de abril para a eleição do Presidente fazendo-se la. 2a. e 3a. convocação sendo cada convocação pelo espa-



- b) No dia 1º de Maio para dar posse a nova Diretoria, apreciar as contas e relatórios relativos ao trabalho então terminado.
- Art. 24º - As assembleias gerais extraordinárias terão lugar por convocação especial ou de acordo com a Letra C do artigo 6º deste estatuto.
- Único - Estas convocações serão feitas por Editais publicados nas impressas e por meio de avisos afixados na sede social, com 15 dias de antecedência, pelo menos, designando dia e hora e o assunto a tratar.
- Art. 25º - As assembleias gerais extraordinárias funcionarão legalmente em duas convocações no mesmo dia, a primeira convocação com a metade e mais um número de sócios quites com a sociedade ou 1 hora após, em segunda convocação com qualquer número de sócios em idênticas condições.
- Art. 26º - Nenhum sócio poderá usar da palavra por mais de duas vezes sobre o mesmo assunto nem dêle se ocupar por mais de 20 minutos.
- Único - Excluem-se da proibição deste artigo os membros da Diretoria e os autores da proposta em discussão.
- Art. 27º - A ASSEMBLÉIA GERAL COMPETE:
- eleger o Presidente e dar posse;
 - resolver os assuntos submetidos a sua apreciação pela Diretoria ou qualquer sócio nos termos deste Estatuto;
 - deliberar sobre os atos da Diretoria;
 - destituir a Diretoria ou qualquer de seus membros quando circunstâncias gerais assim o exigirem;
 - tomar tôdas as resoluções de sua competência e que revistem de grande interesse social.

CAPITULO VII

DAS ELEIÇÕES

- Art. 26º - As eleições serão feitas por escrutínio secreto e da seguinte maneira:
- chamada pelo livro de presença dos sócios;
 - as cédulas poderão ser manuscritas, impressas ou dactilografadas;
 - concluída a votação após chamada do Livro de Presença o Presidente designará dois escrutinadores que abrirão a urna, sendo então efetuada a contagem das cédulas, cujo número deverá coincidir com os sócios que houverem assinado o Livro de Presença;
 - A Assembleia resolverá incontinentemente sobre qualquer irregularidade que ocorrer durante a eleição;
 - finda a apuração o Presidente proclamará o eleito que será aquele que tiver maior número de votos apurados;
 - em caso de empate será considerado o candidato mais idoso.

CAPITULO VIII

DOS CONVIDADOS

- Art. 29º - O clube é privativo dos seus sócios salvo nos seguintes casos:
- Os sócios que precisarem das dependências do clube para realizarem qualquer festas que habitualmente são levadas a efeito pela Sociedade, exporá a Diretoria, por escrito, sua pretensão e o fará com antecedência mínima de 48 horas. A Diretoria é soberana para decidir em tais casos;
 - os sócios para fazerem-se acompanhados em festas ou reuniões do clube de pessoas estranhas ao quadro social deverá solicitar o necessário ingresso, que lhe será ou não, concedido;
 - essas pessoas concedidas o ingresso serão registradas no Livro.
- Único - A cessação de qualquer dependência do clube nos termos deste artigo, colocará os sócios durante as festas que então se realizar em igualdade de condições com as pessoas que dela tomarem parte ainda que estranhas ao quadro social.

CAPITULO IX



- Art. 30º - A Diretoria têm por dever reunir-se uma vês por mês no mínimo.
- Art. 31º - Os sócios do clube não respondem subsidiariamente pelas obrigações que seus representantes contraírem, salvo quando expressamente autorizados por Assembléia Geral legalmente constituída.
- Art. 32º - Tanto o sócio efetivo que se retirar voluntariamente da sociedade como aquêle que seja excluído, perderão seus direitos e não poderão reclamar, para que se reconheça, seja amigavelmente, seja em juízo.
- Art. 33º - Os sócios licenciados que pretendem frequentar o clube por ocasião de festas estão sujeitos a ingresso.
- Art. 34º - A S.R. União Operária adotará como emblema as côres azul e branco em escudo já aprovado.
- Art. 35º - As disposições das letras A e B do art. 4º d'êste Estatuto vigorarão a partir de 1º de Maio, de 1964.
- Art. 36º - Poderá a Assembléia Geral reunida com todos os seus sócios em pleno gozo de seus direitos, deliberar sobre a dissolução da sociedade, tendo em vista a incapacidade financeira para cumprir as finalidades que lhes atribuirem êstes Estatutos.
- Art. 37º - Resolvida a dissolução da sociedade será constituída uma comissão que procederá ao inventário e balanço liquidado seus bens e pagando suas dívidas.
- § Único - Resultando desta liquidação algum saldo, nêle terão parte os sócios em pleno gozo de seus direitos, assim entendidos: os contribuintes, nonorários, beneméritos e remidos.
- Art. 38º - O pavilhão nacional será içado em dias feriados, festivos e de gala da sociedade, bem assim em caso de luto ou falecimento de qualquer sócio ou ainda alguém que pelos relevantes serviços prestados a sociedade e alta representação social mereça as honras fúnebres locais.
- Art. 39º - Os mandatos da Diretoria terminarão dia 1º de Maio de cada ano.

CAPITULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 40º - Os presentes estatutos vigorarão por tempo indeterminado, podendo no entanto ser revistos e alterados em Assembléia Geral para tanto convocada.
- Art. 41º - Êstes Estatutos que se encontram autenticados com as assinaturas de quem os revisou e alterou, por ordem da Diretoria, constituirão, até a sua revogação parcial ou total a base fundamental da S. R. União Operária.
- Art. 42º - Os presentes Estatutos entrarão em vigor após a sua aprovação ou seu registro no cartório competente, e não poderão ser modificados, em caso algum, até três (3) anos da data de sua publicação.
- Art. 43º - Os casos omissos e as dúvidas que suscitar a aplicação de qualquer disposição d'êstes Estatutos, serao apreciadas pela Diretoria, que providenciará mediante convocação de Assembléia Geral para que sejam sanadas as faltas encontradas.
- Art. 44º - Revogam-se as disposições em contrário.

Laguna, 22 de Setembro de 1965



Pedro Jeronimo Nascimento

PEDRO JERONIMO NASCIMENTO - Presidente de Honra



Lenio Luiz de Jesus

LENIO LUIZ DE JESUS - Presidente



TAB. MATTOS Almir Pacheco dos Reis
ALMIRO PACHECO DOS REIS - Vice Presidente

TAB. MATTOS Odênio Fretas Nascimento
ODÊNIO FRETTAS NASCIMENTO - 1º SECRETÁRIO

TAB. MATTOS João Paulo dos Santos
JOÃO PAULO DOS SANTOS - 2º Secretário

TAB. MATTOS Antônio Domingos Corrêa
ANTÔNIO DOMINGOS CORRÊA - 1º Tesoureiro

TAB. MATTOS Nilo Viana
NILO VIANA - 2º Tesoureiro

TAB. MATTOS Antônio Souza Neto
ANTÔNIO SOUZA NETO - 1º Fiscal

TAB. MATTOS Pedro Rodolfo
PEDRO RODOLFO - 2º Fiscal

TABELIONATO MATTOS

Reconheço ser(em) autântica(s) a(s) firma(s)
indicada(s) com a(s) selo(s) que usou.

Em testemunho da verdade
LAGUNA, 24 de Setembro de 1965

Linco Mattos

